



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES**

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**CEPES**

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
E PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA**

**Série: Relatórios de Pesquisas**

---

**Nº 001**

**Título: CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS  
NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA**

**Autor: S. SHIKI e H. D. NEDER, (Coords).**

**Local e Data: Uberlândia, fevereiro de 1996**

---

Nº 001

Título: **CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS  
NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA**

Autor: **S. SHIKI e H. D. NEDER, (Coords).**

Local e Data: **Uberlândia, fevereiro de 1996**

# CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA



Universidade Federal  
de Uberlândia

Apoio



Prefeitura Municipal de Uberlândia  
Secretaria de Trabalho e Ação Social

Realização



**CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS  
DA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA**

## **CEPES - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SOCIO-ECONÔMICA**

### **Participantes:**

Prof. Shigeo Shiki (Coordenador - 1ª Fase)

Prof. Henrique Dantas Neder (Coordenador - 2ª Fase e responsável pela metodologia estatística da pesquisa)

Economista Carlos Diniz (condições de Renda)

Economista Alessandra Cardoso (condições de Migração)

Economista Ester William Ferreira (condições de Educação)

Economista Durval Perin (condições de Moradia e Equipamentos Sociais)

Economista Ana Alice B.P. Damas Garlipp (condições de Saúde)

Economista Paulo Sérgio Rais de Freitas (condições de Ocupação)

Prof. Carlos Henrique A. Rezende (Colaborador na Análise das Condições de Saúde - Departamento de Clínica Médica)

Aluno Gustavo Navarro Betônico (Colaborador na Análise das Condições de Saúde - Curso de Medicina)

Alunos das disciplinas de Estudos dos Problemas Brasileiros, que participaram do levantamento de campo:

ADEMIR TEODORO DE SOUZA  
ADOLFO WILLI WALDSCHMIDT  
ADRIANA DE FARIA VIEIRA  
ADRIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
ADRIANE CRISTINA CAIXETA  
ADRIANE PETRONILHA MACEDO  
ALESSANDRO G. DA SILVEIRA  
ALEXANDRE ECHEVERRIA RIBEIRO  
ALEXANDRE OLIVEIRA CAIXETA  
ALOYSIO SILVA  
AMBROSINA NAZÁRIO ALVES  
ANA CAROLINA MACIEL DA SILVA  
ANDRÉ LUIZ Z. MARTINS  
ANDRÉA CARVALHO VILELA DA COSTA  
ANÍBAL ALKMIN SANTOS  
ANÍCIO DE MORAIS TERRA  
ANTÔNIO CARLOS MARSON  
ANTÔNIO GABRIEL TOSTA AGOSTINHO  
BETHÂNIA MARIA B. A. TEIXEIRA

CARLOS EDUARDO C. STAMATO  
CLÁUDIO APARECIDO LIMA DO AMARAL  
CLÁUDIO LEMOS DE SOUZA  
CLÁUDIO MACHADO  
CLÓVIS DE SOUZA JÚNIOR  
CREZIO MORAES JÚNIOR  
DÉLIA ROSA K. GOMES  
EDUARDO GOMES VIEIRA NETO  
EDUARDO LÁZARO MARTINS NAVES  
ELDER CLÁUDIO DE MOURA AQUINO  
ELÍSIO DONIZETH G. LUZ  
EMERSON GUIMARÃES CÂMBUI  
ERICSSON ROGRIGO CANTÃO  
ERMELINA VELOSO DE MATOS  
ERNANE GUIMARÃES DE MOURA  
ESTELA REGINA M. DA SILVA  
EUCLIDES NAVES DE SOUZA JÚNIOR  
EVALDO MARTINS DA SILVA  
FABIANA CRISTINA VALE  
FABIANO MARQUES DA FONSECA  
FABRÍCIO AUGUSTO DIOGO  
GÍLSON POLVORE GUIMARÃES  
GLÊNIO MORGANDO DE SOUZA  
GUSTAVO CROSARA FERREIRA SANTOS  
HENRIQUE VIEIRA DE PAIVA  
IARA MARIA DE SOUSA  
JOÃO FLAUSINO DE SOUZA JÚNIOR  
JOSÉ ANTÔNIO SANSEVERO MARTINS  
JOSÉ HUMBERTO BORGES  
JOSÉ INÁCIO PEREIRA  
LAÉRCIO A. BALDOCHI JÚNIOR  
LEONARDO DE PAULA E SILVA  
LETÍCIA A. PEREIRA DE CARVALHO  
LUCIANA GUIMARÃES BORGES  
LUCIANO DE CASTRO FOLONE  
LUCILENE RODRIGUES DE BRITO  
LUCIMAR A. CABRAL DE ÁVILA  
LUIZ FRANCISCO BOZO  
LUIZ HENRIQUE MARQUEZ  
MARCELO APARECIDO DA SILVA  
MARCELO CUNHA DOS SANTOS  
MARCELO DE MORAES LIMA  
MARCELO FERNANDES DOS SANTOS  
MÁRCIO BORGES FERREIRA  
MARCO ANTÔNIO GONÇALVES SANCHES  
MARCOS ALEXANDRE ROCHA VIEIRA  
MARIA CELESTE S. F. BORGES  
MARIA CRISTINA LOPES DE PAIVA  
MARIA EDNA MARTINS SOUZA SILVA  
MARIA LUZIA DO AMARAL  
MARINA FERREIRA MARQUEZ  
MURILO SANTOS RIBEIRO  
NELSON MARINS BRASA JÚNIOR  
OLGA K. SILVA  
PATRÍCIA DE OLIVEIRA LIMA  
PAULO DE PAULA PONTES

PAULO ROBERTO DA SILVA  
POLIANA DE JESUS ALVES  
REJIS JORGE DANA  
RICARDO COELHO DE FARIA  
ROGÉRIO OLIVEIRA SOUZA  
ROSA HELENA DA SILVA  
SAUL BORGES JUNQUEIRA  
SÉRGIO MELAZZO DE ANDRADE  
SILÉSIA GONÇALVES VIEIRA  
SORAYA OLIVEIRA DE SOUZA  
THALES PRUDENTE NAVES  
UENES MARTINS CUSTÓDIO  
VALCENIS RODRIGUES SANTOS  
VÂNIA FERNANDES DE LEVA  
WELLINGTON PEREIRA DE LIMA  
WESLEY MAGALHÃES JÚNIOR  
WILSON AKIRA TANIZAKI  
ZANDRA CRISTINA L. SILVA

## **AGRADECIMENTOS**

O desenvolvimento da pesquisa contou com a colaboração da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Agradecemos o elevado interesse demonstrado por essa instituição que forneceu os recursos necessários de transporte e alimentação para os participantes envolvidos nas duas fases de levantamento de campo.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>I. METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
I.1. Plano amostral .....	11
I.2. Expansão dos resultados amostrais .....	16
I.3. Aspectos Metodológicos referentes à quantificação da Pobreza e Indigência áreas pobres de Uberlândia .....	19
I.4. Determinação da Variância dos Estimadores da Proporção Populacional .....	22
<b>II. CONDIÇÕES DE RENDA .....</b>	<b>24</b>
II.1. Introdução .....	24
II.2. O Conceito de Pobreza .....	26
II.2.1. Conceitos Subjetivos .....	27
II.2.2. Conceitos Objetivos .....	27
II.2.2.1. Pobreza Relativa .....	28
II.2.2.2. Pobreza Absoluta .....	28
A - O Enfoque Biológico .....	29
B - O Enfoque do Salário Mínimo .....	30
C - O Enfoque das Necessidades Básicas .....	30
D - O Enfoque da Pobreza Relativa/Absoluta .....	31
II.2.3. Síntese da Discussão Conceitual .....	31
II.3. Mensuração da Pobreza .....	32
II.3.1. Modelo de Mensuração .....	33
II.4. A Estrutura da Renda Familiar nos 36 Bairros Pesquisados em Uberlândia ...	35
II.4.1. Resumo dos Resultados Obtidos .....	35
II.4.2. Quadros e Gráficos .....	36
<b>III. CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
III.1. Introdução .....	43
III.2. Grau de Instrução dos Adultos .....	44
III.2.1. Bairros mais expressivos .....	51
III.3. Crianças - participação relativa das crianças que estudam ou não por faixas etárias .....	60
III.4. Conclusões Gerais .....	64

<b>IV. CONDIÇÕES DE MIGRAÇÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>IV.1. Onde residiam antes os Moradores Entrevistados .....</b>	<b>67</b>
<b>IV.2. Quais os motivos que levaram os Entrevistados a Deslocar-se para         Uberlândia .....</b>	<b>70</b>
<b>IV.3. Onde Morava Antes - Bairro .....</b>	<b>73</b>
<b>V. MORADIA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>VI. CONDIÇÕES DE SAÚDE .....</b>	<b>102</b>
<b>VII. ANEXO ESTATÍSTICO .....</b>	<b>113</b>

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO II.1 - GASTO COM COMIDA .....</b>	<b>36</b>
<b>GRÁFICO II.2 - RECEBE AJUDA DE .....</b>	<b>37</b>
<b>GRÁFICO II.3 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO .....</b>	<b>41</b>
<b>GRÁFICO III.1 - ESCOLARIDADE DOS ADULTOS .....</b>	<b>45</b>
<b>GRÁFICO III.2 - IDADE DOS ADULTOS ANALFABETOS .....</b>	<b>45</b>
<b>GRÁFICO III.3 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º GRAU INCOMPLETO .....</b>	<b>46</b>
<b>GRÁFICO III.4 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º GRAU COMPLETO .....</b>	<b>47</b>
<b>GRÁFICO III.5 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º GRAU INCOMPLETO .....</b>	<b>48</b>
<b>GRÁFICO III.6 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º GRAU COMPLETO .....</b>	<b>49</b>
<b>GRÁFICO III.7 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º GRAU INCOMPLETO .....</b>	<b>50</b>
<b>GRÁFICO III.8 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º GRAU COMPLETO .....</b>	<b>51</b>
<b>GRÁFICO III.9 - INSTRUÇÃO DOS ADULTOS - % DE ANALFABETOS .....</b>	<b>52</b>
<b>GRÁFICO III.10 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE ALFABETIZADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>GRÁFICO III.11 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º GRAU INCOMPLETO ....</b>	<b>54</b>
<b>GRÁFICO III.12 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º GRAU .....</b>	<b>55</b>
<b>GRÁFICO III.13 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º GRAU INCOMPLETO .</b>	<b>56</b>
<b>GRÁFICO III.14 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º GRAU COMPLETO ....</b>	<b>57</b>
<b>GRÁFICO III.15 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º GRAU INCOMPLETO .</b>	<b>58</b>
<b>GRÁFICO III.16 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º GRAU COMPLETO .....</b>	<b>59</b>
<b>GRÁFICO III.17 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS - % QUE ESTUDAM .....</b>	<b>60</b>
<b>GRÁFICO III.18 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % QUE ESTUDAM .....</b>	<b>61</b>
<b>GRÁFICO III.19 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO .....</b>	<b>62</b>
<b>GRÁFICO III.20 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % QUE ESTUDAM .....</b>	<b>63</b>
<b>GRÁFICO III.21 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO .....</b>	<b>64</b>
<b>GRÁFICO IV.1 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES .....</b>	<b>68</b>
<b>GRÁFICO IV.2 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES .....</b>	<b>69</b>
<b>GRÁFICO IV.3 - MIGRAÇÃO - MOTIVOS .....</b>	<b>71</b>
<b>GRÁFICO IV.4 - MIGRAÇÃO - BAIRROS DE MAIOR EXPULSÃO .....</b>	<b>74</b>

GRÁFICO IV.5 - MIGRAÇÃO - BAIROS DE MAIOR ABSORÇÃO .....	75
GRÁFICO IV.6 - MIGRAÇÃO - TEMPO QUE MORA NO BAIRRO .....	77
GRÁFICO V.1 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	82
GRÁFICO V.2 - AUTOCONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	84
GRÁFICO V.3 - TIPO DE CONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	85
GRÁFICO V.4 - ÁREA CONSTRUÍDA- % DE DOMICÍLIOS .....	87
GRÁFICO V.5 - NUMERO DE CÔMODOS - % DE DOMICÍLIOS .....	89
GRÁFICO V.6 - INSTALAÇÕES E UTILIDADES - % DE EQUIPAMENTOS POR BAIRRO .....	91
GRÁFICO V.7 - NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO .....	96
GRÁFICO VI.1 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O HOSPITAL DAS CLINICAS .....	103
GRÁFICO VI.2 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O POSTO DE SAÚDE .....	104
GRÁFICO VI.3 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO QUE TOMAM REMÉDIO CASEIRO .....	105
GRÁFICO VI.4 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS QUE SE DIRIGEM A FARMÁCIA .....	106
GRÁFICO VI.5 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS QUE UTILIZAM CONVÊNIO PRIVADO .....	107
GRÁFICO VI.6 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM PROBLEMAS DE SAÚDE .....	108
GRÁFICO VI.7 - PROCURA DE ATENDIMENTO MÉDICO .....	109

### ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO II.1 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO - EM URVs (1ª fase) .....	38
QUADRO II.2 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO - % (1ª fase) .....	39
QUADRO II.3 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO - EM R\$ (2ª fase) .....	40
QUADRO II.4 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO - % (2ª fase) .....	40
QUADRO II.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIRROS PESQUISADOS .....	42

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa surgiu de um processo de discussão a nível nacional sobre a fome, encaminhado pelo Movimento em Defesa da Vida e da Cidadania. A partir desse debate surgiu a necessidade, identificada pelo Comitê local, de estudar os principais problemas sócio-econômicos da população de Uberlândia. A pesquisa realizada pelo IPEA, que estimou um número aproximado de 33 milhões de famílias indigentes no Brasil, encorajou-nos a orientar um levantamento de dados primários que visasse também a identificar e a quantificar esses números em âmbito local. Aproveitou-se a oportunidade concedida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão em conceder os recursos humanos necessários ao trabalho de campo na forma de horas disponíveis pelos alunos matriculados na disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros. Dessa forma, a pesquisa, além de seu próprio valor em termos de resultados científicos e para a definição de políticas, propiciou uma forma de envolver e sensibilizar a comunidade universitária com a realidade concreta da população de baixa renda da cidade.

Os resultados da pesquisa foram surpreendentes, já que Uberlândia é uma cidade que possui uma área de progresso e de bem estar de seus habitantes, inclusive tendo sido caso de destaque na imprensa nacional. Essa surpresa atingiu também os próprios participantes da pesquisa, o que, de certa forma, vem atestar sua imparcialidade e idoneidade. O que se verificou abaixo da superfície é que os números da pobreza e da indigência aqui também são alarmantes e tornam-se mais ainda que para as outras regiões do país, dadas as suas condições mais favoráveis do ponto de vista econômico para superar os problemas apontados. O oásis social que se dizia existir aqui parece que não passava de uma bela

miragem. É provável também que por esses mesmos motivos seus resultados causem muito desconforto para aqueles que sempre buscaram, de uma forma consciente ou inconsciente, encobrir esta outra face da medalha, com visões propagandísticas carregadas de um conteúdo ufanista.

Na primeira parte do relatório apresentaremos os principais aspectos metodológicos no que se refere ao método estatístico empregado. A seguir, prosseguiremos com os resultados referentes à renda e às estimativas dos números de famílias pobres e indigentes. Os quatro últimos itens da pesquisa referem-se aos seguintes aspectos setoriais: Educação, Migração, Habitação e Saúde. Acreditamos que esses últimos resultados serão muito proveitosos para a elaboração de políticas públicas orientadas para a melhoria das condições de vida da população de Uberlândia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CEPES  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
E PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA

**Série: Relatórios de Pesquisas**

Nº 001

Título: CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS  
NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA

Autor: S. SHIKI e H. D. NEDER, (Coords).

Local e Data: Uberlândia, fevereiro de 1996

# CONDIÇÕES SOCIO-ECONOMICAS DAS FAMÍLIAS NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA



(4~iwrjf  
Universidade Federal  
de Uberlândia

Apoio



Prefeitura Municipal de Uberlândia  
Secretaria de Trabalho e Ação Social

Realização



CONDIÇÕES SOCIO-ECONOMICAS DAS FAMÍLIAS  
DA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA

## **CEPES - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA**

### **Participantes**

Prof. Shigeo Shiki (Coordenador -1ª Fase)

Prof. Henrique Dantas Neder (Coordenador - 2ª Fase e responsável pela metodologia estatística da pesquisa)

Economista Carlos Diniz (condições de Renda)

Economista Alessandra Cardoso (condições de Migração)

Economista Ester William Ferreira (condições de Educação)

Economista Durval Perin (condições de Moradia e Equipamentos Sociais)

Economista Ana Alice B.P. Damas Garlipp (condições de Saúde)

Economista Paulo Sérgio Rais de Freitas (condições de Ocupação)

Prof. Carlos Henrique A. Rezende (Colaborador na Análise das Condições de Saúde -Departamento de Clínica Médica)

Aluno Gustavo Navarro Betônico (Colaborador na Análise das Condições de Saúde - Curso de Medicina)

Alunos das disciplinas de Estudos dos Problemas Brasileiros, que participaram do levantamento de campo:

ADEMIR TEODORO DE SOUZA  
ADOLFO WILLI WALDSCHMIDT  
ADRIANA DE FARIA VIEIRA  
ADRIANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA  
ADRIANE CRISTINA CAIXETA  
ADRIANE PETRONILHA MACEDO  
ALESSANDRO G. DA SILVEIRA  
ALEXANDRE ECHEVERRIA RIBEIRO  
ALEXANDRE OLIVEIRA CAIXETA  
ALOYSIO SILVA  
AMBROSINA NAZÁRIO ALVES  
ANA CAROLINA MACIEL DA SILVA  
ANDRÉ LUIZ Z. MARTINS  
ANDRÉA CARVALHO VILELA DA COSTA  
ANÍBAL ALKMIN SANTOS  
ANIÇÃO DE MORAIS TERRA  
ANTÔNIO CARLOS MARSON  
ANTÔNIO GABRIEL TOSTA AGOSTINHO  
BETHÂNIA MARIA B. A. TEIXEIRA

CARLOS EDUARDO C. STAMATO  
CLÁUDIO APARECIDO LIMA DO AMARAL  
CLÁUDIO LEMOS DE SOUZA  
CLÁUDIO MACHADO  
CLÓVIS DE SOUZA JÚNIOR  
CREZIO MORAES JUNIOR  
DELIA ROSA K. GOMES  
EDUARDO GOMES VIEIRA NETO  
EDUARDO LÁZARO MARTINS NAVES  
ELDER CLÁUDIO DE MOURA AQUINO  
ELÍSIO DONIZETH G. LUZ  
EMERSON GUIMARÃES CÂMBUI  
ERICSSON ROGRIGO CANTÃO  
ERMELINA VELOSO DE MATOS  
ERNANE GUIMARÃES DE MOURA  
ESTELA REGINA M. DA SILVA  
EUCLIDES NAVES DE SOUZA JÚNIOR  
EVALDO MARTINS DA SILVA.  
FABIANA CRISTINA VALE  
FABIANO MARQUES DA FONSECA  
FABRÍCIO AUGUSTO DIOGO  
GÍLSON POLVORE GUIMARÃES  
GLÊNIO MORGANDO DE SOUZA  
GUSTAVO CROSARA FERREIRA SANTOS  
HENRIQUE VIEIRA DE PAIVA  
IARA MARIA DE SOUSA  
JOÃO FLAUSINO DE SOUZA JÚNIOR  
JOSÉ ANTÔNIO SANSEVERO MARTINS  
JOSÉ HUMBERTO BORGES  
JOSÉ INÁCIO PEREIRA  
LAERCIO A. BALDOCHI JÚNIOR  
LEONARDO DE PAULA E SILVA  
LETÍCIA A. PEREIRA DE CARVALHO  
LUCIANA GUIMARÃES BORGES  
LUCIANO DE CASTRO FOLONE  
LUCILENE RODRIGUES DE BRITO  
LUCIMAR A. CABRAL DE ÁVILA  
LUIZ FRANCISCO BOZO  
LUIZ HENRIQUE MARQUEZ  
MARCELO APARECIDO DA SILVA  
MARCELO CUNHA DOS SANTOS  
MARCELO DE MORAES LIMA  
MARCELO FERNANDES DOS SANTOS  
MÁRCIO BORGES FERREIRA  
MARCO ANTÔNIO GONÇALVES SANCHES  
MARCOS ALEXANDRE ROCHA VIEIRA  
MARIA CELESTE S. F. BORGES  
MARIA CRISTINA LOPES DE PAIVA  
MARIA EDNA MARTINS SOUZA SILVA  
MARIA LUZIA DO AMARAL  
MARINA FERREIRA MARQUEZ  
MURILO SANTOS RIBEIRO  
NELSON MARINS BRASA JÚNIOR  
OLGA K. SILVA  
PATRÍCIA DE OLIVEIRA LIMA  
PAULO DE PAULA PONTES

PAULO ROBERTO DA SILVA  
POLIANA DE JESUS ALVES REJIS  
JORGE DANA RICHARDO COELHO  
DE FARIA ROGERIO OLIVEIRA  
SOUZA ROSA HELENA DA SILVA  
SAUL BORGES JUNQUEIRA  
SERGIO MELAZZO DE ANDRADE  
SILEZIA GONÇALVES VIEIRA  
SORAYA OLIVEIRA DE SOUZA  
THALES PRUDENTE NAVES UENES  
MARTINS CUSTÓDIO VALCENIS  
RODRIGUES SANTOS VÂNIA  
FERNANDES DE LEVA  
WELLINGTON PEREIRA DE LIMA  
WESLEY MAGALHÃES JUNIOR  
WILSON AKIRA TANIZAKI ZANDRA  
CRISTINA L. SILVA .

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento da pesquisa contou com a colaboração da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Agradecemos o elevado interesse demonstrado por essa instituição que forneceu os recursos necessários de transporte e alimentação para os participantes envolvidos nas duas fases de levantamento de campo.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	<b>9</b>
i nn=rnnni nr;iv	
1.1. Plano amostral .....	
1.2. Expansão dos resultados amostrais .....	
1.3. Aspectos Metodológicos referentes à quantificação da Pobreza e Indigência áreas	19
1.4. Determinação da Variância dos Estimadores da Proporção Populacional .....	22
II. CONDIÇÕES DE RENDA .....	, 24
11.1. Introdução .	
11.2. O Conceito de Pobreza .	24
11.2.1. Conceitos Subjetivos .	
11.2.2. Conceitos Objetivos .	27
11.2.2.1. Pobreza Relativa .....	28
11.2.2.2. Pobreza Absoluta .....	28
A - O Enfoque Biológico .....	29
B - O Enfoque do Salário Mínimo .....	30
C - O Enfoque das Necessidades Básicas .....	30
D - O Enfoque da Pobreza Relativa/Absoluta .....	31
11.2.3. Síntese da Discussão Conceitual .....	31
11.3. Mensuração da Pobreza .	32
11.3.1. Modelo de Mensuração .	33
11.4. A Estrutura da Renda Familiar nos 36 Bairros Pesquisados em Uberlândia .....	35
11.4.1. Resumo dos Resultados Obtidos .	35
11.4.2. Quadros e Gráficos .....	36
III. CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO .....	43
111.1. Introdução	
111.2. Grau de Instrução dos Adultos .	4
111.2.1. Bairros mais expressivos .	51
111.3. Crianças - participação relativa das crianças que estudam ou não por faixas etárias .....	60
111.4. Conclusões Gerais	64

N. CONDIÇÕES DE MIGRAÇÃO .....	<b>67</b>
IV.1. Onde residiam antes os Moradores Entrevistados .....	<b>67</b>
N.2. Quais os motivos que levaram os Entrevistados a Deslocar-se para	<b>70</b>
N.3. Onde Morava Antes - Bairro .....	<b>73</b>
V. MORADIA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS .....	
VI. CONDIÇÕES DE SAÚDE .....	<b>102</b>
VII. ANEXO ESTATÍSTICO .....	<b>113</b>

### ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 11.1 - GASTO COM COMIDA .....	36
GRÁFICO 11.2 - RECEBE AJUDA DE .....	37
GRÁFICO 11.3 - RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO .....	41
GRÁFICO 111.1 - ESCOLARIDADE DOS ADULTOS .....	45
GRÁFICO 111.2 - IDADE DOS ADULTOS ANALFABETOS .....	45
GRÁFICO 111.3 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU INCOMPLETO .....	46
GRÁFICO 111.4 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU COMPLETO .....	47
GRÁFICO 111.5 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º- GRAU INCOMPLETO .....	48
GRÁFICO 111.6 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º- GRAU COMPLETO .....	49
GRÁFICO 111.7 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAU INCOMPLETO .....	50
GRÁFICO 111.8 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAU COMPLETO .....	51
GRÁFICO 111.9 - INSTRUÇÃO DOS ADULTOS - % DE ANALFABETOS .....	52
GRÁFICO 111.10 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE ALFABETIZADOS .....	53
GRÁFICO 111.11 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º- GRAU INCOMPLETO ....	54
GRÁFICO 111.12 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º- GRAU .....	55
GRÁFICO 111.13 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º- GRAU INCOMPLETO.	56
GRÁFICO 111.14 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º- GRAU COMPLETO ....	57
GRÁFICO 111.15 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º- GRAU INCOMPLETO.	58
GRÁFICO 111.16 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º- GRAU COMPLETO .....	59
GRÁFICO 111.17 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS - % QUE ESTUDAM .....	60
GRÁFICO 111.18 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % QUE ESTUDAM .....	61
GRÁFICO 111.19 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % DE NÃO ESTUDANTES	
POR BAIRRO .....	62
GRÁFICO 111.20 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % QUE ESTUDAM .....	63
GRÁFICO 111.21 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % DE NÃO ESTUDANTES	
POR BAIRRO .....	64
GRÁFICO IV.1 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES .....	68
GRÁFICO IV.2 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES .....	69
GRÁFICO IV.3 - MIGRAÇÃO - MOTIVOS .....	71
GRÁFICO IV.4 - MIGRAÇÃO - BAIRROS DE MAIOR EXPULSÃO .....	74

GRÁFICO IV.5 - MIGRAÇÃO - BAIROS DE MAIOR ABSORÇÃO .....	75
GRÁFICO IV.6 - MIGRAÇÃO - TEMPO QUE MORA NO BAIRRO .....	77
GRÁFICO V.1 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	82
GRÁFICO V.2 - AUTOCONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	84
GRÁFICO V.3 - TIPO DE CONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS .....	85
GRÁFICO V.4 - ÁREA CONSTRUÍDA- % DE DOMICÍLIOS .....	87
GRÁFICO V.5 - NUMERO DE CÔMODOS - % DE DOMICÍLIOS .....	89
GRÁFICO V.6 - INSTALAÇÕES E UTILIDADES - % DE EQUIPAMENTOS POR BAIRRO .....	91
GRÁFICO V.7 - NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO .....	96
GRÁFICO VIA - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O HOSPITAL DAS CLINICAS .....	103
GRÁFICO VI.2 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O POSTO DE SAÚDE .....	104
GRÁFICO VI.3 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO QUE TOMAM REMÉDIO CASEIRO .....	105
GRÁFICO VI.4 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS QUE SE DIRIGEM A FARMÁCIA .....	106
GRÁFICO VI.5 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS QUE UTILIZAM CONVÊNIO PRIVADO .....	107
GRÁFICO VI.6 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM PROBLEMAS DE SAÚDE .....	108
GRÁFICO VI.7 - PROCURA DE ATENDIMENTO MÉDICO .....	109

### ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 11.1 - RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO - EM URVs (1ª fase) .....	38
QUADRO 11.2 - RENDA POR EQUIVALENTE -ADULTO - % (1ª fase) .....	39
QUADRO 11.3 - RENDA POR EQUIVALENTE-ADULTO - EM R\$ (2ª fase) .....	40
QUADRO 11.4 - RENDA POR EQUIVALENTE -ADULTO - % (2ª fase) .....	40
QUADRO 11.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIROS PESQUISADOS .....	42

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa surgiu de um processo de discussão a nível nacional sobre a fome, encaminhado pelo Movimento em Defesa da Vida e da Cidadania. A partir desse debate surgiu a necessidade, identificada pelo Comitê local, de estudar os principais problemas sócio-econômicos da população de Uberlândia. A pesquisa realizada pelo IPEA, que estimou um número aproximado de 33 milhões de famílias indigentes no Brasil, encorajou-nos a orientar um levantamento de dados primários que visasse também a identificar e a quantificar esses números em âmbito local. Aproveitou-se a oportunidade concedida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão em conceder os recursos humanos necessários ao trabalho de campo na forma de horas disponíveis pelos alunos matriculados na disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros. Dessa forma, a pesquisa, além de seu próprio valor em termos de resultados científicos e para a definição de políticas, propiciou uma forma de envolver e sensibilizar a comunidade universitária com a realidade concreta da população de baixa renda da cidade.

Os resultados da pesquisa foram surpreendentes, já que Uberlândia é uma cidade que possui uma área de progresso e de bem estar de seus habitantes, inclusive tendo sido caso de destaque na imprensa nacional. Essa surpresa atingiu também os próprios participantes da pesquisa, o que, de certa forma, vem atestar sua imparcialidade e idoneidade. O que se verificou abaixo da superfície é que os números da pobreza e da indigência aqui também são alarmantes e tomam-se mais ainda que para as outras regiões do país, dadas as suas condições mais favoráveis do ponto de vista econômico para superar os problemas apontados. O oásis social que se dizia existir aqui parece que não passava de uma bela

miragem. É provável também que por esses mesmos motivos seus resultados causem muito desconforto para aqueles que sempre buscaram, de uma forma consciente ou inconsciente, encobrir esta outra face da medalha, com visões propagandísticas carregadas de um conteúdo ufanista.

Na primeira parte do relatório apresentaremos os principais aspectos metodológicos no que se refere ao método estatístico empregado. A seguir, prosseguiremos com os resultados referentes à renda e às estimativas dos números de famílias pobres e indigentes. Os quatro últimos itens da pesquisa referem-se aos seguintes aspectos setoriais: Educação, Migração, Habitação e Saúde. Acreditamos que esses últimos resultados serão muito proveitosos para a elaboração de políticas públicas orientadas para a melhoria das condições de vida da população de Uberlândia.

## **I. METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **1.1 - PLANO AMOSTRAL**

Com o auxílio de um funcionário da Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia foi delimitada a área da cidade a ser pesquisada. Dessa forma, foram listados todos os bairros onde houvesse possibilidade de ocorrência de famílias em condições de pobreza. A seguir, esses bairros foram agrupados em setores com características sócio-econômicas semelhantes; os bairros foram inicialmente classificados em dois grupos: bairros com distribuição de renda mais homogênea e bairros com distribuição de renda mais heterogênea. Foram considerados bairros de características sócio-econômicas mais heterogêneas aqueles com mais de 2 "classes" de renda. Os bairros foram agrupados nas seguintes categorias: bairro homogêneo - categorias de renda D e E (D = de 1 a 2 salários mínimos de renda, E = menos de 1 salário mínimo de renda); bairro homogêneo - categorias de renda D e C (C = de 2 a 3 salários mínimos de

renda);

bairro heterogêneo - categorias de renda A a E; bairro heterogêneo - categorias de renda C, D e E. Como existem inúmeros bairros com composição social bastante heterogênea mas que possuem probabilidade não desprezível de conterem famílias pobres e indigentes, o levantamento foi realizado considerando dois grandes estratos populacionais: o primeiro que inclui todos os setores com população relativamente homogênea e o segundo que se

constitui dos setores com população mais heterogênea e que é formado por bairros mais próximos do centro da cidade, constituindo-se em enclaves no processo de expansão urbana. Esse procedimento foi adotado a fim de garantir resultados separados para a expansão da amostra nos dois estratos, já que estes possuem características bem distintas. Após esse agrupamento dos bairros pelas suas características sócio-econômicas e, de acordo com a sua proximidade, chegou-se a um número de 16 setores. A princípio optou-se por um método de amostragem por conglomerados, no qual seriam escolhidos 12 setores com probabilidade proporcional ao seu tamanho (número de domicílios no setor). Na prática, esse procedimento quase que se aproxima da amostragem estratificada, pois o número de setores escolhidos é quase igual ao número de setores do universo. Em função disso, decidiu-se pesquisar todos os setores, pois os custos adicionais não seriam significativamente maiores levando-se também em consideração que existiam recursos disponíveis. É possível que a alternativa mais correta fosse reduzir o tamanho dos setores e, conseqüentemente, aumentar o seu número ou adotar o bairro como unidade conglomerada.

O método adotado para a escolha dos domicílios em cada setor é o da amostragem sistemática, já que não se dispunha de um verdadeiro cadastro dos domicílios e sim apenas de uma listagem do número de domicílios por bairro. Levando-se em conta que a área a ser estudada é relativamente homogênea do ponto de vista sócio-econômico, adotou-se um número (arbitrário) de questionários que seria o mesmo para cada setor. Esse número foi calculado pela divisão entre o número total de domicílios da amostra e o número de setores. Não foi possível realizar um dimensionamento estatístico mais rigoroso da amostra, pois não se dispunha de quaisquer informações precisas sobre a variância da renda em cada setor ou bairro. Após a obtenção dos resultados da pesquisa seriam verificadas as grandezas das variâncias amostrais para determinar a precisão e o nível de confiança das estimativas. 0

levantamento foi efetuado em duas fases, sendo que na primeira, realizada em julho de 1994 foram cobertos 27 bairros e na segunda, realizada em dezembro de 1994, abrangeu os restantes 9 bairros.

TABELAI

Bairro			
ACLIMAÇÃO	667	7	60
BURITIS	71	1.1	15
CALIFORNIA	187	7	41
CANAA	200	8	31
COPACABANA	479	30	10
DOM ALMIR	150	15	25
DONA ZULMIRA	3319	12	104
ESPERANÇA	186	18	22
GRANADA	1011	39	17
GUARANI	1253	36	62
INDUSTRIAL	207	7	29
IPANEMA I	382	4	129
IPANEMA II	4	7	15
LAGOINHA	893	6	135
LARANJEIRAS	438	39	13
MANSOUR	1847	31	52
MARAVILHA	302	7	38

MARTA HELENA	2489	18	32
MINAS BRASIL	27	5	70
N.S. GRAÇAS	753	10	77
OLIVEIRA	146	7	77
PAINEIRAS	413	39	13
PALMEIRAS	1010	5	144
PAMPULHA	952	5	101
PATRIMÔNIO	209	30	10
SANTA LUZIA	806	11	71
S. MONICA 11	1026	15	141
SANTO INÁCIO	458	8	124
SÃO JORGE	1062	11	40
SÃO JOSÉ	42	7	14
SATÉLITE	172	7	29
TAIAMAM	402	36	20
TANCREDO NEVES	515	31	25
TOCANTINS	938	36	53
TUBALINA	1602	30	53
VILA MARIA	270	7	36

Legenda:

N1 - Número de domicílios obtido do "cadastro" da Prefeitura Municipal de Uberlândia

IS - Intervalo sistemático

NQ - Número de questionários

Já o intervalo sistemático (número de domicílios menos 1 saltados) é distinto para cada setor. Esses intervalos foram calculados tomando-se como base os dados do "cadastro" de domicílios da Prefeitura de Uberlândia. TABELA II

<b>SETOR</b>	<b>BAIRROS</b>	INTER VALO	NQ	N1	N2	DIF(%)
6A	S. Mônica 11, D. Almir	15	160	1176	2400	104.1
gA	Maravilha, Industrial	7	78	551	546	-9.1
2A	Mansour, Tancredo Neves	31	77	2362	2387	1.0
4A	P. Granada, Laranjeiras Paineiras, São Jorge	39	79	2924	3081	5.4
213	Tubalina, Copacabana Patrimônio	30	69	2274	2070	- 9.0
10A	Marta Helena, Esperança	18	52	1386	936	-32.5
5A	Buritis, Santa Luzia	11	80	877	880	0.3
1 A	Guarani, Tocantins Taiamam	36	129	2694	4644	72.4
513	N.S.Graças	10	77	753	770	2.2
613	Vila Maria, Oliveira Satélite	7	137	588	959	63.1
3A	Santo Inácio Canaã	8	153	658	1224	86.0

**Legenda:**

NQ = Número de questionários efetivamente aplicados

N1 = Número de domicílios de acordo com o "cadastro" da Prefeitura

N2 = Número de domicílios estimado de acordo com a cobertura do setor ( $N2 = NQ \times IS$ )

DIF = diferença percentual entre N2 e N1

## 1.2 - EXPANSÃO DOS RESULTADOS AMOSTRAIS

O método de amostragem adotado não produz uma amostra autoponderada pois:

$$\frac{n_h}{N} \neq \frac{N_h}{N}$$

onde:

$n_h$  = Número de unidades do setor h na amostra  $N_h$

= Número de unidades do setor h na população  $n$  =

Tamanho da amostra  $N$  = Tamanho da população

Por esse motivo as condições de expansão dos resultados amostrais deverão ser dadas pelas seguintes considerações. Suponhamos que se produza um resultado na amostra para uma determinada característica X, sendo listadas a seguir as freqüências de observação dessa característica nos diversos setores.

### Freqüência Absoluta

**Setor 1**       $f_x$

**Setor 2**       $f_{x2}$

Setor h       $f \cdot h$

Setor L       $f_x$

Onde:  $f_{xh}$  = freqüência absoluta observada da característica X no setor h.

L = Número total de setores pesquisados

A frequência absoluta expandida, ou seja, o número de ocorrências dessa característica X para toda a população pesquisada será:

$$f_{i'} = \frac{f_i \cdot T_i}{n_i}$$

onde

$T_i$  = tamanho (número de domicílios) do setor i  
(obtido do "cadastro" de domicílios da Prefeitura  $n_i$  =

número de domicílios amostrados do setor i  $K_i = T_i / n_i$  =

intervalo sistemático empregado no setor i.

Como exemplo, consideremos um caso de obtenção do número total de famílias que possuam renda familiar entre 0 e 2 salários mínimos. Obtivemos os seguintes dados a partir da amostra:

Setor	Número de famílias com renda menor que 2 SM na amostra	Total de domicílios no "cadastro" da da Prefeitura	Total de <u>domicílios</u> <u>na amostra</u>
1	20	100	25
2	15	200	25
3	10	150	25
4	25	100	25
5	35	50	25

O total de famílias com renda menor que 2 salários mínimos na população, ou seja, o resultado expandido será

$$20 \times 100/25 + 15 \times 200/25 + 10 \times 150/25 + 25 \times 100/25 + 35 \times 50/25 = 430$$

Pela expansão, a população estimada de domicílios de cada bairro ficou sendo como:

<b>BAIRRO</b>	<b>NO. DE DOMICILIOS RESULTADOS EXPANDIDOS</b>
ACLIÇÃO	420
BURITIS	165
CALIFORNIA	287
CANAA	248
COPACABANA	300
DOM ALMIR	375
ESPERANÇA	396
GRANADA	663
GUARANI	2.232
INDUSTRIAL	203
IPANEMA I	516
IPANEMA II	105
LAGOINHA	810
LARANJEIRAS	507
MANSOUR	1.612
MARAVILHA	266
MARTA HELENA	576
MINAS BRASIL	350
N. S. DAS GRAÇAS	770
OLIVEIRA	539
PAINEIRAS	507
PALMEIRA	720
PAMPULHA	505
PATRIMÔNIO	300
SANTA LUZIA	781
SANTA MÔNICA II	2.115
SANTO INACIO	992
SÃO JORGE	440
SÃO JOSÉ	98
SATELITE	203
TAIAMAM	720
TANCREDO	775
TOCANTINS	1.908
TUBALINA	1.590
VILA MARIA	252
TOTAL	<b>_ I _ 22.826</b>

### 1.3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES A QUANTIFICAÇÃO DA POBREZA

Um dos objetivos da presente pesquisa é a determinação quantitativa do grau de pobreza e de indigência na área pesquisada. Foram consideradas **famílias pobres** aquelas cuja renda familiar fosse menor que o valor de uma cesta básica e **famílias indigentes** aquelas cuja renda por equivalente-adulto fosse menor que o valor de uma ração essencial. Isso porque a cesta básica refere-se a uma família e a ração essencial diz respeito a um indivíduo adulto. O número de equivalente-adulto por família foi calculado considerando que 1 adulto "equivale" a duas crianças em termos de necessidades nutricionais. Dessa forma, o número de equivalentes-adultos em cada família foi determinado com base na seguinte relação:

$$\text{número de equiv-adultos} = \text{número de adultos} + 0.5 \times \text{número de crianças.}$$

Utilizando esse procedimento foram calculados os números de famílias pobres e indigentes por bairro. As famílias pobres são aquelas cuja renda por equivalente-adulto, multiplicada por 3, é menor que o valor de uma cesta básica. As famílias indigentes são aquelas cuja renda por equivalente-adulto é menor do que o valor da ração essencial vigente no mês da pesquisa.

Um importante fator que deve ser levado em conta é a influência da inflação que incide sobre a perda do poder de compra referente à renda das famílias. A pesquisa foi realizada no final do mês de junho e princípio do mês de julho de 1994. A resposta ao quesito que se refere à renda familiar refere-se ao valor percebido no início do mês de junho e que se refere ao mês anterior (mês de maio), mas que foi efetivamente gasto no mês de junho. A cesta básica e a ração essencial, que serão adotadas para a determinação das linhas de

pobreza e de indigência, deverão ser aquelas referentes ao período de gasto dessa renda declarada. Foram simuladas 3 alternativas: 1) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram as do dia 1 do mês de junho. Como a metodologia das pesquisas que determinam esses valores baseia-se em médias aritméticas simples dos preços da maior parte dos produtos nas quatro semanas do mês, supõe-se que esses valores (tanto da cesta básica como da ração essencial) estejam centrados aproximadamente no dia 15 de cada mês. Dessa forma, fez-se um cálculo "pro-rata" dos valores da cesta básica e da ração essencial utilizando a seguinte expressão:

$$V_t = V_0 \left( \frac{V_1}{V_0} \right)^{n/30}$$

onde:

$V_t$  = Valor "pro-rata" da cesta básica ou da ração essencial  
 $V_0$  = Valor (da cesta básica ou da ração essencial) no mês de maio  
 $V_1$  = Valor (da cesta básica ou da ração essencial) no mês de junho  
 $n = 15$  para o cálculo "pro-rata" referente ao dia 1  
 $n = 25$  para o cálculo "pro-rata" referente ao dia 10  
 No caso do cálculo "pro-rata" referente ao dia 1 esse corresponde à média harmônica entre os valores  $V_0$  e  $V_1$ . 2) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram aquelas correspondentes ao dia 10 do mês de junho, levando-se em conta que a "estratégia de consumo" mais provável das famílias assalariadas é utilizar a maior parte de sua renda em uma data próxima de seu recebimento.

3) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram aquelas referentes ao dia 15 do mês de junho. Esses valores coincidem por hipótese aos valores da cesta básica e da ração essencial do mês de junho, conforme considerações feitas anteriormente.

Os respectivos números de famílias pobres e indigentes obtidos através dos 3 critérios acima não diferiram substancialmente, o que significa que esses resultados não são muito sensíveis a pequenas alterações na data de referência (apesar de nessa época a taxa de inflação estar bastante elevada).

Esses resultados foram também expandidos com o emprego do método descrito no item anterior. Com base no número total de famílias pobres e famílias indigentes no total da população (resultado expandido), foram divididos esses valores pela estimativa do número de domicílios para toda a área pesquisada. Como foram observadas diferenças consideráveis entre os números de domicílios por bairro declarados no "cadastro" e aqueles estimados com base nos intervalos sistemáticos e número de questionários efetivamente pesquisados por bairro, foram adotados dois procedimentos alternativos com posterior comparação dos resultados. O primeiro, foi simplesmente expandir o número de famílias pobres e indigentes encontradas na amostra em cada bairro utilizando simplesmente os intervalos sistemáticos, e o segundo adotou como fatores de expansão a razão número de domicílios do bairro (do "cadastro")/número de domicílios do bairro constantes na amostra.

A entrada de dados da pesquisa foi feita através de programa em DBASE IV e, para as tabulações das variáveis, foi utilizado o SPSS ("Statistical Package for Social Sciences").

## 1.4 - DETERMINAÇÃO DA VARIÂNCIA DOS ESTIMADORES DA PROPORÇÃO

### POPULACIONAL

É necessário agregar à informação referente à estimativa da proporção de famílias pobres e indigentes um certo intervalo de confiança que nos permita verificar o nível de oscilação do verdadeiro valor dessas proporções na população. Para isto, temos que utilizar uma fórmula de cálculo para a variância desse estimador. O livro Técnicas de Amostragem de W. Cochran nos fornece a seguinte indicação: para a amostragem estratificada pelas proporções desejamos estimar a proporção de unidades da população que pertencem a uma determinada categoria C. Supondo-se que no estrato h da população, tenhamos uma proporção  $P_h$ , de elementos da categoria C e uma mesma proporção  $p_h$ , para o estrato h na

amostra. Assim

$$p_h = N \frac{A_h}{n_h} \quad \text{onde} \quad \frac{A_h}{N} = P_h \quad \text{e} \quad \frac{a_h}{n_h} = p_h$$

Dessa forma, podemos obter uma estimativa da proporção populacional ponderando as proporções nos estratos da seguinte forma:

$$P_{st-E} = \frac{\sum N_h p_h}{N}$$

Observe-se que essa estimativa pode ser alternativamente obtida através do método de expansão descrito no item li. De acordo com a fonte acima citada, a variância desse estimador pode ser obtida através da seguinte relação:

$$V_{st-E} = \sum \frac{N_h^2}{N^2} (P_h - P)^2 \frac{p_h q_h}{n_h}$$

Os valores de P e Q que serão adotados são aqueles que maximizam os valores da

intervalo de confiança (e, portanto, uma hipótese mais desfavorável à precisão de nossa estimativa). De posse da estimativa da variância do estimador da proporção populacional, através da aproximação da distribuição binomial pela distribuição normal e com um determinado grau de confiança (por exemplo 95 %), poderemos obter o intervalo de confiança em torno da estimativa de ponto da proporção, utilizando a seguinte expressão:

$$p_{st} - z_{\alpha/2} \sqrt{V(p_{st})} < p < p_{st} + z_{\alpha/2} \sqrt{V(p_{st})}$$

onde:

$p_{st}$  é a estimativa da proporção  $z_{\alpha/2}$  é o valor da distribuição normal populacional padrão para o nível de significância igual a 5 % ( ou seja, para um intervalo de 95 % de confiança)  $V(p_{st})$  é a variância da estimativa da proporção populacional, estimada acima como  $V(p_{st})$   $n$  é o tamanho total da amostra

## II. CONDICÕES DE RENDA

### 11.1 INTRODUÇÃO

Independentemente da nossa situação econômica, cultural ou ideológica, todos nós somos capazes de ter uma percepção empírica da pobreza e de fornecer uma idéia, ainda que um tanto grosseira, de quais são as pessoas ou famílias pobres da sociedade da qual fazemos parte. Entretanto, quando se busca formular, de maneira mais precisa, uma conceituação de pobreza que possibilite às pessoas o raciocínio em abstrato, então inúmeras dificuldades se fazem presentes. Tais dificuldades crescem à medida que se requer do conceito uma estrutura que lhe permita servir de instrumento operacional de investigação política dirigida à redução ou erradicação da pobreza.

No geral, na teoria econômica prevalecente, o assunto é abordado de maneira derivativa e, no mais das vezes, confundido com a questão da distribuição de renda que, como se sabe, guarda óbvia relação com a pobreza mas, de certa forma, lhe é logicamente independente.

Uma explicação sobre os fatores determinantes da distribuição de renda, envolve posicionamento filosófico e ideológico do analista sobre o qual é o verdadeiro objeto e método da ciência econômica. Os teóricos neoclássicos, por exemplo, advogam que a distribuição funcional da renda é apenas um caso especial da teoria dos preços, sendo portanto determinada na esfera da troca. A origem da renda é explicada pela escassez dos serviços dos "fatores" pertencentes aos agentes econômicos, independentemente de quão desigual possa vir a ser a estrutura repartitiva da propriedade.

Os "índices de escassez" são os preços dos fatores, os quais são determinados no mercado pela oferta e demanda, precisamente como qualquer outro preço. De um lado, a demanda pelo serviço de fator é considerada como sendo dada pela sua contribuição para o produto (na margem de produção). A firma maximizadora de lucro irá, então, pagar

pelo serviço do fator exatamente aquilo que ele contribuir para a receita obtida da venda de uma unidade adicional do produto, isto é, o preço dos fatores será igual ao valor do produto marginal. Por outro lado, a oferta de serviços do fator é considerada como determinada pelo sacrifício (desutilidade) associado com seu uso. Segue-se que os preços relativos, refletindo a relativa intensidade de demanda pelos fatores de produção, determinam a distribuição de renda. Todo o problema agora para o economista neoclássico restringe-se a estabelecer a existência e a unicidade e estabilidade de equilíbrio do vetor de preço e quantidade.

Observa-se desse breve resumo que o paradigma convencional, visto sob o prisma da distribuição funcional da renda, não incorpora a pobreza enquanto categoria analítica no seu arcabouço teórico, onde salários mais altos são explicados por uma maior produtividade marginal devido a um período mais longo de "treinamento ou escolaridade". Portanto, como corolário, a pobreza é vista, sobretudo, como falta de capacitação e esforço de trabalho. Esse modelo é notoriamente insatisfatório para explicar a pobreza no contexto da realidade subdesenvolvida dos países periféricos. Trata-se, de um reducionismo justificar a pobreza pela abundância de mão-de-obra e ausência de escolaridade independentemente de uma explicação sobre a apropriação da renda gerada pelo país.

Por outro lado, os economistas defensores da economia política clássica advogam a dependência do sistema econômico e a inter-relação entre os fenômenos da produção, troca, distribuição e acumulação. Nessa abordagem, a distribuição do produto social é considerada em conexão com a performance do trabalho no processo produtivo e com o padrão de propriedade dos meios de produção. As categorias sociais (Capital, Trabalho e Terra) são o reflexo das relações de classe prevaletentes na sociedade contemporânea: a classe dos trabalhadores é formada por aqueles que perfazem os serviços do trabalho; os proprietários de terra são aqueles que detêm títulos ou propriedade da terra; os capitalistas são os que possuem a propriedade do capital, que consiste na soma dos valores de troca ligados aos meios de produção e dos adiantamentos para manutenção

dos trabalhadores durante o período de produção. Cada classe recebe renda ou tem participação no produto baseada em certas regras (o proprietário recebe pelo montante total das suas posses, enquanto o trabalhador pela quantidade de serviços).

Nesta teoria, não se observa uma articulação mais clara com o fenômeno da pobreza enquanto categoria analítica. Não se pode associar a pobreza à simples ausência de propriedade dos meios de produção, onde a classe trabalhadora, portanto, não proprietária, não necessariamente é a que se encontra em estado de pobreza.

Essa síntese, ainda que breve e, por certo, incompleta, deixa transparecer que as teorias tradicionais encerram visões filosóficas marcadamente distintas quanto a seus pressupostos, categorias e conceitos e, no entanto, nenhuma delas incorpora explicitamente a pobreza como categoria analítica específica.

Não obstante as imensas dificuldades que circundam o conceito de pobreza, ele deve ser o mais claro possível. Em primeiro lugar, é exatamente através do conceito empregado que se vai determinar quais as situações e peculiaridades que são passíveis de serem caracterizadas como de pobreza e quais aquelas que não são. Em segundo lugar, a transparência do conceito é um pré-requisito para a mensuração do fenômeno (não se mensura aquilo que não é conhecido). Por último, o conceito deve ser bem delineado para sustentar as possíveis ações políticas para o problema.

## 11.2 - O CONCEITO DE POBREZA

Num sentido geral, pode-se considerar que a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas:

a) Identificação (quem são os pobres?);

b) Agregação (como combinar as características de pobreza de diferentes pessoas numa medida agregada?).

No processo de identificação, de modo geral, os conceitos operacionais de pobreza se enquadram numa das seguintes categorias:

- a) Conceitos Subjetivos (pobreza como juízo de valor);
- b) Conceitos Objetivos (pobreza relativa, absoluta e absoluta relativa).

### **11.2.1 - CONCEITOS SUBJETIVOS**

Os conceitos subjetivos dizem respeito a opiniões ou sentimentos das pessoas sobre o seu próprio estado de pobreza ou sobre a situação de pobreza de seu semelhante.

Com efeito, não parece adequado este modo de ver a pobreza. A pobreza é uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos de um indivíduo, numa família, um grupo ou uma classe. A pobreza não pode ser tão abstrata que venha depender inteiramente do sentimento que desperte nas pessoas; não é possível que sejam estáveis quaisquer resultados obtidos através deste critério.

### **11.2.2 - CONCEITOS OBJETIVOS**

Por outro lado, os conceitos objetivos se baseiam em critérios exogenamente determinados (volume de renda, tipo de habitação, consumo de alimentos, etc) para identificar a situação de pobreza das pessoas ou famílias.

### **11.2.2.1 - Pobreza Relativa**

Dentro do conceito objetivo de pobreza relativa, a pobreza é interpretada em relação ao padrão de vida vigente na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros mais bem aquinhoados nessa distribuição. Esse conceito, apesar de guardar óbvia relação com a noção de desigualdade, não deve ser tratado como categoria sinônimo dessa última. Enfocar apenas a pobreza relativa com as desigualdades afasta-nos da percepção da pobreza enquanto núcleo próprio e, portanto, algo objetivo, socialmente concreto que se deve tentar eliminar. A base para uma ação tendente a erradicar a pobreza tem de começar por dar ao conceito um significado mais adequado e explícito.

### **11.2.2.2 - Pobreza Absoluta**

A percepção da pobreza como um conceito absoluto implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. Implícita nesta definição está a idéia de que a noção de pobreza absoluta expressa uma opinião coletiva de sociedade, derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana. Observe-se que a fixação de um padrão de vida mínimo está vinculada à natureza da sociedade e a seus valores. Dessa maneira, a noção depende de convenções sociais, mas não predominantemente de juízos ou comportamento de pessoas envolvidas, como na abordagem subjetiva. O conceito absoluto compreende alguns parâmetros objetivos e mensuráveis no conjunto das necessidades básicas, parâmetros esses comuns a um certo número de pessoas ou famílias. Assim, a conceituação da pobreza enquanto noção absoluta, requer um menor grau de

subjetividade que em outros critérios alternativos. Portanto, o conceito de pobreza implícito no enfoque absoluto é distinto das outras noções.

Tratemos agora dos métodos empregados para estabelecer os limiares da pobreza: o enfoque biológico; a estratégia das necessidades básicas, e o enfoque dos salários mínimos.

#### A) O Enfoque Biológico

Fixa-se a linha de pobreza tomando-se por base os requisitos nutricionais mínimos da dieta, no caso dos itens alimentares, e alguma proxy para a renda gasta nos requisitos mínimos, quanto aos outros itens. Por essa sistemática, quanto maior for a proporção dos gastos com alimentação, no orçamento das famílias pobres, menor alinha de pobreza, o que implica enfatizar sobremaneira a satisfação dos requisitos alimentares na mensuração da pobreza.

Os problemas de mensuração que ocorrem nessa abordagem são:

- "requisitos nutricionais mínimos" variar de pessoa para pessoa além de depender do clima, das condições de trabalho, do físico, etc.;
- a escolha dos produtos que constituem a dieta de subsistência é feita com vistas a minimizar custos ao invés de procurar corresponder aos hábitos alimentares das pessoas;
- como definir as necessidades de subsistência, se é impossível definir exatamente o que é subsistência?

Tendo em vista todas essas dificuldades, enfrentamos o seguinte paradoxo: o método pode ser contestado mas não pode ser abandonado, pois a desnutrição é um dos aspectos mais evidentes da pobreza. Esta idéia é reforçada pela convicção de que, independentemente dos padrões contemporâneos, existem membros da sociedade que não têm atendidas suas necessidades mínimas de subsistência.

## **B) Salário Mínimo**

A idéia subjacente a esse método é que o nível de salário mínimo oficial é uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para atingir-se o patamar mínimo de subsistência.

Evidentemente é um círculo vicioso usar o salário mínimo como referencial da linha de pobreza, uma vez que ele foi fixado como um montante de renda necessária ao atendimento das necessidades básicas.

Outra observação é que o salário deveria ser ajustado pelos preços, tamanho das famílias, sua composição e os aspectos regionais que o poder de compra propicia. Procurando assim, adequar e comparar o real poder de compra das diferentes regiões do Brasil, bem como, diferentes tamanhos de famílias com diferentes rendas.

## **C) O Enfoque das Necessidades Básicas**

Enfatiza a mobilização de recursos específicos para grupos-alvo especiais, identificados como carentes desses, dando prioridade à produção e distribuição da cesta de produtos básicos na tentativa de garantir que os pobres sejam atendidos e não preteridos por deficiências de mercado.

Algumas críticas podem ser feitas a esse enfoque: primeiro, as necessidades básicas têm caráter subjetivo quando consideradas em termos de parâmetros de políticas públicas, dependendo de sua conceituação, principalmente, das preferências sobre aquilo que essa política deve eliminar; segundo, a colocação de elementos não quantitativos como necessidades básicas junto com itens essenciais, tornando-se redundante e possivelmente enganoso (necessidades básicas com as não materiais: alimentação com segurança, auto determinação, etc.); e terceiro, as necessidades dos indivíduos são determinadas pela estrutura de produção e distribuição (se a estrutura é a causa da pobreza, de que vale determinar as necessidades em termos dessa estrutura?).

#### D) Enfoque da Pobreza Relativa/Absoluta

Nesta abordagem, a linha de pobreza pode ser traçada calculando-se a renda per capita que corresponde a um certo percentil da população.

Duas objeções podem ser levadas em conta: circularidade de prejulgamento (estipular à extensão da pobreza como de "x" por cento, por definição) e, seja qual for a distribuição de renda, sempre haverá pobres, uma vez que esses são definidos como "x" por cento.

### **11.2.3 - SÍNTESE DA DISCUSSÃO CONCEITUAL**

Vimos, portanto, que sempre existe uma arbitrariedade inerente em qualquer conceituação de pobreza, e sua apresentação está propensa a ambigüidades. Contudo, procurando esclarecer ao máximo o conceito, devemos ser tão explícitos quanto possível, compreendendo seu valor e suas limitações.

A noção de pobreza deve atender a certos requisitos para tornar sua estrutura conceitual facilmente compreensível, onde, sem dúvida, o mais evidente de seus requisitos deve referir-se à carência absoluta. Sem essa noção de destituição absoluta, o conceito de pobreza perde muito do seu valor e torna-se vulnerável em termos teóricos.

Aceitando tais necessidades, falta resolver quais os padrões devem ser fixados como sendo a linha de pobreza. Nesse ponto, diante das dificuldades observadas, parece que o enfoque biológico é o mais apropriado como um método de estabelecer linhas de pobreza.

Outra observação que deve ser feita, diz respeito a evitar justapor os conceitos de pobreza e desigualdade. Os dois se relacionam mas transmitem informações distintas sobre fenômenos diferentes, devendo ser tratados separadamente.

### 11.3 - MENSURAÇÃO DA POBREZA

Definido qual conceito operacional de pobreza mais pertinente para o estudo (no presente trabalho, o objeto de investigação baseia-se no conceito de pobreza absoluta), o próximo passo é determinar a linha de pobreza absoluta, isto é, aquele nível de subsistência abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres.

Calculada a linha de pobreza, ainda resta a questão de compatibilizar os diferentes graus de pobreza dessas pessoas que foram rotuladas de pobres, ou seja, como expressar as características de pobreza de um dado contingente heterogêneo? Problemas de natureza operacional forçam a adoção de certos indicadores agregados, os quais não conseguem captar a totalidade da pobreza sofrida por aqueles que se encontram aquém do mínimo de subsistência.

Para medir o grau de pobreza de uma determinada comunidade, dois índices têm sido usados em larga escala: o índice de "incidência de pobreza"; e o índice de "insuficiência de pobreza".

Incidência de pobreza é a proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza.

Índice de insuficiência de pobreza mede a deficiência, ou defasagem, agregada de renda de todos os pobres em relação ao valor monetário da linha de pobreza.

Estas duas medidas são criticadas com os seguintes argumentos:

- o índice não leva em conta os montantes das rendas daqueles que ficam aquém do mínimo de subsistência, não captando quão perto ou distante alguém possa estar da linha de pobreza;

- o índice de insuficiência de renda apenas retrata o montante de renda que elevaria os pobres ao nível da linha de subsistência, enquanto é completamente insensível ao número de pobres envolvidos no processo agregativo; e

- os índices não levam em consideração a distribuição de renda entre os pobres, sendo insensíveis à transferência de renda se o número de pobres não se modifica.

Para corrigir essas deficiências, Sen desenvolveu uma medida de pobreza em que o número de pobres, o montante de renda aquém do mínimo de subsistência e a desigualdade de renda entre os pobres são incorporados num só índice (o presente trabalho não incorpora essa medida).

### **11.3.1 - O MODELO DE MENSURAÇÃO**

O crescimento persistente da renda per capita de um país reflete uma importante dimensão quantitativa de seu processo de desenvolvimento econômico. Se, entretanto, os frutos desse crescimento não são repartidos de forma eqüitativa entre os diversos segmentos sociais, afloram-se as disparidades sócio-econômicas e, via de regra, afloram bolsões de pobreza e miséria. A metodologia aqui aplicada, para a determinação quantitativa dessa pobreza, baseia-se em dois cortes da população: primeiramente, foram consideradas pobres aquelas famílias cuja renda familiar é menor que o valor de uma cesta básica; e, famílias indigentes, aquelas cuja renda por equivalente adulto fosse menor que o valor de uma ração essencial<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Para melhor compreender estatisticamente esse argumento, verificar "ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À QUANTIFICAÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NAS ÁREAS POBRES DE UBERLÂNDIA" (página 18 desse relatório).

O esquema metodológico para a determinação da linha de pobreza e indigência foi o seguinte:

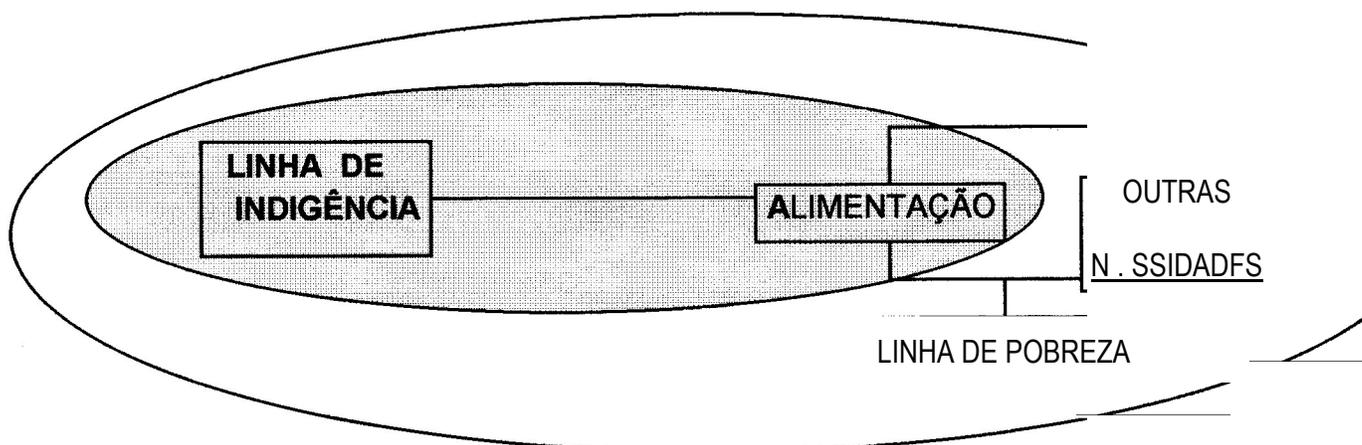
DEFINIÇÃO DO CONCEITO  
DE POBREZA

POBREZA ABSOLUTA  
JUIZO DE VALOR SOBRE  
PADRÕES MÍNIMOS

DE NECESSIDADES

NECESSIDADES  
NÃO-MATERIAIS

NECESSIDADES  
MATERIAIS



#### 11.4 - A ESTRUTURA DA RENDA FAMILIAR NOS 36 BAIRROS PESQUISADOS EM UBERLÂNDIA:

Este tópico divide-se em duas partes. Na primeira, é apresentado um resumo descritivo dos quadros e gráficos que compõem a última parte desse relatório. Na segunda, procura-se apresentar, na íntegra, os resultados dessa pesquisa através de quadros e gráficos.

##### **11.4.1 - RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

A apresentação dos resultados finais está contida em cinco quadros e três gráficos.

Nos gráficos visualizamos:

Gráfico 11.1 - GASTO COM COMIDA - Onde percebemos que a imensa maioria da população (54,96%) , gasta tudo ou quase tudo para alimentar a família. Esse dado, como foi extraído de pergunta direta, reforça os números encontrado para a pobreza e a indigência.

Gráfico 11.2 - RECEBEM AJUDA DE ALGUMA ENTIDADE - Nesse levantamento, que também é um item de pergunta direta, observamos que 69,54% da população declararam, categoricamente, que não recebem qualquer tipo de ajuda.

Nos Quadros 11.1, 11.2, 11.3 e 11.4 - RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO (1ª e 2ª fase) -, temos as faixas de distribuição da renda nos bairros pesquisados. Essa distribuição foi agrupada, o que gerou o Gráfico 11.3 -RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO (Por Faixas de Renda) - onde está demonstrado que mais de 80% da população pesquisada (85,96% na primeira fase e 87,05% na segunda fase) recebe menos de 3 salários.

Por fim, no Quadro 11.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIROS PESQUISADOS - temos que: treze mil, seiscentas e oitenta e sete famílias nos trinta e seis bairros pesquisados em Uberlândia defrontam-se diariamente com o problema da pobreza (equivalente a 55,88% da população). Dessas, oito mil, quatrocentas e quarenta e duas não possuem renda que permita sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos. Em outras palavras, a fome atinge 34,47% da população pesquisada.

#### 11.4.2 - QUADROS E GRÁFICOS

GRÁFICO 11.1

### GASTO COM COMIDA

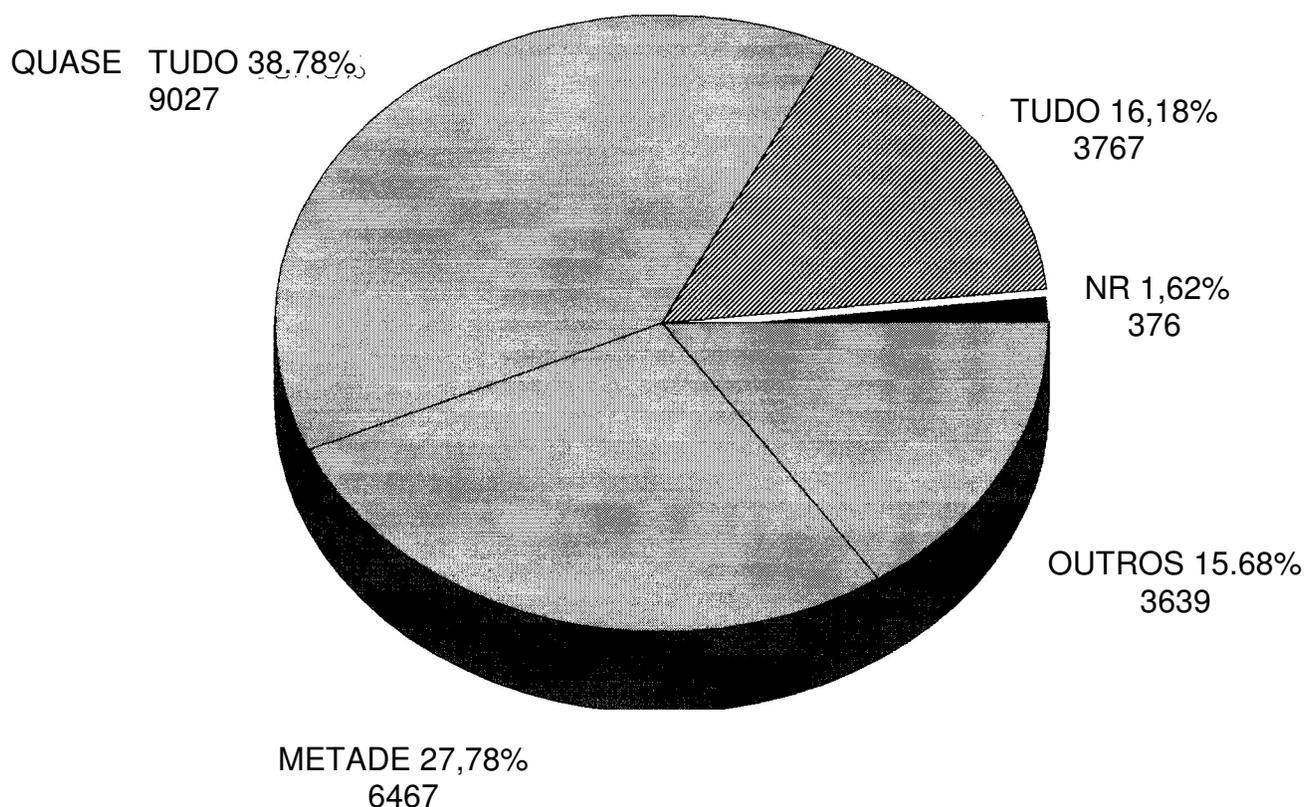
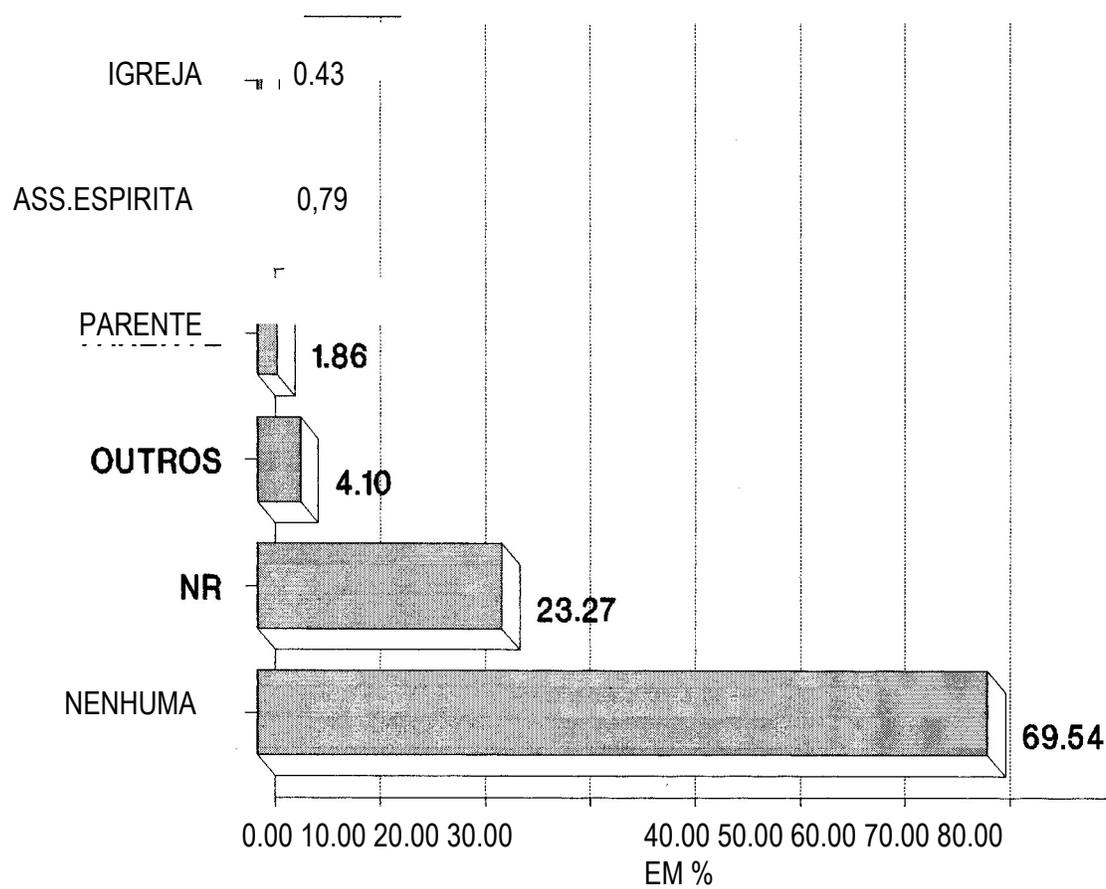


GRÁFICO 11.2

## RECEBEM AJUDA DE:



QUADRO 11.1

RENDA	POR	EQUIVALENTE		ADULTO - EM URVs		- 1a	fase	
		ATÉ 25	25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
BURITIS			2	7	2	11	11	14
ANAA			3	4	1			9
OPACABANA		3	3		9	63		24
OM ALMIR		12	10	12				34

# 1

QUADRO 11.2

RENDA POR		EQUIVALENTE		ADULTO		% -	1a fase	
AIRROS	ATÉ 25	25 A 50	50 A 100	100 A 200	00 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL	
URITIS	0,000	15,384	53,846	15,384	7,692	7,692	10	
ANAA	0,000	33,333	41,6667	16,666	0,000	0,000	10	
OPACABANA	0,000	12,500	0,000	37,500	25,000	12,500	10	
OM ALMIR	21,7391	30,434	34,782	0,000	0,000	0,000	10	
SPERAN A	33,333	28,571	33,333	4,761	0,000	0,000	10	
RANADA	0,000	13,3333	26,666	53,3333	6,666	0,000	10	
UARANI	3,389	18,6441	47,457	13,559	3,389	0,000	10	
INDUSTRIAL	6,896	41,379	34,482	3,448	0,000	0,000	10	
RANJEIRAS	0,000	38,461	53,846	7,692	0,000	0,000	10	
ANSOUR	10,000	12,000	46,000	20,000	6,000	0,000	10	
ARAVILHA	26,470	35,2941	20,588	2,941	0,000	0,000	10	
ARTA HELENA	19,354	16,129	32,2581	19,354	6,451	3,225	10	
. S. GRAÇAS	5,263	18,4211	31,578	18,4211	6,578	0,000	10	
LIVEIRAS	6,756	33,783	33,783	20,270	0,000	0,000	10	
AINEIRAS	0,000	9 090	63,636	18,181	0,000	0,000	10	
ATRIMÔNIO	0,000	33,333	<b>44,444</b>	22,222	0,000	0,000	10	
ANTA LUZIA	3,076	33,846	43,076	15,384	0,000	0,000	10	
ANTA MÔNICA 11	4,411	34,558	38,235	11,764	3,676	0,000	10	
ANTO INÁCIO	7,500	28,333	37 500	10,000	0,833	0,000	10	
AO JORGE	7,894	44,736	39,4737	5,263	0,000	0,000	10	
,Ao JOSÉ	14,285	21,428	42,8571	7,142	0,000	0,000	10	
ATÉLITE	0,000	7,407	25,925	<b>44,444</b>	14,814	0,000	10	
AIAMAM	10,526	10,526	26,315	15,7895	15,789	0,000	10	
ANCREDO NEVES	13,043	21,7391	34,782	13,043	0,000	0,000	10	
OCANTINS	9,803	31,372	39,215	9,803	0,000	0,000	10	
UBALINA	6,383	12,766	29,787	23,404	8,510	4,255	10	
VILA MARIA	11,428	42 8571	28 571	8,571	0,000	0 000	10	
OTAL	7.571	24.013	38.143	15.839	3.835	0.652	10	

**QUADRO 11.3**

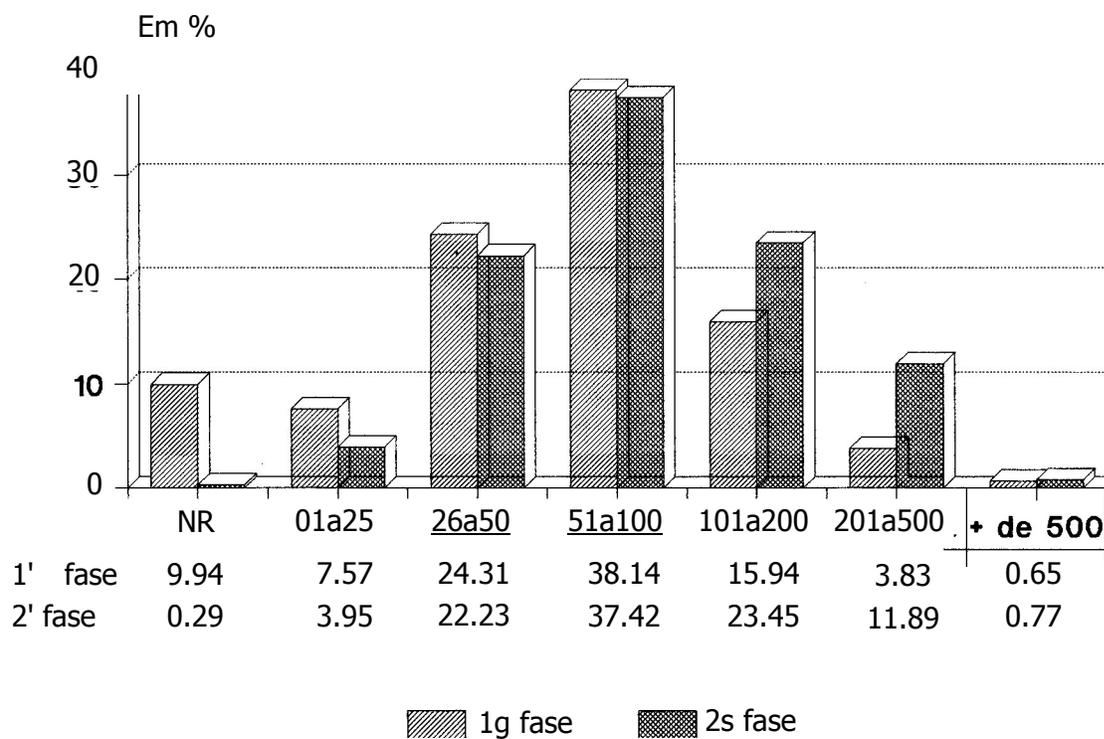
RENDA	POR	EQUIVALENTE ADULTO - EM R\$				2a	fase
		25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
AIRRO							
CLIMA O	7	112	140	49	49	0	357
ALIF RNIA	14	105	56	42	21	0	238
PANEMA I	16	100	220	88	28	0	452
PANEMA II	7	49	21	14	0	0	91
GOINHA	48	180	264	120	60	12	684
II NAS BRASIL	15	50	80	100	40	0	285
ALMEIRAS	10	100	255	225	120	0	710
AMPULHA	10	80	205	95	50	10	450
ONA ZULMIRA	60	204	408	300	156	12	1140
OTAL	187	980	1649	1033	524	34	4407

**QUADRO 11.4**

RENDA POR		EQUIVALENTE	ADULTO - EM % - 2a fase				
	ATE 25		25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500
BAIRROS							
CLIMA O	1,9608	31,3725	39,2157	13,7255	13,7255	0,0000	100
ALIF RNIA	5,8824	44,1176	23,5294	17,6471	8,8235	0,0000	100
PANEMA I	3,5398	22,1239	48,6726	19,4690	6,1947	0,0000	100
PANEMA II	7,6923	53,8462	23,0769	15,3846	0,0000	0,0000	100
GOINHA	7,0176	26,3158	38,5965	17,5439	8,7719	1,7544	100
II NAS BRASIL	5,2632	17,5439	28,0702	35,0877	14,0351	0,0000	100
ALMEIRAS	1,4085	14,0845	35,9155	31,6901	16,9014	0,0000	100
AMPULHA	2,2222	17,7778	45,5556	21,1111	11,1111	2,2222	100
nc.	5,2632	17,8947	35,7895	26,3158	13,6842	1,0526	100

GRÁFICO 11.3

RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO  
Por Faixas de Renda (em R\$)



**QUADRO 11.5****DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIRROS PESQUISADOS**

BAIRRO	No. FAMÍLIAS TOTAL	% DO BAIRRO NO TOTAL	No. FAMÍLIAS POBRES	% FAMÍLIAS POBRES NO BAIRRO	% NO TOTAL DE POBRES	No. FAMÍLIAS INDIGENTE	No. FAMÍLIAS INDIGENTES NO BAIRRO	% NO TOTAL DE INDIGENTES
ACLIMAÇÃO	420	1,71	280	66,67	1,14	252	60,00	103
BURITIS	1651	0,67	99	6,00	0,40	22	1,33	0,09
CALIFORNIA	287	1,17	210	73,17	0,86	161	5,61	0,66
CAN	248	1,01	72	29,03	0,29	32	1,29	0,13
COPACABANA	300	1,22	30	10,00	0,12	30	1,00	0,12
DOM ALMIR	375	1,53	285	76,00	1,16	180	4,80	0,73
ESPERANÇA	396	1,62	324	81,82	1,32	234	5,90	0,96
GRANADA	663	2,71	156	23,53	0,64	78	1,76	0,32
GUARANI	2232	9,11	1188	53,23	4,85	468	20,97	1,91
INDUSTRIAL	203	0,83	147	72,41	0,60	98	4,82	0,40
IPANEMA I	516	2,11	376	72,87	1,54	316	6,12	1,29
IPANEMA II	105	0,43	70	66,67	0,29	70	6,67	0,29
LAGOINHA	810	3,31	528	65,19	2,16	462	57,04	1,89
LARANJEIRAS	507	2,07	390	76,92	1,59	195	3,84	0,80
MANSOUR	1612	6,58	775	48,06	3,16	341	2,15	1,39
MARAVILHA	266	1,09	182	68,42	0,74	147	5,52	0,70
MARTA HELENA	576	2,35	306	53,13	1,25	198	34,38	0,81
MINAS BRASIL	3,50	1,43	205	58,57	0,84	141	41,43	0,59
NOSSA SENHORA	770	3,14	300	38,96	1,22	180	2,38	0,73
OLIVEIRA	539	2,20	266	49,35	1,09	210	3,89	0,86
PAINÉIRAS	507	2,07	234	46,15	0,96	39	0,79	0,16
PALMEIRAS	720	2,94	450	62,50	1,84	330	45,83	1,35
PAMPULHA	506	2,06	340	67,33	1,39	270	5,34	1,10
PATRIMÔNIO	300	1,22	210	70,00	0,86	90	3,00	0,37
SANTA LUZIA	781	3,19	528	67,61	2,16	264	33,80	1,08
SANTA MÔNICA II	2115	8,63	1395	65,96	5,70	810	3,83	3,31
SANTO INÁCIO	992	4,05	584	58,87	2,38	352	3,54	1,44
SÃO JORGE	440	1,80	363	82,50	1,48	220	5,00	0,90
SÃO JOSÉ	98	0,40	63	64,29	0,26	35	3,57	0,14
SATÉLITE	203	0,83	35	17,24	0,14	14	0,69	0,06
TAIAMAN	720	2,94	288	40,00	1,18	144	2,00	0,59
TANCREDO NEVES	775	3,16	403	52,00	1,65	248	3,20	1,01
TOCANTINS	1908	7,79	1116	58,49	4,56	756	3,96	3,09
TUBALINA	1590	6,49	570	35,85	2,33	270	1,69	1,10
VILA MARIA	252	1,03	175	69,44	0,71	115		
DONA ZULMIRA	1248	5,10	744	59,62	3,04	648	51,92	2,65

### III. CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO

#### 111.1.

O item Educação, no levantamento, abrange as seguintes informações:

.adultos: grau de instrução e idade

.crianças: estudam ou não; onde estudam; idade.

Para a análise dos dados referentes a tais questões, o procedimento adotado passou, inicialmente, pela tabulação das informações, com a respectiva elaboração de planilhas contendo os dados absolutos e relativos, devidamente expandidos para o restante da amostra (vide Anexo - Tabelas). A partir de então, foi possível a realização dos gráficos, que permitem uma melhor visualização dos dados apresentados.

Antes de apresentarmos qualquer análise das informações obtidas, cabe-nos fazer algumas observações:

- o item Escola, referente às crianças que estudam, não será analisado porque não foi possível obter respostas de todos os entrevistados para cada bairro e setor. Devido à impossibilidade de informações mais consistentes a respeito, optou-se por não analisá-lo;

- o termo analfabeto é entendido, aqui, como aquele que se refere aos indivíduos que não conseguem sequer identificar letras. O alfabetizado, por outro lado, refere-se àqueles indivíduos que conseguem escrever seu próprio nome e, minimamente, conhecer algumas letras, não conseguindo, no entanto, ler e interpretar um texto.

Será apresentada, inicialmente, uma análise referente ao grau de instrução dos adultos, acompanhada das faixas de idade dos mesmos definidas como: 14 a 20 anos, 21 a 30 anos, 31 a 40 anos e acima de 40 anos. Através dos gráficos, será possível visualizar os valores relativos para cada bairro no que diz respeito a esses itens.

Em seguida, serão mostrados os percentuais de crianças que estudam e também daquelas que não estudam, conjuntamente com as faixas etárias: 0 a 2 anos, 3 a 6 anos, e 7 a 13 anos, para cada bairro.

Para maior clareza e entendimento, optou-se por apresentar graficamente os 10 bairros que mais se destacam em cada item analisado, uma vez que a colocação dos 36 bairros pesquisados seria visualmente inviável. Os dados de todos os bairros, no entanto, encontram-se expressos nas tabelas em anexo.

Cabe ressaltar que a análise aqui desenvolvida não leva em consideração nenhuma outra variável além da educação, haja visto que, nesta primeira etapa de análise de dados, coube-nos analisar somente esse item, ficando os cruzamentos com as demais variáveis (renda, ocupação, saúde, etc) para um segundo momento de análise. Por ora, são feitas apenas inferências sobre as relações existentes entre a educação e demais variáveis que a influenciam ou que são influenciados por ela, sem a apresentação de quaisquer dados referentes às mesmas. Por fim, são apresentadas algumas conclusões gerais sobre o item Educação e os dados apresentados.

### **111.2 GRAU DE INSTRUÇÃO DOS ADULTOS**

De forma geral, pode-se verificar, através do gráfico I II 1, que, dentre o total de adultos presentes nos bairros pesquisados (cerca de 70.052), 6,72% são analfabetos. Desse total, é possível afirmar (vide gráfico 1112) que 2,96% encontram-se na faixa etária de 14 a 20 anos; 5,81% têm de 21 a 30 anos; 10,40% possuem 31 a 40 anos, enquanto 80,83% do total de analfabetos têm acima de 40 anos, o que vem apontar um certo decréscimo desta taxa, haja visto que o percentual mais significativo refere-se a indivíduos mais velhos.

GRÁFICO 111.1 - ESCOLARIDADE DOS ADULTOS - %GERAL

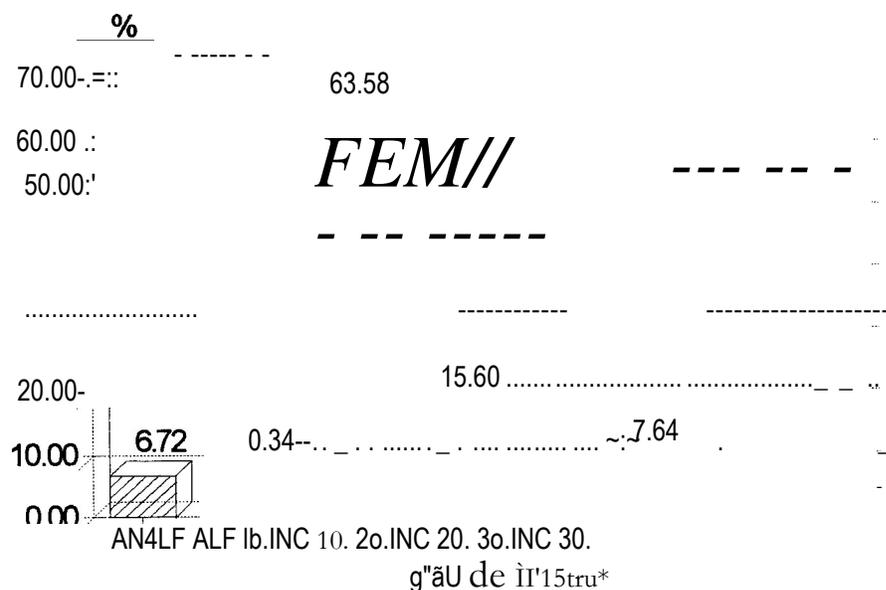
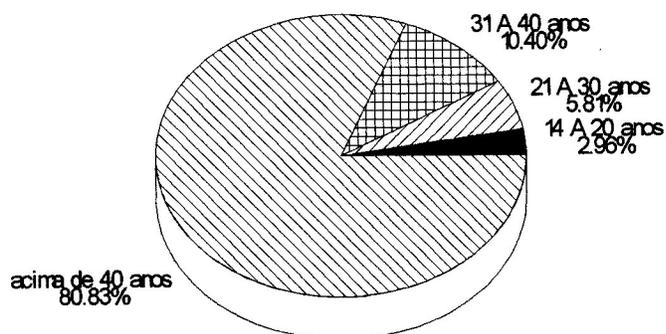


GRÁFICO 111.2 - IDADE DOS ADULTOS ANALFABETOS - % GERAL

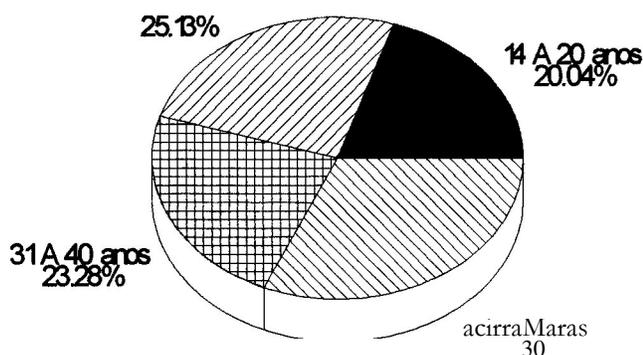


Forte ~IkIJ- l,ber'lar~B94

Os alfabetizados são em um percentual de 0,34% do total de adultos. Destes, 8,37% têm de 14 a 20 anos de idade; 10,12%, 21 a 30 anos; 22,45%, 31 a 40 anos, e 59,06% têm acima de 40 anos.

Todavia, como se pode verificar, o percentual mais expressivo cabe ao número de indivíduos que não completaram o 1º grau - aproximadamente 64%. Verificaremos, nos próximos itens, quais são os bairros que mais se destacam na formação desse percentual. Por ora, cabe afirmar que, do total de indivíduos que possuem o 1º grau incompleto, 20,04% têm de 14 a 20 anos; 25,13% de 21 a 30 anos; 23,26% de 31 a 40 anos, e 31,55% acima de 40 anos de idade (como se pode ver no gráfico abaixo).

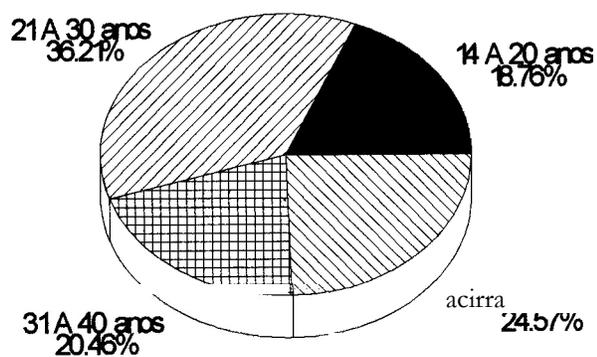
GRÁFICO 111.3 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU INCOMPLETO



Fonte: C133132Sfl.FIJ-

Apenas 15,60% do total de adultos concluíram o 1º grau, dos quais 18,76% encontram-se na faixa etária de 14 a 20 anos; 36,21 % têm de 21 a 30 anos; 20,46% de 31 a 40 anos e 24,57% têm acima de 40 anos. (Vide gráfico 111.4)

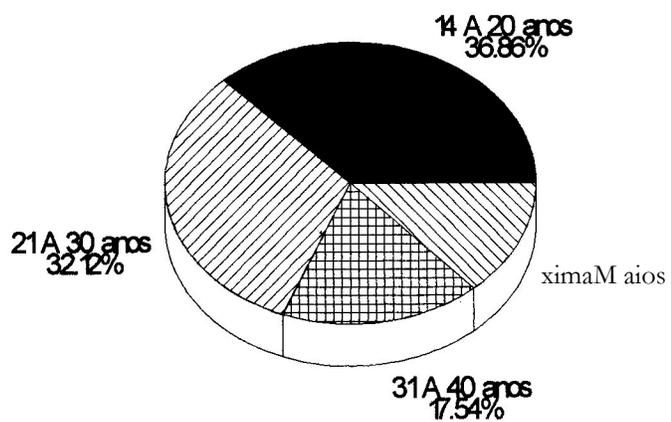
GRÁFICO 111.4- IDADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU COMPLETO



Forte ~IFU- lberl~'694

O percentual de indivíduos que iniciaram mas não concluíram o 2º- grau é de, aproximadamente, 4,05%, sendo que, como revela o gráfico III 5, 36,86% estão nas idades de 14 a 20 anos; 32,12% têm de 21 a 30 anos; 17,54% de 31 a 40, e 13,48% acima de 40 anos.

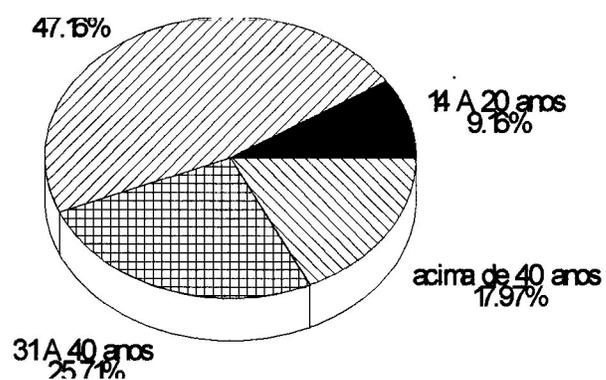
GRÁFICO 111.5 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º- GRAU INCOMPLETO



Fato ~ 1994 - 1,berlartda~1994

Cerca de 7,64% dos adultos concluíram o 2º- grau, dos quais 9,16% têm de 14 a 20 anos; 47,16% estão entre 21 e 30 anos; 25,71% possuem de 31 a 40 anos e 17,97% têm 41 ou mais.

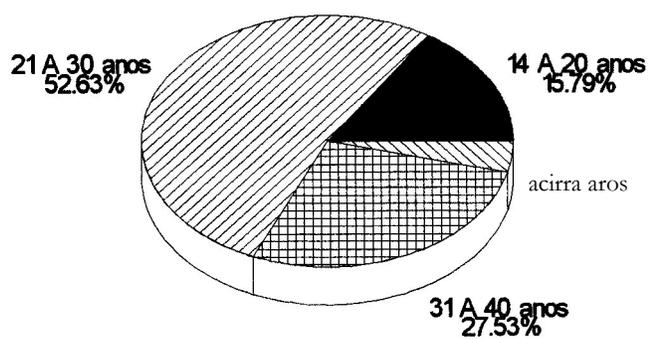
GRÁFICO 111.6 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º- GRAU COMPLETO



Fortec CGWI.I=IJ- Lberlarda/1B94

Somente 0,35% dos indivíduos iniciaram e não concluíram o 3º- grau. Desses, como é possível verificar no gráfico III 7, o maior percentual encontra-se na faixa etária de 21 a 30 anos (52,63%), seguido de 27,53% que têm de 31 a 40 anos; e, respectivamente, 15,79% e 4,05% encontram-se nas faixas de 14 a 20 anos e acima de 40.

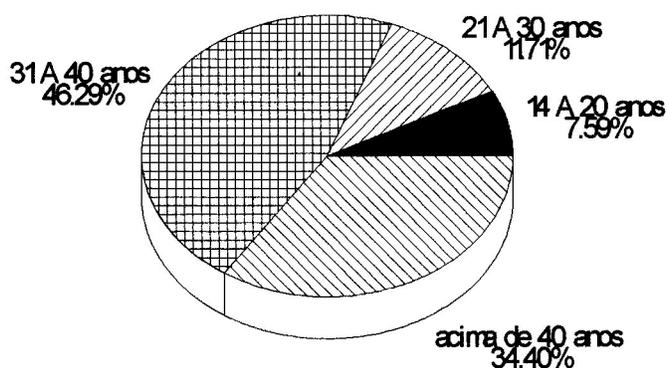
GRÁFICO 111.7 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAU INCOMPLETO



Fonte: CEPESJ IFU - Lherlandia/ 1994

Representando um percentual nada expressivo, o total de adultos que concluíram o 3º-grau não chega a 2%. O gráfico 1118 mostra que 46,29% desse total se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos, percentual mais significativo seguido de 34,40%, que têm acima de 40 anos.

GRÁFICO 111.8 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAU COMPLETO



Fate C3:Wd 1.FU- Lberlarda/'B94

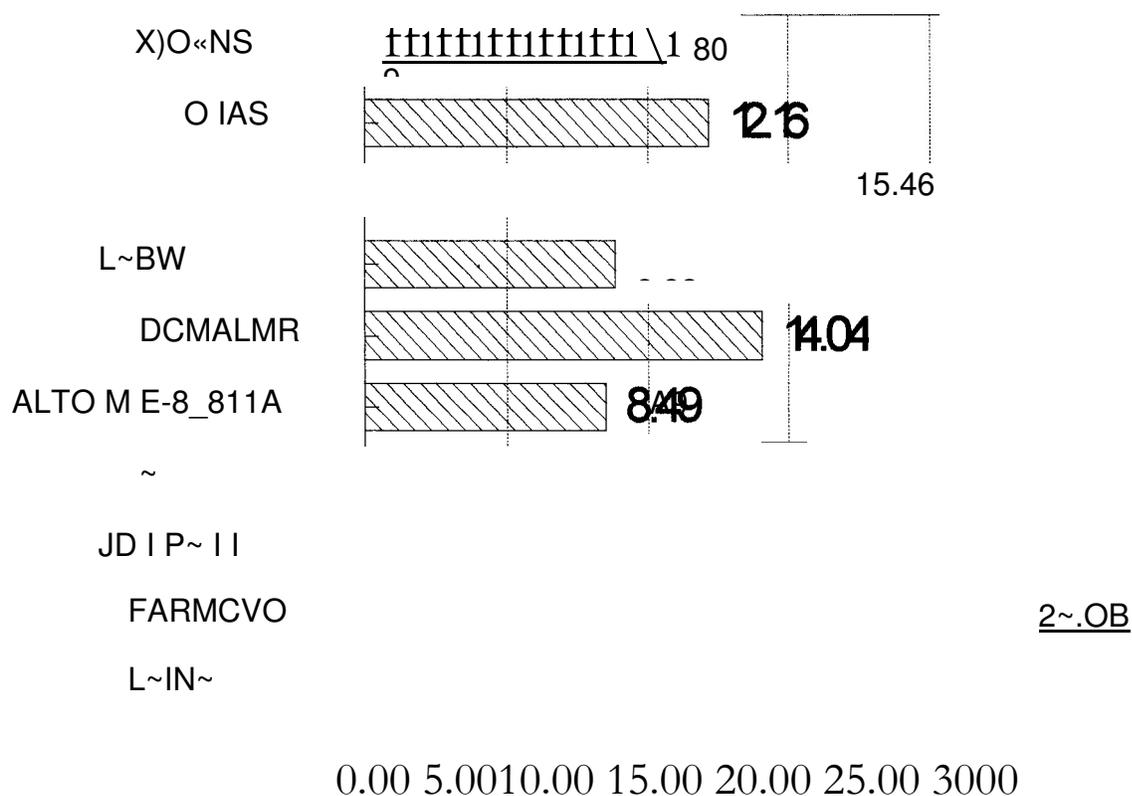
Na seção seguinte, procurar-se-á evidenciar os bairros que mais se destacam na formação dos percentuais acima citados.

### 111.2.1 BAIROS MAIS

#### . Analfabetos

Como já foi dito anteriormente, nos 36 bairros pesquisados, foi possível detectar cerca de 6,72% de adultos analfabetos. Nesse percentual, alguns bairros merecem nossa atenção pelos expressivos números que apresentam. (Vide gráfico III 9)

GRÁFICO 111.9 - INSTRUÇÃO DOS ADULTOS - % DE ANALFABETOS



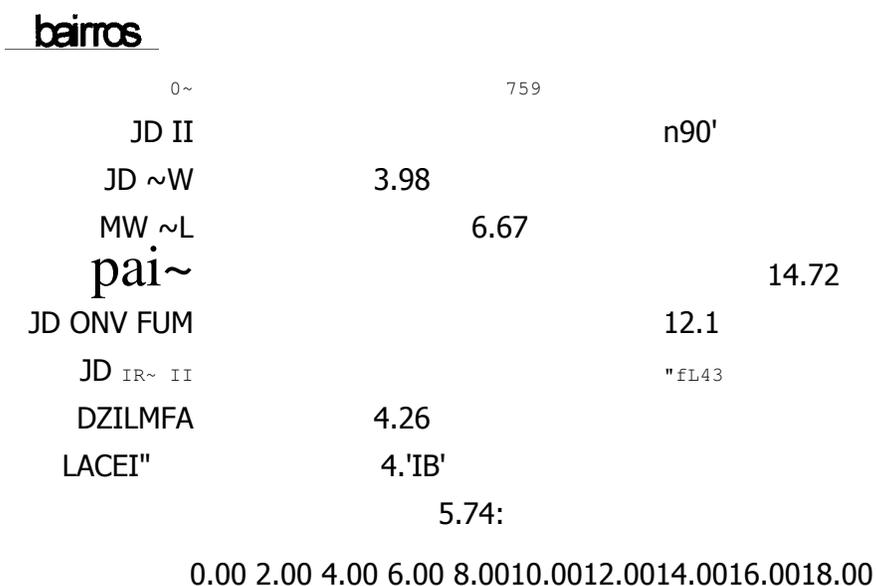
O bairro Patrimônio, por exemplo, destaca-se dentre os demais por possuir o maior percentual de analfabetismo. Aproximadamente 23,08% de sua população não sabe ler nem escrever. Problemática semelhante é encontrada no bairro Canaã, que apresenta cerca de 16,46% de analfabetos em relação ao número total de moradores.

O bairro Jardim Ipanema li, possui 14,29% de analfabetos, não ficando muito aquém os bairros Dom Almir e Esperança com, aproximadamente, 14,04% e 12,86%, respectivamente.

#### . Alfabetizados

No total de adultos, o percentual dos alfabetizados ou semi-analfabetos é pequeno - apenas 0,34% -, como já foi afirmado. O bairro Aclimação, no entanto, destaca-se dentre os demais - 14,72% dos adultos que ali residem são alfabetizados -, seguido do bairro Jardim Califórnia com 12,17%, aproximadamente. Os demais bairros, como é possível verificar no gráfico III 10, possuem um percentual de adultos alfabetizados inferior a 12%.

GRÁFICO 111. 10 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE ALFABETIZADOS



## 1º- grau incompleto

Pode-se perceber, pelo gráfico II I 11, que grande maioria da população pesquisada não chegou a concluir o 1º- grau. Veja, por exemplo, o caso dos bairros Industrial e São José, onde 93,8% e 90,9% dos habitantes não possuem o 1º- grau, respectivamente. Não menos alarmante é o que se verifica nos bairros Maravilha, Esperança e Taiaman, cujos percentuais de indivíduos que não terminaram o 1º- grau chegam a 82,6%, 78,6% e 76,9%, respectivamente. Igualmente, os demais bairros apresentam elevado percentual no que se refere aos não concluintes desse nível de escolaridade.

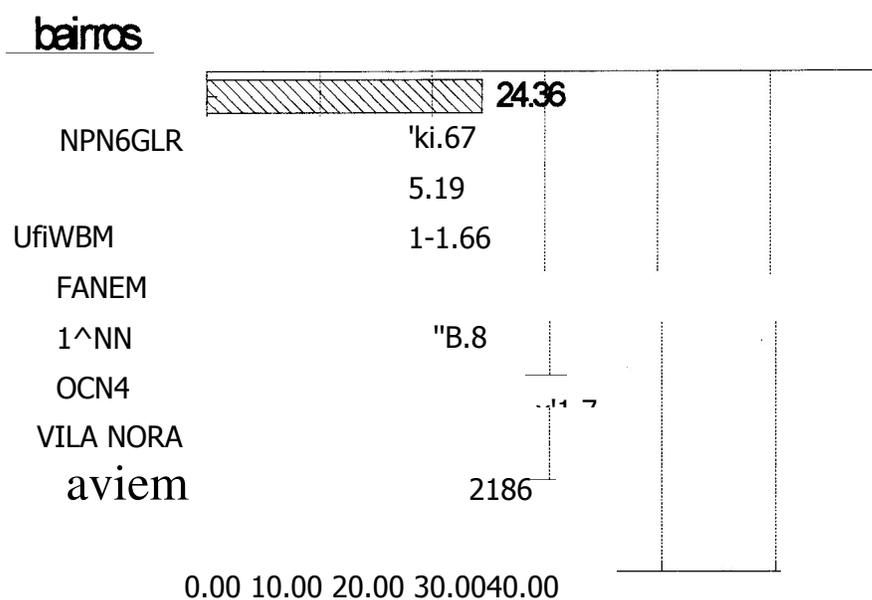
GRÁFICO 111. 11 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º GRAU INCOMPLETO

<b>bànw</b>	
TC~NS	73.86
	76.92
SPOJ J01U---	73.5s
DDVIALMR	7"
LHJN	8'1.58:
I9Q.83	
WJ06E	9091
fPER~	78.57
JD IR~I I	7!429
DZ1MM	7092
0.00 20.00 40.00 60.00	80.00 100.00 1;

. 1 °-

Através do gráfico III 12, é possível visualizar que, dentre os 36 bairros pesquisados, a maioria apresenta um percentual de adultos que concluíram o 1 °- grau relativamente pequeno (menor que 30%) frente àquele que se refere aos adultos que não o concluíram. Destaca-se aqui, no entanto, o bairro Paineiras, onde se verifica a existência de 51,5% de indivíduos que possuem o 1°- grau.

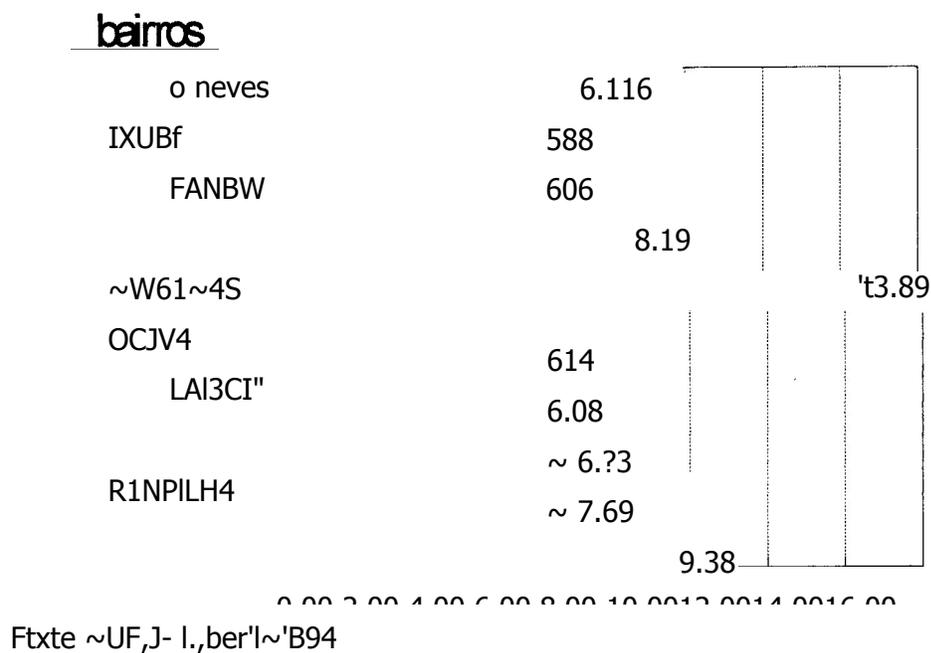
GRÁFICO 111. 12 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1°- GRAU



. 2º- grau incompleto

Os percentuais que se referem ao número de adultos que iniciaram mas não concluíram o 2º- grau, apresentam-se pouco expressivos. frente aos percentuais do 1º grau completo e incompleto. Pode-se visualizar, pelo gráfico III 13, que o maior valor (cerca de 13,9%) diz respeito ao bairro Copacabana, enquanto os demais mostram valores inferiores a 10%.

GRÁFICO III 13 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º- GRAU INCOMPLETO

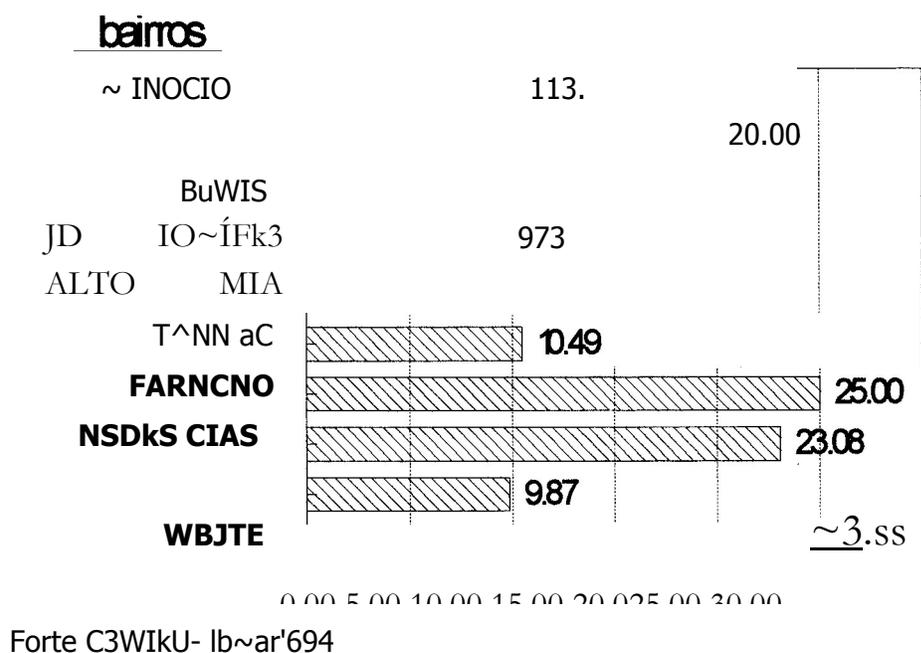


. 2º- grau

Destacando-se dentre os demais - vide gráfico III 14 -, o bairro Copacabana apresenta 25% de adultos que concluíram o 2º- grau. Esse percentual é seguido de perto pelos bairros Satélite e Patrômônio, que possuem 24% e 23,1 % de concluintes desse nível de escolaridade, respectivamente.

Com exceção de alguns bairros como Granada (20%), Alto do Marta Helena (12,3%) e Buritis (12,1%), os demais apresentam percentuais iguais ou inferiores a 12% de indivíduos que possuem o 2º- grau.

GRÁFICO 111. 14 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º- GRAU COMPLETO



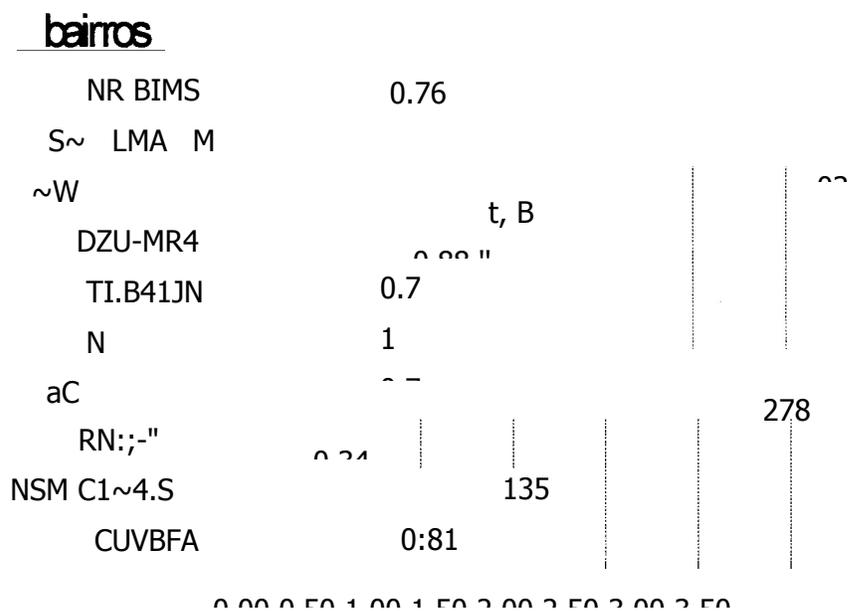
. 3º- grau incompleto

Os valores, presentes no gráfico III. 15, que se referem ao número de indivíduos que não completaram o 3º- grau são mínimos. Isso pode ser confirmado, tendo-se em

vista que o número mais elevado é demonstrado pelo bairro Buritis, que apresenta apenas cerca de 3% de não concluintes desse nível de escolaridade. Outro bairro de destaque, nesse item, é o bairro Copacabana com o percentual de 2,8%.

É possível afirmar, embora sem muita profundidade no momento, que esses percentuais têm, como "pano de fundo", as condições sócio-econômicas presentes nos bairros que os apresentam, tendo em vista que algumas localidades, cujo nível de renda beira ou ultrapassa a linha de pobreza - como Dom Almir, Canaã, Esperança, e outros -, apresentam percentual zero para esse nível de escolaridade.

GRÁFICO 111.15 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º- GRAU INCOMPLETO



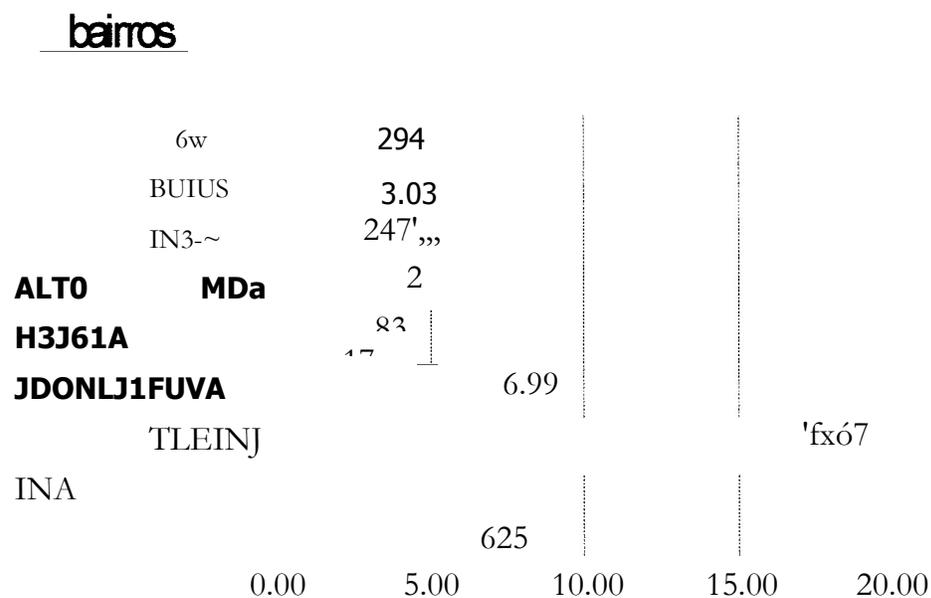
Forte ~IFU- l,ber'la'riar'B94

. 3º- grau

Com um percentual de 16,7% de indivíduos que possuem curso superior, o bairro Copacabana é o que mais se destaca dentre os demais, seguido pelo bairro Granada, com 12,5%.

Grande parte dos bairros pesquisados não possuem adultos com nível de instrução de 3º-grau, como demonstra o gráfico III. 16. Os outros, apresentam percentuais reduzidos em relação a esse item - abaixo de 8%.

GRÁFICO 111. 16 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º- GRAU COMPLETO



Fonte CEPES(I.FU- Iberlai~694

No que se refere ao grau de instrução dos adultos nos bairros pesquisados, percebe-se, através dos gráficos apresentados, que as áreas consideradas como de mais baixa renda evidenciam um nível de escolaridade mínima de seus habitantes. É possível verificar, por exemplo, que, no bairro Patrimônio, encontra-se o maior número de

analfabetos, seguido de perto pelos bairros Canaã, Jardim Ipanema li, Dom Almir e Esperança.

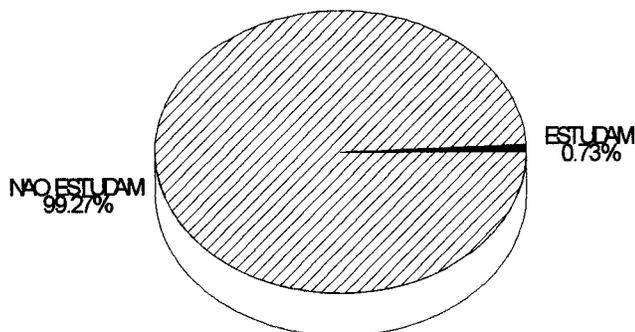
### 111.3- CRIANÇAS - % QUE ESTUDAM OU NÃO POR FAIXAS ETÁRIAS

Uma das perguntas sobre educação refere-se à idade das crianças e à questão do estudo das mesmas, especificamente, se elas estudam ou não.

Do total de crianças presentes na amostra -cerca de 31.694-, foi possível verificar que, aproximadamente, 63% são estudantes, enquanto 37% não são.

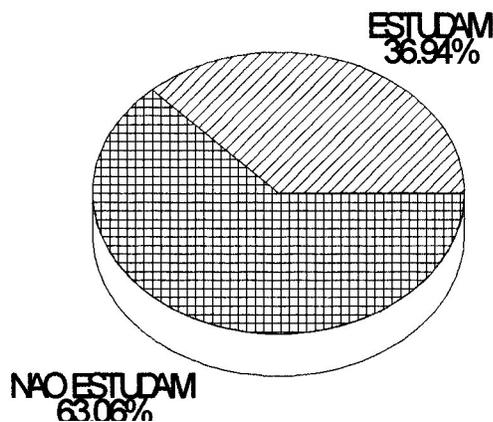
Dentre as crianças de 0 a 2 anos, pode-se visualizar pelo gráfico **111.17**, que 0,73% estudam, enquanto 99,27% não estudam. Na verdade, tais percentuais referem-se provavelmente à utilização ou não de creches, já que nesta faixa etária não há demanda por escola.

GRÁFICO 111. 17 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS - % QUE ESTUDAM



O gráfico 111.18 mostra, por outro lado, que, entre as crianças de 3 a 6 anos (fase pré-escolar), 36,94% são estudantes, enquanto 63,06% não são.

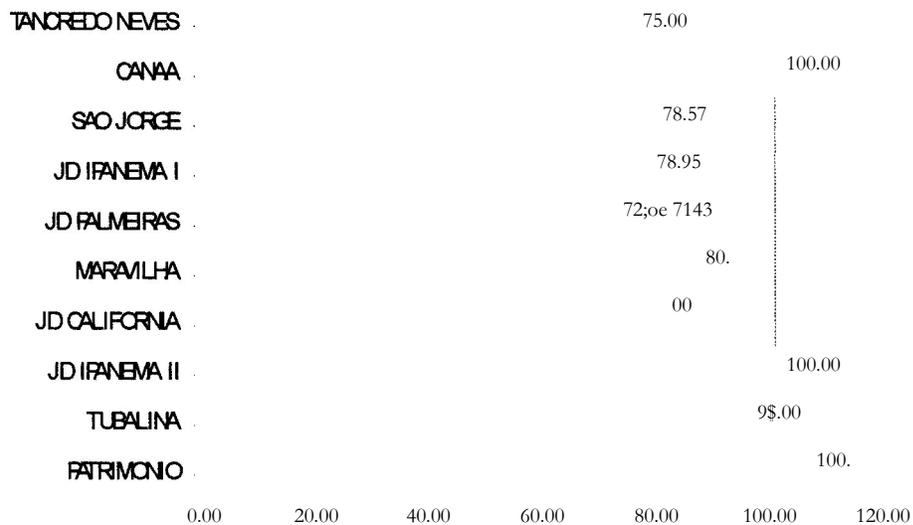
GRÁFICO 111. 18 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % OU ESTUDAM



Furta CIEI:ffid I.FU- lberlarda/1~94

Os bairros que mais se destacam neste elevado percentual de não estudantes são, de acordo com o gráfico 111.19, os seguintes: Jardim Ipanema II (100% das crianças de 3 a 6 anos não estudam), igualmente o bairro Canaã (100%) e Patrimônio (100%), seguidos dos bairros Tubalina (95%), Jardim Califórnia (80%), Jardim Ipanema I (78,95%), São Jorge (78,57%), Tancredo Neves (75%), Jardim das Palmeiras (73,08%), e Maravilha (71,43%).

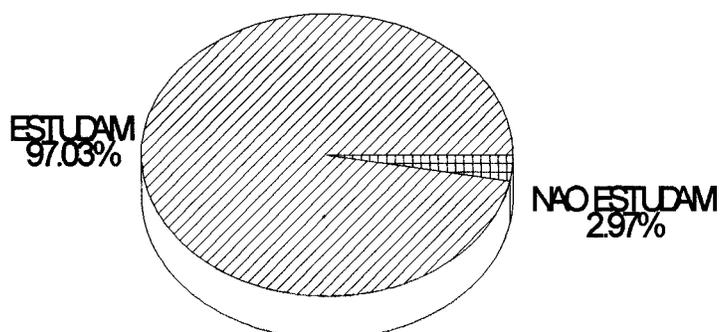
GRÁFICO 111. 19 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS  
DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO



Fortes CER3EII,FI,J- l.b~a~

Dentre as crianças em idade escolar (7 a 13 anos), verificou-se, nos 36 bairros pesquisados, que 97,03% estudam e 2,97% estão fora da escola (gráfico 111.20).

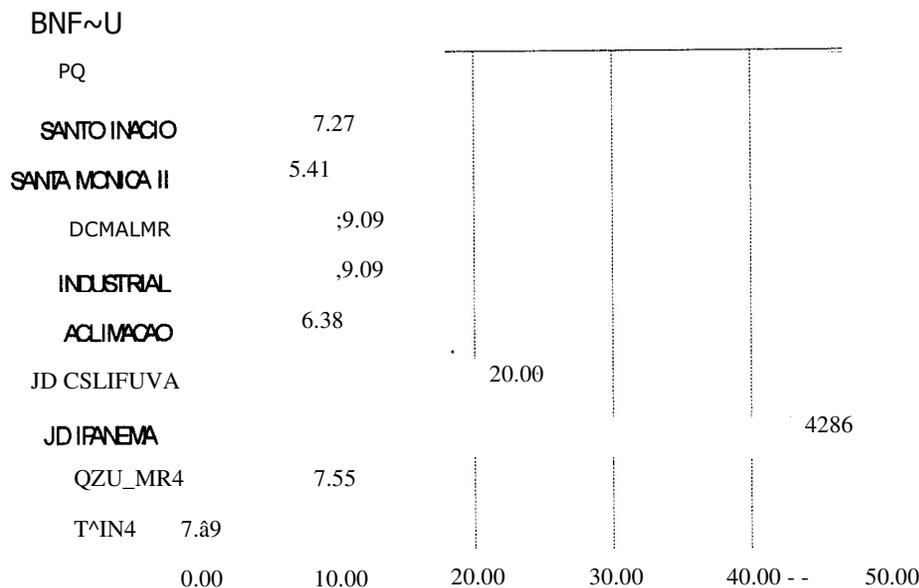
GRÁFICO 111.20 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % QUE ESTUDAM



Forte ~1.F1J- Uberladaf1694

Os percentuais mais elevados são evidenciados nos bairros onde a população é mais carente. Vide gráfico 111.21.

GRÁFICO 111.21 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS  
DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO



Forte ~IFU- lberl~'6A4

No Jardim Ipanema li, por exemplo, aproximadamente 42,86% das crianças em fase escolar estão fora da escola. Isto é reforçado pelo fato de que o percentual de demanda por escola neste bairro chega a mais de 90% (segundo dados do relatório sobre moradia e equipamentos urbanos da referida pesquisa). Igualmente problemático é o caso do bairro Jardim Califórnia - onde 20% das crianças de 7 a 13 anos não estudam - e de outros bairros em menor grau.

#### **111.4 CONCLUSÕES GERAIS**

O estudo das condições sociais das famílias da periferia de Uberlândia, especificamente no que se refere 'a educação, possibilitou a obtenção de dados relevantes que nos apontam algumas evidentes conclusões.

O percentual de adultos analfabetos (cerca de 6,72%), se comparado ao percentual nacional (18%), mostra-se pouco problemático, embora, deva-se lembrar, que o número de alfabetizados e de pessoas com um grau de escolaridade mínimo (inferior à 4ª série, por exemplo) acaba, a longo prazo, representando um aumento potencial no número de indivíduos sem escolaridade.

O número de adultos que não completaram o 1º grau é surpreendente. Cerca de 64% dos indivíduos têm como nível de escolaridade o 1º grau incompleto, refletindo um quadro nacional caracterizado por elevados índices de evasão (15%) e de repetência (20%) ainda no ensino primário, além do efeito de "afunilamento" referente ao ensino fundamental como um todo - apenas 15% dos alunos de 1ª à 8ª série completam o 1º grau.

Evidentemente, tal cenário contribui para reafirmar o país como tendo um dos maiores contingentes de trabalhadores sem escolaridade entre os países em desenvolvimento. A nível do município, a situação não é diferente (posteriormente, poderá ser verificada uma relação existente entre o nível de escolaridade e a ocupação dos adultos pesquisados). A obtenção de melhores condições sociais e econômicas, encontra-se estreitamente relacionada ao nível de instrução que o indivíduo possui. No entanto, o que se percebe é que, em populações mais carentes, o nível de escolaridade é mínimo, ou seja, as condições econômicas em muito influenciam (senão determinam) o acesso a um melhor nível de instrução.

Os percentuais referentes a níveis de escolaridade mais elevados, apresentam-se decrescentes - 15,60% do total de adultos concluíram o 1º grau; 7,64% terminaram o 2º grau, e menos de 2% possuem um curso superior -, o que, mais uma vez, confirma uma das características do sistema educacional no Brasil, qual seja, o de redução do número de indivíduos que têm acesso a níveis mais elevados de instrução.

O que nos chama a atenção com relação às crianças, diz respeito àquelas que não estudam, principalmente nos bairros onde as condições sociais e econômicas dos moradores são precárias. Embora o percentual de crianças fora da escola na faixa etária

de 7 a 13 anos seja pequeno (2,97%) para o total da população pesquisada, verifica-se a existência de significativos percentuais em tais bairros.

O que se pode afirmar, na verdade, é que, seja a nível nacional, estadual ou municipal, os indicadores sobre o desenvolvimento humano (saúde e educação, especialmente) são fundamentais para se avaliar a capacidade de superar a pobreza e garantir o bem-estar social. Quanto melhores tais indicadores, melhores serão as perspectivas de desenvolvimento e, especificamente, no que se refere à educação, devese lembrar seu papel relevante enquanto instrumento capaz de modificar o indivíduo e a sociedade.

#### IV. **CONDIÇÕES DE MIGRAÇÃO**

A parte do questionário referente á migração, traz três perguntas sendo elas:

1º-) A quanto tempo mora no bairro?

2º-) Onde morava antes (Cidade e Bairro)?

3º-) Por que motivo mudou para Uberlândia?

Os dados referentes à aplicação do questionário em 36 bairros da periferia de Uberlândia, são analisados neste relatório sob uma perspectiva de identificação e análise dos condicionantes do fluxo migratório inter e intra-regional, bem como dentro do espaço urbano de Uberlândia.

Os resultados serão expostos, neste relatório, pela totalização dos 36 bairros, buscando estabelecer uma lógica de análise de acordo com a perspectiva proposta<sup>3</sup> .

##### IV.1 ONDE RESIDIAM ANTES OS MORADORES PESQUISADOS

Aqui será considerada a informação referente à cidade, ignorando-se, no momento, o bairro. Os dados desta pergunta foram trabalhados em duas classes. A primeira, considera quatro tipos de resposta que foram observadas, sendo elas: *Morava antes em Uberlândia*; *Morava antes na Zona Rural*; *Resposta em branco* ; *Morava antes em Outra Cidade*.

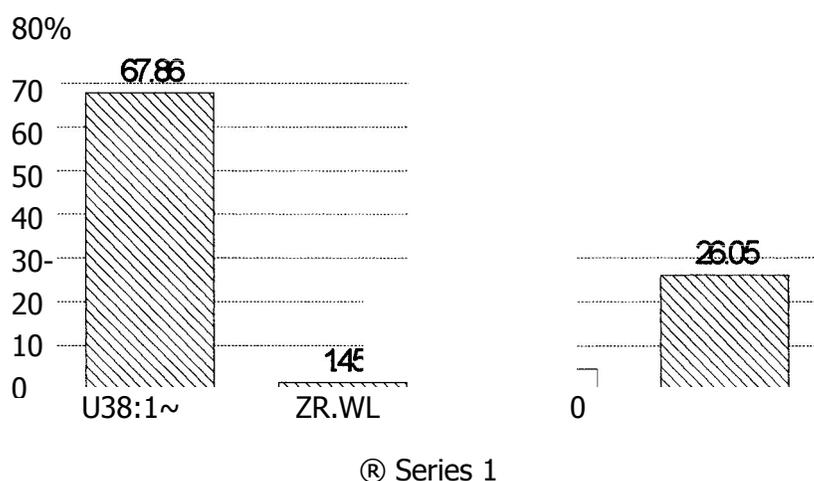
A segunda classe, considera os Estados referentes à resposta *Morava antes em Outra Cidade* . São considerados os seguintes Estados/Regiões (os quais foram definidos de acordo com uma freqüência prévia observada): Triângulo Mineiro e Alto

<sup>3</sup> - Os dados totalizados serão apresentados (na forma de percentual ou não) sobre os dados expandidos de acordo com a metodologia utilizada.

Paranaíba (T.M. e A.P.), Minas Gerais (M.G.), Goiás (GO), Centro Oeste menos Goiás (C.Oeste-GO), São Paulo (SP), Distrito Federal (DF), Sul, Norte/Nordeste (N/Nord.) e, Rio de Janeiro e Espírito Santo (R.J/E.S.).

Pelo gráfico IV 1, verifica-se que 67,86 % das respostas à pergunta *Onde Morava Antes*, referem-se a **Uberlândia**, enquanto 26,05 % à **Outra Cidade**, 4,65 não têm resposta, e apenas 1,45 % referem-se à Zona Rural<sup>4</sup>.

GRÁFICO IV.1 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES



A resposta *Morava antes em Uberlândia* não está cronologicamente definida, ou seja, inclui migrantes dentro de um espaço temporal bastante amplo, que podem,

<sup>4</sup> - A pouca relevância desta resposta espelha uma evidência já observada a nível nacional, que é a perda relativa da importância da emigração da zona rural. Entretanto, indícios do trabalho de campo mostram que houve casos em que o entrevistado, mesmo morando na zona rural, respondeu a pergunta com o nome do município em que se situava a propriedade rural.

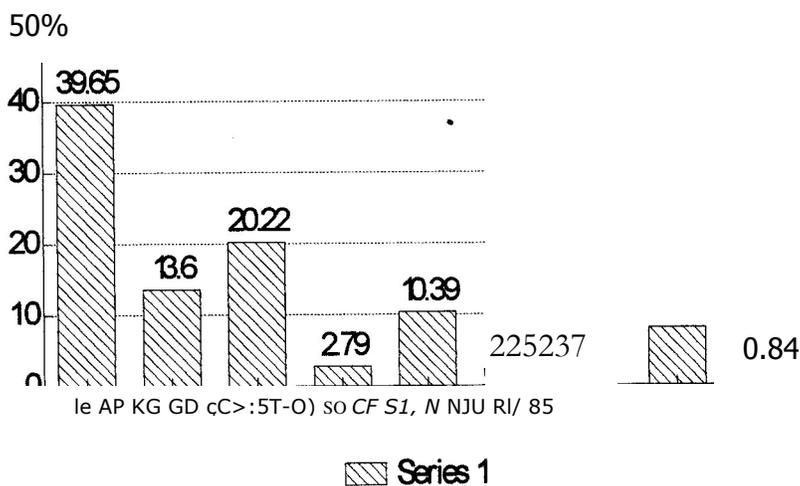
portanto, ter realizado, além do movimento migratório inter/intra-regional, o deslocamento dentro do espaço urbano de Uberlândia.

O entendimento deste aspecto é importante na medida em que evita conclusões do tipo: Morar antes em Uberlândia significa ser Uberlandense, ou, não migrante.

Tendo sido feita esta observação, pode-se concluir que os dados indicam uma predominância dos deslocamentos dentro do espaço urbano de Uberlândia em detrimento da migração inter/intra-regional. Os dados que qualificam este fluxo interno serão analisados no decorrer do relatório.

Dentro do item **Outra Cidade**, foram levantadas as regiões/Estados referentes às cidades respondidas. Estas informações são apresentadas no gráfico IV.2, o qual destaca a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o Estado de Goiás como grandes expulsões de migrantes para a cidade de Uberlândia.

GRÁFICO IV.2 - MIGRAÇÃO - ONDE MORAVA ANTES



Os dados mostram que 39,65 % dos moradores "vindos" de outras cidades saíram desta região, sendo Minas Gerais, como um todo, responsável por 53,25 % da resposta *Outra Cidade*. O Estado de Goiás aparece com 20,22 % das respostas, ficando o terceiro lugar com o Estado de São Paulo, com 10,39 % das respostas.

Estas informações mostram que a atração exercida pela cidade de Uberlândia repercute de forma mais pronunciada na própria região, o que é de se esperar tanto pela proximidade como pelo papel de polarizadora que esta cidade usufrui no âmbito regional.

Os 36 bairros pesquisados reforçam individualmente as informações totalizadas, apesar de alguns bairros apresentarem dados contrários. Este é o caso do setor 213 (com os bairros Tubalina, Copacabana e Patrimônio) e do setor 9A (com os bairros Maravilha, Industrial e São José), que mostram uma maior relevância de moradores que residiam antes em outras cidades.

É interessante observar a existência de uma homogeneidade dentro destes setores, estando os bairros com respostas diferenciadas agregados dentro destes dois setores. Para a visualização dos dados referentes a cada bairro, pode-se recorrer ao apêndice, o qual traz as tabelas e os gráficos que deram origem aos dados totalizados.

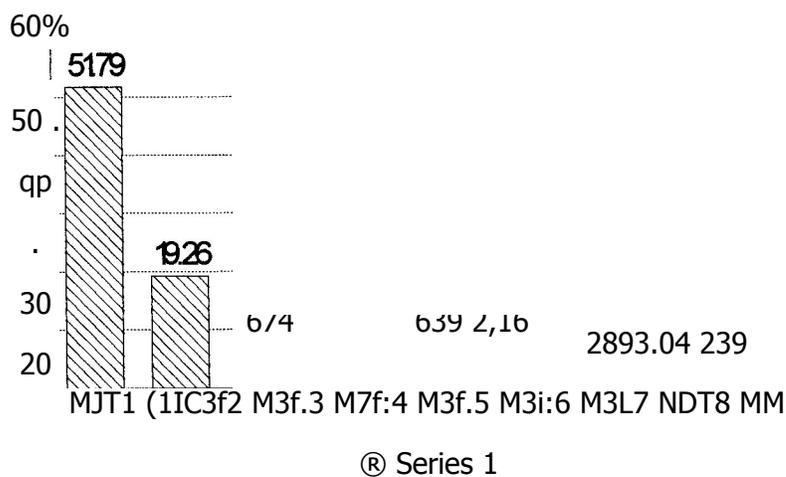
#### *IV.2 - QUAIS OS MOTIVOS QUE LEVARAM OS ENTREVISTADOS A MUDAREM PARA UBERLÂNDIA*

O item *Por que motivo mudou para Uberlândia* aparece no questionário como pergunta aberta, mostrando a tabulação dos dados uma vasta série de respostas. A partir de uma análise preliminar dos dados, foi feito um enquadramento das respostas obtidas em 9 tipos, sendo: 1º-) Procura por trabalho; 2º-) Migrou junto com a família ou veio atrás dela; 3º-) Pelas melhores condições de vida que a cidade oferece; 4º-) Melhores condições para aquisição de casa própria, ou de terrenos; 5º-) Procura por melhores condições de trabalho, estudo e pela cidade; 6º-) Transferência de emprego; 7º-) Procura por melhores

condições de estudo; 8º-) Melhores condições de tratamento médico; 9º-) Outros motivos -de ordem pessoal.

Pode-se visualizar, pelo gráfico IV 3, os condicionantes da migração para Uberlândia, apresentados para a totalização dos bairros pesquisados. Os dados mostram a predominância do motivo trabalho, que aparece com uma participação de 51,79% no total de motivos apresentados. Outros motivos que se destacam, são a migração junto com a família ou atrás dela, que aparece com 19,26%, e a migração condicionada pela qualidade de vida da cidade, que aparece com 6,74%.

GRÁFICO IV.3 - MIGRAÇÃO - MOTIVOS



O total de motivos apresentados como condicionantes da migração totalizam 15568, o que corresponde a 63,17% do total (24643) das entrevistas depois da expansão. Este dado indica, portanto, que este percentual equívale ao número de

migrantes residentes nos bairros pesquisados, os quais migraram em um tempo não determinado.

A análise destes dados exige que se faça alguns comentários sobre o significado das respostas apresentadas. A resposta **Mudou junto com a família ou veio atrás dela**, possui uma forte ligação com o motivo trabalho, dado que o principal motivo que leva as famílias a migrarem para Uberlândia é a procura por trabalho.

Os motivos 3 e 5 (Pelas melhores condições de vida que a cidade oferece e Procura por melhores condições de trabalho, estudo e pela cidade) estão também relacionados com o motivo trabalho, já que está implícito nas condições de vida da cidade, sua prosperidade econômica e, conseqüentemente, melhores oportunidades de emprego (embora não esteja implícito, aqui, condições de vida satisfatórias).

Cabe ainda destacar os motivos 4 e 8 (Melhores condições para aquisição de casa própria ou de terrenos, e Melhores condições de tratamento médico), os quais, apesar da pouca relevância quantitativa, são interessantes pelo caráter da resposta. Estas duas respostas têm a funcionalidade de qualificar o que, possivelmente, alguns entrevistados consideraram como qualidade de vida da cidade.

Se considerarmos os dados que mostram o peso dos migrantes vindos da região, poderemos arriscar a conclusão (pelo tipo da resposta) que estes dois fatores (Casa própria/Terreno e Melhores condições de tratamento médico) devem atrair principalmente pessoas que já conhecem a cidade, quer dizer, que devem ser predominantemente da região.

Vale ainda lembrar que, no caso da 8ª- resposta, devem ser considerados, exclusivamente, os recursos médicos oferecidos pelo Hospital Escola da Universidade Federal de Uberlândia.

Feitas estas considerações, pode-se concluir que as oportunidades de ocupação se traduzem no grande fator de atração de migrantes para Uberlândia. Isto, na verdade, apenas prova uma relação (ocupação/migração) já amplamente conhecida.

Uma informação relevante que se extrai, não do questionário, mas da entrevista em si, é que na grande parte das vezes, esta referida ocupação não diz respeito apenas ao chefe da família, mas a todos os membros aptos ao trabalho.

Os dados mostram, tanto por seu peso, quanto por sua diversidade, que Uberlândia desempenha seu papel de pólo atrativo de migrantes, que vêm na cidade um conjunto de fatores que sinalizam para uma qualidade de vida melhor. Cabe às demais informações disponíveis na pesquisa "confirmar" ou não tais constatações.

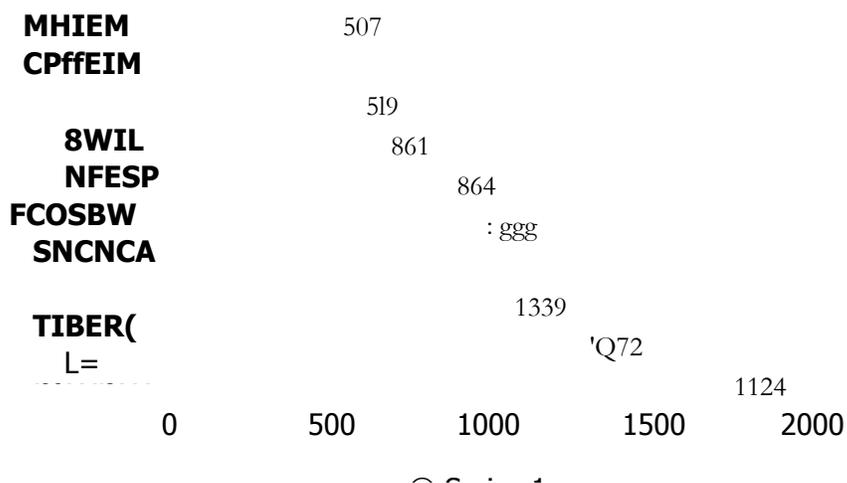
### **IV.3 ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO**

Nos 36 bairros pesquisados, 67,86% dos residentes moravam antes na própria cidade, portanto, em outros bairros. O levantamento destes dados mostra a ocorrência de 78 bairros, os quais poderão ser visualizados com suas respectivas frequências na planilha disposta no apêndice.

O gráfico IVÁ, traz as informações referentes aos bairros de onde emigraram mais de 500 famílias, com destino a algum dos 36 bairros pesquisados<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> - Como o número de bairros é muito extenso (78), optou-se neste relatório por considerar aqueles de onde saíram mais de 500 famílias. Os outros bairros foram selecionados por faixas de 50 a 50 famílias emigrantes, estando as tabelas referentes a estas informações no apêndice em anexo.

**GRÁFICO IV.4 - MIGRAÇÃO - BAIROS DE MAIOR EXPULSÃO**



As informações presentes neste gráfico permitem dizer que 10 bairros de Uberlândia foram responsáveis pela expulsão, para os bairros pesquisados, de 9153 famílias, o que corresponde a 54,73% das famílias que moravam antes em Uberlândia.

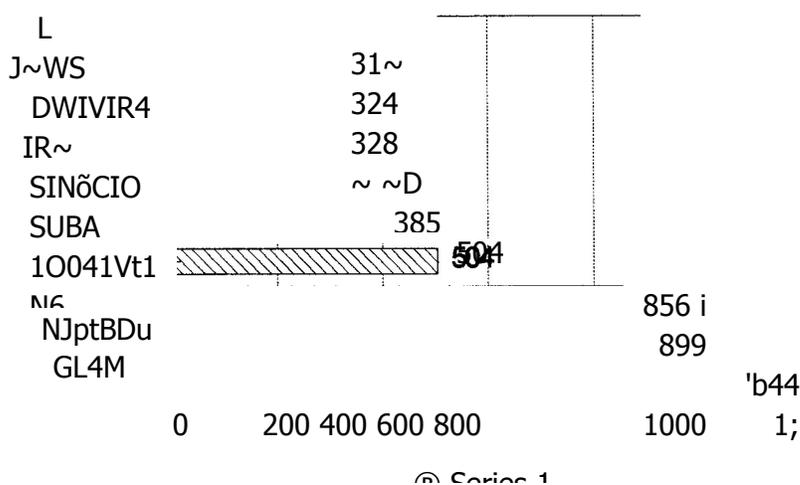
Pelo gráfico, ganham destaque os bairros Martins, Luizote, Tibery, Santa Mônica e Roosevelt, que foram sozinhos responsáveis pelo deslocamento de 35,96% (6014 em número absoluto) do total das famílias que vieram de outros bairros.

Estes dados nos permitem dizer que, embora apareçam 78 bairros nas respostas aos questionários, alguns bairros polarizam o papel de expulsores. Estes bairros podem ser agrupados em duas categorias, uma de bairros mais centrais (Martins, Tibery, Santa Mônica e Brasil) e outra de bairros periféricos, mas já tradicionais (Luizote, Roosevelt, Custódio Pereira e Marta Helena), ficando o Jaraguá fora destas categorias.

Para tentar compreender os condicionantes deste processo, é necessário considerar, dentre os bairros pesquisados, quais são os principais receptores desta

"migração", ou seja, aqueles que mais absorvem o contingente expulso destes 10 bairros. Estas informações estão disponíveis no gráfico IV.5.

GRÁFICO IV.5 - MIGRAÇÃO - BAIRROS DE MAIOR ABSORÇÃO



Este gráfico mostra que entre os 36 bairros pesquisados, alguns são responsáveis pela absorção de um número maior de famílias vindas dos bairros de onde saíram mais de 500 famílias. Os principais bairros receptores são: Guarani, Mansour, Santa Mônica II e Tocantins que, juntos, receberam 62,13% das famílias consideradas no gráfico IV.4.

As informações presentes nestes dois gráficos, são de grande relevância, na medida em que permitem avaliar o processo de deslocamento dentro do espaço urbano de Uberlândia. Estes dados traduzem, portanto, o expressivo "fluxo migratório" interno que foi detectado no gráfico IV.1.

Os indícios do trabalho de campo, reforçam o movimento especulativo no mercado imobiliário (que é, sabidamente, o principal condicionante deste tipo de deslocamento) como o grande responsável por este fluxo. Era comum os entrevistados condicionarem a mudança para os bairros pesquisados, ao preço do aluguel no bairro de

origem e às facilidades para aquisição de terreno ou da casa própria nos bairros para onde mudaram.

Os dados dos gráficos **IV.4 e IV.5** qualificam bem esta justificativa. Pode-se ver, por exemplo, que o bairro que mais expulsa é o Martins, um bairro tradicional onde o preço dos terrenos e demais imóveis alcançam elevados valores, tornando difícil a fixação de famílias de baixa renda.

Visto sob outro ângulo, os bairros que mais recebem estas famílias (que foram destacados) são, na sua quase totalidade (exceção para o Tocantins), bairros de conjunto habitacional, onde é relativamente mais fácil o acesso à casa própria ou financiada.

Considerando os bairros pesquisados de uma forma geral, pode-se dizer que são espaços onde é mais fácil o acesso à casa própria ou financiada, seja através dos conjuntos habitacionais ou da compra do terreno com a construção por etapas (o que pareceu muito comum no trabalho de campo).

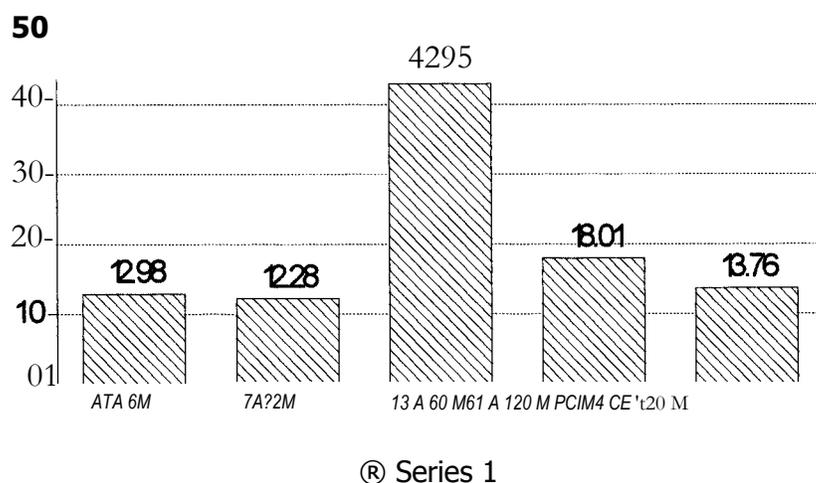
Por outro lado, para as famílias que não possuem uma renda compatível para "aquisição" da casa própria ou do terreno, o valor do aluguel nestes bairros exerce um forte fator de atração, na mesma medida em que o valor do aluguel no bairros, de onde saíram, reverte-se no principal fator de expulsão.

Todas estas informações apontam, portanto, o capital imobiliário como forte condicionante deste deslocamento. Este capital, atacando em todas as frentes -, especulação imobiliária, abertura de novas áreas com terrenos e conjuntos habitacionais - tem dificultado a fixação de famílias de baixa renda nos bairros mais tradicionais, onde o custo do aluguel está em rápida ascensão, como contrapartida, tem "facilitado" o acesso aos novos bairros através da compra de terrenos, casa financiada ou aluguel mais acessível.

A informação presente no questionário, que cabe ainda ser analisada, é o tempo de moradia no bairro. O gráfico IV.6 traz estes dados, os quais foram dispostos em cinco faixas sendo: Faixa 1, o período de até 6 meses; Faixa 2, o período de 6 meses a 1 ano;

Faixa 3, o período de 1 a 5 anos; Faixa 4, o período de 5 a 10 anos e a Faixa 5, o período acima de 10 anos.

**GRÁFICO IV.6 - MIGRAÇÃO - TEMPO QUE MORA NO BAIRRO**



O que estes dados mostram é uma concentração na Faixa 3, que abarca 42,95% das respostas. Isto significa que grande parte das famílias mora nos bairros pesquisados em um período de 1 a 5 anos, o que é um tempo relativamente curto. Se for feita uma agregação das três primeiras faixas, verifica-se que 68,21 % dos moradores se fixaram nos bairros a menos de 5 anos.

As informações deste gráfico, aliadas às dos gráficos **IV.4 e IV.5**, permitem enquadrar cronologicamente o "fluxo migratório" inter-bairros. Pode-se, por esta via, concluir que o expressivo movimento que se detectou de saída de bairros mais tradicionais e de melhor localização, para bairros mais periféricos se deu em um espaço de tempo relativamente próximo; em outras palavras, é um movimento recente.

Esta conclusão, pode ser ainda reforçada com a informação de que grande parte dos conjuntos habitacionais foram construídos na década de 90, pela EIVICOP e com forte participação da iniciativa privada.

Por esta via, se conclui também, que a maior expressão, detectada no gráfico IVA, da "migração" dentro do espaço urbano em detrimento da migração interlintra regional, é um fenómeno relativamente recente.

## **V. MORADIA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

A análise das Condições de Moradia e Equipamentos sociais foi feita a partir de um questionário dirigido aos moradores de trinta e seis bairros dentro do município de Uberlândia-MG, onde pudemos obter um conhecimento, pelo menos aproximado, dos fatores intervenientes e das condições sociais das famílias de Uberlândia. Trata-se, portanto, de um retrato instantâneo dos bairros da periferia de Uberlândia.

A apreciação sobre as condições de moradia, mensuradas através das características internas do domicílio e do acesso aos serviços de infra-estrutura sanitária, forneceu elementos indispensáveis à aquilatação da qualidade de vida da população.

Dentro desta perspectiva, reuniu-se uma série de dados, elaborados a partir de um trabalho de campo que possibilitou responder algumas questões básicas tais como: Qual a qualidade de vida dentro do contexto urbano? Como vem se dando a urbanização em nossa cidade? Quais as condições de ocupação nos bairros? Qual o tamanho, número de cômodos e tipo de construção das moradias? Existem na residência serviços de infra-estrutura e equipamentos necessários à manutenção da qualidade de vida razoável? Quanto ao bairro, como seus habitantes o vêem frente às necessidades sobre os mais diversos aspectos? O que os poderes constituídos têm feito para a melhoria dos problemas urbanos? Nossa cidade comporta, do ponto de vista sanitário e social, um número crescente de pessoas? O fato de ter uma casa ameniza a crise social em que nosso país vive? Qual é o ônus devido ao "progresso" tecnológico e à desmesurada concentração populacional?

Uberlândia é uma cidade com pouco mais de cem anos, mas já começa a apresentar problemas quanto ao crescimento de sua população dentro do perímetro urbano. Podemos observar, através dos dados abaixo o crescimento populacional da cidade.

## DADOS CENSITÁRIOS CRESCIMENTO POPULACIONAL

em milhares de habitantes

<b>ANO</b>	<b>POP. TOTAL UBERLÂNDIA</b>	<b>POP. URBANA</b>	<b>POP. RURAL</b>	<b>MINAS GERAIS</b>
<b>1890</b>	11856			
<b>1940</b>				
<b>1950</b>	54984	35799	19185	7728253
<b>1960</b>	88282	71717	16565	9960040
<b>1970</b>	124706	111466	13240	11487415
<b>1980</b>	240961	231598	9363	13378553
<b>1991</b>	366711	357830	8881	

Fonte: IBGE

Nas décadas de 40 e 50, a estrutura de moradia na cidade era composta por loteamentos periféricos e autoconstrução de casas.

Na década de 60, com a construção de Brasília, nossa cidade foi surpreendida pela grande massa de migrantes, tendo início um elevado crescimento, passando por uma fase de produção estatal (FGTS). Esta estrutura foi responsável pela segregação de camadas populares para áreas mais externas e precárias da periferia, pois não foi acompanhada pela ampliação de infra-estrutura e o crescimento não foi proporcional ao número de empregos, situação que perdurou até a década de 80. Com a crise nesse padrão apareceram nesta época as primeiras favelas. Para solução do problema optouse por uma produção empresarial sob o regime de incorporação imobiliária.

Até os anos 90, tivemos uma predominância de crescimento horizontal, sendo que a partir desta época podemos observar mudanças para crescimento verticalizado, com a construção de maiores números de apartamentos.

Hoje, ao lado da produção de prédios de apartamentos, observamos um esforço no preenchimento de espaços vazios internos sem expandir a periferia.

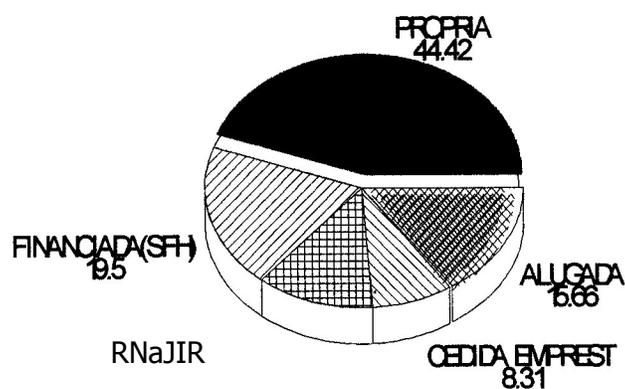
A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano de 1994 e, devido à grande massa de dados, optamos por uma análise setorial. Esta parte do relatório versa sobre as condições de moradia e equipamentos sociais.

As respostas sobre moradia e equipamentos sociais foram precisas e praticamente não houve questionários em branco. Este fato foi levado em conta, apesar da extensão geográfica de muitos bairros, onde encontramos dificuldades em delimitá-los, sendo que foi seguido o cronograma e o intervalo entre as residências.

## **RESULTADOS**

CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO - Considerou-se como casa própria a situação em que o domicílio fosse de propriedade dos moradores, sem ônus de financiamentos; domicílios alugados quando o domicílio fosse ocupado por terceiros mediante um pagamento mensal; domicílios financiados pelo BNH (Sistema Financeiro de Habitação) e outros financiamentos e, por fim, buscou-se verificar outras condições de ocupação, tais como cedidos ou emprestados (onde a casa não pertencia ao morador, não era alugada, era utilizada porque pertencia a algum parente, amigo, ou entidade. Consideramos, neste último item também, as propriedades de terceiros e usadas por posseiros, mesmo que tivessem sido construídos pelos residentes em terrenos de outras pessoas).

GRÁFICO V.1 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO - % DE DOMICÍLIOS



Parte : C3~EBIFU x'694

Pode-se observar no gráfico V.1 que grande parte da população dos bairros possui residência Própria (44.42%) e, em segundo lugar, encontraram-se moradias financiadas pelos mais diversos agentes financeiros (31.61 %). Isto é explicado pelo fato de que em alguns bairros foram pesquisados conjuntos habitacionais. As casas alugadas apareceram num percentual relativamente pequeno (15.66%) e as casas cedidas ou emprestadas representaram 8.31 % do total de domicílios pesquisados. Em seguida apresentaremos a relação de bairros que apresentaram maiores índices.

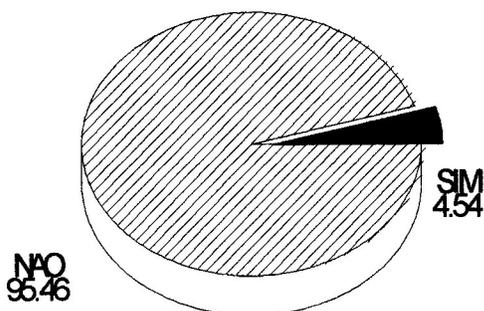
**CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO**

<b>BAIRRO</b>	<b>(%)</b>					
	<b>CASA PRÓPRIA</b>	<b>CASA ALUGADA</b>	<b>CASA FINANC. BNH</b>	<b>CASA FINANC. OUTROS</b>	<b>AUTO-CONST.</b>	<b>CEDIDA EMPREST</b>
<b>ACLIMA Ç.</b>	78,3	15,0	0	0	16,7	3,3
<b>BURITIS</b>	80,0	20,0	13,3	6,7	0	0
<b>CALIFOR.</b>	82,9	12,2	2,4	0	12,2	4,9
<b>CANAA</b>	90,3	6,5	16,1	0	58,1	0
<b>COPACAB.</b>	70,0	30,0	0	0	20,0	0
<b>D. ALMIR</b>	68,0	0	4,0	8,0	4,0	16,0
<b>ESPER.</b>	77,3	18,2	0	0	22,7	4,5
<b>GRANADA</b>	82,4	17,6	0	58,8	0	0
<b>GUARANI</b>	77,4	14,5	41,1	29,0	0	6,5
<b>INDUST.</b>	65,5	24,1	0	0	3,4	13,8
<b>IPAN.1</b>	83,7	10,1	0	0,8	10,9	3,9
<b>IPAN.11</b>	53,3	26,7	0	0	0	13,3
<b>LAGOINHA</b>	74,0	9,6	0,7	0	17,8	16,3
<b>LARANJ.</b>	92,3	7,7	38,5	46,2	0	0
<b>MANSOUR</b>	73,1	11,5	50,0	36,5	0	0
<b>MARAV.</b>	84,2	13,2	0	0	18,4	0
<b>M. HELEN.</b>	75,0	25,0	12,5	3,1	15,6	0
<b>M. BRASIL</b>	68,6	22,5	0	2,9	8,6	2,9
<b>N.S.GRA .</b>	83,1	14,3	2,6	0	14,3	2,6
<b>OLIVEIRA</b>	75,3	14,3	2,6	1,3	10,4	10,4
<b>PAINEIRA</b>	92,3	7,7	69,2	7,7	0	0
<b>PALMEIRA</b>	79,9	14,6	1,4	2,8	14,6	4,9
<b>PAMPUL.</b>	78,2	12,9	5,0	0	14,3	4,0
<b>PATRI M.</b>	50,0	40,0	0	0	20,0	10,0
<b>S. LUZIA</b>	84,5	8,5	53,5	15,5	1,4	1,4
<b>S. MONICA</b>	82,3	10,6	59,6	22,7	0	6,4
<b>S.INACIO</b>	81,5	16,1	0,8	5,6	17,7	2,4
<b>S. JORGE</b>	95,0	5,0	5,0	15,0	37,5	0
<b>S. JOSÉ</b>	71,4	21,4	0	0	14,3	7,1
<b>SATELITE</b>	86,2	13,8	24,1	13,8	0	0
<b>TAIAMAN</b>	65,0	20,0	25,0	0	10,0	15,0
<b>TANCREDO</b>	80,0	16,0	28,0	24,0	0	4,0
<b>TOCANT.</b>	83,0	17,0	0	0	7,5	0
<b>TUBALIN</b>	73,6	22,6	3,8	1,9	11,3	1,9
<b>V. MARIA</b>	75,0	22,2	2,8	0	16,7	2,8
<b>D. ZULM.</b>	51,9	27,9	2,9	0	2,9	11,5

Obs. Há sobreposição de respostas Casa Própria e Casa Financiada (muitos respondentes entendiam casa financiada como própria). Por esse motivo a soma dos percentuais nas linhas muitas vezes ultrapassam o valor de 100 %.

Um detalhe à primeira vista é que a proliferação dos conjuntos habitacionais foi maior nas áreas distantes do centro da cidade e criaram-se grandes vazios entre os conjuntos e o centro. Havia na cidade, até 1982, 9.950 unidades habitacionais construídas e entregues pela ENCOP, juntamente com a iniciativa privada, em conjuntos com mais de 60 unidades. De 1983 a 1988, haviam 2138 unidades sendo que 1.292 foram entregues e 846 iniciadas e entregues entre 1.990 e 1991, e de 1.989 a 1992 foram iniciados 12.737 sendo que 6.942 foram entregues até julho de 1992 e 6641, entregues até dezembro de 1992. Isto explica porque encontramos um baixo índice de casas autoconstruídas, ou seja, 95,46% dos domicílios foram adquiridos prontos para morar e 4,54% adquiriram o terreno e construíram no mesmo.

**GRÁFICO V.2 - AUTOCONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS**

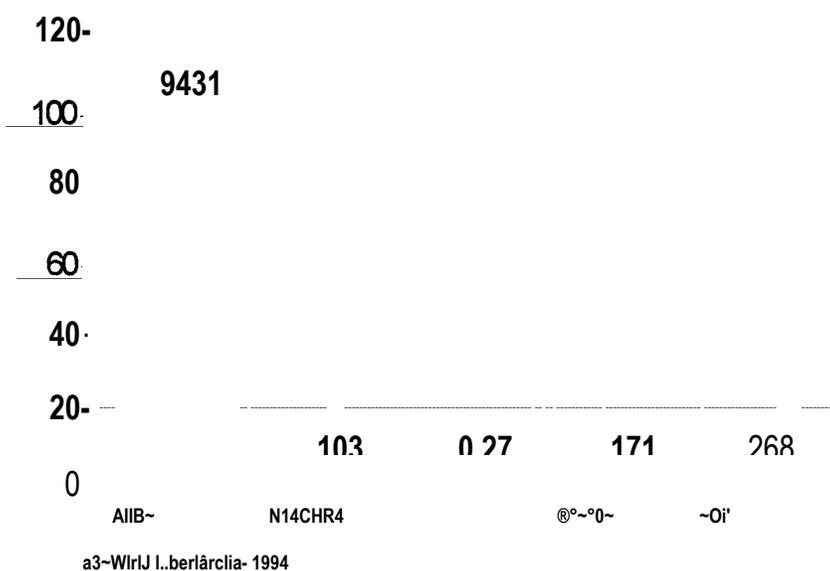


Forte : MMYIRI lberlandia-'1994

**TIPO DE CONSTRUÇÃO** - O tipo de construção é apresentado no gráfico V.3. Observamos o tipo de material usado nas construções e definimos como alvenaria a construção padrão (casa com tijolos, madeiras, telhas, portas e janelas, etc.).

Consideramos casa de madeira, quando toda a construção é de madeira. Este tipo de construção não é tradição em nossa cidade, daí o inexpressivo índice encontrado: Foram considerados apartamentos quando eram localizadas casas sobre outras, ou casas sobre cômodos comerciais (sobrado), ou ainda, prédios de diversos andares (na área pesquisada quase não havia este tipo de construção), E, finalmente consideramos barraco aquela habitação que embora possuísse algum material de construção padrão (placas de muro de cimento, por exemplo, tinha o aspecto de tendas, ou cobertas com plásticos, papelão ou folhas de latas elou construídas com outro material qualquer que servisse de abrigo. Não foram pesquisados moradores que não possuíssem casas, ou seja, aqueles que se abrigam debaixo de pontes, carroças, vagões ete...

### GRÁFICO V.3 - TIPO DE CONSTRUÇÃO - % DE DOMICÍLIOS



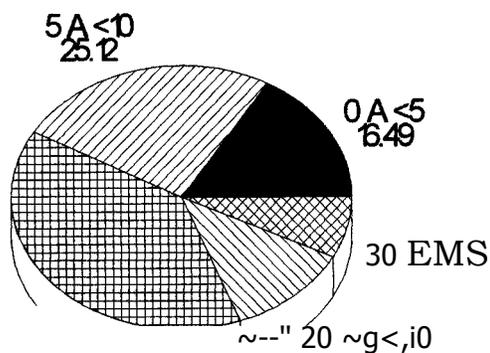
<b>TIPO DE CONSTRUÇÃO</b>				<b>(%)</b>
<b>BAIRRO</b>	<b>ALVENARIA</b>	<b>MADEIRA</b>	<b>APARTAMENTO</b>	<b>BARRACO</b>
<b>ACLIMA Ç.</b>	96,7	0	0	3,3
<b>BURITIS</b>	100,0	0	0	0
<b>CALIFOR.</b>	100,0	0	0	0
<b>CANAA</b>	67,7	6,5	0	0
<b>COPACAB.</b>	90, 0	0	10, 0	0
<b>D. ALMIR</b>	76,0	0	0	24,0
<b>ESPER.</b>	90,9	0	0	9,1
<b>GRANADA</b>	100,0	0	0	0
<b>GUARANI</b>	91,9	8,1	0	0
<b>INDUST.</b>	100,0	0	0	0
<b>IPAN.1</b>	95,3	2,3	2,3	2,3
<b>IPAN.11</b>	86,7	0	0	6,7
<b>LAGOINHA</b>	95,5	0	0	0,7
<b>LARANJ.</b>	76,9	0	0	0
<b>MANSOUR</b>	94,2	1,9	0	0
<b>MARAV.</b>	100, 0	0	0	0
<b>M. HELEN.</b>	100,0	0	0	0
<b>M. BRASIL</b>	91,4	0	0	8,6
<b>N.S.GRA .</b>	97,4	0	0	2,6
<b>OLIVEIRA</b>	98,7	0	0	1,3
<b>PAINEIRA</b>	84,6	0	0	7,7
<b>PALMEIRA</b>	97,2	0	0	1,4
<b>PAMPUL.</b>	99,0	1,0	1,0	1,0
<b>PATRIM.</b>	100,0	0	0	0
<b>S. LUZIA</b>	98,6	0	0	0
<b>S. MONICA</b>	100,0	0	0	0
<b>S.INACIO</b>	87,9	0,8	0	2,4
<b>S. JORGE</b>	92,5	0	0	5,0
<b>S. JOSÉ</b>	92,9	0	0	0
<b>SATELITE</b>	100,0	0	0	0
<b>TAIAMAN</b>	95,0	0	0	0
<b>TANCREDO</b>	100,0	0	0	0
<b>TOCANT.</b>	90,6	0	0	3,8
<b>TUBALIN</b>	94,3	0	1,9	0
<b>V. MARIA</b>	100,0	0	0	0
<b>D. ZULM.</b>	93,3	1,0	0	1,9

Uma grande maioria, ou seja (94,31 %) dos entrevistados, residiam em casas de alvenaria, sendo que alguns questionários apresentaram casas de madeira, entre eles D.

Almir, Esperança, Minas Brasil, Paineira, São Jorge e outros, que acreditamos tratar-se mais de barracos construídos de madeira do que casas propriamente ditas. Apartamentos somente foram encontrados no Bairro Copacabana, e sobrados na Tubalina e Pampulha.

TAMANHO DOS DOMICÍLIOS - Quanto ao tamanho foram considerados o número de metros quadrados e o tamanho aproximado, pois muitas vezes o morador não sabia a dimensão exata da residência.

GRÁFICO V.4 - ÁREA CONSTRUÍDA- % DE DOMICÍLIOS.



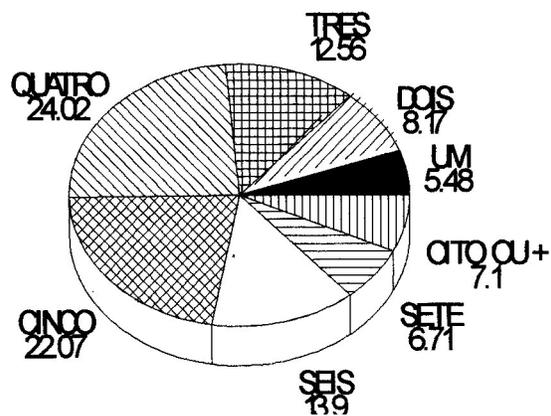
Forte: MUIRIL..berlândia-1994

Apresentamos a seguir a tabela de distribuição dessa variável.

<b>ÁREA CONSTRUIDA</b>				<b>(%)</b>
<b>BAIRRO</b>	<b>0 A 30 M</b>	<b>31 A 60 M</b>	<b>61 A 90 M</b>	<b>&gt; 90 M</b>
<b>ACLIMA Ç.</b>	20,0	50,0	21,7	8,3
<b>BURITIS</b>	26,7	33,3	40,0	0
<b>CALIFOR.</b>	26,8	31,7	39,0	2,4
<b>CANAA</b>	35,5	45,2	19,4	0
<b>COPACAB.</b>	0	10,0	30,0	60,0
<b>D. ALMIR</b>	56,0	36,0	8,0	0
<b>ESPER.</b>	54,5	27,3	18,2	0
<b>GRANADA</b>	11,8	58,8	23,5	5,9
<b>GUARANI</b>	51,6	41,9	3,2	3,2
<b>INDUST.</b>	10,3	48,3	37,9	3,4
<b>IPAN.1</b>	23,3	44,2	29,5	3,1
IPAN.11	40,0	26,7	20,0	13,3
<b>LAGOINHA</b>	11,9	37,0	30,4	20,7
<b>LARANJ.</b>	23,1	76,9	0	0
<b>MANSOUR</b>	51,9	40,4	7,7	0
<b>MARAV.</b>	26,3	34,2	34,2	5,3
<b>M. HELEN.</b>	28,1	34,4	18,8	18,8
<b>M. BRASIL</b>	2,9	42,9	48,6	5,7
<b>N.S.GRA .</b>	19,5	20,8	44,2	15,6
<b>OLIVEIRA</b>	20,8	35,1	36,4	7,8
<b>PAINEIRA</b>	30,8	69,2	0	0
<b>PALMEIRA</b>	4,9	36,1	46,5	12,5
<b>PAMPUL.</b>	9,9	42,6	24,8	22,8
<b>PATRIM.</b>	0	30,0	70,0	0
<b>S. LUZIA</b>	26,8	39,4	29,6	4,2
<b>S. MONICA</b>	69,5	28,4	2,1	0
<b>S.INACIO</b>	30,6	47,6	18,5	3,2
<b>S. JORGE</b>	22,5	30,0	47,5	0
<b>S. JOSÉ</b>	28,6	42,9	28,6	0
<b>SATELITE</b>	10,3	13,8	58,6	17,2
<b>TAIAMAN</b>	65,0	5,0	30,0	0
<b>TANCREDO</b>	52,0	40,0	8,0	0
<b>TOCANT.</b>	20,8	50,9	24,5	3,8
<b>TUBALIN</b>	45,3	18,9	26,4	9,4
<b>V. MARIA</b>	13,9	63,9	22,2	0
<b>D. ZULM.</b>	21,2	45,2	18,3	15,4

TOTAL DE C MODOS - Foram considerados todos os compartimentos integrantes do domicílio, inclusive os existentes na parte externa do construção.

GRÁFICO V.5 - NUMERO DE CÔMODOS - % DE DOMICÍLIOS



Forte : Ci3~WJIFUt\_berlárxiia-'1994

AREA POR HABITANTE - Como tínhamos o tamanho da residência e o número de habitantes, foi feito o cálculo desse indicador. E os resultados são representados a seguir:

<b>AREA POR HABITANTE - M2 / HAB</b>					<b>(%)</b>
<b>BAIRRO</b>	<b>0 A 5</b>	<b>5 A 10</b>	<b>10 A 20</b>	<b>20 A 30</b>	<b>30 E MAIS</b>
<b>ACLIMA Ç.</b>	1,7	26,7	53,3	15,0	3,3
<b>BURITIS</b>	13,3	20,0	53,3	13,3	0
<b>CALIFOR.</b>	7,3	14,6	51,2	17,1	9,8
<b>CANAA</b>	25,8	41,9	19,4	12,9	0
<b>COPACAB.</b>	0	0	20,0	10,0	70,0
<b>D. ALMIR</b>	40,0	28,0	28,0	4,0	0
<b>ESPER.</b>	31,8	31,8	36,4	0	0
<b>GRANADA</b>	11,8	29,4	23,5	17,6	17,6
<b>GUARANI</b>	8,1	40,3	38,7	11,3	1,6
<b>INDUST.</b>	10,3	10,3	34,5	37,9	6,9
<b>IPAN.1</b>	12,4	31,0	45,0	6,2	5,4
<b>IPAN.11</b>	13,3	20,0	40,0	13,3	13,3
<b>LAGOINHA</b>	3,0	22,2	38,5	15,6	20,7
<b>LARANJ.</b>	23,1	38,5	30,8	0	7,7
<b>MANSOUR</b>	5,8	51,9	34,6	5,8	1,9
<b>MARAV.</b>	23,7	10,5	42,1	15,8	7,9
<b>M. HELEN.</b>	25,0	12,5	40,6	18,8	3,1
<b>M. BRASIL</b>	2,9	8,6	48,6	28,6	11,4
<b>N.S.GRA .</b>	15,6	6,5	44,2	18,2	15,6
<b>OLIVEIRA</b>	13,0	11,7	50,6	13,0	11,7
<b>PAINEIRA</b>	30,8	30,8	38,5	0	0
<b>PALMEIRA</b>	3,5	9,0	58,3	20,1	9,0
<b>PAMPUL.</b>	1,0	18,8	47,5	9,9	22,8
<b>PATRIM.</b>	0	10,0	30,0	40,0	20,0
<b>S. LUZIA</b>	25,4	15,5	36,6	18,3	4,2
<b>S. MONICA</b>	15,0	49,3	27,1	6,4	2,1
<b>S.INACIO</b>	19,4	24,2	40,3	11,3	4,8
<b>S. JORGE</b>	22,5	20,0	47,5	10,0	0
<b>S. JOSÉ</b>	14,3	7,1	50,0	21,4	7,1
<b>SATELITE</b>	6,9	3,4	20,7	44,8	24,1
<b>TAIAMAN</b>	45,0	10,0	40,0	5,0	0
<b>TANCREDO</b>	40,0	16,0	40,0	4,0	0
<b>TOCAN T.</b>	15,1	15,1	56,6	11,3	1,9
<b>TUBALIN</b>	37,7	13,2	26,4	13,2	9,4
<b>V. MARIA</b>	5,6	38,9	41,7	13,9	0
<b>D. ZULM.</b>	7,8	18,4	39,8	11,7	22,3

### **INSTALAÇÕES E UTILIDADES DOMÉSTICAS** - Foram feitas perguntas aos

pesquisados sobre a existência em sua moradia de instalações sanitárias, onde



<b>CASA COM</b>	<b>FOSSA SÉPTICA</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Minas Brasil	94,29
Ipanema II	88,24
Ipanema I	86,43
Dom Almir	72,00
Buritis	33,33
São José	35,71
Maravilha	26,32
São Jorge	22,50
Aclimação	18,33
D. Zulmira	16,35

<b>CASA SEM</b>	<b>ESGOTO</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Dom Almir	100,00
Ipanema 11	100,00
Ipanema I	99,29
Minas Brasil	97,14
Canaã	87,10
Santo Inácio	40,32
São Jorge	30,00
Patrimônio	20,00
Santa Mônica	17,02
Maravilha	18,42
D. Zulmira	17,31

<b>CASA SEM AGUA</b>	<b>ENCANADA</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Canaã	93,55
Santo Inácio	40,32
Dom Almir	36,00
Patrimônio	20,00
Ipanema II	17,65
Maravilha	13,16
Santa Maria	12,77
D. Zulmira	10,58
Ipanema I	08,57
Minas Brasil	08,57
Tancredo	08,00

<b>CASA SEM</b>	<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
D. Almir	44,00
Canaã	29,03
Ipanema II	17,65
Califórnia	07,41
São José	07,14
Granada	05,88
Santo Inácio	05,65
Maravilha	05,26
Taiamam	05,00
D. Zulmira	04,81

<b>CASA SEM TELEFONE</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Dom Almir	100,00
Guarani	100,00
Ipanema 11	100,00
Mansour	100,00
Paineira	100,00
São José	100,00
Santa Mônica	99,29
Maravilha	97,37
Tocantins	96,23
Tancredo	96,00
Esperança	95,45

<b>CASA SEM TV</b>	<b>PRETO E BRANCO _</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Satélite	93,10
Granada	82,35
Marta Helena	81,25
Copacabana	80,00
Santa Luzia	78,87
Paineira	76,92
Taiamam	75,00
Palmeira	73,61
D. Zulmira	72,12
Tubalina	71,70
	95,45

CASA SEM	TV A CORES
BAIRROS	PORCENTAGEM
D. Almir	88,00
São José	78,57
Ipanema II	73,33
Esperança	72,73
Maravilha	68,42
Santa Mônica	62,41
Minas Brasil	60,00
Lagoinha	57,78
Industrial	55,17
Guarani	54,84

CASA SEM	FOGÃO
BAIRROS	PORCENTAGEM
Canaã	93,55
D. Almir	16,00
Patrimônio	10,00
Santo Inácio	7,26
São José	7,14
Ipanema II	6,67
D. Zulmira	5,77
Maravilha	5,26
Tocantins	3,77
Satélite	3,45

CASA SEM	GELADEIRA
BAIRROS	PORCENTAGEM
D. Almir	64,00
Canaã	48,39
Esperança	40,91
Ipanema II	33,33
Santa Mônica	29,08
São José	28,57
Vila Maria	25,00
Lagoinha	23,70
Santo Inácio	23,30
São Jorge	22,50

CASA SEM	CARRO
BAIRROS	PORCENTAGEM
Santa Mônica	96,45
Esperança	95,45
Tancredo	92,00
D. Almir	92,00
São Jorge	90,00
Industrial	89,66
Ipanema I	87,60
Guarani	87,10
Maravilha	86,84
Tocantins	86,79

CASA SEM	MOTO
BAIRROS	PORCENTAGEM
São José	100,00
Patrimônio	100,00
São Jorge	97,50
Minas Brasil	94,29
Marta Helena	93,75
Ipanema II	93,33
Santa Mônica	92,20
Vila Maria	91,67
Tocantins	90,57
Santo Inácio	90,32

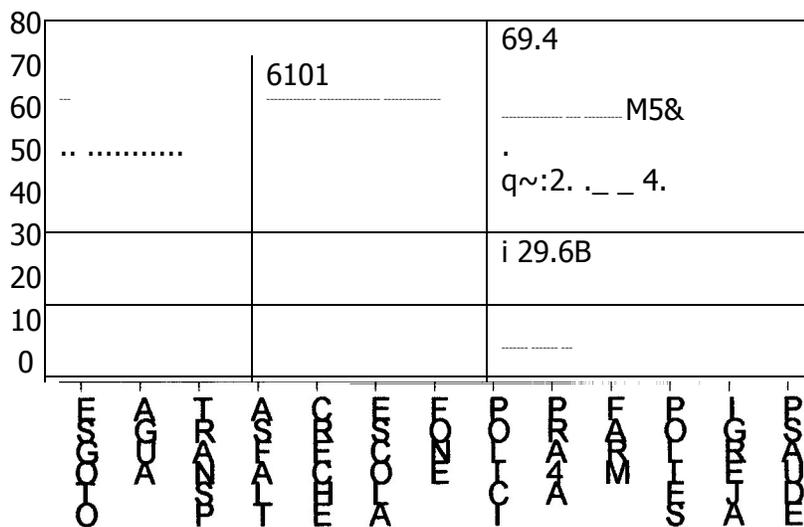
CASA SEM BICICLETA	
BAIRROS	PORCENTAGEM
Mansour	63,46
Satélite	62,07
D. Zulmira	61,54
Santa Mônica	60,99
Copacabana	60,00
Buritis	60,00
São José	57,14
Guarani	56,45
Santa Luzia	53,52
D. Almir	52,00

E, finalmente, diante de todas as necessidades observadas na residência, buscou-se verificar, através do próprio morador, o que ele, como residente no bairro, sentia falta e foram destacados aspectos de infra-estrutura, tais como rede pública de captação de esgoto, rede pública de abastecimento de água, ruas asfaltadas, condições de transporte coletivo; condições de educação ( escola, creches, centro poliesportivo), condições de segurança quanto ao policiamento, necessidade de postos de saúde, farmácias etc. lazer e outros.

A seguir, apresentamos os resultados desses itens.

**GRÁFICO V.7 - NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

(% DE DOMICÍLIOS )



Forte : C3-r=&IRJ ~ândia-'1994

<b>NECESSIDADE</b>	<b>DE ESGOTO</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
D. Almir	92,00
Ipanema I	90,70
Minas Brasil	88,57
Canaã	80,65
Ipanema II	73,33
Santo Inácio	43,55
Industrial	34,48
Maravilha	28,95
São José	21,43
São Jorge	15,00

<b>NECESSIDADE DE AGUA ENCANADA</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Canaã	45,16
D. Almir	40,00
Maravilha	34,21
São José	21,43
Industrial	10,00
D. Zulmira	60,34
Marta Helena	7,69
Granada	6,25
Minas Brasil	5,88
Tocantins	5,66

<b>NECESSIDADE DE</b>	<b>TRANSPORTES COLETIVOS</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Canaã	74,19
Esperança	72,73
São José	71,43
Patrimônio	40,00
Copacabana	40,00
Palmeira	30,56
São Jorge	30,00
Lagoinha	28,89
Minas Brasil	25,71
Santa Mônica	25,53

<b>NECESSIDADE DE ASFALTAMENTO</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Guarani	98,39
Califórnia	98,15
Minas Brasil	97,14
Ipanema II	93,33
Tocantins	92,45
Lagoinha	91,85
Palmeira	89,58
Santa Mônica	89,36
Ipanema I	88,37
Aclimação	85,00

<b>NECESSIDADE</b>	<b>DE CRECHE</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Minas Brasil	88,57
Ipanema II	86,67
Marta Helena	81,25
Mansour	75,00
D. Almir	72,00
Santa Mônica	62,41
Industrial	58,62
Taiamam	55,00
Guarani	54,84
Buritis	53,33

<b>NECESSIDADE</b>	<b>DE ESCOLA</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Minas Brasil	100,00
Ipanema II	93,33
Marta Helena	84,38
São José	78,57
Canaã	77,42
Copacabana	60,00
D. Zulmira	50,96
Taiamam	50,00
Industrial	44,83
Califórnia	36,99

<b>NECESSIDADE DE TELEFONE PUBLICO</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Canaã	77,42
Taiamam	60,00
Industrial	51,72
Esperança	50,00
Copacabana	50,00
Palmeira	47,92
São José	42,86
D Zulmira	42,31
São Jorge	40,00
Patrimônio/I anema II	40,00

<b>NECESSIDADE DE</b>	<b>POLICIAMENTO</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Industrial	100,00
Minas Brasil	97,14
Esperança	95,45
Ipanema I	93,80
N. Sra. Graças	93,51
São José	92,86
Pampulha	91,09
Marta Helena	90,63
Taiamam	90,00
D Almir	88,00

<b>NECESSIDADE</b>	<b>DE PRA</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Ipanema II	86,67
Minas Brasil	82,66
São José	78,57
Ipanema I	68,87
Paineira	69,23
Industrial	68,97
N. Sra. Graças	67,53
Maravilha	65,79
São Jorge	65,00
Marta Helena	62,50

<b>NECESSIDADE DE FARMÁCIA</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Califórnia	95,12
Ipanema II	93,33
São José	92,86
Ipanema I	86,62
Esperança	86,36
Industrial	86,21
Minas Brasil	82,86
Aclimação	81,67
Maravilha	78,95
Marta Helena	78,13

<b>NECESSIDADE DE</b>	<b>CENTRO POLIESPORTIVO _</b>
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
São José	95,71
Industrial	82,76
Minas Brasil	80,00
Paineira	76,92
Maravilha	73,68
São Jorge	72,50
Ipanema I	70,54
Taiamam	70,00
Marta Helena	68,75
Ipanema II	60,00

<b>NECESSIDADE DE IGREJA</b>	
<b>BAIRROS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Canaã	77,42
Santo Inácio	71,77
Paineira	69,23
Marta Helena	68,75
Califórnia	68,29
Ipanema I	68,22
Aclimação	66,67
Ipanema II	66,67
Palmeira	64,58
N. Sra. Graças	63,64

NECESSIDADE DE POSTO DE SAUDE	
BAIRROS	PORCENTAGEM
Aclimação	81,67
Ipanema I	80,62
Ipanema II	73,33
Califórnia	73,17
Santa Mônica	70,21
Paineira	69,23
Esperança	68,18
Taiamam	65,00
Granada	64,71
Minas Brasil	62,86

Embora não aparecendo estatisticamente, foi observada uma grande insatisfação dos moradores da periferia quanto à coleta de lixo que, em alguns casos, são lançados em terrenos baldios; outra questão colocada foi a capina de ruas e terrenos, varrição de ruas, etc.

## **VI - CONDIÇÕES DE SAÚDE DAS FAMÍLIAS**

No que diz respeito à Saúde, o questionário reservou 7 (sete) quesitos (perguntas) específicos, visando o levantamento de informações que viessem contribuir para um melhor conhecimento das reais condições de vida da população pesquisada.

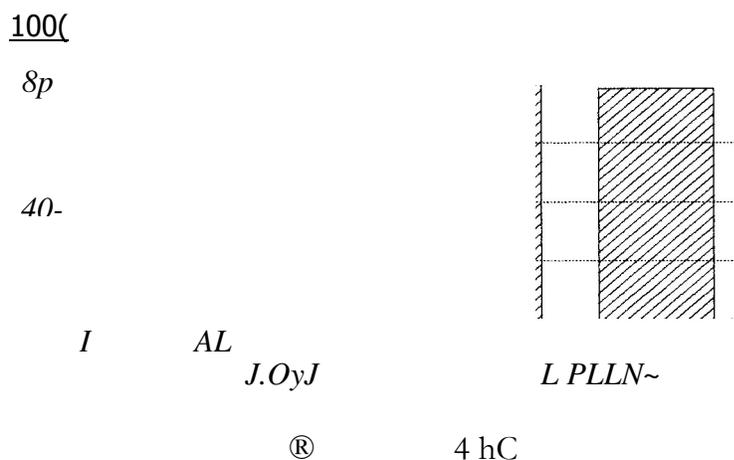
A população alvo encontra-se localizada em 36 (Trinta e seis) bairros de Uberlândia, caracterizados como de baixa renda, onde a demanda por serviço de saúde é bastante significativa, permitindo a verificação mais próxima do estado de funcionamento do sistema público de saúde local.

O primeiro quesito sobre Saúde - *O que o Sr(a). faz quando alguém da família fica doente?* - possibilita várias opções de resposta, tais como: *não faz nada; procura farmácia; usa remédio caseiro; procura o Hospital de Clínicas; procura posto de saúde; usa convênio privado.*

A consolidação das respostas para este primeiro quesito está expressa em Tabela com dados absolutos e relativos (anexo), e ainda na forma de Gráficos para melhor visualização.

A observação às respostas sinaliza que a procura pelo *Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia* é acentuada em todos os bairros pesquisados. A propósito, do total das famílias pesquisadas, os destaques cabem aos bairros **Industrial (96,55%), Jardim Califórnia (83,33%), Minas Brasil (82,86%), Aclimação (78,33).**

GRÁFICO VI.1 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O HOSPITAL DAS CLÍNICAS

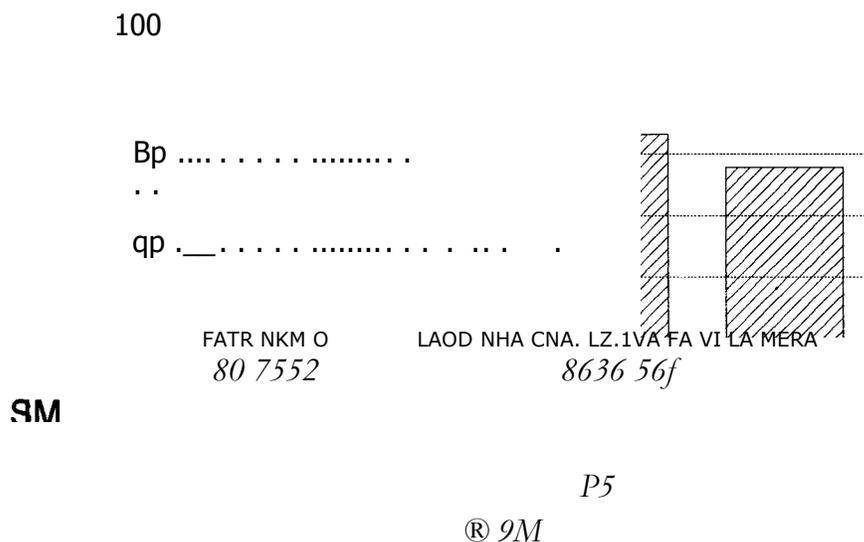


A acentuada procura pelo Hospital de Clínicas, dentre outros motivos, poderia ser atribuída à proximidade dos bairros com o mesmo. Mas vale registrar, com base nos dados e informações obtidos, que esta relação não se verifica, uma vez que os bairros com maior índice de procura pelo HC encontram-se distantes dos mesmos.

Em verdade, este mesmo índice permite afirmar a importância social que o HC tem junto à faixa da população menos favorecida.

No quesito que se refere a *Postos de saúde*, observa-se que a procura por seus serviços é significativa em praticamente todos os bairros, com destaque para Patrimônio (80%); **Lagoinha (78,52%), Dona Zulmira (66,35%), Vila Maria (55,56%)**.

**GRÁFICO VI.2 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM DOENTES QUE PROCURAM O POSTO DE SAÚDE**



A população da cidade de Uberlândia dispõe de 22 (vinte e dois) postos de saúde e 3 (três) Unidades de Atendimento Integrados (LIAIS) - uma das quais funcionando 24 horas. Considerando que a função da rede ambulatorial é de atendimento básico à população, através de serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que não necessitem de internação, os postos de saúde (em tese) deveriam ter condições de solucionar 70% dos agravos de saúde, como indicam as recomendações dos organismos reconhecidos da área de Saúde. Esta realidade, no entanto, não se verifica nos bairros aqui pesquisados, pois observa-se que a procura pelo HC e, até mesmo, a procura pela rede privada de saúde, é significativamente presente.

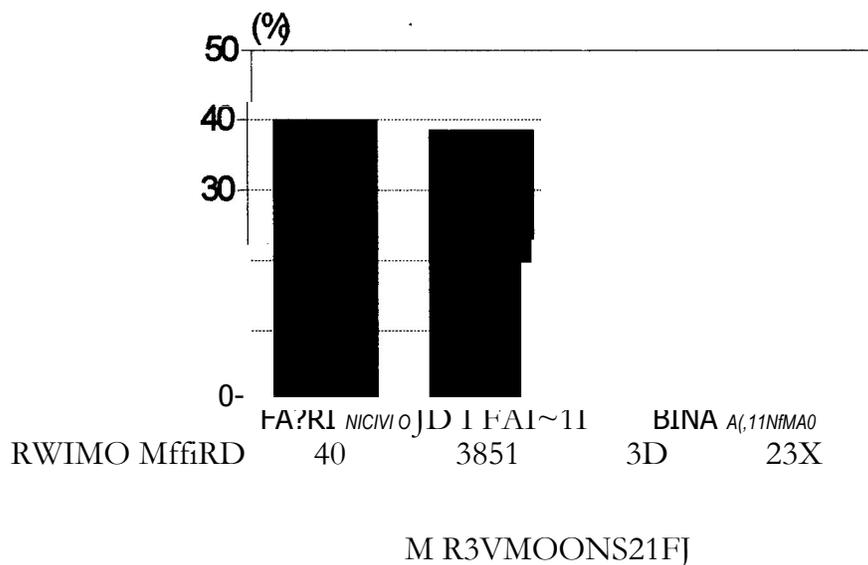
As informações podem sugerir uma ampliação da rede de serviço ambulatorial e, ainda, uma melhoria da qualidade do atendimento, visando maior eficácia na resolubilidade dos agravos de saúde.

No quesito Usa *Remédio Caseiro?*, é interessante observar que, embora a frequência seja baixa, a procura por este recurso é freqüente na maioria dos bairros,

destacando-se: Patrim8nio(40%), Copacabana (30%), Burity (26,67%) e São Jorge(25%).

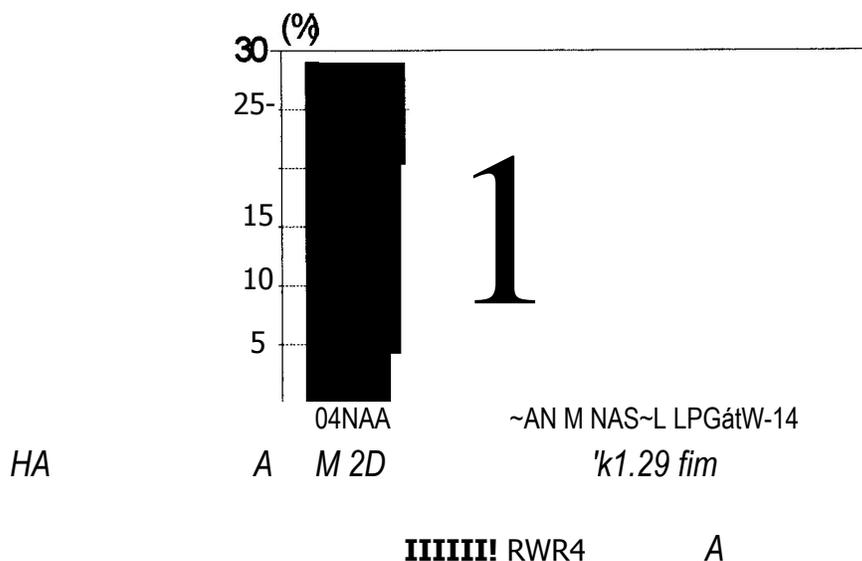
Devemos aqui levantar a hipótese de que exista uma forte relação do uso de remédio caseiro com o poder aquisitivo das famílias pesquisadas.

GRÁFICO VI,3 - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO QUE TOMAM REMÉDIO CASEIRO



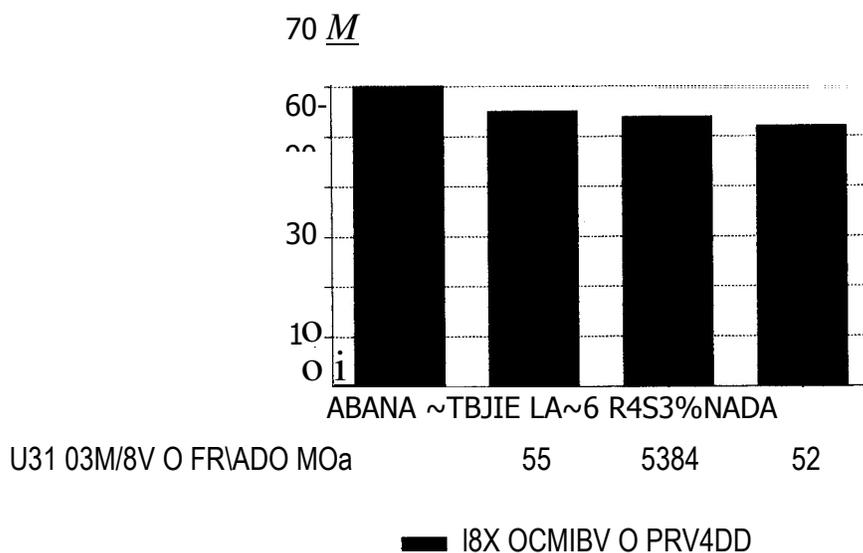
Outro quesito importante - Procura por farmácia - revela nesta pesquisa que, embora quase todos os bairros pesquisados apresentem respostas afirmativas, as famílias pesquisadas nos bairros: Tocantins, Alto do Marta Helena, Parque Paineiras, Dom Almir, Patrimônio, Aclimação, Jd. Califomia e Jd. Ipanema li, não registraram sequer uma única vez serem usuárias desse serviço. Esta informação pode ser duplamente traduzida: ou se pode considerar que nesses bairros não existe farmácia, ou considerar a existência de dificuldades de acesso a este tipo de serviço oferecido em bairros próximos.

GRÁFICO VIA - ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO A DOENÇA  
PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS QUE SE DIRIGEM À FARMÁCIA



No que diz respeito ao quesito *Convênio Privado*, é forte a presença do uso desse serviço na maioria dos bairros pesquisados. Como se pode observar, os bairros Copacabana (60%) **Satélite(55%); Parque das Laranjeiras(53,84%) e Parque Granada(52%)** são os que apresentaram maior frequência. Uma informação adicional, pela importância que adquire: do total de 29 (vinte e nove) famílias pesquisadas nos bairros **Industrial e Canaã**, nenhuma dispunha de convênio privado.

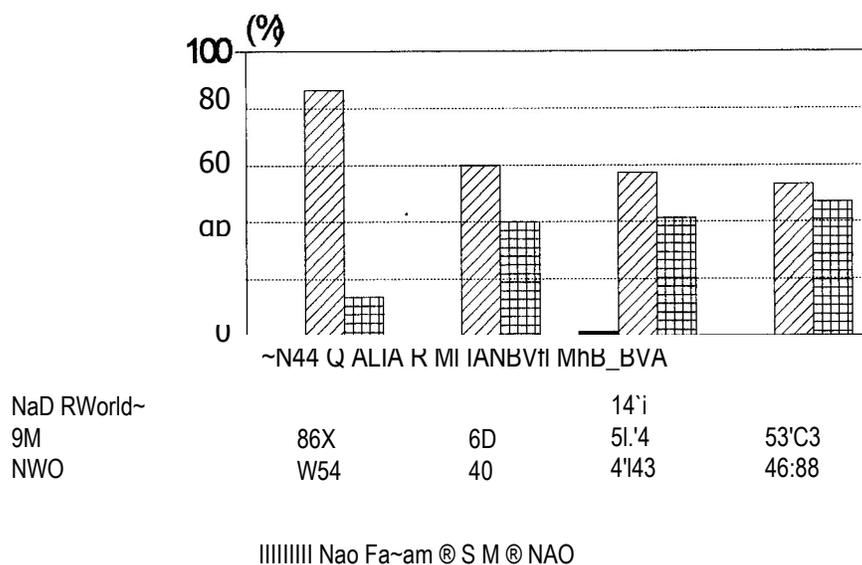
GRÁFICO VI.5 ATITUDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO À DOENÇA-PORCENTAGEM  
DE FAMÍLIAS QUE UTILIZAM CONVÊNIO PRIVADO



À par das informações, pode ser levantada a hipótese de que um percentual significativo do pessoal ocupado trabalha em empresas que oferecem esse tipo de benefício. Contudo, tal hipótese só pode ser confirmada (ou não) posteriormente, quando houver o cruzamento destas informações sobre Convênio Privado com aquelas próprias da Ocupação.

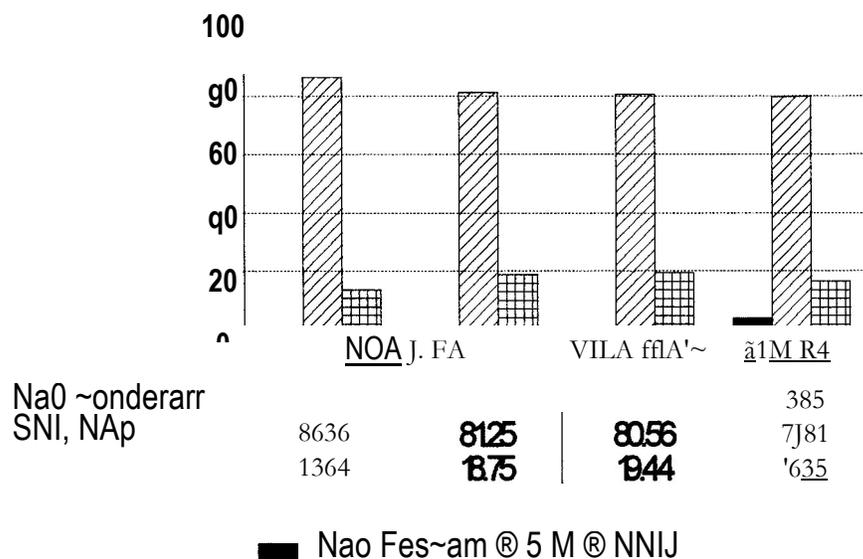
Na questão *Existe alguém com problema de saúde na família hoje ?*, merece registro que todos os bairros pesquisados apresentaram alto percentual de doentes, destacando-se os bairros Esperança (86,36%), Dom Almir (60%), Jardim Ipanema II (57,14%) e Alto do Marta Helena (53,13%). Assim é que a situação da Saúde nos bairros em questão apresenta-se bastante problematizada, apontando uma forte correlação com as condições sociais presentes - sabidamente indicadoras do estado da qualidade de vida da população. Esses dados são confirmados na pesquisa em tela também quando se observa a alta procura pelo Hospital de Clínicas e por postos de saúde, como já observado.

GRÁFICO VI.6 - PORCENTAGEM DE FAMÍLIAS POR BAIRRO COM PROBLEMAS DE SAÚDE



A mesma observação é feita na questão "O Sr. **procurou atendimento médico este ano?**". É presente na maioria dos bairros um alto percentual de pessoas que procuram este tipo de serviço, podendo se destacar os bairros **Esperança (86,36%)**, **Jardim das Palmeiras (81,25%)**, **Vila Maria (80,56%)** e **Dna. Zulmira (79,81%)**. Estes dados reforçam o quesito anterior onde, ao que se indica, as informações e os dados levantados quanto à Saúde poderão denotar ainda mais a precariedade do estado de qualidade de vida da população pesquisada, na oportunidade em que for verificada, em etapa posterior desta pesquisa, a informação sobre morbidade do bairro.

GRÁFICO VI.7 - PROCURA DE ATENDIMENTO MÉDICO



Outro quesito levantado no questionário pergunta quantos filhos as mulheres das famílias pesquisadas perderam no parto e até um ano de idade.

Em valores absolutos, do total de 102 mil pessoas pesquisadas, 8.493 mulheres perderam filhos no parto e 5.446 mulheres perderam filhos até um ano de idade.

Para o quesito que se refere às doenças das pessoas residentes nas unidades pesquisadas, foi feito um relatório descritivo para o total dos bairros pesquisados, considerando que o universo de informações por bairro não é significativo o bastante para caracterizar as doenças por bairros.

Entretanto, observou-se que os dois primeiros grupos de doenças foram os que mais se destacaram na maioria dos bairros pesquisados.

As doenças relatadas nas entrevistas foram catalogadas segundo a 9.a revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID. 1975) que ordena as patologias, segundo os eixos anatômico, etiológico ou a combinação de ambos.

O grupo mais freqüente foi o das doenças do aparelho respiratório, cujos diagnósticos principais foram bronquite (43,1 %), gripe (29,4%) e infecções das vias aéreas superiores (9,1 %). Estes são dados que coincidem com o encontrado na literatura especializada. Além disso, a bronquite é uma referência comum dos broncoespasmos e pode estar relacionada com processos alérgicos. Estes processos são importantes pois estão ligados a alérgenos como poeira, poluição, e ácaros, além do fumo, indicando precariedade das condições de habitação e higiene.

Em segundo lugar, o grupo mais relatado foi o das doenças do aparelho circulatório. O diagnóstico mais freqüente foi o de cardiopatias (43,1 %) que foram relatados como "problemas de coração". Entretanto, sua etiologia pode ser muito variada, incluindo problemas crônico-degenerativas, bem como um grande contingente de chagásicos representando até a maioria destas cardiopatais, pois a Doença de Chagas é endêmica na região de Uberlândia. O segundo diagnóstico mais freqüente foi de hipertensão arterial (40,3%). Esta doença está relacionada com o hábito de vida como: dieta hipersódica, fumo e stress, principalmente também pode ser causa de cardiopatia crônica (hipertensiva). Houve ainda uma diluição dos 16% restantes, que apresentaram grande variabilidade de diagnóstico. O grupo das doenças do aparelho circulatório se caracteriza por apresentar freqüência maior em indivíduos de faixa etária após trinta anos.

As doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos compuseram o terceiro grupo mais relatado nas entrevistas. Os problemas visuais representaram 26,7% das doenças referidas. Estas deficiências visuais, na sua maioria, podem caracterizar-se como congênitas (presbiopia), mas deficiências alimentares, como a carência de vitamina A também podem acarretar em deficiência visual. Os entrevistados relataram em segundo lugar deste grupo as doenças relacionadas ao sistema auditivo (20%). Tais doenças estão basicamente ligadas a processos infecciosos (otites) e têm freqüência maior em crianças. Em terceiro lugar, foram citadas as epilepsias, que podem estar relacionadas com neurocisticercoses (uma forma de parasitose).

O grupo das doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo e transtornos imunitários, aparece em quarto lugar e tem como principal relato a diabetes melito (51,2%). Esta é uma doença crônica degenerativa sendo que o fator etário tem importância na sua frequência. Além disso, Uberlândia possui programas de Diabetes nas Unidades Básicas de Saúde, o que pode aumentar o número de diagnósticos, possibilitando assim a citação desta doença pelo entrevistado. As alergias, que também fazem parte deste grupo, foram citadas em 29,3% e podem estar relacionadas a processos citados anteriormente, como a bronquite.

Dos grupos mais referidos e que ainda não foram discutidos, mais dois merecem algum destaque: doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho genitourinário. O grupo das doenças do aparelho digestivo aparece como o quinto mais frequente, foi representado principalmente pelas úlceras e gastrites que podem refletir um padrão alimentar inadequado, além do alcoolismo, fumo e stress.

Dentre as doenças do aparelho genitourinário, os entrevistados referiram-se principalmente a problemas renais, os quais podem ter relação direta com patologias já citadas, como hipertensão arterial, Diabetes Mellitus ou ainda a processos infecciosos crônicos.

Um grupo extremamente importante, mas que não teve um grande número de citações, estando em sétimo lugar, é o grupo das doenças infecciosas e parasitárias. Entretanto, se nos ativermos ao eixo etiológico este é um grupo que se relaciona com várias outras patologias já citadas anteriormente, por exemplo: cardiopatia chagásica, pneumonia, infecções das vias aéreas superiores, otites, epilepsias de origem nas neurocisticercoses, etc. Isto é um fator importante para a caracterização do padrão de vida e saúde, podendo indicar um grau de precariedade dessas condições da população entrevistada. Dentro deste grupo também se encaixam as verminoses, que provavelmente não foram citadas devido ao fato de serem, muitas vezes, pouco sintomáticas no adulto e, quando ocorrem nas crianças, além da auto-medicação, que é

usual, sua importância (relativa) enquanto doença, pode ser pequena, diante de outras patologias para a população.

Por fim, importa assinalar que as indicações levantadas, pelo que sinalizam e contribuem quanto à realidade atual dos bairros pesquisados, podem servir a um melhor e mais efetivo planejamento das condições de saúde e vida dessas populações.

**ANEXO ESTATÍSTICO****MIGRAÇÃO****PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES - Nos. Absolutos**

VALORES EXPANDIDOS

BAIRRO	TOTAL	UDIA	Z. RURAL BRANCO	OUTRA. CID	
GUARANI	2232	1800		72	360
TOCANTINS	1908	1404		72	432
TAIAMAN	720	396		36	288
TOTAL	4860	3600		180	1080
MANSOUR	1612	1395	0	31	186
T. NEVES	775	558	31	31	155
TOTAL	2387	1953	31	62	341
TUBALINA	1590	450		570	570
COPACABANA	300	120	0	0	180
PATRIMON.	300	90	60	30	120
TOTAL	2190	660	60	600	870
CANAA	248	200	0	8	40
S. INACIO	992	664	72	0	256
TOTAL	1240	864	72	8	296
GRANADA	663	468	39	0	156
LARANJEIRA	507	390	0	0	117
<b>S</b>					
S. JORGE	440	341	0	22	77
PAINEIRAS	507	351	0	0	156
TOTAL	2117	1550	39	22	506
BURITIS	165	110	11		44
S. LUZIA	781	561	22		198
TOTAL	946	671	33		242
N. S. GRAÇAS	770	480			290
TOTAL	770	480			290
S. MONICA2	2115	1620	30		465
D. ALMIR	375	315	15		45
TOTAL	2490	1935	45		510
V. MARIA	252	168	0	35	49
OLIVEIRA	539	294	14	7	224
SATELITE	203	147	0	0	56
TOTAL	994	609	14	42	329

**PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES**

VALORES EXPANDIDOS

BAIRRO	TOTAL	UDIA	Z. RURAL	BRANC O	OUTRA .CID	
MARAVILHA	266	28	0	84	154	
INDUSTRIAL	203	42	7	63	91	
S.JOSE	98	35	0	7	56	
TOTAL	567	105	7	154	301	
M HELENA	576	396	36		144	
ESPERANÇA	396	234	0		162	
TOTAL	972	630	36		306	
ACLIÇÃO	420	294			126	
J.CALIFORNIA	378	329			49	
J.IPANEMAI	119	84		14	21	
TOTAL	917	707		14	196	
D.ZULMIRA	1248	696		48	504	
LAGOINHA	810	570		6	234	
PAMPULHA	505	375	5	10	115	
J.IPANEMA 1	560	458			104	
J.PALMEIRAS	720	590	5		125	
MINAS BRASIL	350	270	10		70	
TOTAL	1070	860	15		195	
TOTAL GERAL	24643	16723	357	1146	6419	
TOT GERAL \$	100					

**PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES**  
**VALORES EXPANDIDOS**

T.M.e A.P.	M. G	GO	C.OEST-		DF	SUL NORTE/N			
			GO	SP		ORD.	R.J/E.S		
180	36		72	0	0		0	72	
180	144		36	0	0		36	36	
72	0		36	36	108		0	36	
432	180		144	36	108		36	144	
93			62	0	0	31			
93			0	31	31	0			
186			62	31	31	31			
210	90		60	30	90		30	60	0
30	60		60	0	0		0	0	30
30	60		30	0	0		0	0	0
270	210		150	30	90		30	60	30
16	24		0	0	0			0	
64	48		64	8	40			32	
80	72		64	8	40			32	
78	0		39		39	0	0		
39	0		78		0	0	0		
11	11		44		0	11	0		
39	39		0		39	0	39		
167	50		161		78	11	39		
0	0		11		0	11	11	11	
88	33		55		11	0	0	11	
88	33		66		11	11	11	22	
190	20		40		10	20	10		
190	20		40		10	20	10		
135	90		105		45	30	15	45	
30	15		0		0	0	0	0	
165	105		105		45	30	15	45	
21	0		14		7	7		0	
98	14		49		49	0		14	
21	7		28		0	0		0	
140	21		91		56	7		14	
84	0		42	14	14			0	
42	7		21	0	0			21	
35	0		7	0	7			7	
161	7		70	14	21			28	

PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES  
VALORES EXPANDIDOS

T. M.e	M. G	GO	C.OEST-	SP	DF	SUL	NORTE/N	R. J/E.S
A.P.			GO				ORD.	
54	36	18	18	0			18	
36	0	72	18	18			18	
90	36	90	36	18			36	
42	21	28	14		7		14	
28	14			7				
0	0	.7		14				
70	35	35	14	21	7		14	
228	24	96		60	12		72	12
96	30	60		6	12	6	12	12
50	5	30		15			15	
32	20	4		32	4		12	
60	25	20	0	15		5		
40	0	10	10	10		0		
100	25	30	10	25		5		
2545	873	1298	179	667	145	152	506	54
39,65	13,60	20,22	2,79	10,39	2,26	2,37	7,88	0,84

PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES -  
VALORES EXPANDIDOS

BAIRRO	UDIA	Z.RURAL	BRANCO	OUTRA.CID
GUARANI	80,65		3,23	16,13
TOCANTINS	73,58		3,77	22,64
TAIAMAN	55,00		5,00	40,00
TOTAL	74,07		3,70	22,22
MANSOUR	86,54		1,92	11,54
T. NEVES	72,00	4,00	4,00	20,00
TOTAL	81,82	1,30	2,60	14,29
TUBALINA	26,92	7,69	30,77	34,62
COPACABANA	40,00			60,00
PATRIMON.	30,00	20,00	10,00	40,00
TOTAL	29,17	8,33	23,61	38,89
CANAA	80,65		3,23	16,13
S. INACIO	66,94	7,26		25,81
TOTAL	69,67	5,80	0,65	23,87
GRANADA	70,59	5,88		23,53
LARANJEIRAS	76,92			23,08
S. JORGE	77,50		5,00	17,50
PAINEIRAS	69,23			30,76
TOTAL	73,21	1,84	1,03	23,90
BURITIS	66,67	6,67		26,67
S. LUZIA	71,83	2,82		25,35
TOTAL	70,93	3,49		25,58
N.S. GRAÇAS	62,34			37,66
TOTAL	62,34			37,66
S. MONICA2	76,60	1,42		21,99
D. ALMIR	84,00	4,00		12,00
TOTAL	77,71	1,81		20,48
V. MARIA	66,67		13,89	19,44
OLIVEIRA	54,55	2,60	1,30	41,56
SATELITE	72,41			27,59
TOTAL	61,27	1,41	4,23	33,10

**PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES -  
VALORES EXPANDIDOS**

<b>BAIRRO</b>	<b>UDIA</b>	<b>Z.RURAL</b>	<b>BRANCO</b>	<b>OUTRA.CID</b>
MARAVILHA	10,53		31,58	57,89
INDUSTRIAL	20,69	3,45	31,03	44,83
S.JOSE	35,71		7,14	57,14
TOTAL	18,52	1,23	27,16	53,09
M HELENA	68,75	6,25		25,00
ESPERANÇA	59,09			40,91
TOTAL	64,81	3,70		31,48
ACLIMAÇÃO	70,00			30,00
J.CALIFORNIA	87,04			12,96
J.IPANEMA 11	70,59		11,76	17,65
TOTAL	77,10		1,53	21,37
D.ZULMIRA	55,77		3,85	40,38
LAGOINHA	70,37		0,74	28,89
PAMPULHA	74,26	0,99	1,98	22,77
J.IPANEMA I	81,69			18,31
J.PALMEIRAS	81,94	0,69		17,36
MINAS BRASIL	77,14	2,86		20,00
TOTAL	80,37	1,40		18,22

PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES  
VALORES EXPANDIDOS

T.M.e A.P.	M.G	GO	C.OEST- GO	SP	DF	SUL	NORTE/NOR D.	R.J/E.S
50,00	10,00	20,00					20,00	
41,67	33,33	8,33				8,33	8,33	
25,00	0,00	12,50	12,50	37,50			12,50	
40,00	16,67	13,33	3,33	10,00		3,33	13,33	
50, 00		33,33			16,			
60,00		<u>18,18</u>	20, 00 9,	20 9,	9,			
36,84	15,78	10,52	.5,26	15,78		5,26	10,52	
16,67	33,33	33,33						16,67
25,00	50,00	25,00						
31,03	24,13	17,24	3,44	10,34		3,44	6,89	3,44
40,00	60,00							
25,00	18,75	25,00	3,13	15,63			12,50	
27,03	24,32	21,62	2,70	13,51			10,81	
50,00		25,00		25,00				
33,33		66,67						
14,29	14,29	57,14			14,29			
25,00	25,00			25,00		25,00		
33,00	9,88	31,08		15,41	2,17	7,70		
		25,00			25,00	25,00	25,00	
44,44	16,67	27,78		5,56			5,56	
36,36	13,64	27,27		4,55	4,55	4,55	9,09	
65,52	6,90	13,79		3,45	6,90	3,45		
65,52	6,90	13,79		3,45	6,90	3,45		
29,03	19,35	22,58		9,68	6,45	3,23	9,68	
66, 67	33, 33							
32,35	20,59	20,59		8,82	5,88	2,94	8,82	
42,86		28,57		14,29	14,29			
43,75	6,25	21,88		21,88			6,25	
37,50	12,50	50,00						
42,55	6,38	27,66		17,02	2,13		4,26	
54,55		27,27	9,09	9,09				
46,15	7,69	23,08					23,08	
62,50		12,50		12,50			12,50	

PERGUNTA: ONDE MORAVA ANTES  
VALORES EXPANDIDOS

T. M.e A.P.	M. G	GO	C.OEST- GO	SP	DF	SUL	NORTE/NOR D.	R.J/E.S
53,49	2,33	23,26	4,65	6,98			9,30	
37,50	25,00	12,50	12,50				12,50	
22,22		44,44	11,11	11,11			11,11	
29,41	11,76	29,41	11,76	5,88			11,76	
33,33	16,67	22,22	11,11		5,56		11,11	
57,14	28,57			14,29				
		33,33		66,67				
35,71	17,86	17,86	7,14	10,71	3,57		7,14	
45,24	4,76	19,05		11,90	2,38		14,29	2,38
41,03	12,82	25,64		2,56	5,13	2,56	5,13	5,13
43,48	4,35	26,09		13,04			13,04	
30,77	19,23	3,85		30,77	3,85		11,54	
48,00	20,00	16,00		12,00		4,00		
57,14		14,29	14,29	14,29				
51,28	12,82	15,38	5,13	12,82		2,56		



## MOTIVOS - ORDEM CRESCENTE

VALORES  
EXPANDIDOS

		TOT.		VALORES EXPANDIDOS								
		GERAL	TOT.MO	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI
		TI		1	2	3	4	5	6	7	8	9
S. 10A	M. HELENA	576	360	90	90	36	36	72	18		18	
S. 10A	ESPERANÇA	396	324	72	144	18		36		18		3
	TOTAL	972	684	162	234	54	36	108	18	18	18	3
S. 1B	D.ZULMIRA	1248	972	444	192	60	48	144	12	48		2
S. 3B	LAGOINHA	810	462	204	72	12	42	54	12	12	36	1
S. 4B	PAMPULHA	505	315	85	75	5	10	100	0	5	10	2
S. 7A	J.IPANEMA 1	560	424	224	88	16	44	12	4	12	4	2
S. 8A	J.PALMEIRAS	720	495	240	85	15	20	110	5	0	5	1
S. 8A	MINAS BRASIL	350	290	200	30	10	30	10	10	0	0	
	TOTAL	1070	785	440	115	25	50	120	15	0	5	1
S. 25A	ACLIÇÃO	420	294	133	42	0	21	28	21	7	21	2
S. 25A	J.CALIFORNIA	378	273	168	28	14	14	21	0	7	0	2
S. 25A	J.IPANEMA II	119	91	49	14	0	0	28	0	0	0	
	TOTAL	917	658	350	84	14	35	77	21	14	21	4
TOT.GERAL		24643	15568	8064	2999	1050	748	995	415	450	474	37
			63,17	51,79	19,26	6,74	4,80	6,39	2,66	2,89	3,04	2,3

**MOTIVOS - ORDEM  
CRESCENTE**
**DADOS EM PERCENTAGEM**

		TOT.	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI
			1	2	3	4	5	6	7	8	9
S. 1A	GUARANI	52,46	40,63	43,75	6,25	3,13				6,25	
S. 1A	TOCANTINS	61,53	59,38	12,50	12,50	6,25	3,13		3,13	3,13	
S. 1A	TAIAMAN	65	46,15	23,08	15,38	7,69					7,69
	TOTAL	57,89	49,35	27,27	10,39	5,19	1,30		1,30	3,90	1,30
S. 2A	MANSOUR 50	65,38		7,69	11,54	3,85	3,85	3,85	3,85		
S. 2A	T.NEVES	60	66,67	13,33	13,33					6,67	
	TOTAL	53,24	65,85	9,76	12,20	2,44	2,44	2,44	2,44	2,44	
S. 2B	TUBALINA	48,08	64',00	4,00	8,00		4,00	16,00			4
S. 2B	COPACABANA	70,00	57,14		14,29		14,29		14,29		
S. 2B	<b>PATRIMONIO</b>	80,00	87,50			12,50					
	TOTAL	55,56	67,50	2,50	7,50	2,50	5,00	10,00	2,50		2,50
S. 3A	CANAA	61,29	52,63	10,53	10,53	21,05				5,26	
S. 3A	S.INACIO	61,29	40,79	22,37	15,79	11,84	1,32	3,95		2,63	1,32
	TOTAL	61,29	43,16	20,00	14,74	13,68	1,05	3,16		3,16	1,05
S. 4A	GRANADA	29,41	40,00					20,00		40,00	
S. 4A	LARANJEIRAS	53,85	71,43	14,29					14,29		
S. 4A	S.JORGE	72,50	37,93	31,03	13,79	10,34	3,45	3,45			
S. 4A	PAINEIRAS	81,82	66,67	11,11	11,11	11,11					
	TOTAL	61,72	48,00	22,00	10,00	0,00	0,00	0,00	2,00	4,00	
S. 5A	BURITIS	86,67	53,85	23,08				7,69	7,69		7,69
S. 5A	S.LUZIA	66,20	48,94	23,40	10,64	2,13	6,38		4,26	2,13	2,13
	TOTAL	69,77	50,00	23,33	8,33	1,67	5,00	1,67	5,00	1,67	3,33
S. 5B	N.S.GRAÇAS	77,92	46,67	10,00	5,00	8,33	11,67	1,67	11,67	5,00	
	TOTAL	77,92	46,67	10,00	5,00	8,33	11,67	1,67	11,67	5,00	
S. 6A	S.MONICA2	66,67	51,06	22,34	8,51	3,19	5,32	3,19	4,26	2,13	
S. 6A	DOM ALMIR	76,00	31,58	36,84	21,05	5,26				5,26	
	TOTAL	68,07	47,79	24,78	10,62	3,54	4,42	2,65	3,54	2,65	
S. 6H	V.MARIA	47,22	41,18	35,29	11,76		11,76				
S. 6B	OLIVEIRA	74,03	49,12	22,81	7,02	7,02	5,26	3,51	1,75	1,75	1,75
S. 6B	SATELITE	62,07	16,67	27,78	5,56		16,67	11,11	16,67		5,56
	TOTAL	64,79	41,30	26,09	7,61	4,35	8,70	4,35	4,35	1,09	2,16
S. 9A	MARAVILHA	71,05	48,15	11,11	11,11	7,41		7,41	7,41	3,70	3,70
S. 9A	INDUSTRIAL	62,07	72,22	16,67	11,11						
S. 9A	S.JOSE	64,29	66,67	22,22							11,11
	TOTAL	66,67	59,26	11,11	9,26	3,70		3,70	3,70	1,85	7,42

**MOTIVOS - ORDEM  
CRESCENTE**
**DADOS EM PERCENTAGEM**

		TOT.MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI	MOTI
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	
S. 10A	M.HELENA	62,50	25,00	25,00	10,00	10,00	20,00	5,00		5,00		
S. 10A	ESPERANÇA	81,82	22,22	44,44	5,56		11,11		5,56		11,11	
	TOTAL	70,37	23,68	34,21	7,89	5,26	15,79	2,63	2,63	2,63	5,26	
S. 1B	D.ZULMIRA		45,68	19,75	6,17	4,94	14,81	1,23	4,94		2,47	
S. 3B	LAGOINHA		44,16	15,58	2,60	9,09	11,69	2,60	2,60	7,79	3,90	
S. 4B	PAMPULHA		26,98	23,81	1,59	3,17	31,75		1,59	3,17	7,94	
S. 7A	J.IPANEMA 1		52,83	20,75	3,77	10,38	2,83	0,94	2,83	0,94	4,72	
S. 8A	J.PALMEIRAS		48,48	17,17	3,03	4,04	22,22	1,01		1,01	3,03	
S. 8A	MINAS BRASIL		68,97	10,34	3,45	10,34	3,45	3,45				
	TOTAL		56,05	14,65	3,18	6,37	15,29	1,91		0,64	1,91	
S. 25A	ACLIÇÃO		45,24	14,29		7,14	9,52	7,14	2,38	7,14	7,14	
S. 25A	J.CALIFORNIA		61,54	10,26	5,13	5,13	7,69		2,56		7,69	
S. 25A	J.IPANEMA 11		53,85	15,38			30,77					
	TOTAL		53,19	12,77	2,13	5,32	11,70	3,19	2,13	3,19	6,38	

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	XANGRILA	R.GRAMADOJ.	FINOTTI	IPANEMAI	IAURORA	HIGINOG.	ESPERAN.	LARANJEIR	
BURITIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CANAA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COPACABANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.ALMIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPERANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANSOUR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARAVILHA	00000000								
M.HELENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S.GRAÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	0	7	0
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S.LUZIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S.MONICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S . INACIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S.JORGE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S . JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	0	0	7	0	0
TAIAMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T.NEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TUBALINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V.MARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	7
ACLIÇÃO	0	0	0	0	7	0	0	0	0
CALIFORNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPANEMAI	00000000								
IPANEMAI I	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA	00660000								
MINAS BRASIL	0	5	0	0	0	0	0	0	0
PALMEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAMPULHA	5	0	0	0	0	0	0	0	0
D.ZULMIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	AEROPOR.	PAINEIRAS	SALTAMIRA	J. AMERICAS	MARIA D. ALMIR		C. JARD. BURITIS	
<b>BURITIS</b>	0	11	0	0	0	0	0	0
<b>CANAA</b>	0	0	0	0	0	0	8	0
<b>COPACABANA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
D. ALMIR	0	0	0	0	0	0	0	15
ESPERANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GRANADA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>MANSOUR</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>MARAVILHA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
M. HELENA	0	0	0	0	0	0	0	0
N. S. GRAÇAS	0	0	0	0	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PATRIMONIO</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
S. LUZIA	0	0	0	0	0	0	0	0
S. MONICA	0	0	0	0	0	0	0	0
S. INACIO	0	0	0	0	0	0	0	0
S. JORGE	0	0	0	0	0	0	0	0
S . JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TAIAMAN</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
T. NEVES	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	0
TUBALINA	0	0	0	0	0	0	0	0
V. MARIA	0	0	0	0	0	0	0	0
ACLIÇÃO	0	0	0	0	0	7	0	0
CALIFORNIA	0	0	7	0	0	0	0	0
<b>I PANEMAI</b>	<b>8</b>	0	0	0	0	0	0	0
IPANEMAI I	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA	0	0	0	0	12	6	0	0
MINAS BRASIL	0	0	0	0	0	0	0	0
PALMEIRA	00500050							
PAMPULHA	0	0	0	0	0	0	0	0
D. ZULMIRA	0	0	0	12	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>15</b>

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	C. SAN	RE. MINAS	B. TABAJARAS	CRUZEI.	B. JARDIM	J. PATRIC.	J. CALIF.	VALLE	
BURITIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>CANAA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>COPACABANA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. ALMIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>ESPERANÇA</b>	0	18	0	0	0	0	0	0	0
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANSOUR	0	0	0	0	0	0	0	0	31
<b>MARAVILHA</b>	00000000								
M. HELENA	18	0	0	0	0	0	0	0	0
N. S. GRAÇAS	0	0	0	10	0	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. LUZIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S. MONICA	0	0	0	0	15	0	15	0	0
S. INACIO	0	0	0	0	8	0	0	0	0
S. JORGE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S . JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAIAMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T. NEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TUBALINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V. MARIA	0	0	0	7	0	0	0	0	0
ACLIMAÇÃO	0	0	0	0	0	0	14	0	0
CALIFORNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>IPANEMAI</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IPANEMAI I	00000000								
LAGOINHA	00000000								
MINAS BRASIL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PALMEIRA</b>	0	0	10	5	0	0	0	0	0
PAMPULHA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. ZULMIRA	0	0	12	0	0	24	0	0	0
TOTAL	18	18	22	22	23	24	29	31	

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	SATELITE	LAGOINHAOLIVEIRA	NOSSO LA	LIDICE	UMUAR.II	IPANEMA	PROGRES
BURITIS	0	0	0	0	0	0	0
CANAA	0	0	0	0	0	0	0
COPACABANA	0	0	0	0	0	0	0
D.ALMIR	0	0	0	0	0	0	0
ESPERANÇA	0	0	18	0	0	0	0
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0
MANSOUR	31	0	0	0	0	0	0
MARAVILHA	0	0	0	0	0	0	0
M.HELENA	0	0	0	0	18	0	0
N.S.GRAÇAS	0	0	0	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	0	0	14	0	7
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0
S.LUZIA	0	11	0	11	0	0	0
S.MONICA	0	0	0	15	0	0	15
S . INACIO	0	0	0	8	0	0	0
S.JORGE	0	0	0	0	0	0	11
S . JOSE	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	7	0	0
TAIAMAN	0	0	0	0	0	0	0
T.NEVES	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0
TUBALINA	0	0	0	0	0	0	0
V.MARIA	0	0	0	0	0	0	0
ACLIÇÃO	0	0	7	0	0	0	0
CALIFORNIA	0	0	0	0	0	0	14
IPANEMAI	00000000						
IPANEMAI I	0	0	0	0	0	14	7
LAGOINHA	00000060						
MINAS BRASIL	0	0	0	0	0	30	0
PALMEIRA	0	0	0	0	5	0	0
PAMPULHA	0	20	0	0	0	0	10
D.ZULMIRA	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	31	31	25	34	44	44	49

**ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA**

BAIRRO	CAZECA	R. CARAJ	S. ROSA	ACLIMA.	J. PALM.	GUARANI	TAIAMAN	PAMPULHA
<b>BURITIS</b>	0	0	11		0 0		0 0 0	
<b>CANAA</b>	0	0	0		8 16		16 0 0	
<b>COPACABANA</b>	0	0	0		0 0		0 0 0	
D. ALMIR	150000000							
ESPERANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GRANADA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	0	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0
MANSOUR	0	0	0	0	31	31	0	31
<b>MARAVILHA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>M. HELENA</b>	0	0	18	0	0	0	0	0
N. S. GRAÇAS	0	0	0	20	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	7	0	0	0	0	0
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0
S. LUZIA	11	0	0	0	0	0	0	0
S. MONICA	0	0	0	15	0	0	0	0
S. INACIO	0	0	0	0	8	8	0	0
S. JORGE	0	11	0	0	0	0	0	11
S. JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	7	0	0	0	0	0	0	0
TAIAMAN	0	0	0	0	0	0	0	0
T. NEVES	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	72	0
TUBALINA	0	0	0	0	0	0	0	0
V. MARIA	0	0	7	0	7	0	0	0
ACLIÇÃO	0	0	7	0	0	7	0	0
CALIFORNIA	0	0	0	7	0	0	0	0
I PANEMAI	0	0	4	4	0	0	4	4
IPANEMAI	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA								12600000
MINAS BRASIL	0 0 0 0 0 0 0							0
PALMEIRA								00005005
PAMPULHA	5 5 0 0 0 0 0							0
D. ZULMIRA	0 0 0 0 0 12 0							0
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>22</b>	<b>54</b>	<b>54</b>	<b>67</b>	<b>74</b>	<b>76</b>	<b>51</b>

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	COPACABANA	MORADA N. S. INACIO	PACAEMBU		S. JORGE	SEGISMUN	APAREC. OSVALDO	
BURITIS	0	0	0	0	22	11	11	0
CANAA	0	0	24	0	8	0	0	0
COPACABANA	0	0	0	0	0	0	0	0
D. ALMIR	0	0	0	0	45	0	0	0
ESPERANÇA	0	0	0	0	0	0	0	0
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0	0
GUARANI	0	36	0	0	0	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	39	0
MANSOUR	0	0	0	0	0	0	0	0
MARAVILHA	0	0	0	0	0	0	0	0
M. HELENA	0	0	0	18	0	0	0	0
N. S. GRAÇAS	0	0	0	10	0	0	0	0
OLIVEIRA	0	0	0	14	0	0	7	0
PAINEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0
S. LUZIA	0	0	0	11	0	11	11	11
S. MONICA	0	15	0	15	0	45	0	0
S. INACIO	0	8	0	0	0	0	0	8
S. JORGE	0	0	8	0	0	0	11	0
S. JOSE	0	0	0	0	11	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	15	0	7	7
TAIAMAN	0	0	0	36	0	0	0	0
T. NEVES	0	0	0	0	0	0	0	31
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	36
TUBALINA	0	0	3	0	0	0	0	30
V. MARIA	0	0	6	0	0	0	0	0
ACLIÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
CALIFORNIA	0	14	0	0	0	0	0	0
IPANEMAI	0	0	7	0	0	0	4	0
IPANEMAI I	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA	0	0	4	0	0	6	0	0
MINAS BRASIL	0	0	0	0	0	0	0	0
PALMEIRA	5	0	5	0	0	10	0	0
PAMPULHA	5	0	0	0	0	10	5	0
D. ZULMIRA	0	0	0	0	6	0	0	0
TOTAL	82	85	90	111	112	123	95	123

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	S.LUZIA	TANCREDO	ALVORADA	MANSOUR	LIBERDADE	GRANADA	D.FONSE.	MARAV.	
BURITIS	0	0	0	0	0	0	11	0	0
<b>CANAA</b>	8	0	0	0	8	8	0	8	0
<b>COPACABANA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.ALMIR	0	0	15	0	0	0	0	0	0
ESPERANÇA	0	18	0	0	0	0	0	72	0
GRANADA	390000000								
GUARANI	0	0	0	72	72	108	0	0	0
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANSOUR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>MARAVILHA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M.HELENA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
N.S.GRAÇAS	50	0	0	0	10	0	0	0	0
OLIVEIRA	7	0	0	0	0	0	0	0	7
<b>PAINEIRAS</b>	0	0	0	0	0	39	0	0	0
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S.LUZIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S.MONICA	15	45	90	45	15	15	45	30	30
S.INACIO	0	16	0	8	0	8	8	0	0
S.JORGE	0	11	0	0	0	0	0	0	11
S . JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TAIAMAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
T.NEVES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	36	144	144
<b>TUBALINA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
V.MARIA	0	0	0	0	21	0	0	0	0
ACLIÇÃO	0	0	7	0	0	0	0	0	0
CALIFORNIA	0	0	0	0	14	0	14	0	0
IPANEMAI	04808440								
IPANEMAI I	0	0	7	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA	60600600								
<b>MINAS BRASIL</b>	0	0	0	10	0	0	0	0	0
<b>PALMEIRA</b>	0	5	0	0	0	10	20	0	0
PAMPULHA	0	0	5	0	5	0	0	5	5
<b>D.ZULMIRA</b>	0	0	0	0	0	0	12	0	0
TOTAL	125	99	138	143	153	201	219	197	

**ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA**

<b>BAIRRO</b>	<b>CENTRO</b>	<b>PATRIMO.B.JESUS</b>	<b>UMUARA.</b>	<b>TOCANT.OPERARIO</b>	<b>N.S.GRA.</b>	<b>INDUSTRI</b>		
BURITIS	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>CANAA</b>	0	8	0	0	0	0	0	0
<b>COPACABANA</b>	0	30	0	0	0	0	0	0
D.ALMIR	0	0	0	15	30	0	15	0
<b>ESPERANÇA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>GRANADA</b>	<b>39</b>	0	39	0	0	0	0	39
GUARANI	0	0	0	0	216	36	36	36
INDUSTRIAL	7	0	0	0	0	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	78	0	0
<b>MANSOUR</b>	0	0	31	62	0	93	31	0
<b>MARAVILHA</b>	0	0	0	0	0	0	0	0
M.HELENA	0	0	0	18	0	0	54	36
N.S.GRAÇAS	20	0	20	10	0	0	0	60
OLIVEIRA	0	0	21	0	0	0	0	0
<b>PAINEIRAS</b>	0	0	0	0	0	0	0	39
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	30	0
S.LUZIA	11	11	11	11	0	11	0	11
S.MONICA	30	15	60	60	0	0	30	15
S.INACIO	8	8	16	8	0	0	0	0
S.JORGE	11	11	11	0	0	0	0	0
S. JOSE	0	0	0	0	0	0	0	0
SATELITE	14	0	0	0	0	14	0	0
<b>TAIAMAN</b>	0	0	0	36	0	0	0	36
T.NEVES	31	31	0	0	31	0	0	0
TOCANTINS	0	36	0	0	0	0	36	0
TUBALINA	0	30	0	30	0	0	0	0
V.MARIA	0	7	0	0	0	14	7	0
ACLIÇÃO	7	0	7	7	7	0	14	7
CALIFORNIA	7	0	21	0	0	14	7	0
IPANEMAI	4	0	4	4	8	0	4	12
IPANEMAI I	0	0	0	0	0	0	0	0
LAGOINHA	12	24	0	0	0	24	0	0
MINAS BRASIL	10	0	0	30	0	0	50	50
<b>PALMEIRA</b>	5	45	5	5	0	5	0	5
PAMPULHA	0	0	0	0	5	10	5	0
D.ZULMIRA	12	0	12	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>228</b>	<b>256</b>	<b>258</b>	<b>296</b>	<b>297</b>	<b>299</b>	<b>319</b>	<b>346</b>

**ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA**

BAIRRO	PLANALTO	TUBALIND.	ZULMIRANAO	RESP. J. BRASIL	MARTA	HE SARAIVA	C. PEREIRA	
<b>BURITIS</b>	<b>0</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>CANAA</b>	<b>824008000</b>							
<b>COPACABANA</b>	0	0	0	60	0	0	0	0
D. ALMIR	0	0	0	0	0	0	0	15
ESPERANÇA	0	0	0	18	0	54	0	0
<b>GRANADA</b>	39	0	39	0	0	0	0	0
<b>GUARANI</b>	<b>36</b>	36	0	36	36	72	36	36
INDUSTRIAL	0	0	0	21	7	0	0	0
LARANJEIRAS	0	0	0	0	0	0	39	0
MANSOUR	31	0	31	0	62	0	31	31
<b>MARAVILHA</b>	0	0	0	14	7	0	0	0
<b>M. HELENA</b>	0	0	0	36	0	54	0	0
N. S. GRAÇAS	10	0	0	10	0	110	0	50
OLIVEIRA	0	0	0	0	14	7	0	0
PAINEIRAS	39	0	0	0	39	0	39	0
<b>PATRIMONIO</b>	0	0	0	30	0	0	0	0
S. LUZIA	0	0	11	11	0	33	55	11
S. MONICA	15	15	0	60	0	30	15	45
S. INACIO	48	64	0	32	24	8	16	8
S. JORGE	11	0	0	11	11	0	22	22
S. JOSE	0	0	0	7	7	7	14	0
SATELITE	0	0	0	0	0	7	7	0
<b>TAIAMAN</b>	0	0	108	0	0	0	0	36
T. NEVES	31	31	31	31	31	0	0	0
TOCANTINS	72	72	108	72	108	36	36	36
<b>TUBALINA</b>	0	60	30	90	0	0	0	0
V. MARIA	0	0	0	0	7	0	7	0
ACLIÇÃO	0	0	0	14	0	14	0	35
CALIFORNIA	0	0	0	0	0	14	0	77
IPANEMAI	4	4	4	14	8	20	8	96
IPANEMAI I	0	0	0	14	7	0	0	0
LAGOINHA	0	0	0	120	0	6	96	0
<b>MINAS BRASIL</b>	0	0	0	25	0	30	0	0
PALMEIRA	20	50	5	25	10	5	5	5
PAMPULHA	0	0	0	5	5	0	55	25
D. ZULMIRA	0	60	60	108	36	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>364</b>	<b>416</b>	<b>427</b>	<b>864</b>	<b>427</b>	<b>507</b>	<b>481</b>	528

## ONDE MORAVA ANTES - BAIRRO / UDIA

BAIRRO	JARAGUA	BRASIL	ROOSEVEL	TIBERY	S.MONICA	LUIZOTE	MARTINSSOM.	HORIZ	
BURITIS	0	11	0	11	0	0	11	110	
CANAA	8	8	8	0	0	0	16	200	
COPACABANA	0	0	30	0	0	0	0	120	
D. ALMIR	30	15	0	45	30	0	0	315	
ESPERANÇA	18	0	0	18	0	0	0	234	
GRANADA	39	39	39	0	39	0	78	468	
GUARANI	108	36	72	0	108	288	288	1800	
INDUSTRIAL	0	0	0	0	0	0	7	42	
LARANJEIRAS	0	117	0	39	39	39	0	390	
MANSOUR	0	31	93	62	31	403	217	1395	
MARAVILHA	0	0	7	0	0	0	0	28	
M. HELENA	0	36	18	18	18	18	18	396	
N. S. GRAÇAS	0	20	.0	10	20	10	30	480	
OLIVEIRA	0	14	77	14	14	21	42	294	
PAINÉIRAS	0	0	39	78	39	0	0	351	
PATRIMONIO	0	0	0	0	0	0	30	90	
S. LUZIA	0	44	55	44	66	0	77	561	
S. MONICA	60	45	45	210	165	150	90	1620	
S. INACIO	64	16	40	48	48	48	64	664	
S. JORGE	22	11	11	22	77	0	22	341	
S. JOSE	0	0	0	0	0	0	0	35	
SATELITE	0	14	21	0	0	0	28	147	
TAIAMAN	0	0	36	0	36	36	36	396	
T. NEVES	93	0	31	31	31	31	62	558	
TOCANTINS	0	0	216	0	0	36	144	1404	
TUBALINA	0	30	0	0	0	30	120	450	
V. MARIA	7	7	35	0	0	7	21	168	
ACLIÇÃO	7	14	14	49	21	7	7	294	
CALIFORNIA	0	28	14	56	7	0	14	329	
IPANEMAI	0	32	16	100	28	16	12	458	
IPANEMAI I	0	0	0	21	0	7	7	84	
LAGOINHA	12	6	0	84	84	6	6	570	
MINAS BRASIL	0	20	0	0	0	10	0	270	
PALMEIRA	75	25	25	25	5	20	125	590	
PAMPULHA	0	30	10	30	85	5	20	375	
D. ZULMIRA	36	12	36	24	0	84	132	696	
TOTAL	579	661	988	1039	991	1272	1724	16723	

**TEMPO EM QUE MORA NO BAIRRO**

	TOTAL	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	FAIXA 4	FAIXA 5
GUARANI	2232		432	540	1260	
TOCANTINS	1908		72	72	1080	648 36
TAIAMAN	720		36	108	360	216
MANSOUR	1612		248	93	1271	
T. NEVES	775		62	62	186	403 62
TUBALINA	1590		150	60	390	330 660
COPACABANA	300		90	30	30	150
PATRIMONIO	300				120	30 150
CANAA	248		80	72	88	8
S. INACIO	992		104	120	456	288 24
GRANADA	663		117	117	429	
LARANJ.	507		156	39	312	
S. JORGE	440		33	33	275	99
PAINEIRAS	507		39	117	312	39
BURITIS	165			33	110	22
S. LUZIA	781		77	11	88	209 396
N. S. GRAÇAS	770		50	110	300	260 50
S. MONICA2	2100		645	720	735	
D. ALMIR	375		75	15	255	15 15
V. MARIA	252		28	7	84	84 49
OLIVEIRA	539		49	14	147	161 168
SATELITE	203		7	7	49	63 77
MARAVILHA	266		14	21	91	70 70
INDUSTRIAL	203		14	14	63	42 70
S. JOSE	98		35		35	7 21
M. HELENA	576		72	72	198	90 144
ESPERANÇA	396		54	18	54	198 72
D. ZULMIRA	1248		108	96	240	216 588
LAGOINHA	810		78	60	138	258 276
PAMPULHA	500		25	25	175	150 125
J. IPANEMAI	560		56	72	256	144 32
J. PALMEIRAS	720		55	65	305	210 85
M. BRASIL	350		40	50	250	10 0
ACLIÇÃO	413		21	42	210	84 56
J. CALIFORNIA	378		42	84	168	84 0
JD. IPANEMA II	91		28	21	42	0 0
TOT. GERAL	24588		3192	3020	10562	4430 3384
			12,98	12,28	42,95	18,01 13,76

# EDUCAÇÃO

**Tabela 1 - Numero de Pesquisados em 36 Bairros da Periferia de Uberlândia -1994**

SETOR BAIRRO	ADULTOS %	CRIANÇAS %	TOTAL %	Nº CASOS
1 A				
PQ GUARANI	5616 68,42	2592 31,58	8208 100,00	2232
TOCANTINS	5508 65,95	2844 34,05	8352 100,00	1908
TAIAMAN	1872 65,82	972 34,18	2844 100,00	720
Total setor 1 A	12996 66,98	6408 33,02	19404 100,00	4860
2A				
MANSOUR	4092 67,35	1984 32,65	6076 100,00	1612
TANCREDO NEVES	2294 70,48	961 29,52	3255 100,00	775
Total setor 2A	6386 68,44	2945 31,56	9331 100,00	2387
3A				
CANAA	632 94,05	40 5,95	672 100,00	248
SANTO INACIO	2672 73,41	968 26,59	3640 100,00	992
Total setor 3A	3304 76,62	1008 23,38	4312 100,00	1240
4A				
PQ GRANADA	1560 64,52	858 35,48	2418 100,00	663
PQ LARANJEIRAS	1326 68,00	624 32,00	1950 100,00	507
PQ SAO JORGE	4134 61,27	2613 38,73	6747 100,00	440
PAINERAS	1287 67,35	624 32,65	1911 100,00	507
Total setor 4A	8307 63,77	4719 36,23	13026 100,00	2117
5A				
BURITIS	363 50,77	352 49,23	715 100,00	165
SANTA LUZIA	2574 75,73	825 24,27	3399 100,00	781
Total setor 5A	2937 71,39	1177 28,61	4114 100,00	946
6A				
SANTA MONICA 11	4815 66,32	2445 33,68	7260 100,00	2115
DOM ALMIR	855 54,29	720 45,71	1575 100,00	375
Total setor 6A	5670 64,18	3165 35,82	8835 100,00	2490
7A				
JD IPANEMA 1	1748 69,15	780 30,85	2528 100,00	560
8A				
JD PALMEIRAS	2260 72,44	860 27,56	3120 100,00	720
MINAS BRASIL	450 66,67	225 33,33	675 100,00	350
Total setor 8A	2710 71,41	1085 28,59	3795 100,00	1070

**Tabela 1 - Numero de Pesquisados em 36 Bairros da Periferia de Uberlândia -1994**

SETOR BAIRRO	ADULTOS	%	CRIANÇAS	%	TOTAL	%	Nº CASOS	
9A	MARAVILHA	924	81,48	210	18,52	1134	100,00	266
	INDUSTRIAL	567	77,14	168	22,86	735	100,00	203
	SAO JOSE	231	71,74	91	28,26	322	100,00	98
	Total setor 9A	1722	78,59	469	21,41	2191	100,00	567
10A	ALTO MARTA HELENA	1908	68,39	882	31,61	2790	100,00	576
	ESPERANÇA	1260	62,50	756	37,50	2016	100,00	396
	Total setor 10A	3168	65,92	1638	34,08	4806	100,00	972
25A	ACLIMAÇÃO	1141	62,45	686	37,55	1827	100,00	420
	JD CALIFORNIA	805	70,99	329	29,01	1134	100,00	378
	JD IPANEMA II	245	66,04	126	33,96	371	100,00	119
	Total setor 25A	2191	65,76	1141	34,24	3332	100,00	917
1121	D.ZULMIRA	3384	71,03	1380	28,97	4764	100,00	1248
2121	TUBALINA	4290	71,86	1680	28,14	5970	100,00	1590
	COPACABANA	1080	87,80	150	12,20	1230	100,00	300
	PATRIMONIO	780	70,27	330	29,73	1110	100,00	300
	Total setor 2121	6150	74,01	2160	25,99	8310	100,00	2190
3121	LAGOINHA	2442	69,69	1062	30,31	3504	100,00	810
4131	PAMPULHA	1480	71,33	595	28,67	2075	100,00	505
5B	N.SRA.DAS GRAÇAS	2230	70,35	940	29,65	3170	100,00	770
6121	VILA MARIA	826	69,41	364	30,59	1190	100,00	252
	OLIVEIRA	1729	77,92	490	22,08	2219	100,00	539
	SATELITE	665	81,20	154	18,80	819	100,00	203
	Total setor 6131	3220	76,16	1008	23,84	4228	100,00	994
	TOTAL GERAL	70052	68,85	31694	31,15	101746	100,00	24643

Tabela 2: Grau de Instrucao dos adultos em 36 bairros da periferia de Uberlandia -1994 Valores Absolutos e Percentuais

	BAIRRO	ANAL F	% AEF	% 1° INC	% 1°	% 2° INC	% 2°	% 3° INC	% 3°	TOTAL	%								
1A	PQ GUARANI	396	7,05	0	0,00	3240	57,69	1368	24,36	180	3,21	432	7,69	0	0,00	0	0,00	5616	100,00
	TOCANTINS	540	9,80	0	0,00	4068	73,86	648	11,76	144	2,61	108	1,96	0	0,00	0	0,00	5508	100,00
	TAIAMAN	72	3,85	0	0,00	1440	76,92	144	7,69	36	1,92	180	9,62	0	0,00	0	0,00	1872	100,00
	Total setor 1A	1008	7,76	0	0,00	8748	67,31	2160	16,62	360	2,77	720	5,54	0	0,00	0	0,00	12996	100,00
2A	MANSOUR	93	2,27	31	0,76	2666	65,15	682	16,67	186	4,55	372	9,09	31	0,76	31	0,76	4092	100,00
	TANCREDO NEVES	279	12,16	0	0,00	1488	64,86	310	13,51	155	6,76	62	2,70	0	0,00	0	0,00	2294	100,00
	Total setor 2A	372	5,83	31	0,49	4154	65,05	992	15,53	341	5,34	434	6,80	31	0,49	31	0,49	6386	100,00
3A	CANAA	104	16,46	48	7,59	352	55,70	96	15,19	24	3,80	8	1,27	0	0,00	0	0,00	632	100,00
	SANTO INACIO	200	7,49	16	0,60	1776	66,47	320	11,98	80	2,99	272	10,18	0	0,00	0	0,00	2672	100,00
	Total setor 3A	304	9,20	64	1,94	2128	64,41	416	12,59	104	3,15	280	8,47	0	0,00	0	0,00	3304	100,00
4A	PQ GRANADA	78	5,00	0	0,00	741	47,50	156	10,00	78	5,00	312	20,00	0	0,00	195	12,50	1560	100,00
	PQ LARANJEIRAS	117	8,82	0	0,00	741	55,88	234	17,65	78	5,88	117	8,82	0	0,00	39	2,94	1326	100,00
	PQ SAO JORGE	273	6,60	0	0,00	3042	73,58	429	10,38	195	4,72	195	4,72	0	0,00	0	0,00	4134	100,00
	PAINEIRAS	0	0,00	0	0,00	468	36,36	663	51,52	78	6,06	78	6,06	0	0,00	0	0,00	1287	100,00
	Total setor 4A	468	5,63	0	0,00	4992	60,09	1482	17,84	429	5,16	702	8,45	0	0,00	234	2,82	8307	100,00
5A	BURITIS	0	0,00	0	0,00	231	63,64	55	15,15	11	3,03	44	12,12	11	3,03	11	3,03	363	100,00
	SANTA LUZIA	121	4,70	22	0,85	1782	69,23	330	12,82	88	3,42	176	6,84	33	1,28	22	0,85	2574	100,00
	Total setor 5A	121	4,12	22	0,75	2013	68,54	385	13,11	99	3,37	220	7,49	44	1,50	33	1,12	2937	100,00
6A	STA MONICA II	270	5,61	15	0,31	3435	71,34	675	14,02	225	4,67	165	3,43	15	0,31	15	0,31	4815	100,00
	DOM ALMIR	120	14,04	0	0,00	615	71,93	120	14,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	855	100,00
	Total setor 6A	390	6,88	15	0,26	4050	71,43	795	14,02	225	3,97	165	2,91	15	0,26	15	0,26	5670	100,00
7A	JD IPANEMA I	140	8,01	208	11,90	1092	62,47	164	9,38	64	3,66	72	4,12	4	0,23	4	0,23	1748	100,00
8A	JD PALMEIRAS	60	2,65	90	3,98	1345	59,51	305	13,50	185	8,19	220	9,73	20	0,88	35	1,55	2260	100,00
	MINAS BRASIL	15	3,33	30	6,67	320	71,11	65	14,44	5	1,11	10	2,22	0	0,00	5	1,11	450	100,00
	Total setor 8A	75	2,77	120	4,43	1665	61,44	370	13,65	190	7,01	230	8,49	20	0,74	40	1,48	2710	100,00
9A	MARAVILHA	42	4,55	7	0,76	763	82,58	91	9,85	7	0,76	14	1,52	0	0,00	0	0,00	924	100,00
	INDUSTRIAL	0	0,00	0	0,00	532	93,83	14	2,47	7	1,23	0	0,00	0	0,00	14	2,47	567	100,00
	SAO JOSE	14	6,06	0	0,00	210	90,91	7	3,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	231	100,00
	Total setor 9A	56	3,25	7	0,41	1505	87,40	112	6,50	14	0,81	14	0,81	0	0,00	14	0,81	1722	100,00

**Tabela 2: Grau de Instrucao dos adultos em 36 bairros da periferia de Uberlandia -1994 Valores Absolutos e Percentuais**

	BAIRRO	ANALF	%	ALF	% 1° INC	%	1°	% 2° INC	%	2°	%	3° INC	%	8°	%	TOTAL	%		
10A	ALTO MTA	162	8,49	18	0,94	1134	59,43	234	12,26	72	3,77	234	12,26	0	0,00	54	2,83	1908	100,00
	HELENA																		
	ESPERANÇA	162	12,86	18	1,43	990	78,57	72	5,71	0	0,00	18	1,43	0	0,00	0	0,00	1260	100,00
	Total setor	324	10,23	36	1,14	2124	67,05	306	9,66	72	2,27	252	7,95	0	0,00	54	1,70	3168	100,00
	10A																		
25A	ACLIMACAO	49	4,29	168	14,72	777	68,10	70	6,13	42	3,68	28	2,45	0	0,00	7	0,61	1141	100,00
	JD CALIFORNIA	42	5,22	98	12,17	511	63,48	84	10,43	35	4,35	21	2,61	0	0,00	14	1,74	805	100,00
	JD IPANEMA 11	35	14,29	28	11,43	182	74,29	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	245	100,00
1B	D.ZULMIRA	0	0,00	144	4,26	2400	70,92	444	13,12	168	4,96	168	4,96	24	0,71	36	1,06	3384	100,00
2B	TUBALINA	240	5,59	0	0,00	2370	55,24	810	18,88	90	2,10	450	10,49	30	0,70	300	6,99	4290	100,00
	COPACABANA	30	2,78	0	0,00	120	11,11	300	27,78	150	13,89	270	25,00	30	2,78	180	16,67	1080	100,00
	PATRIMONIO	180	23,08	0	0,00	330	42,31	90	11,54	0	0,00	180	23,08	0	0,00	0	0,00	780	100,00
	Total setor 2B	450	7,32	0	0,00	2820	45,85	1200	19,51	240	3,90	900	14,63	60	0,98	480	7,80	6150	100,00
3B	LAGOINHA	288	11,79	102	4,18	1584	64,86	192	7,86	150	6,14	114	4,67	0	0,00	12	0,49	2442	100,00
4B	PAMPULHA	95	6,42	85	5,74	940	63,51	155	10,47	90	6,08	95	6,42	5	0,34	15	1,01	1480	100,00
5B	N.S.DAS GRAÇAS	100	4,48	0	0,00	1500	67,26	210	9,42	150	6,73	220	9,87	30	1,35	20	0,90	2230	100,00
6B	VILA MARIA	42	5,08	0	0,00	525	63,56	161	19,49	42	5,08	56	6,78	0	0,00	0	0,00	826	100,00
	OLIVEIRA	98	5,67	14	0,81	889	51,42	378	21,86	133	7,69	161	9,31	14	0,81	42	2,43	1729	100,00
	SATELITE	35	5,21	0	0,00	217	32,29	154	22,92	63	9,38	161	23,96	0	0,00	42	6,25	672	100,00
	Total setor 6B	175	5,42	14	0,43	1631	50,54	693	21,48	238	7,38	378	11,71	14	0,43	84	2,60	3227	100,00
	TOTAL GERAL	1142	6,72	1142	0,34	44816	63,58	10230	15,60	3011	4,05	5013	7,64	247		1093	1,72	70052	100,00

Valores expandidos segundo  
Metodo de Expansao

**TABELA 3 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS EM 36 BAIROS DA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	\$	NAO ESTUDAM	%	TOTAL	%
1A	PQ GUARANI	36	4,76	720	95,24	756	100,00
	TOCANTINS	0	0,00	468	100,00	468	100,00
	TAIAMAN	0	0,00	72	100,00	72	100,00
	Total setor 1A	36	2,78	1260	97,22	1296	100,00
2A	MANSOUR	0	,0,00	465	100,00	465	100,00
	TANCREDO NEVES	0	0,00	124	100,00	124	100,00
	Total setor 2A	0	0,00	589	100,00	589	100,00
3A	CANAA	0	0,00	24	100,00	24	100,00
	SANTO INACIO	0	0,00	248	100,00	248	100,00
	Total setor 3A	0	0,00	272	100,00	272	100,00
4A	PQ GRANADA	0	0,00	195	100,00	195	100,00
	PQ LARANJEIRAS	0	0,00	117	100,00	117	100,00
	PQ SAO JORGE	0	0,00	429	100,00	429	100,00
	PAINEIRAS	0	0,00	117	100,00	117	100,00
	Total setor 4A	0	0,00	858	100,00	858	100,00
5A	BURITIS	0	0,00	44	100,00	44	100,00
	SANTA LUZIA	0	0,00	77	100,00	77	100,00
	Total setor 5A	0	0,00	121	100,00	121	100,00
6A	SANTA MONICA	0	0,00	645	100,00	645	100,00
	II						
	DOM ALMIR	0	0,00	105	100,00	105	100,00
Total setor 6A	0	0,00	750	100,00	750	100,00	
7A	JD IPANEMA I	0	0,00	128	100,00	128	100,00
8A	JD PALMEIRAS	0	0,00	135	100,00	135	100,00
	MINAS BRASIL	0	0,00	45	100,00	45	100,00
	Total setor 8A	0	0,00	180	100,00	180	100,00
9A	MARAVILHA	0	0,00	14	100,00	14	100,00
	INDUSTRIAL	0	0,00	28	100,00	28	100,00
	SAO JOSE	0	0,00	21	100,00	21	100,00
	Total setor 9A	0	0,00	63	100,00	63	100,00

**TABELA 3 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS EM 36 BAIRROS DA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	\$	NAO ESTUDAM	TOTAL	\$	
10A	ALTO MARTA HELENA	0	0,00	54	100,00	54	100,00
	ESPERANCA	0	0,00	108	100,00	108	100,00
	Total setor 10A	0	0,00	162	100,00	162	100,00
25A	ACLIMACAO	7	6,25	105	93,75	112	100,00
	JD CALIFORNIA	0	0,00	84	100,00	84	100,00
	JD IPANEMA II	0	0,00	42	100,00	42	100,00
	Total setor 25A	7	2,94	231	97,06	238	100,00
1B	D.ZULMIRA	0	0,00	288	100,00	288	100,00
2B	TUBALINA	0	0,00	300	100,00	300	100,00
	COPACABANA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	PATRIMONIO	0	0,00	30	100,00	30	100,00
	Total setor 2B	0	0,00	330	100,00	330	100,00
3B	LAGOINHA	0	0,00	126	100,00	126	100,00
4B	PAMPULHA	0	0,00	125	100,00	125	100,00
5B	N.SRA.DAS GRACAS	0	0,00	150	100,00	150	100,00
6B	VILA MARIA	0	0,00	91	100,00	91	100,00
	OLIVEIRA	0	0,00	84	100,00	84	100,00
	SATELITE	0	0,00	7	100,00	7	100,00
	Total setor 6B	0	0,00	182	100,00	182	100,00
TOTAL GERAL		43	0,73	5815	99,27	5858	100,00

**TABELA 4 - CRIANCAS DE 3 A 6 ANOS  
EM 36 BAIROS DA PERIFERIA DE UBERLANDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	\$	NAO ESTUDAM	\$	TOTAL	\$
1A	PQ GUARANI	288	36,36	504	63,64	792	100,00
	TOCANTINS	252	46,67	288	53,33	540	100,00
	TAIAMAN	108	60,00	72	40,00	180	100,00
	Total setor 1A	648	42,86	864	57,14	1512	100,00
2A	MANSOUR	279	47,37	310	52,63	589	100,00
	TANCREDO NEVES	62	25,00	186	75,00	248	100,00
	Total setor 2A	341	40,74	496	59,26	837	100,00
3A	CANAA	0	0,00	16	100,00	16	100,00
	SANTO INACIO	88	31,43	192	68,57	280	100,00
	Total setor 3A	88	29,73	208	70,27	296	100,00
4A	PQ GRANADA	195	55,56	156	44,44	351	100,00
	PQ LARANJEIRAS	156	80,00	39	20,00	195	100,00
	PQ SAO JORGE	117	21,43	429	78,57	546	100,00
	PAINEIRAS	78	33,33	156	66,67	234	100,00
	Total setor 4A	546	41,18	780	58,82	1326	100,00
5A	BURITIS	66	54,55	55	45,45	121	100,00
	SANTA LUZIA	110	62,50	66	37,50	176	100,00
	Total setor 5A	176	59,26	121	40,74	297	100,00
6A	SANTA MONICA 11	285	41,30	405	58,70	690	100,00
	DOM ALMIR	60	50,00	60	50,00	120	100,00
	Total setor 6A	345	42,59	465	57,41	810	100,00
7A	JD IPANEMA 1	48	21,05	180	78,95	228	100,00
8A	JD PALMEIRAS	70	26,92	190	73,08	260	100,00
	MINAS BRASIL	25	35,71	45	64,29	70	100,00
	Total setor 8A	95	28,79	235	71,21	330	100,00
9A	MARAVILHA	14	28,57	35	71,43	49	100,00
	INDUSTRIAL	35	55,56	28	44,44	63	100,00
	SAO JOSE	7	33,33	14	66,67	21	100,00
	Total setor 9A	56	42,11	77	57,89	133	100,00
10A	ALTO MARTA	144	50,00	144	50,00	288	100,00
	HELENA						
	ESPERANCA	108	50,00	108	50,00	216	100,00
		252	50,00	252	50,00	504	100,00

**TABELA 4 - CRIANCAS DE 3 A 6 ANOS  
EM 36 BAIROS DA PERIFERIA DE UBERLANDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	\$	NAO ESTUDAM	\$	TOTAL	\$
25A	ACLIMACAO	98	40,00	147	60,00	245	100,00
	JD CALIFORNIA	14	20,00	56	80,00	70	100,00
	JD IPANEMA II	0	0,00	35	100,00	35	100,00
	Total setor 25A	112	32,00	238	68,00	350	100,00
1B	D.ZULMIRA	132	28,95	324	71,05	456	100,00
2B	TUBALINA	30	5,00	570	95,00	600	100,00
	COPACABANA	30	100,00	0	0,00	30	100,00
	PATRIMONIO	0	0,00	60	100,00	60	100,00
	Total setor 2B	60	8,70	630	91,30	690	100,00
3B	LAGOINHA	96	31,37	210	68,63	306	100,00
4B	PAMPULHA	35	21,88	125	78,13	160	100,00
5B	N.SRA.DAS GRACAS	110	50,00	110	50,00	220	100,00
6B	VILA MARIA	28	23,53	91	76,47	119	100,00
	OLIVEIRA	63	47,37	70	52,63	133	100,00
	SATELITE	14	18,18	63	81,82	77	100,00
	Total setor 6B	105	31,91	224	68,09	329	100,00
TOTAL GERAL		3245	36,94	5539	63,06	8784	100,00

**TABELA 5 - CRIANCAS DE 7 A 13 ANOS  
EM 36 BAIRROS DA PERIFERIA DE UBERLANDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	%	NAO ESTUDAM	\$	TOTAL	
1A	PQ GUARANI	972	93,10	72	6,90	1044	100,00
	TOCANTINS	1836	100,00	0	0,00	1836	100,00
	TAIAMAN	720	100,00	0	0,00	720	100,00
	Total setor 1A	3528	98,00	72	2,00	3600	100,00
2A	MANSOUR	930	100,00	0	0,00	930	100,00
	TANCREDO NEVES	589	100,00	0	0,00	589	100,00
	Total setor 2A	1519	100,00	0	0,00	1519	100,00
3A	CANAA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	SANTO INACIO	408	92,73	32	7,27	440	100,00
	Total setor 3A	408	92,73	32	7,27	440	100,00
4A	PQ GRANADA	312	100,00	0	0,00	312	100,00
	PQ LARANJEIRAS	312	100,00	0	0,00	312	100,00
	PQ SAO JORGE	1599	97,62	39	2,38	1638	100,00
	<b>PAINEIRAS</b>	273	100,00	0	0,00	273	100,00
	Total setor 4A	2496	98,46	39	1,54	2535	100,00
5A	BURITIS	187	100,00	0	0,00	187	100,00
	SANTA LUZIA	572	100,00	0	0,00	572	100,00
	Total setor 5A	759	100,00	0	0,00	759	100,00
6A	SANTA MONICA 11	1050	94,59	60	5,41	1110	100,00
	DOM ALMIR	450	90,91	45	9,09	495	100,00
	Total setor 6A	1500	93,46	105	6,54	1605	100,00
7A	JD IPANEMA 1	408	96,23	16	3,77	424	100,00
8A	JD PALMEIRAS	455	97,85	10	2,15	465	100,00
	MINAS BRASIL	105	95,45	5	4,55	110	100,00
	Total setor 8A	560	97,39	15	2,61	575	100,00
9A	MARAVILHA	147	100,00	0	0,00	147	100,00
	INDUSTRIAL	70	90,91	7	9,09	77	100,00
	SAO JOSE	49	100,00	0	0,00	49	100,00
	Total setor 9A	266	97,44	7	2,56	273	100,00
10A	ALTO MARTA HELENA	540	100,00	0	0,00	540	100,00
	ESPERANCA	432	100,00	0	0,00	432	100,00
	Total setor 10A	972	100,00	0	0,00	972	100,00

**TABELA 5 - CRIANCAS DE 7 A 13 ANOS  
EM 36 BAIROS DA PERIFERIA DE UBERLANDIA - 1994**

SETOR	BAIRRO	ESTUDAM	NAO ESTUDAM	\$	TOTAL		
25A	ACLIMACAO	308	93,62	21	6,38	329	100,00
	JD CALIFORNIA	140	80,00	35	20,00	175	100,00
	JD IPANEMA 11	28	57,14	21	42,86	49	100,00
	Total setor 25A	476	86,08	77	13,92	553	100,00
1B	D.ZULMIRA	588	92,45	48	7,55	636	100,00
2B	TUBALINA	720	92,31	60	7,69	780	100,00
	<b>COPACABANA</b>	120	100,00	0	0,00	120	100,00
	PATRIMONIO	240	100,00	0	0,00	240	100,00
	Total setor 2B	1080	94,74	60	5,26	1140	100,00
3B	LAGOINHA	600	95,24	30	4,76	630	100,00
4B	PAMPULHA	305	98,39	5	1,61	310	100,00
5B	N.SRA.DAS GRACAS	570	100,00	0	0,00	570	100,00
6B	VILA MARIA	154	100,00	0	0,00	154	100,00
	OLIVEIRA	266	100,00	0	0,00	266	100,00
	SATELITE	91	100,00	0	0,00	91	100,00
	Total setor 6B	511	100,00	0	0,00	511	100,00
TOTAL GERAL		16546	97,03	506	2,97	17052	100,00

# SAÚDE

## O SR(a) PROCUROU ATENDIMENTO MEDICO ESTE ANO?

Setor 1A	Frequencia		Percentual Responderam		Percentual Responderam		Total
	Nao Responderam		Sim		Nao		
GUARANI	1	1,64	43	70,49	17	27,87	61
TOCANTINS	3	5,77	39	75,00	10	19,23	52
TAIAMAN	0	0	12	60,00	8	40,00	20
TOTAL DO SETOR	4	3,01	94	70,68	35	26,32	133

Setor 2A	Frequencia		Percentual Responderam		Percentual Responderam		Total
	Nao Responderam		Sim		Nao		
MANSOUR		0,00	34	65,38	18	34,62	52
TANCREDO		0,00	18	72,00	7	28,00	25
NEVES							
TOTAL DO SETOR	1	1,30	52	67,53	25	32,47	77

### SETOR 213 Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual

TUBALINA	52	1	92	39	75,00
COPACABANA	10		0,00	5	50,00
PATRIMONIO	10	1	10,00	6	60,00
TOTAL SETOR 213	72	2	2,78	50	69,44

### SETOR 3A Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

					36	29,27
CANAA	31	31	100,00	0,00		
TOTAL DO SETOR 3A	154	88	57,14	31	20,13	36
						23,38

## O SR(a) PROCUROU ATENDIMENTO MEDICO ESTE ANO?

SETOR 4A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
				<b>9</b>	52,94	<b>8</b>	47,06
PQ. GRANADA	17		0,00	<b>9</b>	64,29	<b>4</b>	28,57
PQ. DAS LARANJEIRAS 14			0,00	<b>6</b>	54,55	<b>5</b>	45,45
PQ. SAO JORGE	40	1	0,00	<b>18</b>	45,00	21	52,50
TOTAL DO SETOR 4A	82	1	2,50	<b>52</b>	63,41	38	46,34

SETOR 5A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
BURITIS 15			0,00	11	73,33	4	26,67
STA. LUZIA 71 2 2,82			54	76,06	15	21,13	
TOTAL DO SETOR 5A 86 2 2,33			66	75,58	19	22,09	

SETOR 6A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
STA. MONICA 11 141			0,00	106	75,18	35	24,82
DOM ALMIR 25			0,00	19	76,00	6	24,00
TOTAL DO SETOR 6A 166			0,00	125	75,30	41	24,70

SETOR 6B	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
VILA MARIA 36	0,00	29	80,56	7			19,44
B. OLIVEIRA 77 2 2,60	57	74,03	18				693,00
SATELITE 29 3 10,34	22	75,86	4				38,67
TOTAL SETOR 6B 142 5 3,52	108	76,06	29				823,60

SETOR 9A	Frequecia	Nao reopoderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
MARAVILHA	38	1	2,63	24	63,16	13	34,21
INDUSTRIAL	29		0,00	16	55,17	13	44,83
SAO JOSE	14		0,00	7	50,00	7	50,00
TOTAL DO SETOR 9A 81			0,00	47	58,02	33	40,74

## O SR(a) PROCUROU ATENDIMENTO MEDICO ESTE ANO?

SETOR 10A	Frequencia		Nao Responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
ALTO DO MARTA HELENA 32					0,00		17		53,13		15		46,88	
ESPERANÇA	22				0,00		19		86,36		3		13,64	
TOTAL SETOR 10A	54				0,00		36		66,67		18		33,33	

Setor 25A	Frequencia		Nao responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
					0.00		301		71.67		119		28.33	
ACLIMAÇÃO	420				1.85		273		72.22		98		25.93	
JARDIM CALIFORNIA	378		<b>7</b>		11.76		48		41.18		56		47.06	
JARDIM IPANEMA II	119		<b>14</b>		2.29		623		67.94		273		29,77	
			<b>21</b>											

Setor 7A	Frequencia		Nao responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
					2.86		408		72.86		136		24.29	
JD. IPANEMA I	560		16		2.86		408		72.86		136		24.29	

Setor 8A	Frequencia		Nao responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
					0.00		585		81.25		135		18.75	
JARDIM PALMEIRAS	720				0.00		260		74.29		90			
TOTAL DO SETOR 8A 1070					0.00		845		78.97		225		21.03	

Setor 313	Frequencia		Nao Responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
LAGOINHA	810		60		7.41		540		66.67		210		25.93	

Setor 413	Frequencia		Nao Responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
					<b>0,99</b>		375		74,26		125		24,75	
PAMPULHA	505		5		<b>0,99</b>		375		74,26		125		24,75	

Setor 1 B	Frequencia		Nao Responderam		Percentual Responderam		Sim		Percentual Responderam		Nao		Percentual	
D. ZULMIRA	1248		48		3.85		<b>996</b>		79.81		204		16.E	
TOTAL SETOR 1 B 1248			48		3.85		<b>996</b>		79.81		204		16.36	

## EXISTE ALGUÉM COM PROBLEMA DE SAÚDE NA FAMÍLIA HOJE?

Setor 1A	Frequencia	Nao Responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
GUARANI 61 2 3,28			42	68,85	17	27,87	
TOCANTINS 52 1 1,92			32	61,54	19	36,54	
TAIAMAN 20		0,00	4	20,00	16	80,00	
TOTAL SETOR 1A 133 3 2,26			78	58,65	52	39,10	

### SETOR 2A Frequencia Nao Responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

MANSOUR	52	1	7	28,00	12	6	24,00
TANCREDO NEVES 25 TOTAL DO			<u>8</u>	10,E	50	<u>16</u>	20,78

### SETOR 2B Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

TUBALINA	52	3	5,77	28	53,85	21	40,38
COPACABANA	10		0,00	6	60,00	4	40,00
PATRIMONIO	10		0,00	7	70,00	3	30,00
TOTAL SETOR 213	71	3	4,23	41	57,75	28	39,44

### SETOR 3A Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

STO. INACIO	124	11	8,87	86	69,35	27	21,77
	31		2	6,45	22	7	22,58
			<u>13</u>	8,39	108	34	21,94

### SETOR 4A Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

PQ.GRANADA	17		0,00	12	70,59	5	29,41
PQ. DAS LARANJEIRAS	13	3	23,08	6	46,15	4	30,77
PQ. DAS PAINEIRAS	11	2	18,18	9	81,82		0,00
PQ. SAO JORGE	40	6	15,00	21	52,50	13	32,50
TOTAL DO SETOR 4A	81	11	13,58	48	59,26	<u>22</u>	27,16

## EXISTE ALGUÉM COM PROBLEMA DE SAUDE NA FAMILIA HOJE?

SETOR 5A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
BURITIS	15	1	6,67	10	66,67	4	26,67
SANTA LUZIA	71	5	7,04	37	52,11	29	40,85
TOTAL DO SETOR SA 86		6	6,98	47	54,65	33	38,37

SETOR 6A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
			7,09	76	53,90	<b>55</b>	39,01
STA. MONICAIL	141	10	0,00	10	40,00	<b>15</b>	60,00
DOM ALMIR	25		6,02	86	51,81	<b>70</b>	42,17

SETOR 613	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
VILA MARIA	36		0,00	26	72,22	10	27,78
B. OLIVEIRA	77	1	1,30	16	20,78	60	77,92
SATÉLITE	29	1	3,45	18	62,07	10	34,48
TOTAL SETOR 6121	142	2	1,41	50	35,21	80	56,34

SETOR 9A	Frequecia	Nao reaperam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
				25	65,79	<b>13</b>	34,21
MARAVILHA	38		0,00	16	55,17	<b>12</b>	41,38
INDUSTRIAL	29	1	3,45	8	57,14	<b>6</b>	42,86
TOTAL DO SETOR 9A 81			0,00	49	60,E		38,27

SETOR10A	Frequecia	Nao Responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
ALTO DO MARTA HELENA 32		1	3,13	17	53,13	14	43,75
ESPERANÇA	22		0,00	11	50,00	11	50,00
TOTAL DO SETOR10A	54	1	1,85	28	51,85	25	46,30

Setor 25A	Frequecia	Nao responderam	Percentual	Responderam Sim	Percentual	Responderam Nao	Percentual
			1,67	<b>140</b>	33,33	273	66,00
ACLIMAÇÃO	420		3,70	<b>91</b>	24,07	273	72,22
JARDIM CALIFORNIA	378	14	11,76	14	11,76	91	76,47
JARDIM IPANEMA II	119	35	3,82	245	26,72	637	69,47

## EXISTE ALGUÉM COM PROBLEMA DE SAÚDE NA FAMÍLIA HOJE?

Setor 7A      Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

JD. IPANEMA 1 560	8	1.43	320	57.14	232	41.43
TOTAL SETOR 7A 560	8	1.43	320	57.14	232	41.43

Setor 8A      Frequencia Nao responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao      Percentual

JARDIM PALMEIRAS	720	30	4.17	265	36.81	425	58.03
MINAS BRASIL	3.50	0.00	100	28.57	250		
TOTAL DO SETOR 8A 1070	30	2.80	36.5	34.11	675	63.08	

Setor 313      Frequencia Nao Responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

LAGOINHA	810	6	0.74	252	31.11	552	68.15
----------	-----	---	------	-----	-------	-----	-------

Setor 413      Frequencia Nao Responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

				170	33.66	335	66.34
TOTAL DO SETOR 2A 505		0.00		170	33.66	335	66.34

Setor 1 B      Frequencia Nao Responderam Percentual Responderam Sim Percentual Responderam Nao Percentual

D. ZULMIRA	1248	48	3.85	456	36.54	744	59.62
TOTAL SETOR 1 B	1248	48	3.85	456	36.54	744	59.62

## O QUE O SENHOR (a) FAZ QUANDO ALGUEM DA FAMILIA FICA DOENTE?

Setor 1A	Freq. Procura	Percentual Usa Remedio	Percentual Procura HC	Percentual Proc Posto	Percentual Usa Convenio	Percentual Privado					
GUARANI	61	2	3,28	6	9,84	23	37,70	12	19,67	19	31,15
TOCANTINS 52			0,00	2	3,85	24	46,15	27	51,92	13	25,00
TAIAMAN	20	4	20,00	4	20,00	10	50,00	10	50,00	7	35,00

SETOR 2A	Freq. Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude	Privado					
MANSOUR	52	1	1	1,92	4	7,69	20	38,46	9	17,31	15	28,85	
TANCR NEVES 25			1	4,00	1						7	28,00	
TOT SETOR 2A 77		1	1,30	6	7,79	5	4,00	9	36,00	7	28,00	22	28,57

SETOR 2B	Freq. Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude	Privado					
TUBALINA	52		0,003	5,77	5	9,62	22	42,31	15	28,85	25	48,08	
COPACABANA	10	1	10,00	1	10,00	3	30,00	2	20,00	2	20,00	6	60,00
PATRIMONIO	10		0,00	0,00	4	40,00	5	50,00	8	80,00	2	20,00	

SETOR 3A	Freq. N faz nada (%)	Procura (%)	Remedio (%)	Procura (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude	Privado					
ST.INACIO	124	1	0,81	16	12,90	13	10,48	62	50,00	14	11,29	14	11,29
CANAA	31		0,00	9	29,03	4	12,90	19	61,29	4	12,90		0,00
TOTAL	155	1	0,66	25	16,13	17	10,97	81	52,26	18	11,61	14	9,03

SETOR 4A	Freq. Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude	Privado				
PQ. GRANADA	17	1	5,88		0,00	7	41,18		0,00	9	52,94
PQ. LARANJEIRAS	13	1	7,69	1	7,69	6	46,15	3	23,08	8	61,54
PO. DAS PAINEIRAS	11		0,00	4	36,36	5	45,45	8	72,73	2	18,18
PO. SAO JORGE	40	2	5,00	10	25,00	25,00	62,50	8	20,00	7	17,50
TOTAL DO SETOR 4A 81		4	4,94	15	18,52	43	53,09	19	23,46	26	32,10

## O QUE O SR (a) FAZ QUANDO ALGUÉM DA FAMÍLIA FICA DOENTE?

SETOR SA		Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude		Privado		
				Farmacia									
BURITIS	15		0,00	1	6,67	4	26,67	8	53,33	5	33,33	4	26,67
STA. LUZIA	71	1	1,41	2	2,82	11	15,49	36	50,70	33	46,48	21	29,58
TOT SET 5A 86		1	1,16	3	3,49	15	17,44	42	48,84	38	44,19	25	29,07

SETOR 6A		Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude		Privado		
				Farmacia									
S. MONICA11	141	1	0,71	18	12,77	20	14,18	75	53,19	35	24,82	27	19,15
DOM ALMIR	25		0,00	9	36,00	4	16,00	19	76,00	5	20,00	2	8,00
TOT SETOR 6A 166			0,00	27	16,27	24	14,46	104	62,65	40	24,10	29	17,47

SETOR 613		Freq	Procura (%)	Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude		Privado	
			Farmacia	Caseiro	HC						
VILA MARIA	36	1	2,78	7	19,44	16	44,44	20	55,56	13	36,11
B. OLIVEIRA	77	5	6,49	2	2,80	33	50,65	34	44,16	21	27,27
SATELITE	29	2	6,90	1	3,45	6	20,69	10	34,48	16	55,17
TOT SETOR 613	142	8	5,63	10	7,04	55	38,78	74	52,11	40	28,24

SETOR 9A		Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude		Privado			
				Farmacia										
MARAVILHA	38		0,00	2	5,26	7	18,42				39,47	5	13,16	
INDUSTRIAL	29		0,00	3	10,34			0,00	28	96,55	5			
SAO JOSE	14		0,00			1	7,14				17,24		0,00	
TOT SETOR 9A 81			0,00	5	17,14	8	9,88		58	71,60	23	21,43	5	35,71

SETOR 10A		Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%)	Usa Remedio (%)	Procura HC (%)	Proc Posto (%)	Usa Convenio (%)	Saude		Privado		
				Farmacia									
ALT MARTA HELENA 32			0,00		0,00	2	6,25	20	62,50	6	18,75	8	25,00
ESPERANCA		22	0,00		0,00	5	22,73	11	50,00	10	45,45	4	18,18
TOT DO SETOR 10A		54	0,00		0,00	7	12,96	31	57,41	16	29,63	12	22,22

## O QUE O SR (a) FAZ QUANDO ALGUEM DA FAMILIA FICA DOENTE?

Setor 25A	Freq	Procura (%) Remedio (%)		Procura (%) Proc Posto (%)		Usa Convenio (%)				
		Farmacia	Caseiro	HC	Saude	Privado				
ACLIÇÃO	420	0.00	119	28.33	329	78.33	49	11.67	91	21.67
JD. CALIFORNIA	378	0.00	3,5	9.26	315	83.33	28	7.41	70	18.52
JD.IPAN.11	119	0.00	7	5.88	84	70.59		0.00	28	23.53
TOTAL	917	0.00	124	13.51	708	77.09	77	8.40	189	20.61

Setor 8A	Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%) Usa Remedio (%)		Procura HC (%)		Proc Posto (%)		Usa Convenio (%)			
			Farmacia	Caseiro	HC	Saude	Privado					
J. PALMEIRAS	720	0.00	100	13.89	130	18.06	370	51.39	360	50.00	265	36.81
MINAS BRASIL	350	0.00	50	14.29	40	11.43	290	82.86	10	2.86	90	25.71
TOT SETOR BA	1070	0.00	150	14.02	170	15.89	660	61.68	370	34.58	355	33.18

SETOR 38	Frequencia	Nao faz nada (%)	Procura (%) Usa Remedio (%)		Procura HC (%)		Proc Posto (%)		Usa Convenio			
			Farmacia	Caseiro	HC	Saude	Privado					
LAGOINHA	810		108	13.33	180	22.22	324	40.00	636	78.52	132	16.30

Setor 413	Frequ	Procura (%) Usa Remedio (%)		Procura HC (%)		Proc Posto (%)		Usa Convenio (%)			
		Farmacia	Caseiro	HC	Saude	Privado					
PAMPULHA	505	45	8.91	105	20.79	230	45.54	280	56.45	145	28.71

SETOR 1 B

Setor 1 B	Freq	N faz nada (%)	Procura (%) Remedio (%)		Procura (%) Proc Posto (%)		Convenio (%)					
			Farmacia	caseiro	HC	Saude	Privado					
D, ZULMIRA	1248	0.00	108	8.65	276	22.12	564	45.19	828	66.6	264	21.15

Setor 7A	Freq	Nao faz nada (%)	Procura (%) Usa Remedio (%)		Procura HC (%)		Proc Posto (%)		Usa Convenio (%)			
			Farmacia	Caseiro	HC	Saude	Privado					
JD. IPANEMA	560	0.00	40	7.14	216	38.57	424	75.71	156	27.86	144	25.71

Endereço para Correspondência:

**CEPES/UFU**

Av. Universitária s/n - Bloco J  
Campus Santa Mônica  
38.400-902 - Uberlândia - MG

Fones: (034) 239 4172 - 4202 - 4167

## **I. METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **1.1 - PLANO AMOSTRAL**

Com o auxílio de um funcionário da Secretaria do Planejamento da Prefeitura Municipal de Uberlândia foi delimitada a área da cidade a ser pesquisada. Dessa forma, foram listados todos os bairros onde houvesse possibilidade de ocorrência de famílias em condições de pobreza. A seguir, esses bairros foram agrupados em setores com características socio-econômicas semelhantes; os bairros foram inicialmente classificados em dois grupos: bairros com distribuição de renda mais homogênea e bairros com distribuição de renda mais heterogênea. Foram considerados bairros de características socio-econômicas mais heterogêneas aqueles com mais de 2 "classes" de renda. Os bairros foram agrupados nas seguintes categorias: bairro homogêneo - categorias de renda D e E (D = de 1 a 2 salários mínimos de renda, E = menos de 1 salário mínimo de renda); bairro homogêneo - categorias de renda D e C (C = de 2 a 3 salários mínimos de renda); bairro heterogêneo - categorias de renda A a E; bairro heterogêneo - categorias de renda C, D e E. Como existem inúmeros bairros com composição social bastante heterogênea mas que possuem probabilidade não desprezível de conterem famílias pobres e indigentes, o levantamento foi realizado considerando dois grandes estratos populacionais: o primeiro que inclui todos os setores com população relativamente homogênea e o segundo que se

constitui dos setores com populagao mais heterogenea a que a formado por bairros mais proximos do centro da cidade, constituindo-se em enclaves no processo de expansao urbana. Esse procedimento foi adotado a fim de garantir resultados separados para a expansao da amostra nos dois estratos, ja que estes possuem caracteristicas bem distintas. Apos esse agrupamento dos bairros pelas suas caracteristicas socio-economicas e, de acordo com a sua proximidade, chegou-se a um numero de 16 setores. A principio optou-se por um metodo de amostragem por conglomerados, no qual seriam escolhidos 12 setores com probabilidade proporcional ao seu tamanho (numero de domicilios no setor). Na pratica, esse procedimento quase que se aproxima da amostragem estratificada, pois o numero de setores escolhidos e quase igual ao numero de setores do universo. Em fungao disso, decidiu-se pesquisar todos os setores, pois os custos adicionais nao seriam significativamente maiores levando-se tambem em consideragao que existiam recursos disponiveis. E possivel que a alternativa mais correta fosse reduzir o tamanho dos setores e, conseqentemente, aumentar o seu numero ou adotar o bairro como unidade conglomerada.

O metodo adotado para a escolha dos domicilios em cada setor a o da amostragem sistematica, ja que nao se dispunha de um verdadeiro cadastro dos domicilios a sim apenas de uma listagem do numero de domicilios por bairro. Levando-se em conta que a area a ser estudada a relativamente homogenea do ponto de vista socio-economico, adotou-se um numero (arbitrario) de questionarios que seria o mesmo para cada setor. Esse numero foi calculado pela divisao entre o numero total de domicilios da amostra e o numero de setores. Nao foi possivel realizar um dimensionamento estatistico mais rigoroso da amostra, pois nao se dispunha de quaisquer informagoes precisas sobre a variancia da renda em cada setor ou bairro. Apos a obtengao dos resultados da pesquisa seriam verificadas as grandezas das variancias amostrais para determinar a precisao e o nivel de confianca das estimativas. 0

levantamento foi efetuado em duas fases, sendo que na primeira, realizada em julho de 1994

foram cobertos 27 bairros e na segunda, realizada em dezembro de 1994, abrangeu os restantes 9 bairros.

TABELA 1

Bairro	(N1)	(IS)	(NQ)
AC LI MAÇÃO	667	7	60
BURITIS	71	11	15
CALIFORNIA	187	7	41
CANAA	200	8	31
COPACABANA	479	30	10
DOM ALMIR	150	15	25
DONA ZULMIRA	3319	12	104
ESPERANQA	186	18	22
GRANADA	1011	39	17
GUARANI	1253	36	62
INDUSTRIAL	207	7	29
I PAN EMA I	382	4	129
IPANEMA II	4	7	15
LAGOINHA	893	6	135
LARANJEIRAS	438	39	13
MANSOUR	1847	31	52
MARAVILHA	302	7	38

MARTA HELENA	2489	18	32
MINAS BRASIL	27	5	70
N.S. GRAQAS	753	10	77
OLIVEIRA	146	7	77
PAINEIRAS	413	39	13
PALMEIRAS	1010	5	144
PAMPULHA	952	5	101
PATRIMONIO	209	30	10
SANTA LUZIA	806	11	71
S. MONICA 11	1026	15	141
SANTO INACIO	458	8	124
SAO JORGE	1062	11	40
SAO JOSE	42	7	14
SATELITE	172	7	29
TAIAMAM	402	36	20
TANCREDO NEVES	515	31	25
TOCANTINS	938	36	53
TUBALINA	1602	30	53
VILA MARIA	270	7	36

Legenda:

N1 - Numero de domicilios obtido do "cadastro" da Prefeitura Municipal de Uberlandia

IS - Intervalo sistematico

NQ - Numero de questionarios

Ja o intervalo sistematico (numero de domicflios menos 1 saltados) a distinto para cada setor.

Esses intervalos foram calculados tomando-se como base os dados do "cadastro" de domicilios da

Prefeitura de Uberlandia. TABELA II

<b>SETOR</b>	<b>BAIRROS</b>	<b>INTER VALO</b>	<b>NQ</b>	<b>N1</b>	<b>N2</b>	<b>DIF(%)</b>
6A	S. Mônica II, D. Almir	15	160	1176	2400	104.1
9A	Maravilha, Industrial	7	78	551	546	-9.1
2A	Mansour, Tancredo Neves	31	77	2362	2387	1.0
4A	P. Granada, Laranjeiras Paineiras, Sao Jorge	39	79	2924	3081	5.4
2B	Tubalina, Copacabana Patrimonio	30	69	2274	2070	- 9.0
10A	Marta Helena, Esperanga	18	52	1386	936	-32.5
5A	Buritis, Santa Luzia	11	80	877	880	0.3
1A	Guarani, Tocantins Taiamam	36	129	2694	4644	72.4
5B	N. S. Graças	10	77	753	770	2.2
6B	Vila Maria, Oliveira Satelite	7	137	588	959	63.1
3A	Santo Inacio Canaa	8	153	658	1224	86.0

Legenda:

NQ = Numero de questionados efetivamente aplicados

N1 = Numero de domicilios de acordo com o "cadastro" da Prefeitura

N2 = Numero de domicilios estimado de acordo com a cobertura do setor ( $N2 = NQ \times IS$ )

DIF = diferenca percentual entre N2 a N1

O método de amostragem adotado não produz uma amostra autoponderada pois:

$$\frac{n_h}{n} \neq \frac{N_h}{N}$$

onde:

$n_h$  = Número de unidades do setor **h** na amostra

$N_h$  = Número de unidades do setor **h** na população

$n$  = Tamanho da amostra

$N$  = Tamanho da população

Por esse motivo as condições de expansão dos resultados amostrais deverão ser dadas pelas seguintes considerações. Suponhamos que se produza um resultado na amostra para uma determinada característica **X**, sendo listadas a seguir as frequências de observação dessa característica nos diversos setores.

#### Frequência Absoluta

**Setor 1**       $f_{x_1}$

**Setor 2**       $f_{x_2}$

.....

**Setor h**       $f_{x_h}$

.....

**Setor L**       $f_{x_L}$

Onde:  $f_{x_h}$  = frequência absoluta observada da característica **X** no setor **h**.

**L** = Número total de setores pesquisados

A frequência absoluta expandida, ou seja, o número de ocorrências dessa característica X para toda a população pesquisada será:

$$f = \sum_{i=1}^L f_{x_i} \frac{T_i}{n_i} = \sum_{i=1}^L f_{x_i} K_i$$

onde

$T_i$  = tamanho (número de domicílios) do setor i  
(obtido do "cadastro" de domicílios da Prefeitura)

$n_i$  = número de domicílios amostrados do setor i

$K_i = T_i / n_i$  = intervalo sistemático empregado no setor i.

Como exemplo, consideremos um caso de obtenção do número total de famílias que possuam rendas familiar entre 0 e 2 salários mínimos. Obtivemos os seguintes dados a partir da amostra:

<u>Setor</u>	<u>Número de famílias com renda menor que 2 SM na amostra</u>	<u>Total de domicílios no "cadastro" da Prefeitura</u>	<u>Total de domicílios na amostra</u>
1	20	100	25
2	15	200	25
3	10	150	25
4	25	100	25
5	35	50	25

O total de famílias com rendas menor que 2 salários mínimos na população, ou seja, o

resultado expandido será

$$20 \times 100/25 + 15 \times 200/25 + 10 \times 150/25 + 25 \times 100/25 + 35 \times 50/25 = 430$$

Pela expansao, a população estimada de domicilios de cada bairro ficou sendo como:

<b>BAIRRO</b>	<b>NO. DE DOMICILIOS RESULTADOS EXPANDIDOS</b>
ACLIMA AO	420
BURITIS	165
CALIFORNIA	287
CANAA	248
COPACABANA	300
DOM ALMIR	375
ESPERAN A	396
GRANADA	663
GUARANI	2.232
INDUSTRIAL	203
IPANEMA I	516
IPANEMA II	105
LAGOINHA	810
LARANJEIRAS	507
MANSOUR	1.612
MARAVILHA	266
MARTA HELENA	576
MINAS BRASIL	350
N. S. DAS GRA AS	770
OLIVEIRA	539
PAI NEI RAS	507
PALMEIRA	720
PAMPULHA	505
PATRIM NIO	300
SANTA LUZIA	781
SANTA M NICA II	2.115
SANTO INACIO	992
SAO JORGE	440
SAO JOSE	98
SATELITE	203
TAIAMAM	720
TANCREDO	775
TOCANTINS	1.908
TUBALINA	1.590
VILA MARIA	252
<b>TOTAL</b>	<b>22.826</b>

### 1.3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES A QUANTIFICAÇÃO DA POBREZA E

#### INDIGENCIA NAS ÁREAS PÓBRES DE UBERLÂNDIA

Um dos objetivos da presente pesquisa é a determinação quantitativa do grau de pobreza e de indigência na área pesquisada. Foram consideradas **famílias pobres** aquelas cuja renda familiar fosse menor que o valor de uma cesta básica e **famílias indigentes** aquelas cuja renda por equivalente-adulto fosse menor que o valor de uma ração essencial. Isso porque a cesta básica refere-se a uma família e a ração essencial diz respeito a um indivíduo adulto. O número de equivalente-adulto por família foi calculado considerando que 1 adulto "equivale" a duas crianças em termos de necessidades nutricionais. Dessa forma, o número de equivalentes-adultos em cada família foi determinado com base na seguinte relação:

$$\text{número de equiv-adultos} = \text{número de adultos} + 0.5 \times \text{número de crianças.}$$

Utilizando esse procedimento foram calculados os números de famílias pobres e indigentes por bairro. As famílias pobres são aquelas cuja renda por equivalente-adulto, multiplicada por 3, é menor que o valor de uma cesta básica. As famílias indigentes são aquelas cuja renda por equivalente-adulto é menor do que o valor da ração essencial vigente no mês da pesquisa.

Um importante fator que deve ser levado em conta é a influência da inflação que incide sobre a perda do poder de compra referente à renda das famílias. A pesquisa foi realizada no final do mês de junho a princípio do mês de julho de 1994. A resposta ao quesito que se refere à renda familiar refere-se ao valor percebido no início do mês de junho a que se refere ao mês anterior (mês de maio), mês que foi efetivamente gasto no mês de junho. A cesta básica e a ração essencial, que serão adotadas para a determinação das linhas de

pobreza e de indigência, deverão ser aquelas referentes ao período de gasto dessa renda declarada. Foram simuladas 3 alternativas:

1) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram as do dia 1 do mês de junho. Como a metodologia das pesquisas que determinam esses valores baseia-se em médias aritméticas simples dos preços da maior parte dos produtos nas quatro semanas do mês, supõe-se que esses valores (tanto da cesta básica como da ração essencial) estejam centrados aproximadamente no dia 15 de cada mês. Dessa forma, fez-se um cálculo "pro-rata" dos valores da cesta básica e da ração essencial utilizando a seguinte expressão:

$$V_t = V_0 \left( \left( \frac{V_1}{V_0} \right)^{(1/30)} \right)^n$$

onde:

**$V_t$**  = Valor "pro-rata" da cesta básica ou da ração essencial

**$V_0$**  = Valor (da cesta básica ou da ração essencial) no mês de maio

**$V_1$**  = Valor (da cesta básica ou da ração essencial) no mês de junho

**$n = 15$**  para o cálculo "pro-rata" referente ao dia 1

**$n = 25$**  para o cálculo "pro-rata" referente ao dia 10

No caso do cálculo "pro-rata" referente ao dia 1 esse corresponde à média harmônica entre os valores  **$V_0$**  e  **$V_1$** .

2) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram aquelas correspondentes ao dia 10 do mês de junho, levando-se em conta que a "estratégia de consumo" mais provável das famílias assalariadas é utilizar a maior parte de sua renda em uma data próxima de seu recebimento.

3) A cesta básica e a ração essencial consideradas foram aquelas referentes ao dia 15 do mês de junho. Esses valores coincidem por hipótese aos valores da cesta

básica e da ração essencial do mês de junho, conforme considerações feitas anteriormente.

Os respectivos números de famílias pobres e indigentes obtidos através dos 3 critérios acima não diferiram substancialmente, o que significa que esses resultados não são muito sensíveis a pequenas alterações na data de referência (apesar de nessa época a taxa de inflação estar bastante elevada).

Esses resultados foram também expandidos com o emprego do método descrito no item anterior. Com base no número total de famílias pobres e famílias indigentes no total da população (resultado expandido), foram divididos esses valores pela estimativa do número de domicílios para toda a área pesquisada. Como foram observadas diferenças consideráveis entre os números de domicílios por bairro declarados no "cadastro" e aqueles estimados com base nos intervalos sistemáticos e o número de questionários efetivamente pesquisados por bairro, foram adotados dois procedimentos alternativos com posterior comparação dos resultados. O primeiro, foi simplesmente expandir o número de famílias pobres e indigentes encontradas na amostra em cada bairro utilizando simplesmente os intervalos sistemáticos, e o segundo adotou como fatores de expansão a razão número de domicílios do bairro (do "cadastro")/número de domicílios do bairro constantes na amostra.

A entrada de dados da pesquisa foi feita através de programa em **DBASE IV** e, para as tabelagens das variáveis, foi utilizado o SPSS ("Statistical Package for Social Sciences").

## 1.4 - DETERMINAÇÃO DA VARIÂNCIA DOS ESTIMADORES DA PROPORÇÃO POPULACIONAL

É necessário agregar a informação referente à estimativa da proporção de famílias pobres a indigentes um certo intervalo de confiança que nos permita verificar o nível de oscilação do verdadeiro valor dessas proporções na população. Para isto, temos que utilizar uma fórmula de cálculo para a variância desse estimador. O livro Técnicas de Amostragem de W. Cochran nos fornece a seguinte indicação: para a amostragem estratificada pelas proporções desejamos estimar a proporção de unidades da população que pertencem a uma determinada categoria C. Supondo-se que no estrato  $h$  da população, tenhamos uma proporção  $P_h$ , de elementos da categoria C e uma mesma proporção  $p_h$ , para o estrato  $h$  na amostra. Assim

$$P_h = \frac{A_h}{N_h} \text{ e } p_h = \frac{a_h}{n_h}$$

Dessa forma, podemos obter uma estimativa da proporção populacional ponderando as proporções nos estratos da seguinte forma:

$$p_{st} = \sum \frac{N_h P_h}{N}$$

Observe-se que essa estimativa pode ser alternativamente obtida através do método de expansão descrito no item 11. De acordo com a fonte acima citada, a variância desse estimador pode ser obtida através da seguinte relação:

$$V(p_{st}) = \frac{1}{N^2} \sum \frac{N_h(N_h - n_h)}{N_h - 1} \frac{P_h Q_h}{n_h}$$

Os valores de  $P$  e  $Q$  que serão adotados são aqueles que maximizam os valores da variância, pois assim estaremos trabalhando com uma hipótese de tamanho maior do

intervalo de confiança (e, portanto, uma hipótese mais desfavorável à precisão de nossa estimativa). De posse da estimativa da variância do estimador da proporção populacional, através da aproximação da distribuição binomial pela distribuição normal e com um determinado grau de confiança (por exemplo 95 %), poderemos obter o intervalo de confiança em torno da estimativa de ponto da proporção, utilizando a seguinte expressão:

onde:

$$p_{st} - z_{\alpha} \sigma / \sqrt{n} \leq p \leq p_{st} + z_{\alpha} \sigma / \sqrt{n}$$

**$p_{st}$**  é a estimativa da proporção

**$z_{\alpha}$**  é o valor da distribuição normal populacional padrão para o nível de significância igual a 5 % (ou seja, para um intervalo de 95 % de confiança)

**$\sigma$**  é a variância da estimativa da proporção populacional, estimada acima como  $V(p_{st})$

**$n$**  é o tamanho total da amostra

# **CONDIÇÕES DE RENDA**

## **1 INTRODUÇÃO**

Independentemente da nossa situação econômica, cultural ou ideológica, todos nós somos capazes de ter uma percepção empírica da pobreza e de fornecer uma idéia, ainda que um tanto grosseira, de quais são as pessoas ou famílias pobres da sociedade da qual fazemos parte. Entretanto, quando se busca formular, de maneira mais precisa, uma conceituação de pobreza que possibilite às pessoas o raciocínio em abstrato, então inúmeras dificuldades se fazem presentes. Tais dificuldades crescem à medida que se requer do conceito uma estrutura que lhe permita servir de instrumento operacional de investigação política dirigida à redução ou erradicação da pobreza.

No geral, na teoria econômica prevalecente, o assunto é abordado de maneira derivativa e, no mais das vezes, confundido com a questão da distribuição de renda que, como se sabe, guarda óbvia relação com a pobreza mas, de certa forma, lhe é logicamente independente.

Uma explicação sobre os fatores determinantes da distribuição de renda, envolve posicionamento filosófico e ideológico do analista sobre o qual é o verdadeiro objeto e método da ciência econômica. Os teóricos neoclássicos, por exemplo, advogam que a distribuição funcional da renda é apenas um caso especial da teoria dos preços, sendo portanto determinada na esfera da troca. A origem da renda é explicada pela escassez dos serviços dos “fatores” pertencentes aos agentes econômicos, independentemente de quão desigual possa vir a ser a estrutura repartitiva da propriedade.

Os “índices de escassez” são os preços dos fatores, os quais são determinados no mercado pela oferta e demanda, precisamente como qualquer outro preço. De um lado, a demanda pelo serviço de fator é considerada como sendo dada pela sua contribuição para o produto (na margem de produção). A firma maximizadora de lucro irá, então, pagar pelo serviço do fator exatamente aquilo que ele contribuir para a receita obtida da venda de uma unidade adicional do produto, isto é, o preço dos fatores será igual ao valor do produto marginal. Por outro lado, a oferta de serviços do fator é considerada como determinada pelo sacrifício (desutilidade) associado com seu uso. Segue-se que os preços relativos, refletindo a relativa intensidade de demanda pelos fatores de produção, determinam a distribuição de renda. Todo o problema agora para o economista neoclássico restringe-se a estabelecer a existência e a unicidade e estabilidade de equilíbrio do vetor de preço e quantidade.

Observa-se desse breve resumo que o paradigma convencional, visto sob o prisma da distribuição funcional da renda, não incorpora a pobreza enquanto categoria analítica no seu arcabouço teórico, onde salários mais altos são explicados por uma maior produtividade marginal devido a um período mais longo de “treinamento ou escolaridade”. Portanto, como corolário, a pobreza é vista, sobretudo, como falta de capacitação e esforço de trabalho. Esse modelo é notoriamente insatisfatório para explicar a pobreza no contexto da realidade subdesenvolvida dos países periféricos. Trata-se, de um

reducionismo justificar a pobreza pela abundância de mão-de-obra e ausência de escolaridade independentemente de uma explicação sobre a apropriação da renda gerada pelo país.

Por outro lado, os economistas defensores da economia política clássica advogam a dependência do sistema econômico e a inter-relação entre os fenômenos da produção, troca, distribuição e acumulação. Nessa abordagem, a distribuição do produto social é considerada em conexão com a performance do trabalho no processo produtivo e com o padrão de propriedade dos meios de produção. As categorias sociais (Capital, Trabalho e Terra) são o reflexo das relações de classe prevalentes na sociedade contemporânea: a classe dos trabalhadores é formada por aqueles que perfazem os serviços do trabalho; os proprietários de terra são aqueles que detêm títulos ou propriedade da terra; os capitalistas são os que possuem a propriedade do capital, que consiste na soma dos valores de troca ligados aos meios de produção e dos adiantamentos para manutenção dos trabalhadores durante o período de produção. Cada classe recebe renda ou tem participação no produto baseada em certas regras (o proprietário recebe pelo montante total das suas posses, enquanto o trabalhador pela quantidade de serviços).

Nesta teoria, não se observa uma articulação mais clara com o fenômeno da pobreza enquanto categoria analítica. Não se pode associar a pobreza à simples ausência de propriedade dos meios de produção, onde a classe trabalhadora, portanto, não proprietária, não necessariamente é a que se encontra em estado de pobreza.

Essa síntese, ainda que breve e, por certo, incompleta, deixa transparecer que as teorias tradicionais encerram visões filosóficas marcadamente distintas quanto a seus pressupostos, categorias e conceitos e, no entanto, nenhuma delas incorpora explicitamente a pobreza como categoria analítica específica.

Não obstante as imensas dificuldades que circundam o conceito de pobreza, ele deve ser o mais claro possível. Em primeiro lugar, é exatamente através do conceito empregado que se vai determinar quais as situações e peculiaridades que são passíveis de serem caracterizadas como de pobreza e quais aquelas que não são. Em segundo lugar, a transparência do conceito é um pré-requisito para a mensuração do fenômeno (não se mensura aquilo que não é conhecido). Por último, o conceito deve ser bem delineado para sustentar as possíveis ações políticas para o problema.

## **2 - O CONCEITO DE POBREZA**<sup>1</sup>

Num sentido geral, pode-se considerar que a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas:

- a) Identificação (quem são os pobres?);

---

<sup>1</sup> Baseado no **Caderno de Economia Nº 13** do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) : ROMÃO, M. C. **Pobreza: Conceito e Mensuração**. Caderno de Economia nº 13, IPEA, Fevereiro de 1993.

b) Agregação (como combinar as características de pobreza de diferentes pessoas numa medida agregada?).

No processo de identificação, de modo geral, os conceitos operacionais de pobreza se enquadram numa das seguintes categorias:

a) Conceitos Subjetivos (pobreza como juízo de valor);

b) Conceitos Objetivos (pobreza relativa, absoluta e absoluta/relativa).

## **2.1 - CONCEITOS SUBJETIVOS**

Os conceitos subjetivos dizem respeito a opiniões ou sentimentos das pessoas sobre o seu próprio estado de pobreza ou sobre a situação de pobreza de seu semelhante.

Com efeito, não parece adequado este modo de ver a pobreza. A pobreza é uma situação social concreta, objetivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos de um indivíduo, numa família, um grupo ou uma classe. A pobreza não pode ser tão abstrata que venha depender inteiramente do sentimento que desperte nas pessoas; não é possível que sejam estáveis quaisquer resultados obtidos através deste critério.

## **2.2 - CONCEITOS OBJETIVOS**

Por outro lado, os conceitos objetivos se baseiam em critérios exogenamente determinados (volume de renda, tipo de habitação, consumo de alimentos, etc) para identificar a situação de pobreza das pessoas ou famílias.

### **2.2.1 - Pobreza Relativa**

Dentro do conceito objetivo de pobreza relativa, a pobreza é interpretada em relação ao padrão de vida vigente na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros mais bem aquinhoados nessa distribuição. Esse conceito, apesar de guardar óbvia relação com a noção de desigualdade, não deve ser tratado como categoria sinônimo dessa última. Enfocar apenas a pobreza relativa com as desigualdades afasta-nos da percepção da pobreza enquanto núcleo próprio e, portanto, algo objetivo, socialmente concreto que se deve tentar eliminar. A base para uma ação tendente a erradicar a pobreza tem de começar por dar ao conceito um significado mais adequado e explícito.

### **2.2.2 - Pobreza Absoluta**

A percepção da pobreza como um conceito absoluto implica o estabelecimento de padrões mínimos de necessidade, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais as pessoas são consideradas pobres. Implícita nesta definição está a idéia de que a noção de pobreza absoluta expressa uma opinião coletiva de sociedade, derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana. Observe-se que a fixação de um padrão de vida mínimo está vinculada à natureza da sociedade e a seus valores. Dessa maneira, a noção depende de convenções sociais, mas não predominantemente de juízos ou comportamento de pessoas envolvidas, como na abordagem subjetiva. O conceito absoluto compreende alguns parâmetros objetivos e mensuráveis no conjunto das necessidades básicas, parâmetros esses comuns a um certo número de pessoas ou famílias. Assim, a conceituação da pobreza enquanto noção absoluta, requer um menor grau de subjetividade que em outros critérios alternativos. Portanto, o conceito de pobreza implícito no enfoque absoluto é distinto das outras noções.

Tratemos agora dos métodos empregados para estabelecer os limiares da pobreza: o enfoque biológico; a estratégia das necessidades básicas, e o enfoque dos salários mínimos.

#### A) O Enfoque Biológico

Fixa-se a linha de pobreza tomando-se por base os requisitos nutricionais mínimos da dieta, no caso dos itens alimentares, e alguma proxy para a renda gasta nos requisitos mínimos, quanto aos outros itens. Por essa sistemática, quanto maior for a proporção dos gastos com alimentação, no orçamento das famílias pobres, menor a linha de pobreza, o que implica enfatizar sobremaneira a satisfação dos requisitos alimentares na mensuração da pobreza.

Os problemas de mensuração que ocorrem nessa abordagem são:

- "requisitos nutricionais mínimos" variar de pessoa para pessoa além de depender do clima, das condições de trabalho, do físico, etc.;
- a escolha dos produtos que constituem a dieta de subsistência é feita com vistas a minimizar custos ao invés de procurar corresponder aos hábitos alimentares das pessoas;
- como definir as necessidades de subsistência, se é impossível definir exatamente o que é subsistência?

Tendo em vista todas essas dificuldades, enfrentamos o seguinte paradoxo: o método pode ser contestado mas não pode ser abandonado, pois a desnutrição é um dos aspectos mais evidentes da pobreza. Esta idéia é reforçada pela convicção de que, independentemente dos padrões contemporâneos, existem membros da sociedade que não têm atendidas suas necessidades mínimas de subsistência.

## B) Salário Mínimo

A idéia subjacente a esse método é que o nível de salário mínimo oficial é uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para atingir-se o patamar mínimo de subsistência.

Evidentemente é um círculo vicioso usar o salário mínimo como referencial da linha de pobreza, uma vez que ele foi fixado como um montante de renda necessária ao atendimento das necessidades básicas.

Outra observação é que o salário deveria ser ajustado pelos preços, tamanho das famílias, sua composição e os aspectos regionais que o poder de compra propicia. Procurando assim, adequar e comparar o real poder de compra das diferentes regiões do Brasil, bem como, diferentes tamanhos de famílias com diferentes rendas.

## C) O Enfoque das Necessidades Básicas

Enfatiza a mobilização de recursos específicos para grupos-alvo especiais, identificados como carentes desses, dando prioridade à produção e distribuição da cesta de produtos básicos na tentativa de garantir que os pobres sejam atendidos e não preteridos por deficiências de mercado.

Algumas críticas podem ser feitas a esse enfoque: primeiro, as necessidades básicas têm caráter subjetivo quando consideradas em termos de parâmetros de políticas públicas, dependendo de sua conceituação, principalmente, das preferências sobre aquilo que essa política deve eliminar; segundo, a colocação de elementos não quantitativos como necessidades básicas junto com itens essenciais, tornando-se redundante e possivelmente enganoso (necessidades básicas com as não materiais: alimentação com segurança, auto determinação, etc.); e terceiro, as necessidades dos indivíduos são determinadas pela estrutura de produção e distribuição (se a estrutura é a causa da pobreza, de que vale determinar as necessidades em termos dessa estrutura?).

## D) Enfoque da Pobreza Relativa/Absoluta

Nesta abordagem, a linha de pobreza pode ser traçada calculando-se a renda per capita que corresponde a um certo percentil da população.

Duas objeções podem ser levadas em conta: circularidade de prejulgamento (estipular à extensão da pobreza como de "x" por cento, por definição) e, seja qual for a distribuição de renda, sempre haverá pobres, uma vez que esses são definidos como "x" por cento.

## 2.3 - SÍNTESE DA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Vimos, portanto, que sempre existe uma arbitrariedade inerente em qualquer conceituação de pobreza, e sua apresentação está propensa a ambigüidades. Contudo, procurando esclarecer ao máximo o conceito, devemos ser tão explícitos quanto possível, compreendendo seu valor e suas limitações.

A noção de pobreza deve atender a certos requisitos para tornar sua estrutura conceitual facilmente compreensível, onde, sem dúvida, o mais evidente de seus requisitos deve referir-se à carência absoluta. Sem essa noção de destituição absoluta, o conceito de pobreza perde muito do seu valor e torna-se vulnerável em termos teóricos.

Aceitando tais necessidades, falta resolver quais os padrões devem ser fixados como sendo a linha de pobreza. Nesse ponto, diante das dificuldades observadas, parece que o enfoque biológico é o mais apropriado como um método de estabelecer linhas de pobreza.

Outra observação que deve ser feita, diz respeito a evitar justapor os conceitos de pobreza e desigualdade. Os dois se relacionam mas transmitem informações distintas sobre fenômenos diferentes, devendo ser tratados separadamente.

### **3 - MENSURAÇÃO DA POBREZA**

Definido qual conceito operacional de pobreza mais pertinente para o estudo (no presente trabalho, o objeto de investigação baseia-se no conceito de pobreza absoluta), o próximo passo é determinar a linha de pobreza absoluta, isto é, aquele nível de subsistência abaixo do qual as pessoas são consideradas pobres.

Calculada a linha de pobreza, ainda resta a questão de compatibilizar os diferentes graus de pobreza dessas pessoas que foram rotuladas de pobres, ou seja, como expressar as características de pobreza de um dado contingente heterogêneo? Problemas de natureza operacional forçam a adoção de certos indicadores agregados, os quais não conseguem captar a totalidade da pobreza sofrida por aqueles que se encontram aquém do mínimo de subsistência.

Para medir o grau de pobreza de uma determinada comunidade, dois índices têm sido usados em larga escala: o índice de "incidência de pobreza"; e o índice de "insuficiência de pobreza".

Incidência de pobreza é a proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza.

Índice de insuficiência de pobreza mede a deficiência, ou defasagem, agregada de renda de todos os pobres em relação ao valor monetário da linha de pobreza.

Estas duas medidas são criticadas com os seguintes argumentos:

- o índice não leva em conta os montantes das rendas daqueles que ficam aquém do mínimo de subsistência, não captando quão perto ou distante alguém possa estar da linha de pobreza;
- o índice de insuficiência de renda apenas retrata o montante de renda que elevaria os pobres ao nível da linha de subsistência, enquanto é completamente insensível ao número de pobres envolvidos no processo agregativo; e

- os índices não levam em consideração a distribuição de renda entre os pobres, sendo insensíveis à transferência de renda se o número de pobres não se modifica.

Para corrigir essas deficiências, Sen desenvolveu uma medida de pobreza em que o número de pobres, o montante de renda aquém do mínimo de subsistência e a desigualdade de renda entre os pobres são incorporados num só índice (o presente trabalho não incorpora essa medida).

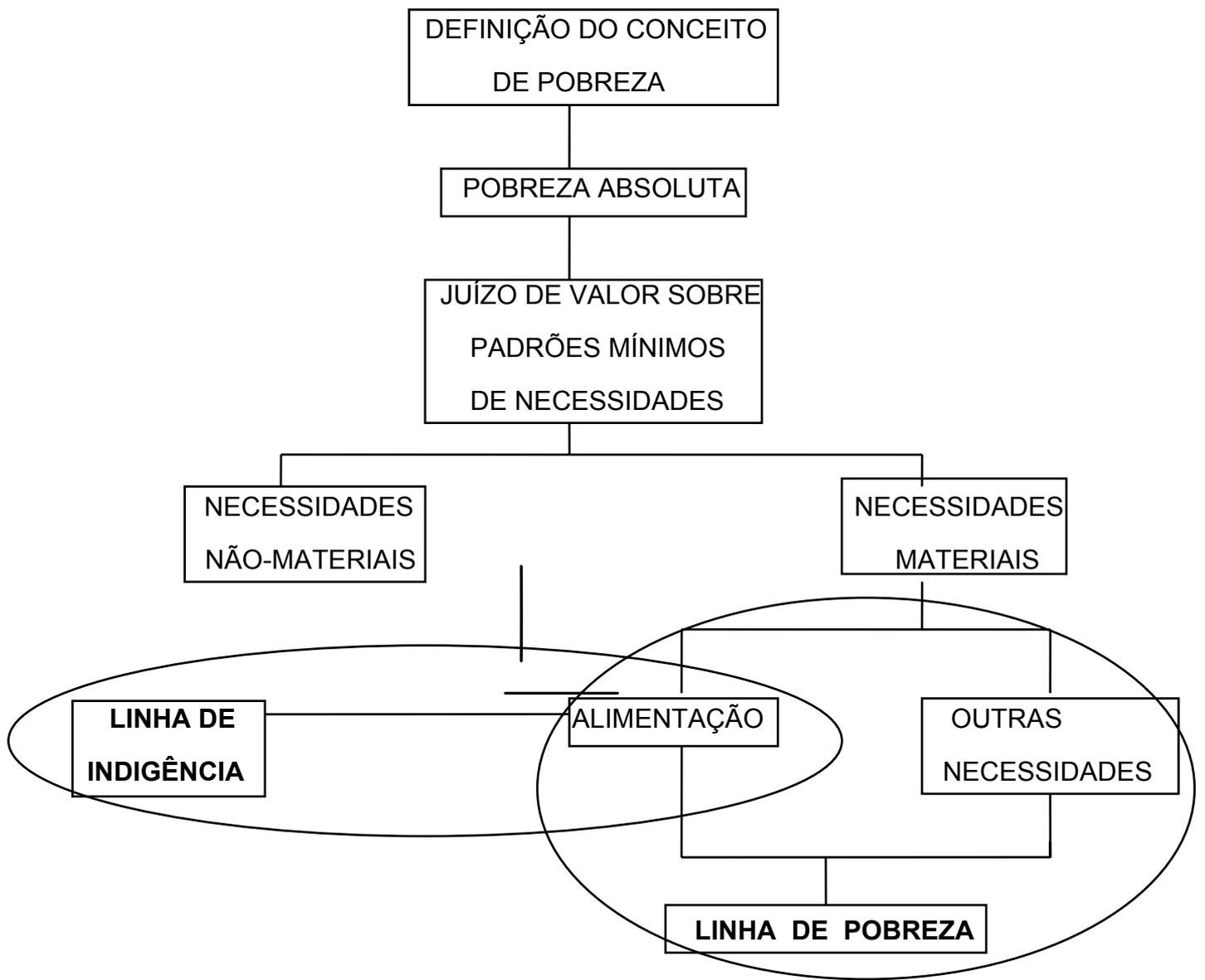
### **3.1 - O MODELO DE MENSURAÇÃO**

O crescimento persistente da renda per capita de um país reflete uma importante dimensão quantitativa de seu processo de desenvolvimento econômico. Se, entretanto, os frutos desse crescimento não são repartidos de forma eqüitativa entre os diversos segmentos sociais, afloram-se as disparidades sócio-econômicas e, via de regra, afloram bolsões de pobreza e miséria. A metodologia aqui aplicada, para a determinação quantitativa dessa pobreza, baseia-se em dois cortes da população: primeiramente, foram consideradas pobres aquelas famílias cuja renda familiar é menor que o valor de uma cesta básica; e, famílias indigentes, aquelas cuja renda por equivalente adulto fosse menor que o valor de uma ração essencial<sup>2</sup>.

O esquema metodológico para a determinação da linha de pobreza e indigência foi o seguinte:

---

<sup>2</sup> Para melhor compreender estatisticamente esse argumento, verificar “ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES À QUANTIFICAÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NAS ÁREAS POBRES DE UBERLÂNDIA” (página 18 desse relatório).



## **4 - A ESTRUTURA DA RENDA FAMILIAR NOS 36 BAIRROS PESQUISADOS EM UBERLÂNDIA.**

Este tópico divide-se em duas partes. Na primeira, é apresentado um resumo descritivo dos quadros e gráficos que compõem a última parte desse relatório. Na segunda, procura-se apresentar, na íntegra, os resultados dessa pesquisa através de quadros e gráficos.

### **4.1 - RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

A apresentação dos resultados finais está contida em cinco quadros e três gráficos.

Nos gráficos visualizamos:

Gráfico II.1 - GASTO COM COMIDA - Onde percebemos que a imensa maioria da população (54,96%) , gasta tudo ou quase tudo para alimentar a família. Esse dado, como foi extraído de pergunta direta, reforça os números encontrado para a pobreza e a indigência.

Gráfico II.2 - RECEBEM AJUDA DE ALGUMA ENTIDADE - Nesse levantamento, que também é um item de pergunta direta, observamos que 69,54% da população declararam, categoricamente, que não recebem qualquer tipo de ajuda.

Nos Quadros II.1, II.2, II.3 e II.4 - RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO (1ª e 2ª fase) -, temos as faixas de distribuição da renda nos bairros pesquisados. Essa distribuição foi agrupada, o que gerou o Gráfico II.3 - RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO (Por Faixas de Renda) - onde está demonstrado que mais de 80% da população pesquisada (85,96% na primeira fase e 87,05% na segunda fase) recebe menos de 3 salários.

Por fim, no Quadro II.5 - DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIRROS PESQUISADOS - temos que: treze mil, seiscentas e oitenta e sete famílias nos trinta e seis bairros pesquisados em Uberlândia defrontam-se diariamente com o problema da pobreza (equivalente a 55,88% da população). Dessas, oito mil, quatrocentas e quarenta e duas não possuem renda que permita sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos. Em outras palavras, a fome atinge 34,47% da população pesquisada.

## 4.2 - QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico II.1

### Gasto com Comida

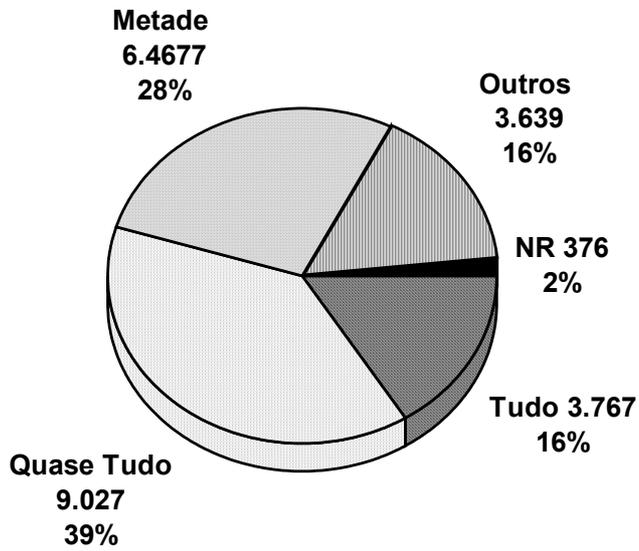
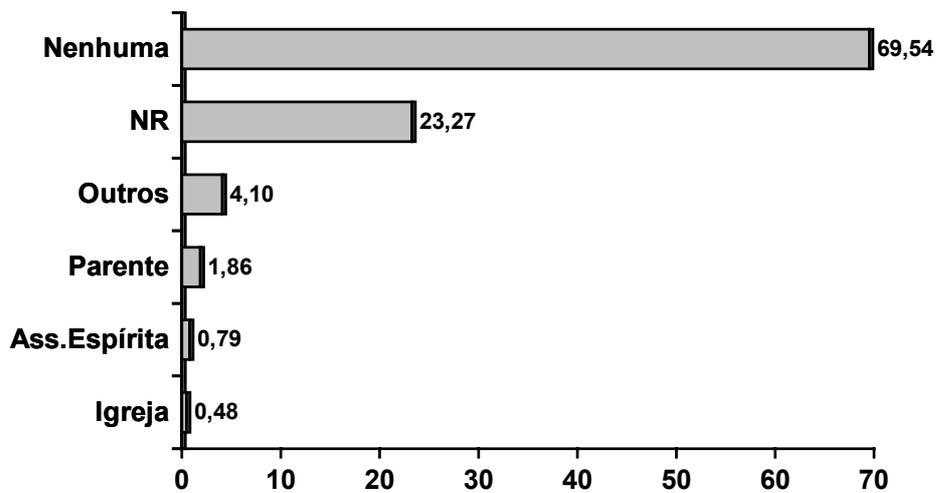


Gráfico II.2

### Recebem Ajuda de:



**QUADRO II.1**

†126 RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO - EM URVs - (1ª fase)							
BAIRRO	ATÉ 25	25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
BURITIS	0	22	77	22	11	11	143
CANAÃ	8	32	40	16	0	0	96
COPACABANA	30	30	0	90	60	30	240
DOM ALMIR	120	105	120	0	0	0	345
ESPERANÇA	126	108	126	18	0	0	378
GRANADA	0	78	156	312	39	0	585
GUARANI	360	396	1008	288	72	0	2124
INDUSTRIAL	42	84	70	7	0	0	203
LARANJEIRAS	0	195	273	39	0	0	507
MANSOUR	248	186	713	310	93	0	1550
MARAVILHA	98	84	49	7	0	0	238
MARTA HELENA	126	90	180	108	36	18	558
N. S. GRAÇAS	190	140	240	140	50	0	760
OLIVEIRAS	63	175	175	105	0	0	518
PAINEIRAS	39	39	273	78	0	0	429
PATRIMÔNIO	0	90	120	60	0	0	270
SANTA LUZIA	55	242	308	110	0	0	715
SANTA MÔNICA II	240	705	780	240	75	0	2040
SANTO INÁCIO	224	272	360	96	8	0	960
SÃO JORGE	44	187	165	22	0	0	418
SÃO JOSÉ	28	21	42	7	0	0	98
SATÉLITE	14	14	49	84	28	0	189
TAIAMAM	216	72	180	108	108	0	684
TANCREDO NEVES	217	155	248	93	0	0	713
TOCANTINS	360	576	720	180	0	0	1836
TUBALINA	300	180	420	330	120	60	1410
VILA MARIA	49	105	70	21	0	0	245
TOTAL	3197	4383	6962	2891	700	119	18252

**QUADRO II.2**

<b>RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO (%) - (1ª fase)</b>							
<b>BAIRROS</b>	<b>ATÉ 25</b>	<b>25 A 50</b>	<b>50 A 100</b>	<b>100 A 200</b>	<b>200 A 500</b>	<b>ACIMA DE 500</b>	<b>TOTAL</b>
BURITIS	0,0000	15,3846	53,8462	15,3846	7,6923	7,6923	100
CANAÃ	0,0000	33,3333	41,6667	16,6667	0,0000	0,0000	100
COPACABANA	0,0000	12,5000	0,0000	37,5000	25,0000	12,5000	100
DOM ALMIR	21,7391	30,4348	34,7826	0,0000	0,0000	0,0000	100
ESPERANÇA	33,3333	28,5714	33,3333	4,7619	0,0000	0,0000	100
GRANADA	0,0000	13,3333	26,6667	53,3333	6,6667	0,0000	100
GUARANI	3,3898	18,6441	47,4576	13,5593	3,3898	0,0000	100
INDUSTRIAL	6,8966	41,3793	34,4828	3,4483	0,0000	0,0000	100
LARANJEIRAS	0,0000	38,4615	53,8462	7,6923	0,0000	0,0000	100
MANSOUR	10,0000	12,0000	46,0000	20,0000	6,0000	0,0000	100
MARAVILHA	26,4706	35,2941	20,5882	2,9412	0,0000	0,0000	100
MARTA HELENA	19,3548	16,1290	32,2581	19,3548	6,4516	3,2258	100
N. S. GRAÇAS	5,2632	18,4211	31,5789	18,4211	6,5789	0,0000	100
OLIVEIRAS	6,7568	33,7838	33,7838	20,2703	0,0000	0,0000	100
PAINEIRAS	0,0000	9,0909	63,6364	18,1818	0,0000	0,0000	100
PATRIMÔNIO	0,0000	33,3333	44,4444	22,2222	0,0000	0,0000	100
SANTA LUZIA	3,0769	33,8462	43,0769	15,3846	0,0000	0,0000	100
SANTA MÔNICA II	4,4118	34,5588	38,2353	11,7647	3,6765	0,0000	100
SANTO INÁCIO	7,5000	28,3333	37,5000	10,0000	0,8333	0,0000	100
SÃO JORGE	7,8947	44,7368	39,4737	5,2632	0,0000	0,0000	100
SÃO JOSÉ	14,2857	21,4286	42,8571	7,1429	0,0000	0,0000	100
SATÉLITE	0,0000	7,4074	25,9259	44,4444	14,8148	0,0000	100
TAIAMAM	10,5263	10,5263	26,3158	15,7895	15,7895	0,0000	100
TANCREDO NEVES	13,0435	21,7391	34,7826	13,0435	0,0000	0,0000	100
TOCANTINS	9,8039	31,3725	39,2157	9,8039	0,0000	0,0000	100
TUBALINA	6,3830	12,7660	29,7872	23,4043	8,5106	4,2553	100
VILA MARIA	11,4286	42,8571	28,5714	8,5714	0,0000	0,0000	100
<b>TOTAL</b>	<b>7,5718</b>	<b>24,0138</b>	<b>38,1438</b>	<b>15,8394</b>	<b>3,8352</b>	<b>0,6520</b>	<b>100</b>

**QUADRO II.3**

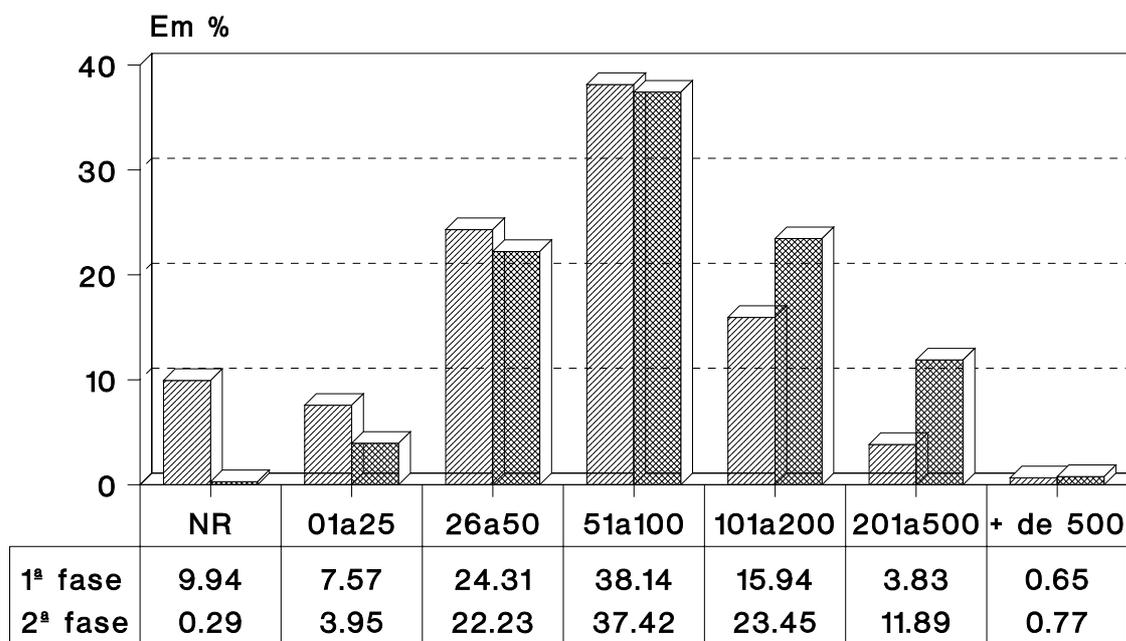
<b>RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO - EM R\$ - (2ª fase)</b>							
BAIRRO		25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
ACLIMAÇÃO	7	112	140	49	49	0	357
CALIFÓRNIA	14	105	56	42	21	0	238
IPANEMA I	16	100	220	88	28	0	452
IPANEMA II	7	49	21	14	0	0	91
LAGOINHA	48	180	264	120	60	12	684
MINAS BRASIL	15	50	80	100	40	0	285
PALMEIRAS	10	100	255	225	120	0	710
PAMPULHA	10	80	205	95	50	10	450
DONA ZULMIRA	60	204	408	300	156	12	1140
<b>TOTAL</b>	<b>187</b>	<b>980</b>	<b>1649</b>	<b>1033</b>	<b>524</b>	<b>34</b>	<b>4407</b>

**QUADRO II.4**

<b>RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO - EM % - (2ª fase)</b>							
BAIROS	ATE 25	25 A 50	50 A 100	100 A 200	200 A 500	ACIMA DE 500	TOTAL
ACLIMAÇÃO	1,9608	31,3725	39,2157	13,7255	13,7255	0,0000	100
CALIFÓRNIA	5,8824	44,1176	23,5294	17,6471	8,8235	0,0000	100
IPANEMA I	3,5398	22,1239	48,6726	19,4690	6,1947	0,0000	100
IPANEMA II	7,6923	53,8462	23,0769	15,3846	0,0000	0,0000	100
LAGOINHA	7,0176	26,3158	38,5965	17,5439	8,7719	1,7544	100
MINAS BRASIL	5,2632	17,5439	28,0702	35,0877	14,0351	0,0000	100
PALMEIRAS	1,4085	14,0845	35,9155	31,6901	16,9014	0,0000	100
PAMPULHA	2,2222	17,7778	45,5556	21,1111	11,1111	2,2222	100
DONA ZULMIRA	5,2632	17,8947	35,7895	26,3158	13,6842	1,0526	100
<b>TOTAL</b>	<b>4,2433</b>	<b>22,2373</b>	<b>37,4177</b>	<b>23,4400</b>	<b>11,8902</b>	<b>0,7715</b>	<b>100</b>

**GRÁFICO II.3**

**RENDA POR EQUIVALENTE ADULTO**  
**Por Faixas de Renda (em R\$)**



▨ 1ª fase    ▩ 2ª fase

## QUADRO II.5

### DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIRROS PESQUISADOS

BAIRRO	POP. TOTAL	% DO BAIRRO NO TOTAL	POP. POBRE	% DE POBRES NO BAIRRO	% NO TOT. DE POBRES	POP. INDIG.	Nº DE INDG. NO BAIRRO	% NO TOT. DE INDIG.
ACLIMAÇÃO	420	1,71	280	66,67	1,14	252	60,00	1,03
BURITIS	1651	0,67	99	60,00	0,40	22	13,33	0,09
CALIFÓRNIA	287	1,17	210	73,17	0,86	161	56,10	0,66
CANAÃ	248	1,01	72	29,03	0,29	32	12,90	0,13
COPACABANA	300	1,22	30	10,00	0,12	30	10,00	0,12
DOM ALMIR	375	1,53	285	76,00	1,16	180	48,00	0,73
ESPERANÇA	396	1,62	324	81,82	1,32	234	59,09	0,96
GRANADA	663	2,71	156	23,53	0,64	78	11,76	0,32
GUARANI	2232	9,11	1188	53,23	4,85	468	20,97	1,91
INDUSTRIAL	203	0,83	147	72,41	0,60	98	48,28	0,40
IPANEMA I	516	2,11	376	72,87	1,54	316	61,24	1,29
IPANEMA II	105	0,43	70	66,67	0,29	70	66,67	0,29
LAGOINHA	810	3,31	528	65,19	2,16	462	57,04	1,89
LARANJEIRAS	507	2,07	390	76,92	1,59	195	38,46	0,80
MANSOUR	1612	6,58	775	48,08	3,16	341	21,15	1,39
MARAVILHA	266	1,09	182	68,42	0,74	147	55,26	0,60
MARTA HELENA	576	2,35	306	53,13	1,25	198	34,38	0,81
MINAS BRASIL	350	1,43	205	58,57	0,84	141	41,43	0,59
NOSSA SENHORA	770	3,14	300	38,96	1,22	180	23,38	0,73
OLIVEIRA	539	2,20	266	49,35	1,09	210	38,96	0,86
PAINEIRAS	507	2,07	234	46,15	0,96	39	7,69	0,16
PALMEIRAS	720	2,94	450	62,50	1,84	330	45,83	1,35
PAMPULHA	505	2,06	340	67,33	1,39	270	53,47	1,10
PATRIMÔNIO	300	1,22	210	70,00	0,86	90	30,00	0,37
SANT. LUZIA	781	3,19	528	67,61	2,16	264	33,80	1,08
SANT. MÔNICA II	2115	8,63	1395	65,96	5,70	810	38,30	3,31
SANTO INÁCIO	992	4,05	584	58,87	2,38	352	35,48	1,44
SÃO JORGE	440	1,80	363	82,50	1,48	220	50,00	0,90
SÃO JOSÉ	98	0,40	63	64,29	0,26	35	35,71	0,14
SATÉLITE	203	0,83	35	17,24	0,14	14	6,90	0,06
TAIAMAN	720	2,94	288	40,00	1,18	144	20,00	0,59
TANCREDO NEVES	775	3,16	403	52,00	1,65	248	32,00	1,01
TOCANTINS	1908	7,79	1116	58,49	4,56	756	39,62	3,09
TUBALINA	1590	6,49	570	35,85	2,33	270	16,98	1,10
VILA MARIA	252	1,03	175	69,44	0,71	133	52,78	0,54
DONA ZULMIRA	1248	5,10	744	59,62	3,04	648	51,92	2,65
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24494</b>	<b>100,00</b>	<b>13687</b>	<b>55,88</b>	<b>55,88</b>	<b>8442</b>	<b>34,47</b>	<b>34,47</b>

### III. GONDIÇÕES DE EDUCACAO

#### 111.1. INTRODUÇÃO

O item Educação, no levantamento, abrange as seguintes informações:

.adultos: grau de instrução a idade

.crianças: estudam ou não; onde estudam; idade.

Para a análise dos dados referentes a tais questões, o procedimento adotado passou, inicialmente, pela tabulação das informações, com a respectiva elaboração de planilhas contendo os dados absolutos a relativos, devidamente expandidos para o restante da amostra (vide Anexo - Tabelas). A partir de então, foi possível a realização dos gráficos, que permitem uma melhor visualização dos dados apresentados.

Antes de apresentarmos qualquer análise das informações obtidas, cabe-nos fazer algumas observações:

- o item Escola, referente as crianças que estudam, não será analisado porque não foi possível obter respostas de todos os entrevistados para cada bairro a setor. Devido a impossibilidade de informações mais consistentes a respeito, optou-se por não analisá-lo;

- o termo analfabeto é entendido, aqui, como aquele que se refere aos indivíduos que não conseguem sequer identificar letras. O alfabetizado, por outro lado, refere-se aqueles indivíduos que conseguem escrever seu próprio nome e, minimamente, conhecer algumas letras, não conseguindo, no entanto, ler e interpretar um texto.

Será apresentada, inicialmente, uma análise referente ao grau de instrução dos adultos, acompanhada das faixas de idade dos mesmos definidas como: 14 a 20 anos, 21 a 30 anos, 31 a 40 anos a acima de 40 anos. Através dos gráficos, será possível visualizar os valores relativos para cada bairro no que diz respeito a esses itens.

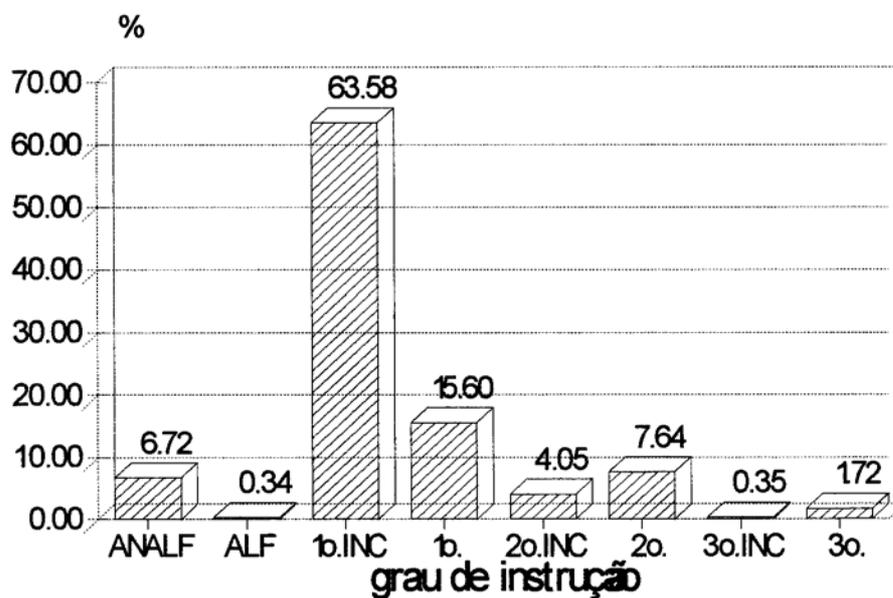
Em seguida, serão mostrados os percentuais de crianças que estudam e também daquelas que não estudam, conjuntamente com as faixas etárias: 0 a 2 anos, 3 a 6 anos, e 7 a 13 anos, para cada bairro.

Para maior clareza a entendimento, optou-se por apresentar graficamente os 10 bairros que mais se destacam em cada item analisado, uma vez que a colocação dos 36 bairros pesquisados seria visualmente inviável. Os dados de todos os bairros, no entanto, encontram-se expressos nas tabelas em anexo.

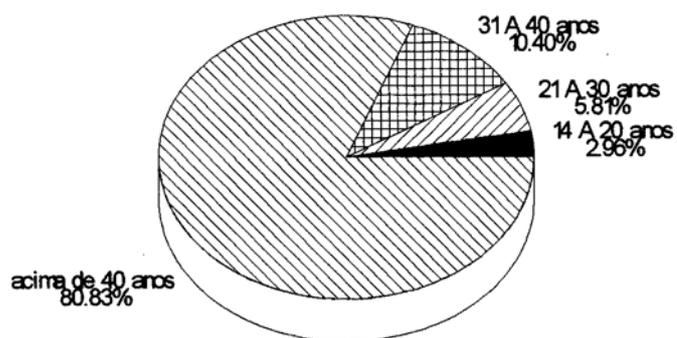
Cabe ressaltar que a análise aqui desenvolvida não leva em consideração nenhuma outra variável além da educação, haja visto que, nesta primeira etapa de análise de dados, coube-nos analisar somente esse item, ficando os cruzamentos com as demais variáveis (renda, ocupação, saúde, etc) para um segundo momento de análise. Por ora, são feitas apenas inferências sobre as relações existentes entre a educação e demais variáveis que a influenciam ou que são influenciados por ela, sem a apresentação de quaisquer dados referentes às mesmas. Por fim, são apresentadas algumas conclusões gerais sobre o item Educação a os dados apresentados.

## 111.2 GRAD DE INSTRUÇÃO DOS ADULTOS

De forma geral, pode-se verificar, através do gráfico 111 1, que, dentre o total de adultos presentes nos bairros pesquisados (cerca de 70.052), 6,72% são analfabetos. Desse total, é possível afirmar (vide gráfico 1112) que 2,96% encontram-se na faixa etária de 14 a 20 anos; 5,81 % tem de 21 a 30 anos; 10,40% possuem 31 a 40 anos, enquanto 80,83% do total de analfabetos tem acima de 40 anos, o que vem apontar um certo decréscimo desta taxa, haja visto que o percentual mais significativo refere-se a indivíduos mais velhos.

**GRÁFICO III.1 - ESCOLARIDADE DOS ADULTOS - %GERAL**

Fonte: CEPES/UFU - Uberlândia/ 1994

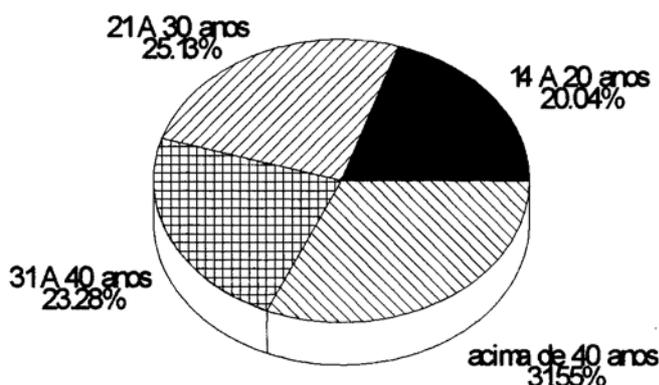
**GRÁFICO III.2 - MADE DOS ADULTOS ANALFABETOS - % GERAL**

Fonte: CEIL36-JLFU - Uberlândia/1994

Os alfabetizados são em um percentual de 0,34% do total de adultos. Destes, 8,37% tem de 14 a 20 anos de idade; 10,12%, 21 a 30 anos; 22,45%, 31 a 40 anos, e 59,06% tem acima de 40 anos.

Todavia, como se pode verificar, o percentual mais expressivo cabe ao número de indivíduos que não completaram o 1º grau - aproximadamente 64%. Verificaremos, nos próximos itens, quais são os bairros que mais se destacam na formação desse percentual. Por ora, cabe afirmar que, do total de indivíduos que possuem o 1º grau incompleto, 20,04% tem de 14 a 20 anos; 25,13% de 21 a 30 anos; 23,26% de 31 a 40 anos, e 31,55% acima de 40 anos de idade (como se pode ver no gráfico abaixo).

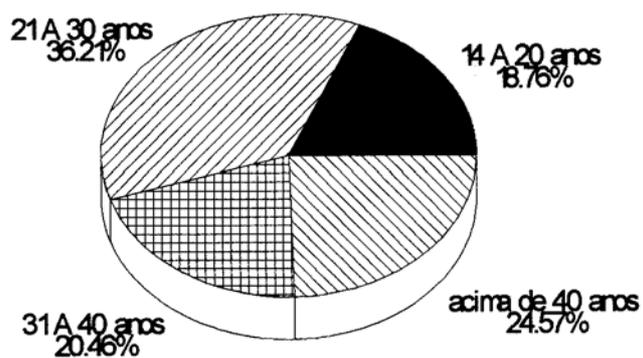
GRAFICO 111. 3 - MADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU INCOMPLETO



Forte~ CEPES/UFU-Uberlândia/1994

Apenas 15,60% do total de adultos concluíram o 1º grau, dos quais 18,76% encontram-se na faixa etária de 14 a 20 anos; 36,21% tem de 21 a 30 anos; 20,46% de 31 a 40 anos e 24,57% tem acima de 40 anos. **(Vide gráfico 111.4)**

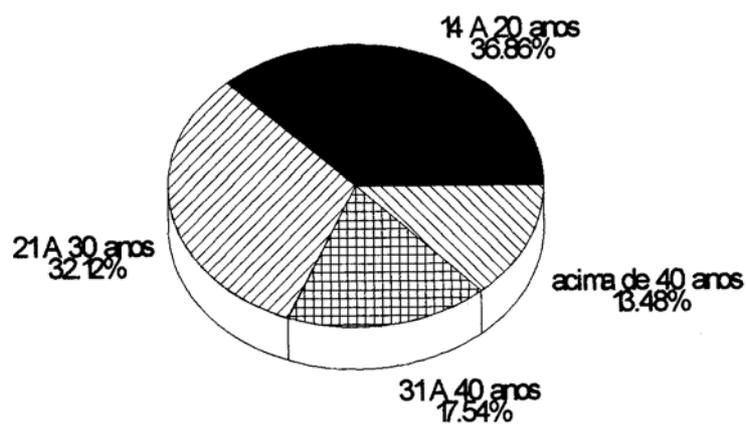
GRAFICO 111.4 - MADE DOS ADULTOS COM 1º- GRAU COMPLETO



Fate CB:MI.FIJ- 1,berlarda/'9194

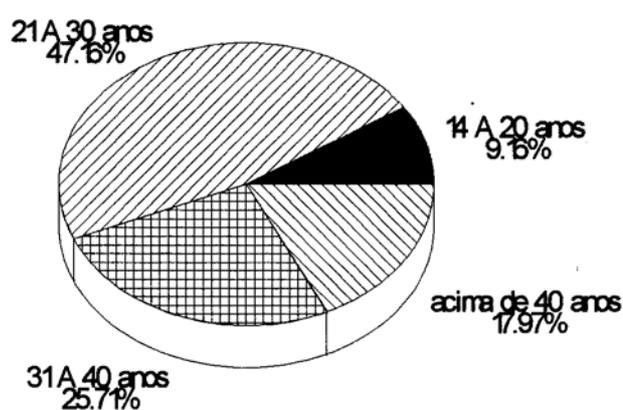
O percentual de individuos que iniciaram mas nao concluíram o 2º- grau & de, aproximadamente, 4,05%, sendo que, como revela o grafico III 5, 36,86% estao nas idades de 14 a 20 anos; 32,12% tem de 21 a 30 anos; 17,54% de 31 a 40, a 13,48% acima de 40 anos.

GRAFICO III.5 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º- GRAU INCOMPLETO



Fonte CEPES/UFU Uberlandia/1994

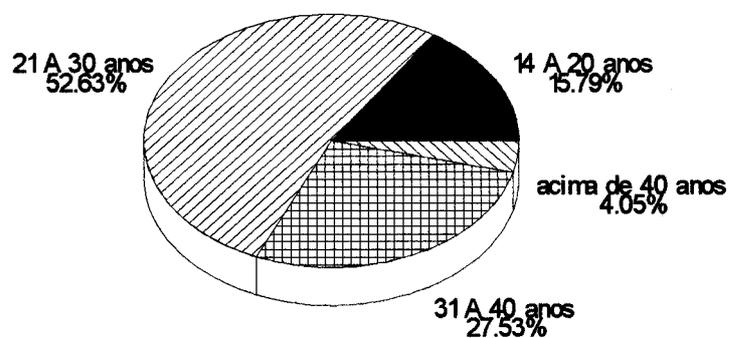
Cerca de 7,64% dos adultos concluíram o 2º-grau, dos quais 9,16% tem de 14 a 20 anos; 47,16% estudo entre 21 a 30 anos; 25,71% possuem de 31 a 40 anos a 17,97% tem 41 ou mais.



Fonte CEPES/IFU- Uberlandia/1994

Somente 0,35% dos indivíduos iniciaram e não concluíram o 3º grau. Desses, como é possível verificar no gráfico III 7, o maior percentual encontra-se na faixa etária de 21 a 30 anos (52,63%), seguido de 27,53% que tem de 31 a 40 anos; e, respectivamente, 15,79% a 4,05% encontram-se nas faixas de 14 a 20 anos a acima de 40.

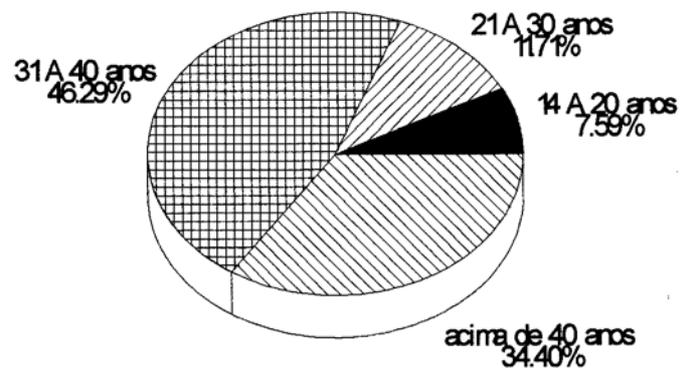
GRAFICO 111.7 - MADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAD INCOMPLETO



Fonte: CEPES/UFU- Uberlandia/1994

Representando um percentual nada expressivo, o total de adultos que concluíram o 3º-grau não chega a 2%. O gráfico 1118 mostra que 46,29% desse total se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos, percentual mais significativo seguido de 34,40%, que tem acima de 40 anos.

GRAFICO 111.8 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º- GRAU COMPLETO



Fonte CEPES/UFU- Uberlandia/1994

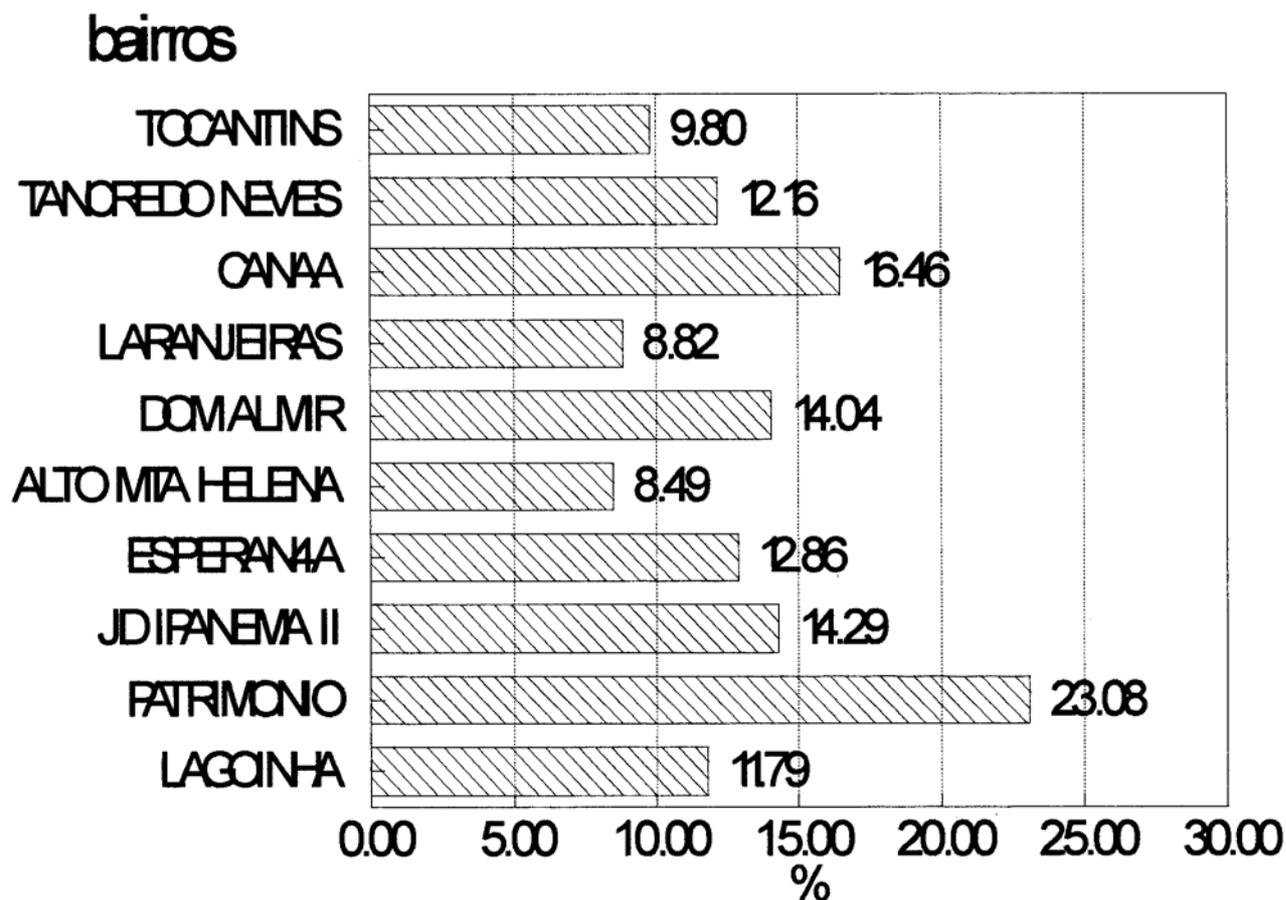
Na serao seguinte, procurar-se-a evidenciar os bairros que mais se destacam na formação dos percentuais acima citados.

#### 111.2.1 BAIRROS MAIS EXPRESSIVOS

Analfabetos

Como ja foi dito anteriormente, nos 36 bairros pesquisados, foi possivel detectar cerca de

GRAFICO 111.9 - INSTRUÇÃO DOS ADULTOS - % DE ANALFABETOS



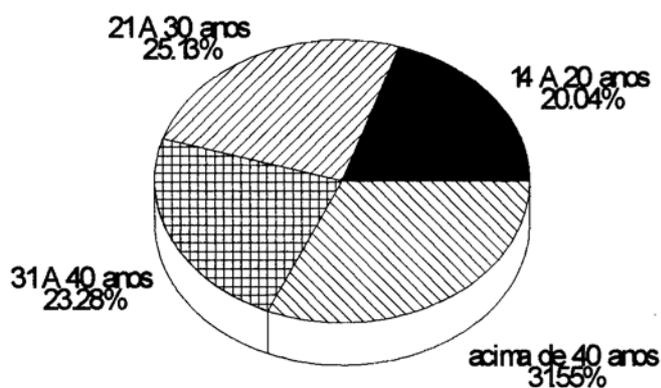
Fonte: CEPES/IE/UFU- Lberlartdiai1894

O bairro Patrimônio, por exemplo, destaca-se dentre os demais por possuir o maior percentual de analfabetismo. Aproximadamente 23,08% de sua população não sabe ler nem escrever. Problematiza semelhante à encontrada no bairro Canaa, que apresenta cerca de 16,46% de analfabetos em relação ao número total de moradores.

Os alfabetizados são em um percentual de 0,34% do total de adultos. Destes, 8,37% tem de 14 a 20 anos de idade; 10,12%, 21 a 30 anos; 22,45%, 31 a 40 anos, e 59,06% tem acima de 40 anos.

Todavia, como se pode verificar, o percentual mais expressivo cabe ao número de indivíduos que não completaram o 1º grau - aproximadamente 64%. Verificaremos, nos próximos itens, quais são os bairros que mais se destacam na formação desse percentual. Por ora, cabe afirmar que, do total de indivíduos que possuem o 1º grau incompleto, 20,04% tem de 14 a 20 anos; 25,13% de 21 a 30 anos; 23,26% de 31 a 40 anos, e 31,55% acima de 40 anos de idade (como se pode ver no gráfico abaixo).

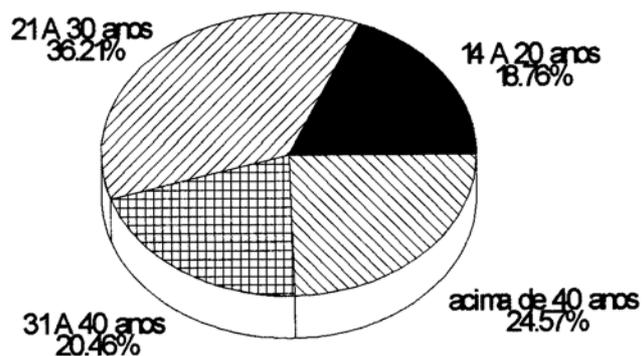
### GRÁFICO III.3 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º GRAU INCOMPLETO



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/1994

Apenas 15,60% do total de adultos concluíram o 1º grau, dos quais 18,76% encontram-se na faixa etária de 14 a 20 anos; 36,21% tem de 21 a 30 anos; 20,46% de 31 a 40 anos e 24,57% tem acima de 40 anos. (Vide gráfico 111.4)

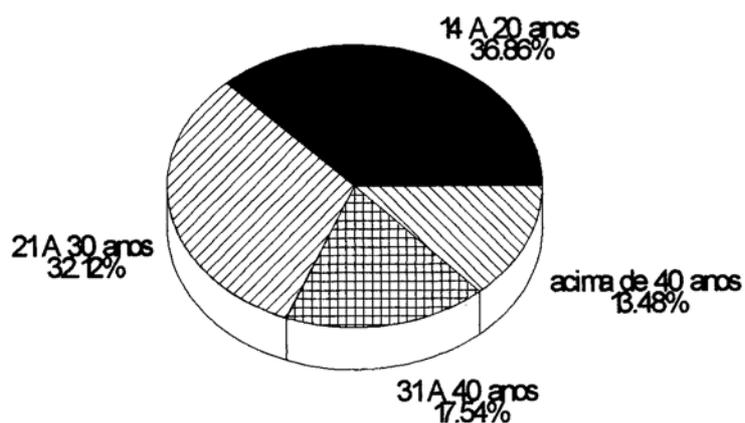
### GRÁFICO III.4 - IDADE DOS ADULTOS COM 1º GRAU COMPLETO



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

O percentual de indivíduos que iniciaram mas não concluíram o 2º- grau 6 de, aproximadamente, 4,05%, sendo que, como revela o gráfico III 5, 36,86% estão nas idades de 14 a 20 anos; 32,12% tem de 21 a 30 anos; 17,54% de 31 a 40, a 13,48% acima de 40 anos.

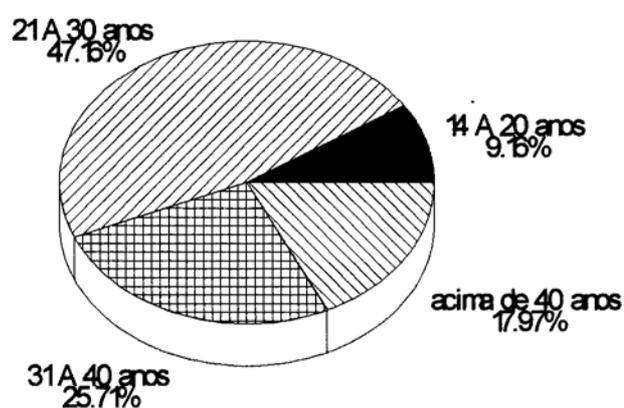
### GRÁFICO III.5 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º GRAU INCOMPLETO



Fonte: CEPES/ 1994 - Uberlândia/ 1994

Cerca de 7,64% dos adultos concluíram o 2º grau, dos quais 9,16% têm de 14 a 20 anos; 47,16% estão entre 21 e 30 anos; 25,71% possuem de 31 a 40 anos e 17,97% têm 41 ou mais.

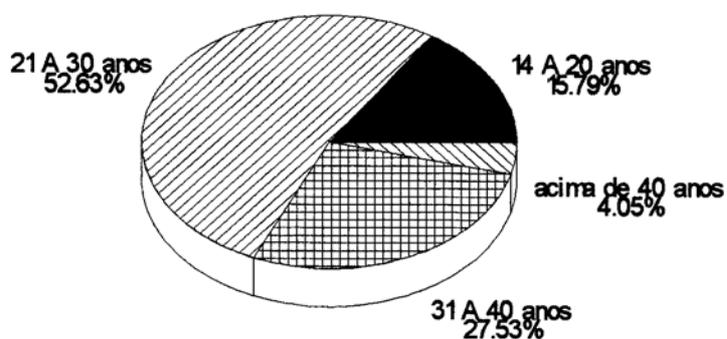
GRÁFICO III.6 - IDADE DOS ADULTOS COM 2º GRAU COMPLETO



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

Somente 0,35% dos indivíduos iniciaram a não concluíram o 3º grau. Desses, como é possível verificar no gráfico III 7, o maior percentual encontra-se na faixa etária de 21 a 30 anos (52,63%), seguido de 27,53% que tem de 31 a 40 anos; e, respectivamente, 15,79% a 4,05% encontram-se nas faixas de 14 a 20 anos a acima de 40.

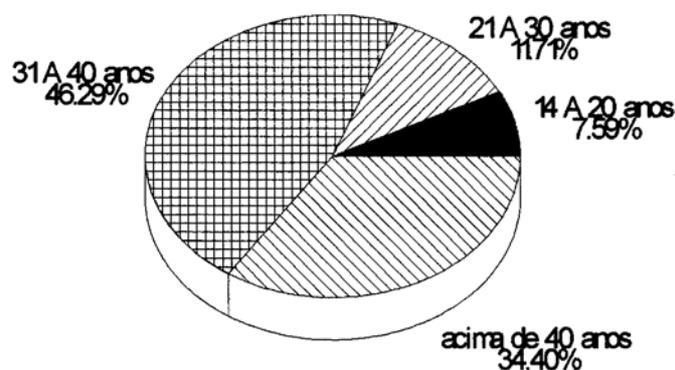
**GRÁFICO III.7 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º GRAU INCOMPLETO**



Fonte: CEPES/UFU - Uberlândia/ 1994

Representando um percentual nada expressivo, o total de adultos que concluíram o 3º grau não chega a 2%. O gráfico 1118 mostra que 46,29% desse total se encontram na faixa etária de 31 a 40 anos, percentual mais significativo seguido de 34,40%, que tem acima de 40 anos.

### GRÁFICO III.8 - IDADE DOS ADULTOS COM 3º GRAU COMPLETO



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

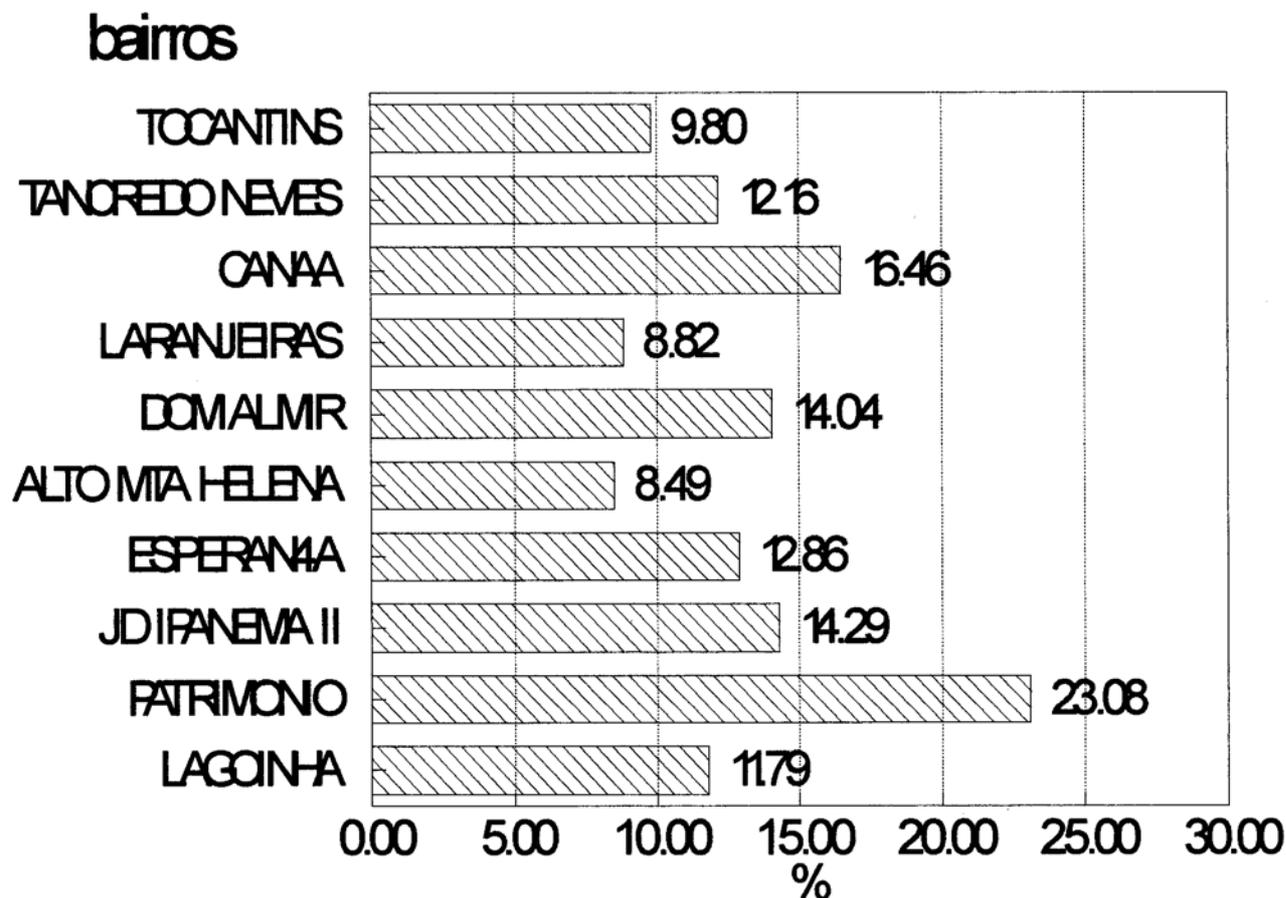
Na seqao seguinte, procurar-se-a evidenciar os bairros que mais se destacam na formagao dos percentuais acima citados.

#### 111.2.1 BAIROS MATS EXPRESSIVOS

. Analfabetos

Como jfi foi dito anteriormente, nos 36 bairros pesquisados, foi possivel detectar cerca de 6,72% de adultos analfabetos. Nesse percentual, alguns bairros merecem nossa atenrao pelos expressivos numeros que apresentam.(Vide grafico III 9)

GRÁFICO III.9 - INSTRUÇÃO DOS ADULTOS - % DE ANALFABETOS



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

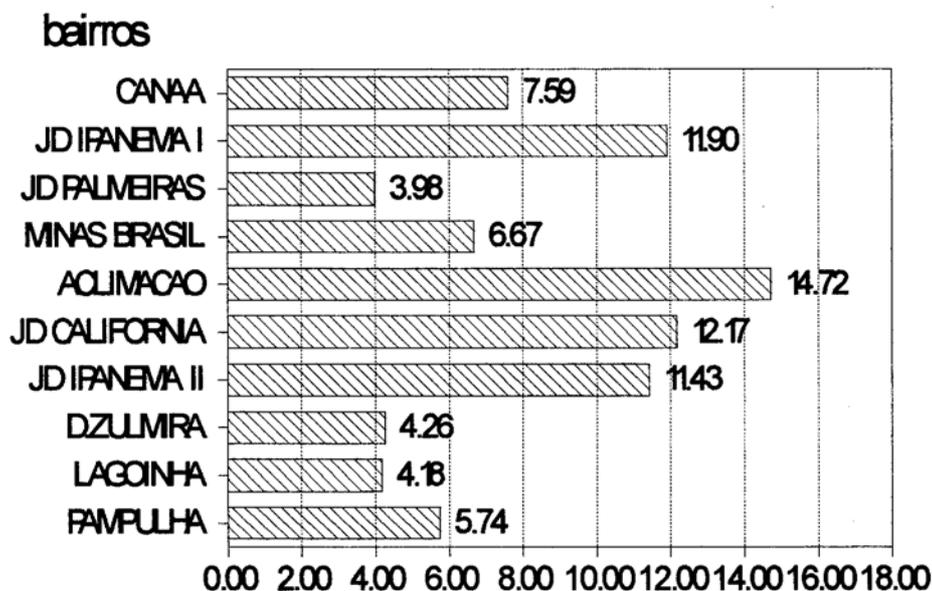
O bairro Patrimônio, por exemplo, destaca-se dentre os demais por possuir o maior percentual de analfabetismo. Aproximadamente 23,08% de sua população não sabe ler nem escrever. Problema semelhante é encontrada no bairro Canaa, que apresenta cerca de 16,46% de analfabetos em relação ao número total de moradores.

O bairro Jardim Ipanema II, possui 14,29% de analfabetos, não ficando muito aquém os bairros Dom Almir a Esperança com, aproximadamente, 14,04% a 12,86%, respectivamente.

#### . Alfabetizados

No total de adultos, o percentual dos alfabetizados ou semi-alfabetos é pequeno - apenas 0,34% -, como já foi afirmado. O bairro Aclimação, no entanto, destaca-se dentre os demais - 14,72% dos adultos que ali residem são alfabetizados -, seguido do bairro Jardim Califórnia com 12,17%, aproximadamente. Os demais bairros, como é possível verificar no gráfico III 10, possuem um percentual de adultos alfabetizados inferior a 12%.

**GRÁFICO III.10 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE ALFABETIZADOS**

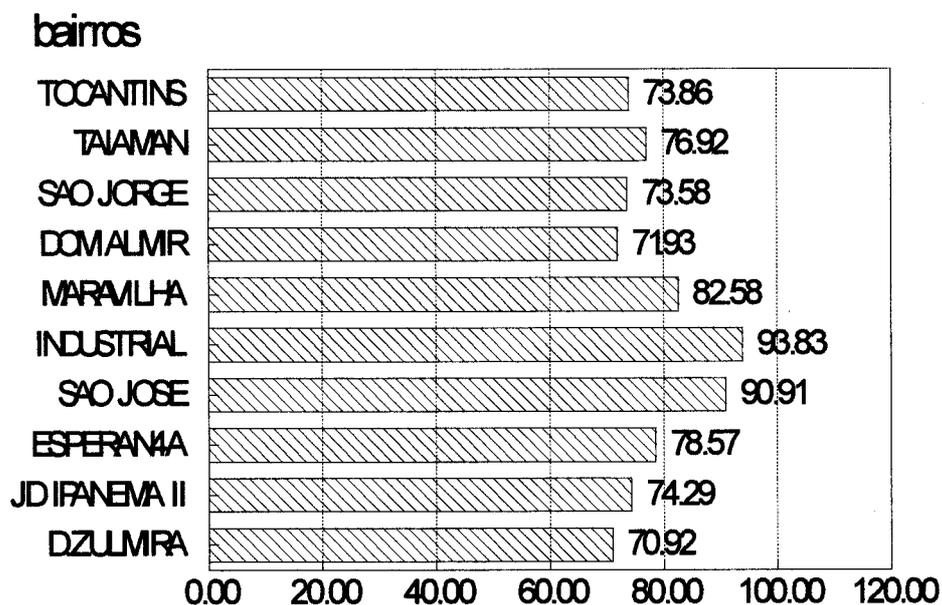


Fonte: CEPES/UFU - Uberlândia/1994

. 1<sup>o</sup>- grau incompleto

Pode-se perceber, pelo gráfico III 11, que grande maioria da população pesquisada não chegou a concluir o 1<sup>o</sup>- grau. Veja, por exemplo, o caso dos bairros Industrial a São José, onde 93,8% a 90,9% dos habitantes não possuem o 1<sup>o</sup>- grau, respectivamente. Não menos alarmante é o que se verifica nos bairros Maravilha, Esperança a Taiaman, cujos percentuais de indivíduos que não terminaram o 1<sup>o</sup>- grau chegam a 82,6%, 78,6% a 76,9%, respectivamente. Igualmente, os demais bairros apresentam elevado percentual no que se refere aos não concluintes desse nível de escolaridade.

**GRÁFICO III.11 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º GRAU INCOMPLETO**

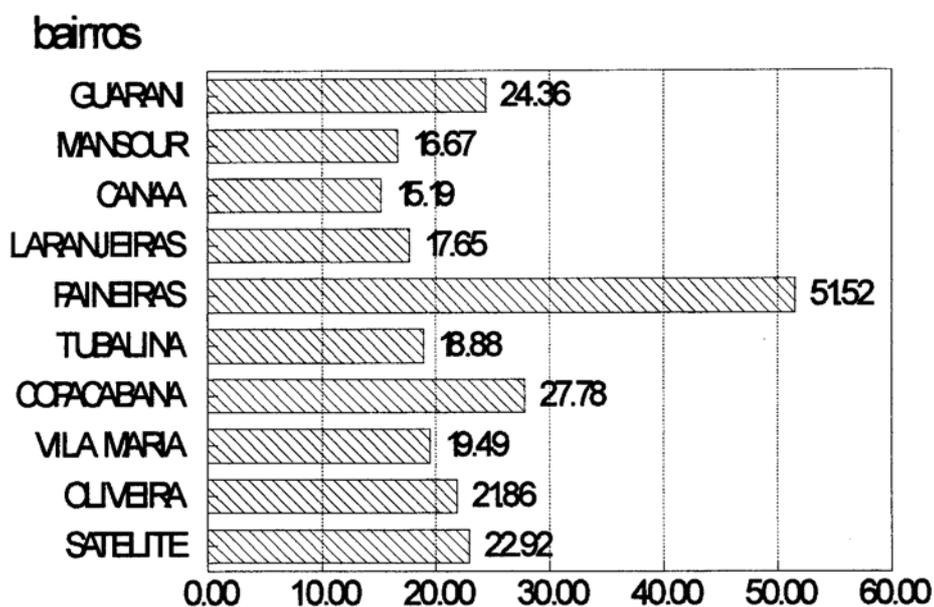


Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

. 1 °- grau

Atraves do grafico III 12, é possível visualizar que, dentre os 36 bairros pesquisados, a maioria apresenta um percentual de adultos que concluíram o 1 °- grau relativamente pequeno (menor que 30%) frente aquele que se refere aos adultos que não o concluíram. Destaca-se aqui, no entanto, o bairro Paineiras, onde se verifica a existência de 51,5% de indivíduos que possuem o 1 °- grau.

**GRÁFICO III.12 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % DE 1º GRAU**

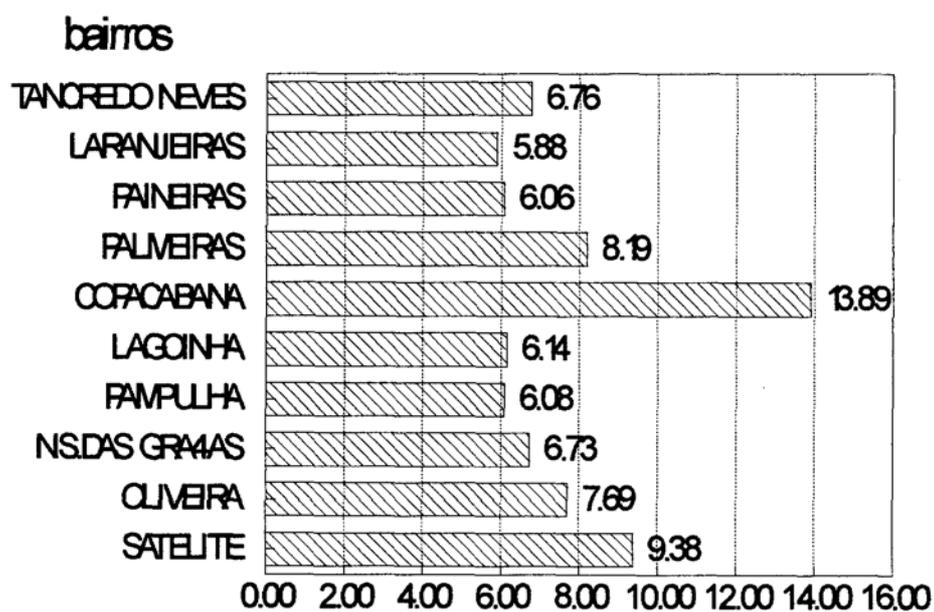


Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

. 2º- grau incompleto

Os percentuais que se referem ao numero de adultos que iniciaram mas nao concluíram o 2º- grau, apresentam-se pouco expressivos. frente aos percentuais do 1º grau completo a incompleto. Pode-se visualizar, pelo grafico III 13, que o major valor (cerca de 13,9%) diz respeito ao bairro Copacabana, enquanto os demais mostram valores inferiores a 10%.

GRÁFICO III.13 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º GRAU INCOMPLETO



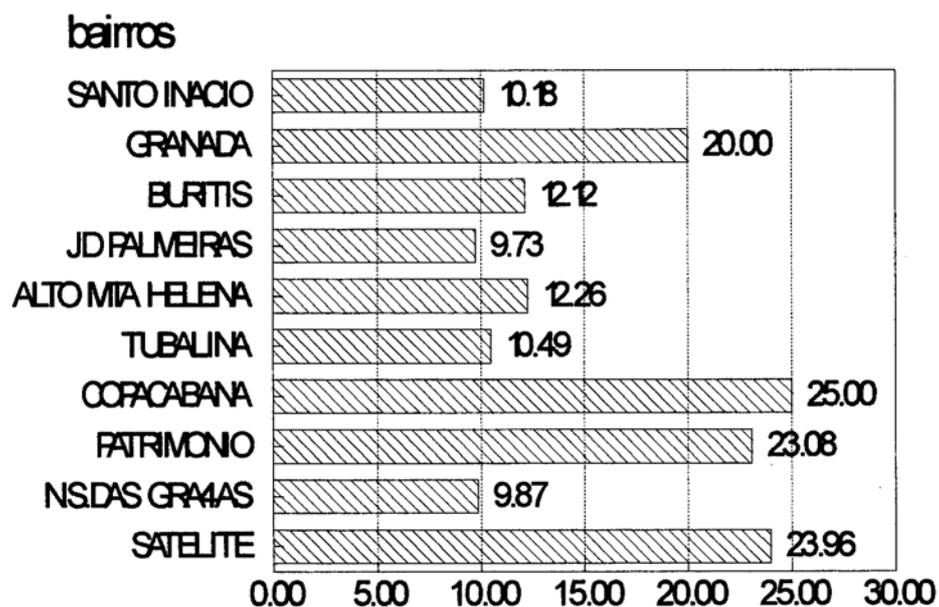
Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

. 2-º grau

Destacando-se dentre os demais - vide gráfico III 14 -, o bairro Copacabana apresenta 25% de adultos que concluíram o 2º- grau. Esse percentual é seguido de perto pelos bairros Satélite e Patrimônio, que possuem 24% a 23,1 % de concluintes desse nível de escolaridade, respectivamente.

Com exceção de alguns bairros como Granada (20%), Alto do Marta Helena (12,3%) e Buritis (12,1%), os demais apresentam percentuais iguais ou inferiores a 12% de indivíduos que possuem o 2º- grau.

**GRÁFICO III.14 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 2º GRAU COMPLETO**



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

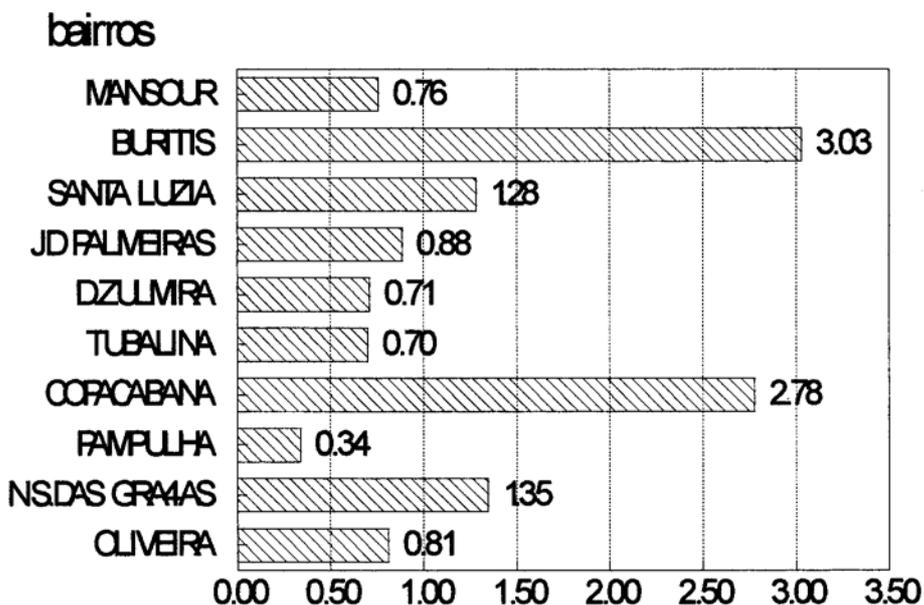
. 3º- grau incompleto

Os valores, presentes no gráfico III. 15, que se referem ao número de indivíduos que não completaram o 3º- grau são mínimos. Isso pode ser confirmado, tendo-se em

vista que o numero mais elevado a demonstrado pelo bairro Buritys, que apresenta apenas cerca de 3% de nao concluintes desse nivel de escolaridade. Outro bairro de destaque, nesse item, e o bairro Copacabana com o percentual de 2,8%.

E possivel afirmar, embora sem muita profundidade no momento, que esses percentuais tem, como "pano de fundo", as condicoes socio-economicas presentes nos bairros que os apresentam, tendo em vista que algumas localidades, cujo nivel de rends beira ou ultrapassa a linha de pobreza - como Dom Almir, Canaa, Esperanra, a outros -, apresentam perceptual zero para esse nivel de escolaridade.

**GRÁFICO III.15 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º GRAU INCOMPLETO**



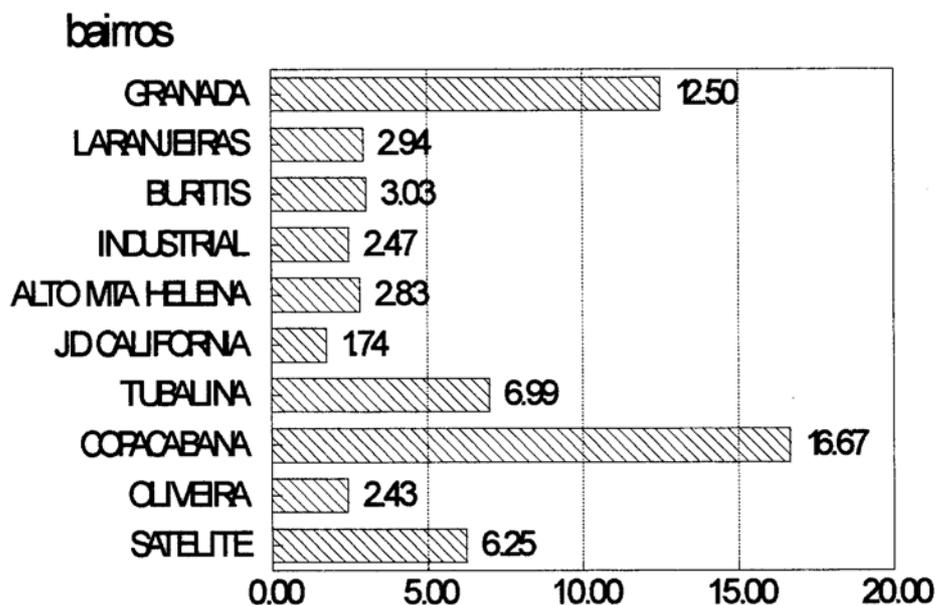
Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

. 3º- grau

Com um percentual de 16,7% de indivíduos que possuem curso superior, o bairro Copacabana é o que mais se destaca dentre os demais, seguido pelo bairro Granada, com 12,5%.

Grande parte dos bairros pesquisados não possuem adultos com nível de instrução de 3º-grau, como demonstra o gráfico III. 16. Os outros, apresentam percentuais reduzidos em relação a esse item - abaixo de 8%.

**GRÁFICO III.16 - INSTRUÇÃO DE ADULTOS - % COM 3º GRAU COMPLETO**



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

No que se refere ao grau de instrução dos adultos nos bairros pesquisados, percebe-se, através dos gráficos apresentados, que as áreas consideradas como de mais baixa renda evidenciam um nível de escolaridade mínima de seus habitantes. É possível verificar, por exemplo, que, no bairro Patrimônio, encontra-se o maior número de

analfabetos, seguido de perto pelos bairros Canaa, Jardim Ipanema II, Dom Almir e Esperanga.

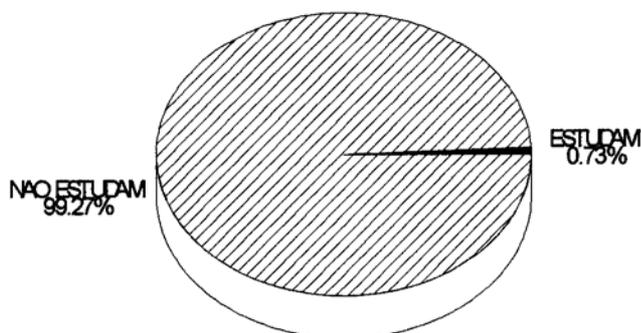
### 111.3- CRIANÇAS - % QUE ESTUDAM OU NAO POR FAIXAS ETARIAS

Uma das perguntas sobre educagao refere-se a idade das criangas e a questao do estudo das mesmas, especificamente, se elas estudam ou nao.

Do total de criangas presentes na amostra -cerca de 31.694-, foi possivel verificar que, aproximadamente, 63% sao estudantes, enquanto 37% nao sao.

Dentre as criangas de 0 a 2 anos, pode-se visualizar pelo grafico 111.17, que 0,73% estudam, enquanto 99,27% nao estudam. Na verdade, tais percentuais referem-se provavelmente a utilizagao ou nao de creches, ja que nesta faixa etaria nao ha demandas por escola.

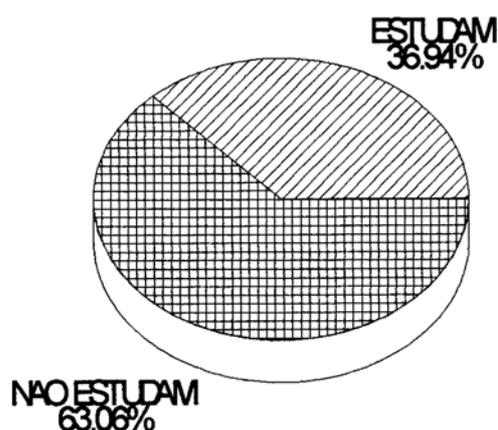
**GRÁFICO III.17 - CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS - % QUE ESTUDAM**



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

O gráfico 111.18 mostra, por outro lado, que, entre as crianças de 3 a 6 anos (fase pre-escolar), 36,94% são estudantes, enquanto 63,06% não são.

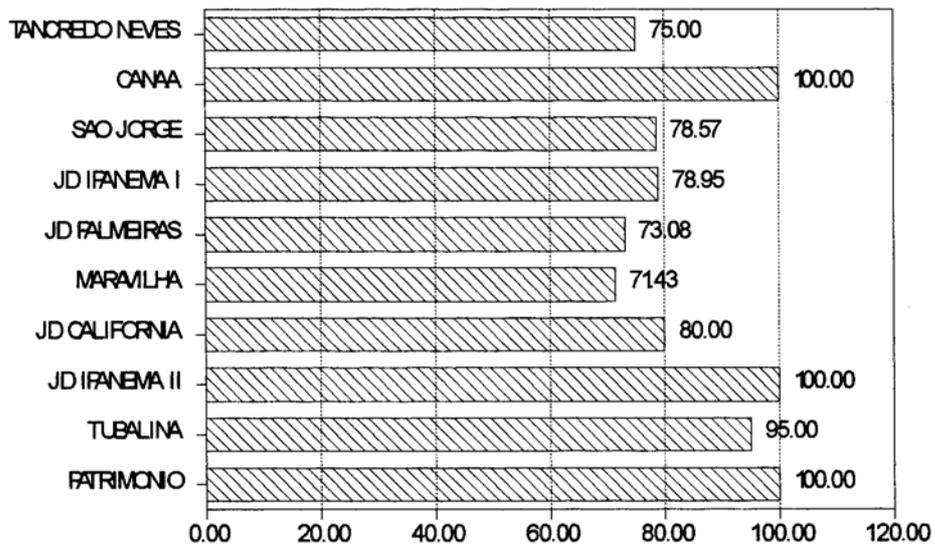
**GRÁFICO III.18 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS - % QUE ESTUDAM**



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

Os bairros que mais se destacam neste elevado percentual de não estudantes são, de acordo com o gráfico 111.19, os seguintes: Jardim Ipanema II (100% das crianças de 3 a 6 anos não estudam), igualmente o bairro Canaa (100%) e Patrimônio (100%), seguidos dos bairros Tubalina (95%), Jardim Califórnia (80%), Jardim Ipanema I (78,95%), São Jorge (78,57%), Tancredo Neves (75%), Jardim das Palmeiras (73,08%), e Maravilha (71,43%).

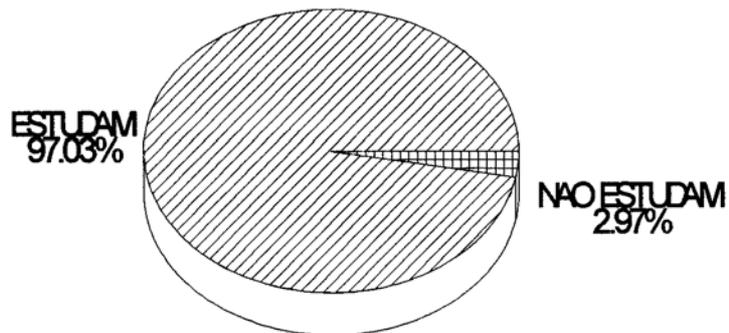
**GRÁFICO III.19 - CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS  
% DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO**



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

Dentre as crianças em idade escolar (7 a 13 anos), verificou-se, nos 36 bairros pesquisados, que 97,03% estudam e 2,97% estão fora da escola (gráfico 111.20).

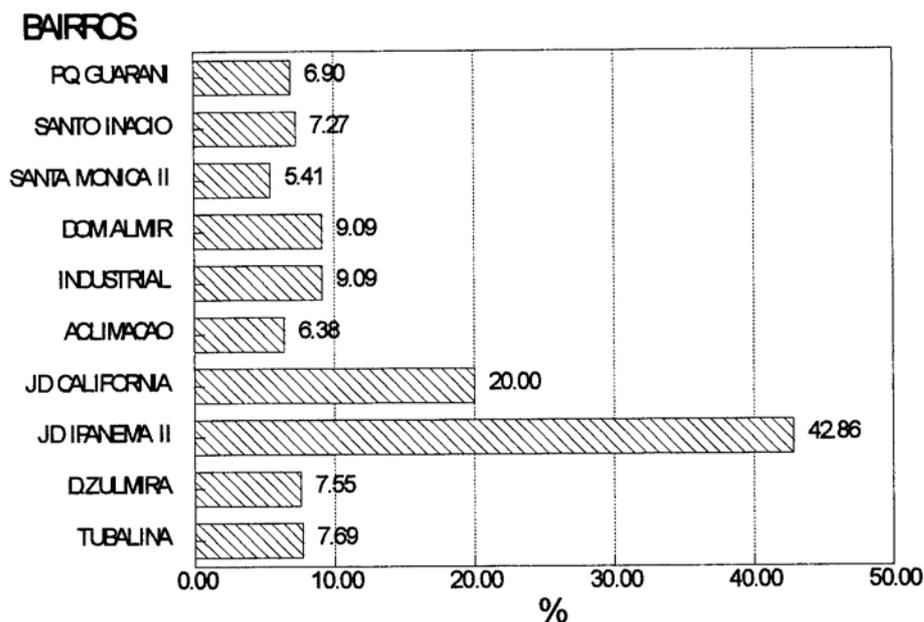
GRÁFICO III.20 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS - % QUE ESTUDAM



Fonte: CEPES/UFU- Uberlândia/ 1994

Os percentuais mais elevados são evidenciados nos bairros onde a população é mais carente. Vide gráfico 111.21.

**GRÁFICO III.21 - CRIANÇAS DE 7 A 13 ANOS  
% DE NÃO ESTUDANTES POR BAIRRO**



Fonte: CEFES/UFU- Uberlândia/ 1994

No Jardim Ipanema II, por exemplo, aproximadamente 42,86% das crianças em fase escolar estão fora da escola. Isto é reforçado pelo fato de que o percentual de demandas por escola neste bairro chega a mais de 90% (segundo dados do relatório sobre moradia e equipamentos urbanos da referida pesquisa). Igualmente problemático é o caso do bairro Jardim California - onde 20% das crianças de 7 a 13 anos não estudam - e de outros bairros em menor grau.

#### 111.4 CONCLUSÕES GERAIS

O estudo das condições sociais das famílias da periferia de Uberlândia, especificamente no que se refere à educação, possibilitou a obtenção de dados relevantes que nos apontam algumas evidentes conclusões.

O percentual de adultos analfabetos (cerca de 6,72%), se comparado ao percentual nacional (18%), mostra-se pouco problemático, embora, deva-se lembrar, que o número de alfabetizados e de pessoas com um grau de escolaridade mínimo (inferior à 4ª série, por exemplo) acaba, a longo prazo, representando um aumento potencial no número de indivíduos sem escolaridade.

O número de adultos que não completaram o 1º grau é surpreendente. Cerca de 64% dos indivíduos têm como nível de escolaridade o 1º grau incompleto, refletindo um quadro nacional caracterizado por elevados índices de evasão (15%) e de repetência (20%) ainda no ensino primário, além do efeito de "afunilamento" referente ao ensino fundamental como um todo - apenas 15% dos alunos de 1ª a 8ª série completam o 1º grau.

Evidentemente, tal cenário contribui para reafirmar o país como tendo um dos maiores contingentes de trabalhadores sem escolaridade entre os países em desenvolvimento. A nível do município, a situação não é diferente (posteriormente, poderá ser verificada uma relação existente entre o nível de escolaridade e a ocupação dos adultos pesquisados). A obtenção de melhores condições sociais e econômicas, encontra-se estreitamente relacionada ao nível de instrução que o indivíduo possui. No entanto, o que se percebe é que, em populações mais carentes, o nível de escolaridade é mínimo, ou seja, as condições econômicas em muito influenciam (senão determinam) o acesso a um melhor nível de instrução.

Os percentuais referentes a níveis de escolaridade mais elevados, apresentam-se decrescentes - 15,60% do total de adultos concluíram o 1º grau; 7,64% terminaram o 2º grau, e menos de 2% possuem um curso superior -, o que, mais uma vez, confirma uma das características do sistema educacional no Brasil, qual seja, o de redução do número de indivíduos que têm acesso a níveis mais elevados de instrução.

O que nos chama a atenção com relação às crianças, diz respeito àquelas que não estudam, principalmente nos bairros onde as condições sociais e econômicas dos moradores são precárias. Embora o percentual de crianças fora da escola na faixa etária



de 7 a 13 anos seja pequeno (2,97%) para o total da populagao pesquisada, verifica-se a existencia de significativos percentuais em tais bairros.

O que se pode afirmar, na verdade, e que, seja a nivel nacional, estadual ou municipal, os indicadores sobre o desenvolvimento humano (saude e educacao, especialmente) sao fundamentais para se avaliar a capacidade de superar a pobreza e garantir o bem-estar social. Quanto melhores tais indicadores, melhores serao as perspectivas de desenvolvimento e, especificamente, no que se refere a educacao, deve-se lembrar seu papel relevante enquanto instrumento capaz de modificar o individuo e a sociedade.



## INDIGÊNCIA E POBREZA EM UBERLÂNDIA

Darcilene Cláudio Gomes<sup>1</sup>  
Henrique Dantas Neder<sup>2</sup>  
Simone de Faria Narciso Shiki<sup>3</sup>  
Renata Melo<sup>4</sup>

### Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a pobreza e a indigência na cidade de Uberlândia. Os dados utilizados são originários de pesquisa de campo realizada na área urbana de Uberlândia nos meses de abril a julho de 2001, cuja amostra corresponde a 5.459 famílias (20.267 pessoas).

A pobreza é um fenômeno complexo e envolve muitas determinações sociais e econômicas. Entretanto, grande parte dos estudos faz opção por estudá-la apenas enquanto derivada das carências materiais, utilizando a renda como único critério de aferição do nível de bem-estar das famílias. Esse critério tem sofrido críticas de alguns pesquisadores, como SOARES (1999), que reconhece o seu caráter limitado para avaliar o conjunto de carências da população.

Há inúmeras formas de mensurar a pobreza. O método mais freqüente consiste em determinar que um indivíduo pertence à categoria pobre quando sua renda familiar *per capita* é menor que o valor mínimo necessário para viver adequadamente em determinada sociedade – a chamada linha de pobreza. A linha de indigência diz respeito ao valor necessário para satisfazer apenas necessidades alimentares. Para determinação da linha de pobreza e de indigência existe um conjunto de métodos específicos, que serão abordados ao longo deste artigo. Determinados os valores das linhas de pobreza e indigência, o passo seguinte é a estimativa de indicadores agregados, obtida a partir da comparação da situação de renda dos indivíduos com essas referências.

Neste trabalho, optou-se pela utilização dos indicadores: proporção de pobres e hiato de renda. Procurou-se levantar, também, as características da subpopulação pobre

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>3</sup> Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>4</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Uberlândia e bolsista de iniciação científica – CNPq.

e indigente e avançar na tentativa de elaborar um indicador sintético, que busca dar maior dimensão ao conceito de pobre, levando em conta carências diversas da população que vive abaixo da linha de pobreza.

O texto divide-se em três partes. A primeira discute a conceituação de pobreza; a segunda refere-se aos métodos de sua mensuração; na seqüência, são apresentados os indicadores e as características da pobreza e da indigência em Uberlândia.

## **1 - Pobreza**

A pobreza é um fenômeno de muitas faces e sua definição não é uma tarefa simples e pontual, visto que envolve várias determinações. Uma das mais importantes diz respeito à abrangência do conceito, isto é, se deve ser considerada apenas do ponto de vista econômico (material) ou deve levar em consideração variáveis não-econômicas.

Diversos autores reconhecem a importância dos componentes não materiais em qualquer avaliação geral da pobreza. Entretanto, a grande maioria reconhece a dificuldade em mensurar variáveis qualitativas, optando por estudar apenas a pobreza derivada das carências materiais, por considerarem ser, talvez, impossível mensurar necessidades como: não realização pessoal, falta de prestígio, exclusão da sociedade, etc.

Embora se reconheça que a pobreza é um fenômeno multidimensional, caracterizado por carências de diversos tipos, de maneira geral utiliza-se a renda como determinante do bem-estar das famílias. Assim, a avaliação de sua dimensão tem como ponto de partida a associação da pobreza à insuficiência de renda para a aquisição de um conjunto de bens que corresponderiam ao mínimo necessário para se viver adequadamente em sociedade.

Deve-se ressaltar, no entanto, que grande parte dos pesquisadores defende que, isoladamente, a renda é insuficiente para mensurar a pobreza, seria necessário associar a renda com outros indicadores tais como: a qualidade dos domicílios, o acesso a serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros. A família deve receber renda suficiente para manter-se, mas deve também viver em domicílios servidos de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, deve receber atendimento médico quando necessitar, os filhos devem freqüentar a escola e, em caso de invalidez, doença ou incapacidade para o trabalho devem receber benefícios contínuos. Neste sentido, há um

conjunto de necessidades que deve ser cercada para que o indivíduo saia da categoria de pobre e consiga permanecer acima da linha de pobreza, sendo esse conjunto suprido pela renda monetária e / ou ações do poder público municipal, estadual e federal.

Alguns estudos tentam dar mais abrangência ao fenômeno, procurando construir indicadores sintéticos, que adicionam outras variáveis sociais à renda como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU que relaciona três indicadores: renda (renda *per capita*), saúde (esperança de vida ao nascer) e educação (taxa de alfabetização e matrículas nos três níveis de ensino).

A construção de um conceito de pobreza deve ser condição necessária para sua mensuração. Qualquer estudo de pobreza precisa apresentar a definição adotada, evitando-se, assim, distorções em análises temporais que calculam sua incidência em uma mesma base geográfica ou problemas de comparabilidade para o cálculo dos indicadores em diversas regiões. Entretanto, é conveniente ressaltar que algum grau de arbitrariedade sempre estará presente na descrição da pobreza, o que torna imperioso deixar o conceito o mais explícito possível (ROMÃO, 1993).

Neste artigo utilizou-se a renda como variável determinante da situação de pobreza, pois ela condiciona o acesso aos diversos bens e serviços necessários à sobrevivência. Contudo, procurou-se associá-la a outras variáveis de bem-estar, como a qualidade dos domicílios e o acesso a equipamentos sociais, buscando, dessa maneira, abarcar diversas carências da população. A mensuração da pobreza sob estes dois aspectos (renda e outros indicadores de carência) será discutida no item seguinte.

## **2 - Mensuração da pobreza**

Mensurar a pobreza não é uma tarefa simples pois envolve definições das variáveis a serem utilizadas, disponibilidade de dados, entre outras.

De uma maneira geral, a mensuração da pobreza consiste em duas operações distintas. A primeira delas refere-se à identificação, ou seja, descobrir quem são os pobres e a segunda diz respeito à agregação (como combinar as diferentes características de pobreza numa mesma medida).

A identificação, que consiste na separação da população total em dois subconjuntos (pobres e não-pobres), pode ser feita de diversas maneiras, cada uma delas relacionada a uma diferente interpretação da pobreza. Se o critério utilizado for somente

a renda, define-se um valor para a linha de pobreza e considera-se pobre aquele que não alcançar o valor necessário para adquirir um determinado conjunto de bens. Se forem acrescentadas outras variáveis, define-se as variáveis (por exemplo: os filhos menores estarem estudando) e aquelas famílias que não se encaixarem nas características definidas são consideradas pobres. O ideal é combinar a renda com as outras variáveis de bem-estar (famílias com renda superior a linha de pobreza e com os filhos na escola, por exemplo). Os itens 2.1 e 2.2 tratarão da metodologia para definir a renda necessária para um indivíduo ser considerado pobre ou não pobre e a definição das variáveis de bem-estar.

A segunda operação, de agregação, consiste em exprimir as características de pobreza de diferentes pessoas ou grupos em um único indicador ou índice (ROMÃO, 1993). O indicador mais utilizado é o “proporção de pobres”, que consiste no número de indivíduos cuja renda familiar *per capita* é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Outro indicador que vem ganhando destaque ultimamente nos estudos sobre pobreza é o “hiato de renda”. O hiato de renda permite a obtenção de informações sobre a intensidade da pobreza através do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor da linha de pobreza, e mede a distribuição média da renda dos pobres em relação à linha de pobreza. Os indicadores serão apresentados no item 3.

## 2.1 – A pobreza enquanto insuficiência de renda

No Brasil, segundo ROCHA (1996), os estudos que utilizam a abordagem da renda dividem-se em duas categorias: a que utiliza o salário mínimo para determinar a linha de pobreza (freqüentemente se considera  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo como valor da linha de pobreza) e a que busca refletir o custo real de vida das populações de baixa renda.

Em ambas abordagens, a variável mais utilizada para confronto com a linha de pobreza/indigência é a renda familiar *per capita* pois essa variável leva em conta todos os rendimentos dos membros da família, seu tamanho e seu papel como unidade redistributiva (ROCHA, 1996). Entretanto, a utilização dessa variável apresenta alguns problemas, não conseguindo captar os efeitos (LESSA *et al.*, 1997): da redução do tamanho das famílias<sup>5</sup> (no passado as famílias, mais numerosas, contavam com a

---

<sup>5</sup> Há grande discussão sobre os efeitos da composição das famílias na mensuração da pobreza. Alguns autores defendem que a composição deve ser levada em conta no cálculo da pobreza. Como os domicílios

possibilidade de mais pessoas auferirem rendimentos), do ingresso crescente dos membros familiares no mercado de trabalho provocado pelo aumento do desemprego, da precarização e deterioração da renda oriunda do trabalho (na década de 80, por exemplo, a pobreza não foi maior pelo maior ingresso de mulheres ao mercado de trabalho). Um outro problema em relação a utilização da renda familiar *per capita* é o conceito de família utilizado. A pesquisa realizada em Uberlândia adotou como unidade de pesquisa o grupo familiar convivente, que pode ser unipessoal (um pessoa) ou multipessoal (pode abranger conjuge, filhos (as), pais, outros parentes e pessoas sem relação de parentesco).

A abordagem que utiliza o salário mínimo apresenta alguns problemas, segundo ROCHA (1996) quais sejam: a variação do salário real ao longo do tempo<sup>6</sup>, a arbitrariedade do valor do salário mínimo como linha de pobreza (em geral, 1/4 do valor do salário mínimo pode não refletir as verdadeiras necessidades básicas dos indivíduos), a existência de diferenças regionais no custo de vida, não levadas em consideração quando se estipula um valor único para a linha de pobreza/indigência com base em um salário determinado nacionalmente. Para ROCHA (1996), a utilização de múltiplos do salário mínimo como linha única de pobreza tende a subestimá-la nas áreas metropolitanas e superestimá-la nas áreas rurais.

Ainda segundo ROCHA (1996), os estudos que buscam refletir o custo de vida da população de baixa renda devem ser privilegiados quando existirem disponibilidade de dados. No caso da pesquisa realizada em Uberlândia optou-se por esta abordagem. Utilizando estudos sobre o padrão de consumo das famílias é possível determinar padrões regionais de consumo, o que solucionaria o problema do custo de vida regional, que a abordagem do salário mínimo não enfrenta. Para fixar os padrões de consumo os

---

consistem de indivíduos de diferentes sexos e idades, “... considerar o tamanho da unidade familiar contando apenas o número de seus componentes é arbitrar uma homogeneização do consumo intra-familiar que não corresponde à realidade dos fatos.” (ROMÃO, 1993:75). Entretanto, segundo ROCHA (1998b), não existe muita diferença em distinguir os componentes de uma família, no caso do objetivo ser a adoção de políticas sociais, pois é até melhor utilizar a medida *per capita* para proteger as famílias com crianças. O consumo de uma criança pode não ser equivalente ao de um adulto, mas as famílias têm outros gastos, que as cestas alimentares não contemplam. Se for observada a cesta de alimentos, verificar-se-á que um dos itens mais caros é o leite, a base da alimentação infantil.

<sup>6</sup> De acordo com o DIEESE, embora a economia pudesse absorver a sustentação do nível real do salário mínimo, isso ocorreu apenas entre o início da década de 50 e o início dos anos 60. Desde então, um processo de compressão vem levando a um distanciamento progressivo entre a remuneração mínima, o crescimento econômico e a produtividade.

pesquisadores brasileiros fazem uso de pesquisas como o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF, de 1974/75 – do IBGE), a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF – do IBGE) e a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV / 1996 – IBGE e Banco Mundial). O ENDEF é uma pesquisa abrangente mas foi realizada na década de 70 e não foi mais atualizada. A POF é uma pesquisa que, embora não tenha a mesma natureza do ENDEF, é abrangente na mensuração do consumo das famílias, mas tem a desvantagem de ser realizada apenas nas regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Os estratos urbanos não-metropolitanos e rurais não foram investigados pela POF. A PPV, ao contrário da POF, abrange as áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, mas tem menor cobertura amostral, restringe-se às regiões Nordeste e Sudeste (a amostra total corresponde a cinco mil domicílios) e tem metodologia e questionários mais reduzidos em comparação aos da POF.

Após a definição dos padrões mínimos de consumo alimentar e não alimentar a serem atendidos, calcula-se a renda necessária para satisfação de tais necessidades, a chamada linha de pobreza. Ao adotar determinados valores, ter-se-á claro que a linha corresponde a um valor que permite o consumo de uma particular cesta de alimentos e de outros itens de consumo não-alimentares.

O padrão de consumo alimentar é definido a partir do consumo observado da população com renda baixa (obtido por meio das pesquisas listadas acima) e respeitando os requerimentos nutricionais mínimos para que o indivíduo possa se alimentar satisfatoriamente. Estabelece-se, desta maneira, uma cesta de alimentos não normativa (ou deve possuir o menor grau de normatização possível), levando em conta as especificidades regionais. Em seguida, calcula-se o valor da cesta alimentar a preços correntes. Para a valoração da cesta utilizam-se preços regionais. Por fim, deriva-se a linha de pobreza, considerando o valor gasto com alimentos e demais despesas básicas.

O custo dos itens não alimentares, em grande parte dos estudos, é determinado através da utilização do coeficiente de Engel (que corresponde à relação entre despesas alimentares e despesa total) para o mais baixo decil de renda onde não são observadas deficiências calóricas; esse custo é, então, somado ao da cesta básica, para o estabelecimento da linha de pobreza. A linha de indigência corresponde, unicamente, ao valor da cesta de alimentos.

A derivação da cesta alimentar para Uberlândia esbarra em alguns problemas. O primeiro, e mais importante, é a ausência de uma pesquisa de orçamento familiar (POF) atualizada. Por essa razão, utilizou-se a POF de Goiânia para estabelecer os padrões de consumo alimentar e não alimentar. Para estabelecer os requerimentos nutricionais foram seguidas as recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que sugerem ingestão diária de 2.242 kcal/dia, independente da pessoa e do local em que resida (ROMÃO, 1993)<sup>7</sup>. Para compor a cesta recorreu-se aos trabalhos de ELLWANGER (*apud* ROCHA 1999a)<sup>8</sup> e ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos e Sociais (CEPES) vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, sendo as quantidades ajustadas para alcançar 2.242 kcal/dia. Observe-se que os itens que compõem a cesta correspondem ao básico da alimentação.<sup>9</sup>

Em relação aos preços, há uma vantagem em relação a outros municípios brasileiros: a existência de um índice de preços local. Portanto, uma vez definida, a cesta foi valorada através de preços praticados em Uberlândia. Como a pesquisa de campo durou quatro meses, a cesta também recebeu preços observados a cada mês de coleta das informações. O valor da cesta em cada mês corresponde à linha de indigência.

**Tabela 1 – Linhas de Indigência, Uberlândia – 2001 (R\$)**

Mês	Linha de Indigência
Abril	60,60
Mai	62,74
Junho	59,50
Julho	59,05

Fonte: Elaboração própria.

O consumo alimentar baseia-se em parâmetros definidos de acordo com pesquisas específicas, mas não existem normas ou procedimentos diretos para estimação da despesa referente ao consumo de itens de vestuário, habitação, transporte, saúde e

<sup>7</sup> Os dados referem-se à média aritmética não-ponderada.

<sup>8</sup> Que utiliza a POF/ IBGE.

<sup>9</sup> Alimentos que compõem a cesta: açúcar, arroz, banana, batata, café, carne, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, frango, leite, macarrão, margarina, ovos, pão, tomate, sal e biscoito.

educação, entre outros. Para dar conta do problema, os estudos utilizam o coeficiente de Engel, mencionado anteriormente, na determinação da linha de pobreza – embora se reconheça a “... evidente fragilidade conceitual e empírica para este fim” (ROCHA, 1999a:8) – adotando-se o coeficiente observado para a população de mais baixa renda. O Estudo Nacional de Despesa Alimentar (ENDEF) e as demais pesquisas de orçamento familiar demonstram que a despesas alimentares, no Brasil, representam um percentual relativamente baixo, em relação à despesa total, inclusive para a população de baixa renda<sup>10</sup>.

Para Uberlândia foi utilizada a POF de 1995/96 de Goiânia, como referência para definir a distribuição da renda entre despesas alimentares e não-alimentares. Para as despesas não-alimentares foram considerados os gastos com aluguel, manutenção do lar, artigos de limpeza, vestuário, transporte coletivo, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde e educação (da população que ganha até 2 salários mínimos). Como resultado, obteve-se um coeficiente de Engel de aproximadamente 0,4127<sup>11</sup>, que se refere a Goiânia – uma vez que não existe o dado para o Município, como foi assinalado.

Os valores encontrados para as linhas de pobreza em Uberlândia, para cada um dos meses da pesquisa estão expostos na tabela 2. Observa-se que trata-se de valores bastante baixos, o que fica mais evidente quando traduzidos em valores diários: para a linha de indigência, em torno de R\$2/dia (ou seja, menos que 1 dólar diário), para satisfazer estritamente as necessidades alimentares de uma pessoa; para a linha de pobreza, o valor varia em torno de R\$5/dia.

**Tabela 2 - Linhas de Pobreza, Uberlândia – 2001 (R\$)**

Mês	Linha de Pobreza
Abril	146,87
Mai	152,02
Junho	144,16
Julho	143,10

Fonte: Elaboração própria.

<sup>10</sup> Alguns analistas de outros países indicam que o coeficiente de Engel alcança 0,50. Os baixos coeficientes seriam uma “especificidade brasileira”.

<sup>11</sup> Cálculo da linha de pobreza no mês de abril:  $60,60955 \times 1 / 0,4127 = 146,87$ .

Grande parte dos estudos brasileiros adota linhas de pobreza muito baixas, segundo LESSA *et. al.* (1997), e nenhuma das cestas alcança cem por cento do salário mínimo “... Ou seja, esses valores permitem, na melhor das hipóteses, adquirir uma cesta básica de alimentos” (LESSA *et. al.* 1997:80). As outras necessidades essenciais dificilmente poderiam ser atendidas com tais linhas, ressaltando-se ainda o fato de que as “necessidades básicas” sofreram elevações reais de preços na última década<sup>12</sup>. Cada pesquisador, imbuído de objetivos específicos (por exemplo, determinar um público alvo para políticas sociais), acaba lançando mão de critérios diversos.

A preocupação central do estudo aqui realizado foi chegar a um valor de linha de pobreza mais adequado a uma vida digna em sociedade, incorporando itens considerados essenciais para tanto.

## 2.2 – O Bem-Estar e a Pobreza

Existem inúmeros indicadores que privilegiam outros aspectos da pobreza, além da renda ou juntamente com a renda. Entre eles pode-se citar os trabalhos de Albuquerque & VILLELA (1993) e LOPES (1993).<sup>13</sup> Ambos buscam acrescentar outras carências ao estado de pobreza, afora a evidente insuficiência de renda.

ALBUQUERQUE & VILLELA (1993) partiram do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU para construir o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR), substituíram no primeiro a variável PIB *per capita* pela renda domiciliar *per capita* e mantiveram os demais indicadores do IDH. Albuquerque & Villela também criaram o Índice do Nível de Vida (INV), que “...é um índice sintético que intenta medir os níveis de vida relativos alcançados por uma dada situação social, a partir da quantificação do grau de atendimento de um conjunto de necessidades básicas, aferido através do cálculo de medidas de carências” (ALBUQUERQUE & VILLELA, 1993:32). Dessa forma, eles escolheram cinco medidas de carência (que variam de 0 a 1):

- 1) a relativa à saúde – representada pela esperança de vida ao nascer;

---

<sup>12</sup> A título de comparação, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), que pesquisa o salário mínimo necessário (valor que o salário mínimo deveria alcançar para satisfação de necessidades alimentares, de moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, transportes, higiene e previdência social, previstas na Constituição Brasileira, art. 7º, Par. IV), apontou que, em São Paulo, em Junho de 2001 esse salário seria de R\$ 1072,14 (muito superior a qualquer linha de pobreza calculada).

<sup>13</sup> Metodologia semelhante pode ser encontrada em BOLTVINIK (1992).

- 2) a relativa à educação – representada pelas taxas de alfabetização e pelas porcentagens da população de 20 anos ou mais com mais de quatro e oito anos de estudo;
- 3) a relativa à habitação – representada pela disponibilidade domiciliar de água, energia e geladeira;
- 4) a relativa à participação econômica – representada pela porcentagem dos domicílios acima da linha de pobreza;
- 5) a relativa à lazer e informação – representada pela disponibilidade domiciliar de receptores de rádio e de televisão.

LOPES (1993), por sua vez, busca analisar a pobreza no Brasil associando a renda e a disponibilidade de equipamento sociais. O autor cria quatro possíveis situações:

- a) Pobres estruturais – seriam aqueles abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas não atendidas;
- b) Pobres mais recentes – as famílias abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas satisfeitas;
- c) Pobres por NBI – as famílias acima da linha de pobreza, mas com necessidades básicas não atendidas;
- d) Não Pobres *stricto sensu* – as famílias localizadas acima da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas.

Para construção do indicador “não satisfação das necessidades básicas”, Lopes utiliza as seguintes variáveis: densidade de pessoas por domicílio superior a 3,5; domicílio do tipo rústico; abastecimento de água não proveniente da rede geral e ausência de canalização interna; não ter esgotamento sanitário; não ter vaso sanitário e possuir crianças de 7 a 11 anos que não frequentam a escola. Para que as necessidades básicas não estejam sendo atendidas basta que apenas uma das variáveis seja encontrada no domicílio.

Com base na proposta de construção de indicadores sintéticos, para que a pobreza seja olhada de forma pluridimensional, e inspirados na proposta de Lopes, procedeu-se à construção de indicadores para a realidade uberlandense. São eles: “Necessidades Básicas Atendidas” (NBA) e “Necessidades Básicas Não Atendidas” (NBN). Como foi visto, esses indicadores consistem em um conjunto de variáveis e

basta que uma delas indique uma situação má para que o domicílio seja classificado em NBN. As variáveis escolhidas, que indicam a existência de necessidades insatisfeitas, são: condições de moradia (densidade de pessoas por dormitório maior que 3,5; domicílios particular improvisado, sem abastecimento de água e sem esgoto sanitário), condições de educação (filhos menores fora da escola) e condições de saúde (última ida ao dentista há mais de 2 anos).<sup>14</sup>

Do cruzamento entre os níveis de pobreza derivados da renda e as necessidades básicas insatisfeitas, são separados os componentes da pobreza. O objetivo é descobrir a existência de uma pobreza mais recente (conjuntural) e uma estrutural, ou seja, podem surgir as mesmas situações descritas por Lopes: pobres estruturais, pobres mais recentes, pobres por NBN, não Pobres.

### **3 - Indigência e Pobreza em Uberlândia: dimensão e características**

#### **3.1 - Proporção de Pobres e Indigentes e Hiato de Renda**

Uberlândia apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%, conforme os dados levantados entre abril e julho de 2001, o que representa uma população de 194.886 pessoas pobres no município. Em termos de família esse percentual é de 39,9%, abrangendo um total de 43.381 famílias pobres em Uberlândia.

**Tabela 3 – Proporção de Indigentes e Pobres, Uberlândia – 2001**

	<b>%</b>
<b>Indigentes</b>	10,7
<b>Pobres</b>	43,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados apresentados mostram que 10,7% da população de Uberlândia são considerados como população indigente, ou seja, estão abaixo da linha de indigência apresentada neste trabalho. Esse percentual corresponde a 12.101 famílias (8,9%), compondo um total de 49.800 pessoas.

O hiato de renda permite conhecer a distância média entre a renda dos pobres/indigentes e a linha de pobreza/indigência. No caso de Uberlândia, o hiato de

---

<sup>14</sup> As variáveis foram definidas a partir do questionário utilizado na pesquisa de campo.

renda está indicando que, no período da pesquisa de campo, a renda média dos pobres equivalia a 58,38% do valor da linha de pobreza, ou seja, em média, os pobres ganham cerca de R\$85,00. No caso dos indigentes, o hiato é de 32,97, apontando que a renda média dos indigentes é aproximadamente 65% do valor da linha de indigência, ou seja, a renda média dos indigentes é R\$ 39,44. Para que os indigentes alcancem a linha de indigência seriam necessários R\$ 4.098.209,2 ao mês e R\$ 49.178.510 ao ano.

**Tabela 4 – Hiato de Renda – Indigentes e Pobres, Uberlândia – 2001**

	<b>Hiato de Renda</b>
<b>Indigentes</b>	32,97
<b>Pobres</b>	41,62

Fonte: Pesquisa de campo.

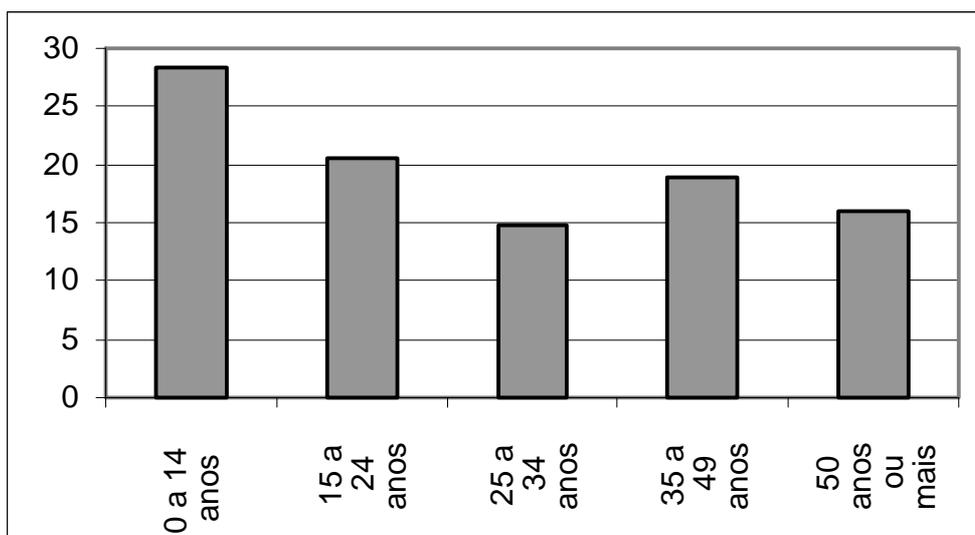
### 3.2 - Características da subpopulação pobre e indigente

Ao analisar a população em diferentes classificações, como gênero do responsável pela família, faixa etária, cor, escolaridade, dentre outros, percebe-se que a pobreza não é homogênea.

Levando em conta o gênero daquele que se declarou responsável pela família, verifica-se que, nas famílias chefiadas por mulheres, 42,74% são pobres, enquanto nas chefiadas por homens 38,77% são pobres.

Os pobres por faixa etária apresentam um percentual mais elevado para crianças de 0 a 14 anos, correspondendo a 28,40% da população de pobres do município. A faixa entre 15 e 24 anos abrange 20,50% dos pobres. Estão próximas a esse percentual as pessoas com idade entre 35 e 49 anos: 19,0%. Entre as pessoas com 50 anos ou mais e as pessoas entre 25 e 34 anos estão as menores porcentagens, com 16,10% e 14,80%, respectivamente. Pode-se perceber que há uma concentração maior da pobreza entre as crianças, de onde se deduz que as famílias com crianças tendem a ser mais pobres.

**Gráfico 1 - Pobres por faixa etária (%)**



Fonte: Pesquisa de campo.

Analisando a pobreza para o conjunto de pessoas de cada cor declarada, observa-se que, dentro da população negra de Uberlândia, 58,40% são pobres. O maior índice de pobreza não está nesse extrato da população, mas entre os indígenas, que, embora um contingente diminuto, apresentam um percentual de 61,20% de pobres. Com relação aos pardos, 48,70% são pobres, o que representa um contingente elevado, considerando que são 175.563 pessoas que se declaram pardas, no município. Entre os brancos, 37,40% são pobres e entre os amarelos, 25,90% são pobres.

**Tabela 5 – Pobres por cor declarada, Uberlândia – 2001**

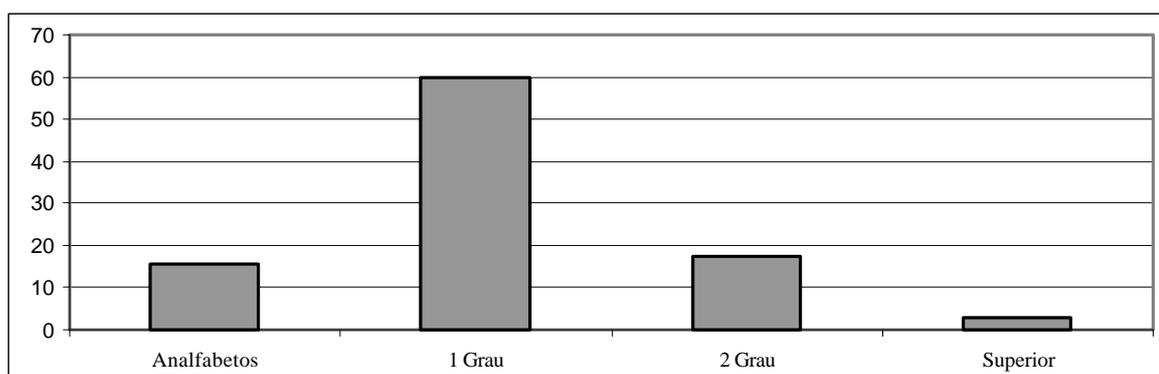
Cor declarada	%
<b>Negra</b>	58,40%
<b>Parda</b>	48,70%
<b>Indígena</b>	61,20%
<b>Amarela</b>	25,90%
<b>Branca</b>	37,40%

Fonte: pesquisa de campo

Com relação à escolaridade, 59,8% dos pobres possuem apenas o 1º Grau (incompleto e completo), 17,5% possuem o 2º Grau (incompleto e completo) e 15,6% são analfabetos ou pessoas que sabem ler e escrever mas nunca freqüentaram escola. Esses percentuais desmistificam a idéia de que na pobreza se concentram os analfabetos

e semi-alfabetizados<sup>15</sup>. Entretanto, não dá para negar que um grau de escolaridade maior, apesar de não ser condição suficiente, é condição necessária para estar acima da linha de pobreza, já que a população com curso superior (incompleto, completo e pós-graduação) representa 3% dos pobres.

**Gráfico 2 - Pobres por escolaridade (%)**



Fonte: Pesquisa de campo.

Considerando a distribuição da população pobre segundo as alternativas trabalha, não trabalha, aposentado ou pensionista, o maior percentual está entre os que não trabalham, com 58,50% dos pobres. Os que trabalham representam 33,20%. Já os aposentados e pensionistas representam uma porcentagem reduzida, com, respectivamente, 6,40% e 1,90% dos pobres do município.

**Tabela 6 – Pobres por condição de trabalho, Uberlândia - 2001**

	%
<b>Aposentado</b>	6,4
<b>Não Trabalha</b>	58,5
<b>Pensionista</b>	1,9
<b>Trabalha</b>	33,2

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto à situação no trabalho, a maior concentração, entre os pobres, é a dos trabalhadores permanentes com carteira assinada: 44,10% dos pobres estão nessa situação. Os “conta própria” representam a segunda maior concentração, com 22,73% dos pobres, enquanto os trabalhadores permanentes sem carteira assinada são 18,80%

<sup>15</sup> Ressalta-se que 90% dos analfabetos são pobres.

dos pobres e os trabalhadores eventuais são 4,96%. Os funcionários públicos, por sua vez, são 4,21%, ao passo que os temporários com contratos e os sem contrato são 1,70% e 1,36%, respectivamente, ficando a menor porcentagem para o empregador, com 0,63% dos pobres.

**Tabela 7 – Pobres por situação de Trabalho, Uberlândia – 2001**

<b>Situação de Trabalho</b>	<b>%</b>
<b>Permanente com carteira assinada</b>	44,10%
<b>Permanente sem carteira assinada</b>	18,80%
<b>Empregador</b>	0,63%
<b>Conta-própria</b>	22,73%
<b>Temporário com contrato</b>	1,70%
<b>Temporário sem contrato</b>	1,36%
<b>Trabalhador eventual</b>	4,96%
<b>Funcionário Público</b>	4,21%

Fonte: Pesquisa de campo.

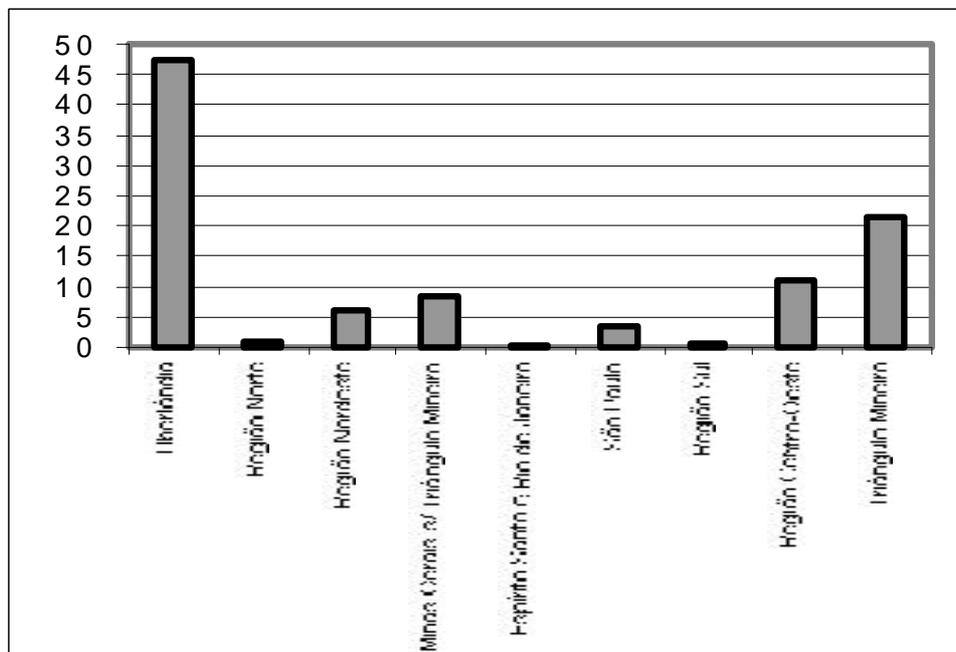
Os últimos dados apontados nos dois parágrafos anteriores são preocupantes, pois demonstram que a inserção produtiva estável (trabalho com carteira de trabalho assinada) não garante que a família esteja acima da linha de pobreza. O salário é fator relevante na configuração e reprodução da pobreza. As diversas políticas de administração dos salários ao longo da história brasileira têm mantido os salários médios em patamares muito baixos, inclusive em períodos de expansão econômica. Os dados sobre o perfil dos pobres demonstram essa afirmação.

Ao observar a porcentagem de pobres distribuídos de acordo com o local de nascimento, percebe-se que a população nascida em Uberlândia corresponde ao maior percentual, com 47,4% dos pobres do município.<sup>16</sup> Ou seja, ao contrário do que o senso comum prega, os pobres de Uberlândia não são, na sua maioria, provenientes de outras localidades. Na sequência, o segundo maior percentual (que corresponde a menos da metade do percentual de pobres nascidos no próprio Município) é de pessoas que migraram de outros Municípios do Triângulo Mineiro, 21,5%, e os provenientes da Região Centro-Oeste são 11%. Os nascidos no restante de Minas Gerais correspondem a 8,3% dos pobres e os da Região Nordeste são 6,20%. O Estado de São Paulo e as

<sup>16</sup> Do total de uberlandenses 44% são pobres.

Regiões Norte e Sul apresentam os menores percentuais com 3,60%, 0,90% e 0,70%, respectivamente.

**Gráfico 3 - Pobres por local de nascimento**



Fonte: Pesquisa de campo.

Passando agora a focalizar a indigência, e analisando os grupos familiares de acordo com o gênero dos responsáveis, os dados demonstram que, das famílias que declararam ser chefiadas por mulheres, 10,1% é constituída de indigentes, e, do total das famílias chefiadas por homens, esse percentual é igual a 8,5%.

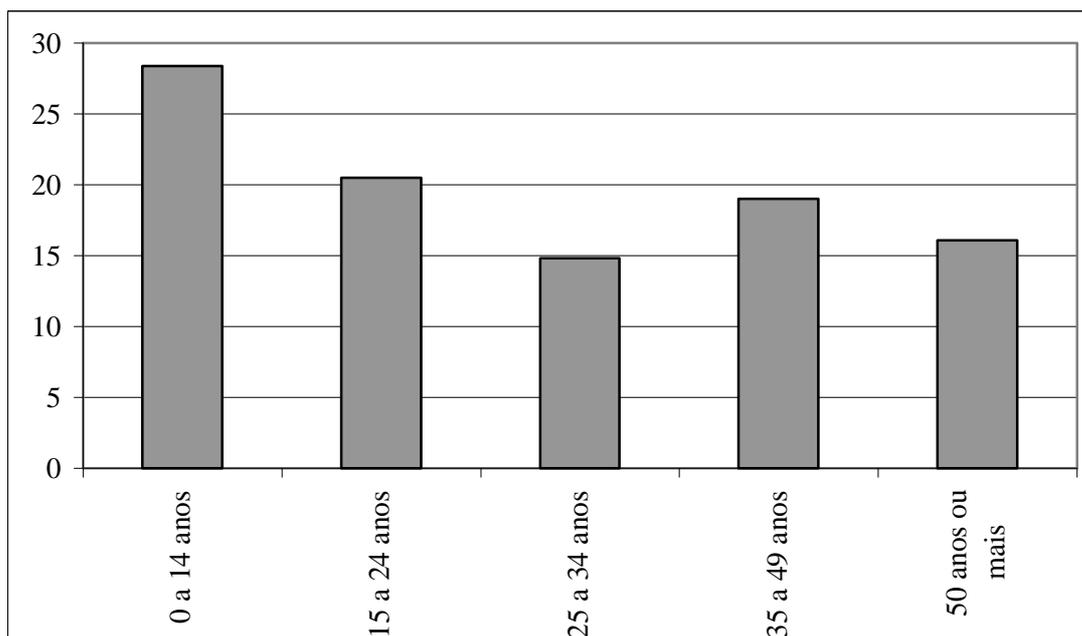
**Tabela 8 – Gênero dos que foram declarados como responsável pelo domicílio, Uberlândia - 2001**

	Feminino	Masculino
<b>Indigente</b>	10,09	8,5

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando o gráfico 4, os dados permitem observar que as crianças são as que mais sofrem com a condição de indigência: a faixa etária que vai 0 a 14 anos representa 31,8% da população indigente; em seguida são os jovens de 15 a 24 anos e os adultos de 35 a 49 anos, com 22,1% e 17,6%, respectivamente. Os menores percentuais dizem respeito aos adultos, na faixa etária de 25 a 34 anos e os de mais de 50 anos, que correspondem a 13,0% e 13,7 %, respectivamente.

**Gráfico 4 - Indigentes por faixa etária (%)**



Fonte: Pesquisa de campo.

Distribuindo os indigentes segundo a cor declarada, o perfil obtido foi que 17,6% e 12,1% das pessoas que se consideram de cor negra e cor parda, respectivamente, são indigentes. De toda a população branca, um percentual de 8,9% corresponde à população indigente e, de todos os indígenas, cerca de 16% são indigentes.

**Tabela 9 – Cor declarada dos Indigentes, Uberlândia - 2001**

Cor	%
Negra	17,60%
Parda	12,10%
Indígena	16,00%
Branca	8,90%

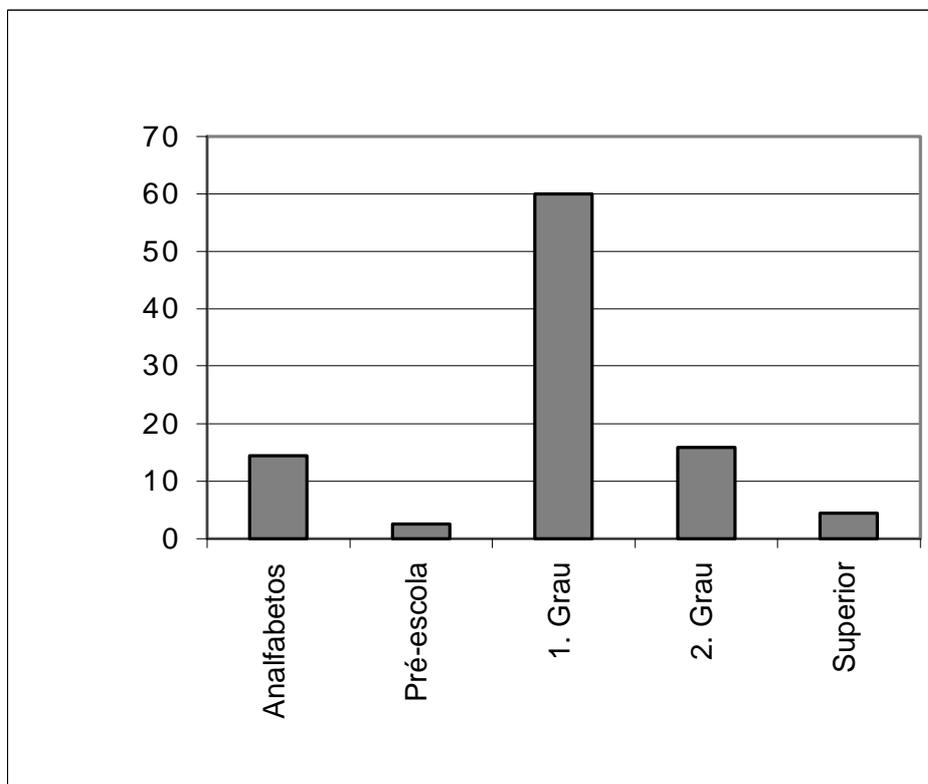
Fonte: Pesquisa de campo.

Com o auxílio do gráfico 5 percebe-se que 14,5% da população indigente compõe-se de analfabetos,<sup>17</sup> e a grande maioria, 60% tem o primeiro grau (incompleto

<sup>17</sup> Sendo que 85,4% dos analfabetos são indigentes.

ou completo). Os indigentes com segundo grau (incompleto ou completo) são 15,9% e, para aqueles com curso superior (completo ou incompleto), o percentual cai para 4,4%.

**Gráfico 5 - Indigentes de acordo com a escolaridade (%)**



Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao trabalho, o resultado obtido foi que grande parte da população indigente não trabalha, 63,8%, contra apenas 29,8% que trabalha. Os aposentados e pensionistas correspondem a parcelas de 4,6% e 1,7%, respectivamente.

**Tabela 10 – Indigentes por trabalho, Uberlândia - 2001**

	Não Pobres	Pobres
<b>Aposentados</b>	8,00%	4,60%
<b>Não Trabalha</b>	47,10%	63,80%
<b>Pensionista</b>	2,20%	1,70%
<b>Trabalha</b>	42,70%	29,80%

Fonte: Pesquisa de campo.

Dentre as pessoas que trabalham, foi identificada como situação no trabalho: a maioria é de trabalhadores permanente com carteira assinada (36,4%), seguida dos que trabalham por conta própria (26,0%). Os outros dois maiores percentuais foram encontrados para os que trabalham na situação de permanente sem carteira (19,0%) e os trabalhadores eventuais ("bico"), que correspondem a 8,0%.

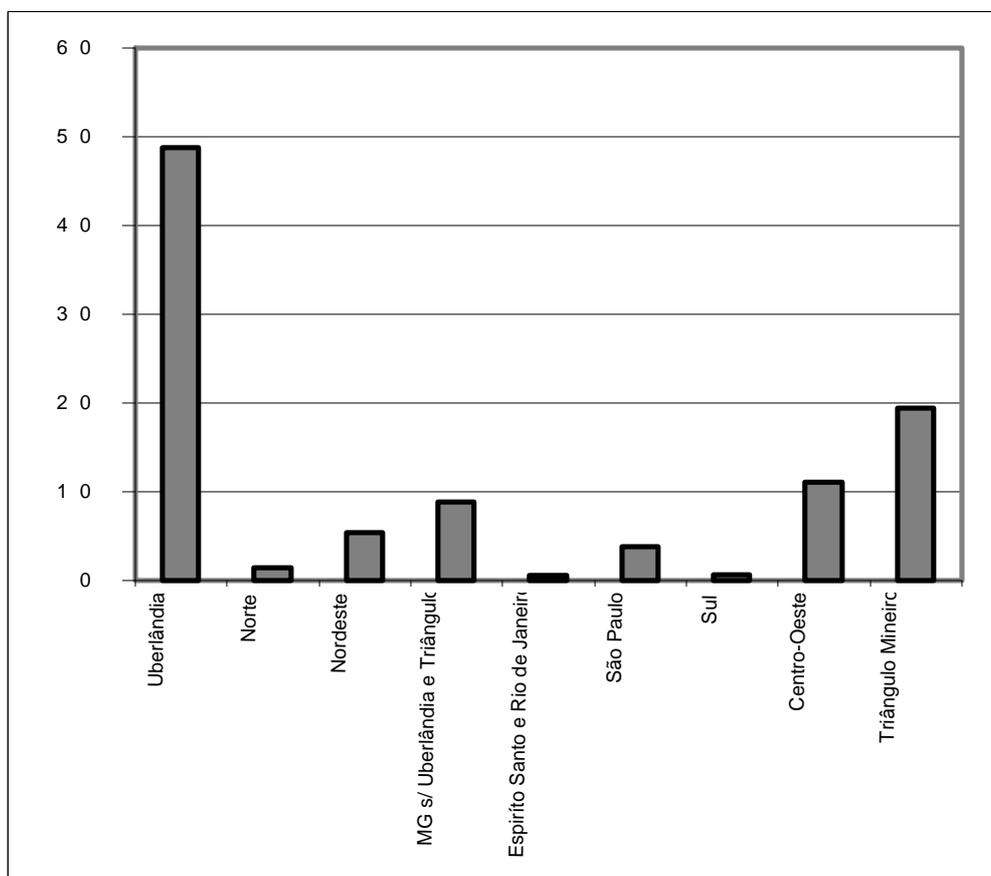
**Tabela 11 – Indigentes por situação de Trabalho, Uberlândia - 2001**

<b>Situação de trabalho</b>	<b>%</b>
<b>Permanente com carteira assinada</b>	36,40%
<b>Permanente sem carteira assinada</b>	19,00%
<b>Empregador</b>	1,20%
<b>Conta-própria</b>	26,00%
<b>Temporário com contrato</b>	1,50%
<b>Temporário sem contrato</b>	1,60%
<b>Trabalhado eventual</b>	8,00%
<b>Funcionário público</b>	3,90%

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com o gráfico 6, no cruzamento da população indigente com a naturalidade é possível observar como é expressivo o número de indigentes naturais de Uberlândia: 48,7%, e, em seguida, os maiores percentuais são de naturais do Triângulo Mineiro, 19,4%, e da Região Centro-Oeste, 11,1%. As pessoas que nasceram em outros municípios mineiros correspondem a 8,9% e os percentuais correspondentes as outras regiões são de 5,4% na região Nordeste, 1,4% na região Norte e 0,7% na região Sul.

**Gráfico 6 - Indigentes por local de nascimento (%)**



Fonte: Pesquisa de campo.

A tabela 12, apresenta as características dos domicílios das famílias pobres e indigentes. A subpopulação pobre reside em domicílios particulares e permanentes (98,7%), em casas (97,8%), construídas em alvenaria (99,3%). Aproximadamente 55% dos domicílios são próprios, 23,4% são alugados, 14,2% são financiados e 6,9% cedidos. Cerca de 95% dos domicílios possuem esgotamento sanitário, 95,9% energia elétrica, 97% recebem água encanada, 71,4% possuem telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

O cruzamento da variável espécie de domicílio com indigência aponta que 98,40% dos indigentes residem em domicílios particulares e permanentes. Cerca de 96% vive em casas, das quais 98,18% são de alvenaria, 0,69% de material aproveitado e 0,13% de madeira aparelhada. No que diz respeito à propriedade do imóvel, 54,7% das residências dos indigentes são próprias, 23,25% são alugadas e 14,02% financiadas. Aproximadamente 95% dos domicílios possuem rede de esgoto, 97% possuem água

encanada, 95,9% energia elétrica, 63,2% telefone e 95,6% são atendidos pela coleta de lixo.

**Tabela 12 – Características dos domicílios da subpopulação Pobre e Indigente, Uberlândia – 2001 (%)**

<b>Características do Domicílio</b>		<b>Pobres</b>	<b>Indigentes</b>
<b>espécie de domicílio</b>	<b>Particular permanente</b>	98,77	98,35
	<b>Particular improvisado</b>	0,89	1,65
	<b>Coletivo</b>	0,34	0,00
<b>tipo de domicílio</b>	<b>Casa</b>	97,87	96,40
	<b>apartamento</b>	1,38	2,39
	<b>Cômodo</b>	0,74	1,21
<b>A construção é de:</b>	<b>Alvenaria</b>	99,18	98,23
	<b>Madeira aparelhada</b>	0,13	0,08
	<b>Taipa</b>	0,01	0,00
	<b>Material aproveitado</b>	0,69	1,69
<b>Situação da construção (para alvenaria)</b>	<b>Completa</b>	68,95	67,69
	<b>Incompleta</b>	29,87	30,38
	<b>Não identificada</b>	1,17	1,93
<b>A moradia é:</b>	<b>Própria</b>	54,77	55,19
	<b>Cedida ou emprestada</b>	7,45	6,28
	<b>Alugada</b>	23,25	27,39
	<b>Financiada</b>	14,02	10,77
	<b>ND/NS</b>	0,52	0,38
<b>Domicílios com esgotamento sanitário</b>		95,70	93,01
<b>Domicílios com água encanada</b>		97,26	96,08
<b>Domicílios com energia elétrica</b>		97,90	95,92
<b>Domicílios com coleta de lixo</b>		95,67	93,09

Fonte: Pesquisa de campo.

### 3.3 Indicadores Sintéticos: NBA e NBN

A associação entre renda, condições de moradia (representadas pela densidade de pessoas por dormitório, tipo de construção, espécie do domicílio, abastecimento de água e existência de esgoto sanitário), de educação (filhos menores fora da escola) e de saúde (última ida ao dentista), produziu os indicadores NBA e NBN.

Para obtenção destes indicadores sintéticos procedeu-se simplesmente a soma dos seus componentes individuais. Cada uma das variáveis listadas acima foi

considerada como sendo binária (ou seja, com valores iguais a zero quando a família satisfaz a necessidade básica e igual a 1 quando a família não satisfaz a necessidade). A agregação das variáveis foi feita considerando como unidade de análise a família.

Os resultados dos indicadores sintéticos (Tabela 13) apontaram que 74,7% das famílias pobres são estruturais, isto é, não conseguem obter renda suficiente para sobreviver adequadamente e não tem necessidades básicas atendidas. A pobreza recente alcança 25,29% das famílias pobres (abaixo da linha de pobreza e com necessidades básicas atendidas).

No que diz respeito aos que estão acima da linha de pobreza, 56,7% das famílias não tem necessidades básicas atendidas, são pobres por NBN. Os não-pobres perfazem o total de 43,12% (aqueles que estão acima da linha de pobreza e têm necessidades básicas atendidas).

**Tabela 13– Indicadores de Bem-Estar, Uberlândia - 2001**

	%
Pobres estruturais	74,70%
Pobres mais recentes	25,29%
Pobres por NBN	56,87%
Não Pobres	43,12%

Fonte: Elaboração própria.

## **Conclusão**

Os dados apresentados ao longo deste artigo demonstram que de Uberlândia possui graves problemas sociais evidenciados pelos indicadores de pobreza e indigência. A pobreza não possui perfil específico, embora apresente resultados mais adversos em alguns grupos específicos (como os negros), ela é encontrada em qualquer gênero, grupo etário, cor declarada, escolaridade, condição de trabalho e naturalidade. Não existindo, desta forma, perfil específico da pobreza no município. Neste ponto, os indicadores de pobreza de Uberlândia não diferem do restante do país. Assim, tanto em Uberlândia quanto no restante do país, a pobreza assume contornos alarmantes, pela sua extensão e profundidade.

A análise dos dados demonstra o elevado grau de heterogeneidade presente no município. Ao mesmo tempo em que Uberlândia se destaca como pólo regional importante, altamente urbanizado e com modernos setores da atividade econômica

instalados, convive com indicadores sociais desfavoráveis, principalmente os relacionados a renda. Ainda que o município possua boa infra-estrutura, grande parte das famílias residentes em Uberlândia, estando acima ou abaixo da linha de pobreza, não consegue ter todas suas necessidades básicas (definidas pelo indicador sintético de bem-estar) atendidas. Chama atenção, particularmente, a existência de cerca de 74% de pobres estruturais, aqueles que não obtém renda suficiente para alcançar a linha de pobreza e não têm suas necessidades básicas atendidas.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. “O Brasil social: um balanço de duas décadas”. In: ALBUQUERQUE, R. C. (org.) O Brasil social: realidades, desafios, opções. Brasília, IPEA, 1993.

BOLTVINIK, J. “El método de medición integrada de la pobreza. Una propuesta para su desarrollo.” Comercio Exterior, vol. 42, n.º 4, México, 1992.

CEPAL. Panorama Social de América Latina. Chile, Comissão Econômica para América Latina, 2001.

GOMES, D. C. Políticas Sociais na década de 90: o Programa Comunidade Solidária e Permanência das Desigualdades Sociais. Dissertação de Mestrado, IE/UFU, Uberlândia, 2000.

GOMES, D. C.; NEDER, H. D. “Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização”. Anais do V Encontro Nacional de Economia Política, Fortaleza, 2000.

LESSA, C. *et. al.* “Pobreza e política social: exclusão nos anos 90”. Praga, n.º 3, 1997.

LOPES, J. R. B. “Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas”. Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.

PRATES, F. M. Desigualdade de renda e pobreza em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1996.

ROCHA, S. Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil. Texto para discussão interna, Rio de Janeiro, INPES/IPEA, 1988.

\_\_\_\_\_. Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números. In: COELHO, M. P. e VALLADARES, L. (orgs.) Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. Renda e pobreza: os impactos do plano real. Texto para discussão n.º 439, Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

\_\_\_\_\_. Desigualdade e pobreza no Brasil: a evolução 1981/95. Texto para Discussão n.º 567, Rio de Janeiro, IPEA, 1998a.

\_\_\_\_\_. Renda e Pobreza – medidas per capita versus adulto-equivalente. Texto para discussão n.º 609, Rio de Janeiro, IPEA, 1998b.

\_\_\_\_\_. Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1999a. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real, 1999b. (mimeo)

ROMÃO, M. C. Pobreza: Conceito e Mensuração. Caderno de Economia n.º 13, Brasília, IPEA, 1993.

SOARES, L. T. R. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

**ANEXO I – Goiânia: Percentual da despesa média mensal familiar, rendimento mensal familiar de até dois salários mínimos, segundo os tipos de despesa**

Tipo de despesa	%	Tipo de despesa	%
Desembolso global	100,00	Tratamento dentário	0,42
Despesas correntes	97,40	Consulta médica	0,62
Despesas de consumo	96,30	Hospitalização	0,10
Alimentação	27,60	Óculos e lentes	0,08
Habitação	31,60	Outras (Assistência a saúde)	3,74
Aluguel	7,38	Educação	3,50
Impostos e taxas	14,46	Cursos regulares de 1, 2 e 3 graus e pré-escolar	1,63
Manutenção do lar	3,30	Outros cursos	1,11
Artigos de limpeza	1,59	Livros e revistas técnicas	-
Mobiliários e artigos do lar	1,94	Outras (Educação)	0,75
Eletrrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv	2,20	Recreação e cultura	1,40
Consertos e manutenção de artigos do lar	0,72	Brinquedos e jogos	0,26
Vestuário	5,33	Discos e fitas	0,06
Roupa de homem	0,66	Outras (Recreação e cultura)	1,04
Roupa de mulher	1,10	Fumo	0,80
Roupa de criança	0,92	Serviços pessoais	1,20
Calçados e outros apetrechos	2,16	Cabeleireiro	0,73
Jóias e bijuterias	0,14	Manicuro e pedicuro	0,33
Tecidos e armarinhos	0,34	Outros (Serviços pessoais)	0,15
Transporte	7,70	Despesas diversas	2,80
Urbano	4,39	Cerimônias familiares e práticas religiosas	1,50
Veículo próprio (gasolina)	1,18	Serviços de cartórios e serviços de profissionais	0,34
Veículo próprio (álcool)	-	Outras (Despesas diversas)	0,96
Veículo próprio (manutenção)	0,55	Outras (Despesas correntes)	1,10
Viagens	1,59	Impostos	-
Outros (Transportes)	-	Contribuições trabalhistas	0,63
Higiene e cuidados pessoais	2,56	Outras (Outras despesas correntes)	0,45
Perfume	0,59	Aumento do ativo	2,20
Creme para pele e bronzeador	0,53	Veículo	0,71
Papel higiênico	0,22	Imóvel (aquisição)	0,07
Outros (Higiene e cuidados pessoais)	1,22	Imóvel (reforma)	1,01
Assistência a saúde	11,8	Outros investimentos	0,41
Remédios	6,52	Diminuição do passivo	0,40
Seguro saúde e associação de assistência	0,31	Prestação de imóvel	0,43

Fonte: POF 1995/96 – IBGE

Nota: As classes de recebimento mensal, na POF 1996, estão expressas em salário mínimo (R\$ 112,00).